



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



MAYARA GOMES DA SILVA

**MULHERES EM MARCHA PELA VIDA E PELA AGROECOLOGIA:
UMA PERSPECTIVA (ECO)FEMINISTA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

JOÃO PESSOA/PB
2025

MAYARA GOMES DA SILVA

**MULHERES EM MARCHA PELA VIDA E PELA AGROECOLOGIA:
UMA PERSPECTIVA (ECO)FEMINISTA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: **Estudos Culturais da Educação**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho

JOÃO PESSOA/PB
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Mayara Gomes da.

Mulheres em marcha pela vida e pela agroecologia:
uma perspectiva (eco)feminista da transição energética
/ Mayara Gomes da Silva. - João Pessoa, 2025.
235 f. : il.

Orientação: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Mulheres agricultoras. 2. Educação ambiental. 3.
Relações de gênero. 4. Transição energética. 5. Marcha
pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA). I.
Carvalho, Maria Eulina Pessoa de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 631.11:305-055.2(813.3)(043)

MAYARA GOMES DA SILVA

**MULHERES EM MARCHA PELA VIDA E PELA AGROECOLOGIA:
UMA PERSPECTIVA (ECO)FEMINISTA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Estudos Culturais da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho

Resultado: APROVADA
João Pessoa, 26 de Junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA EULINA PESSOA DE CARVALHO**
Data: 26/08/2025 22:43:41-0300
Verifique em <https://validar.fi.gov.br>

Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Orientadora/Presidenta – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO JOSÉ PEGADO ABÍLIO**
Data: 26/08/2025 18:24:25-0300
Verifique em <https://validar.fi.gov.br>

Prof. Dr. Francisco José Pegado Abílio
Avaliador Interno – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **MARLÉCIO MAKNAMARA DA SILVA CUNHA**
Data: 26/08/2025 16:21:13-0300
Verifique em <https://validar.fi.gov.br>

Prof. Dr. Marlécio Maknamara da Silva Cunha
Avaliador Interno – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **FABRINA PONTES FURTADO**
Data: 26/08/2025 17:34:42-0300
Verifique em <https://validar.fi.gov.br>

Profa. Dra. Fabrina Pontes Furtado
Avaliadora Externa – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **SAMUEL MENDONÇA**
Data: 26/08/2025 17:48:07-0300
Verifique em <https://validar.fi.gov.br>

PROF. DR. SAMUEL MENDONÇA
Avaliador Externo – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)

AGRADECIMENTOS

No início do percurso doutoral, folheando um livro antigo sobre metodologia da pesquisa na biblioteca, encontrei uma frase que me marcou: “o que o coração não sente, os olhos não veem”. Este trecho serviu como uma bússola para o que se tornaria a pesquisa aqui realizada: um processo coletivo, tecido por sensibilidades compartilhadas, corações abertos, escutas atentas, olhares comprometidos e mãos dadas em uma linda ciranda, como as de Lia de Itamaracá.

Agradeço a professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho pelo acolhimento e confiança neste trabalho, pelas leituras atentas e incentivo constante. Seu rigor acadêmico, aliado à delicadeza humana, contribuíram para tornar esta pesquisa uma experiência transformadora.

Expresso profunda gratidão às mulheres da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, em especial às interlocutoras desta tese, pela generosidade de compartilhar seus valiosos tempos, experiências e saberes, tornando esta pesquisa possível. Agradeço pela acolhida sempre solícita, pela abertura e implicação demonstradas ao longo de todo o processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB), pela oportunidade de participar da *Rede Latinoamericana de Posgrados en Educación*, contribuindo para o fortalecimento do diálogo e cooperação internacional na América Latina.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento concedido por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que viabilizou a realização do estágio doutoral na Espanha.

Agradeço ao professor Luciélío Marinho pelo apoio e pela colaboração nos encaminhamentos do processo de doutorado sanduíche, gesto que abriu caminhos e ampliou horizontes nesta trajetória acadêmica.

Agradeço à professora Roser Boix Tomàs, tutora do estágio doutoral sanduíche na Facultat d’Educació da Universitat de Barcelona, pela acolhida e pelo acompanhamento cuidadoso durante minha estadia na Catalunha/Espanha, que foram fundamentais para a ampliação de perspectivas e aprimoramento da formação na temática investigada.

Agradeço, ainda, a Toni Comajoan, Inma Torres e Mireia Baylina, pela disponibilidade, pelo diálogo e pelo apoio que foram fundamentais para a realização do plano de atividades no estágio sanduíche.

Às professoras e aos professores membros da banca – Fabrina Furtado, Samuel Mendonça, Francisco Pegado, Marlécio Maknamara e Marcela Betancourt (qualificação) – pela leitura criteriosa, pelos diálogos e pelas contribuições que enriqueceram este trabalho.

Aos colegas da Turma 41 do Doutorado, em especial a Rayffi Gumerindo e Alcidesio Júnior, pela parceria, pelos aprendizados e momentos compartilhados no decorrer desta caminhada.

À secretaria, à coordenação, à representação discente, à Comissão de Bolsas e ao Colegiado do PPGE/UFPB, pelo suporte e pela eficiência na condução das demandas acadêmicas ao longo do doutorado.

À minha ancestralidade – mãe, pai, avós e irmã – que, com suas memórias, lutas e caminhos, me inspiram e fortalecem a seguir na construção de uma práxis educacional feminista comprometida com a transformação social. Um agradecimento especial ao meu avô paterno, que, meses antes da conclusão deste trabalho, encantou-se, deixando a beleza de seus ensinamentos e os afetos que seguem iluminando meu caminho.

Agradeço à Roberta Cabral por trilhar comigo este percurso, com amor, paciência e apoio incondicional. Nos gestos de cuidado, nas conversas partilhadas, nas ausências e silêncios acolhidos, encontrei força, respiro e coragem para seguir. Sua presença luminosa contribuiu para que cada passo dessa trajetória tivesse mais sentido, mais leveza e mais vida.

Às pessoas que demonstraram interesse nesta pesquisa, deixo meu agradecimento. Espero que esta tese possa, de alguma forma, dialogar com suas inquietações, abrir caminhos para outras investigações e fortalecer práticas críticas, reflexivas e comprometidas com a justiça socioambiental.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal,
que se funda a educação como processo permanente.

- Paulo Freire

RESUMO

Esta tese objetiva compreender as mobilizações e propostas das mulheres agricultoras da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) diante da expansão dos projetos de “energia renovável” no semiárido paraibano, especialmente no território do Polo da Borborema, e suas incidências políticas, socioambientais e educacionais. A pesquisa adota uma abordagem feminista, de caráter etnográfico, situada na interface entre os estudos culturais em educação ambiental, os estudos feministas (negro, latino-americano, ecofeminismo), e a ecologia política feminista latino-americana. A produção dos dados incluiu análise documental das Cartas Políticas da MVMA (2010 a 2025), entrevistas narrativas com seis mulheres agricultoras em posições de liderança e observação participante em suas três últimas edições ligadas à temática. Soma-se a isso a experiência de estágio doutoral sanduíche na Universitat de Barcelona, financiado pelo PDSE/CAPES, que envolveu visitas a escolas rurais, entrevista com gestor de empresa de energia e participação em eventos sobre transição energética na Espanha. Os dados foram analisados com base na Análise Textual Discursiva (ATD), da qual emergiram oito categorias, sistematizadas em metatextos articulando análises empíricas e aportes teóricos às experiências de campo. Desde sua emergência, em 2010, a MVMA tem sido um espaço político-pedagógico para a abordagem de temas emergentes nos territórios agroecológicos do Polo da Borborema, com especial atenção às vozes, vivências e demandas das mulheres agricultoras, acumulando conquistas relevantes. Diante das ameaças da instalação de projetos eólicos e solares na região, pautados em uma lógica extrativista e de acumulação capitalista, a MVMA denuncia contratos abusivos, expropriação territorial, intensificação das violências e desigualdades de gênero, danos à saúde, racismo ambiental e a transformação da Caatinga em zona de sacrifício. Em resposta, as mulheres propõem geração de energia descentralizada, popular e democrática, fortalecem alianças comunitárias e reafirmam a agroecologia como projeto político de justiça socioambiental e de promoção da igualdade de gênero – elementos fundamentais para o enfrentamento às mudanças climáticas e convivência com o semiárido. Ao afirmar e defender um território agroecológico e feminista, a Marcha se consolida como um locus de produção de alternativas epistêmicas e pedagógicas contra-hegemônicas, contribuindo para a construção de uma educação ambiental (eco)feminista ancorada nos saberes e práticas das mulheres agricultoras. Diante disso, confirma-se o argumento central desta tese destacando-se que as mobilizações das mulheres da MVMA denunciam a transição energética corporativa como reprodutora de um modelo colonial, extrativista, capitalista, racista e patriarcal nos territórios da Borborema, ao mesmo tempo em que articulam propostas de um projeto energético descentralizado, democrático e popular, com incidências sociais, políticas e educacionais que fortalecem a construção de um território agroecológico e de uma educação ambiental feminista, antirracista e antipatriarcal. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento das lutas das mulheres; para a formulação e aprimoramento de políticas públicas; e para a construção de práticas pedagógicas e epistemológicas feministas no campo da educação ambiental.

Palavras-chave: marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia; energia renovável; relações de gênero; educação ambiental; feminismos.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the mobilizations and proposals of peasant women from the March for Women's Lives and Agroecology (MVMA for the Portuguese acronym) in the face of the expansion of "renewable energy" projects in the Borborema territory within the semi-arid region of Paraíba, Brazil, and their political, socio-environmental and educational impacts. The research adopts an ethnographic and feminist approach, articulating cultural studies in environmental education, feminisms of the Global South (Black, Latin American, ecofeminism), ecofeminist studies, and Latin American feminist political ecology. The data production included documentary analysis of the MVMA Political Letters (from 2010 to 2025), narrative interviews with six peasant women in leadership positions, and participant observation of the last three Marches. It was enriched by the experience of a doctoral internship at the University of Barcelona, financed by PDSE/CAPES/Brazil, which involved visits to rural schools, interviews with the manager of an energy company, and participation in energy transition events in Spain. The data were analyzed based on Discursive Textual Analysis (DTA), from which eight categories emerged and were systematized in metatexts, articulating empirical analyses and theoretical contributions to field experiences. Since its inception in 2010, MVMA has been a political and educational context for addressing emerging issues in the agroecological territory of Borborema, with special attention to the voices, experiences and demands of female peasants, thereby accumulating significant achievements. Faced with the threats of wind and solar projects in the region, which carry an extractive purpose within capitalist accumulation, MVMA has denounced abusive contracts, territorial expropriation, intensification of gender violence and inequality, damage to health, environmental racism and the transformation of the Caatinga into a sacrifice zone. In response, women propose decentralized, popular and democratic energy generation, the strengthening of community alliances and the affirmation of agroecology as a political project for socio-environmental justice and the promotion of gender equality – fundamental elements for confronting climate change and coexistence within the semi-arid region. By affirming and defending an agroecological and feminist territory, the March consolidates itself as a locus for the production of counter-hegemonic epistemic and pedagogical alternatives, contributing to the construction of an (eco)feminist environmental education anchored in the knowledge and practices of peasant women. In this context, the central argument of this thesis is confirmed, highlighting that the mobilizations of MVMA women denounce corporate energy transition as reproducing a colonial, extractivist, capitalist, racist, and patriarchal model in the Borborema territories, while simultaneously articulating proposals for a decentralized, democratic, and popular energy project, with social, political, and educational implications that strengthen the construction of an agroecological territory and a feminist, anti-racist, and anti-patriarchal environmental education. It is hoped that this research will contribute to strengthening women's struggles; to the formulation and improvement of public policies; and to the construction of feminist pedagogical and epistemological practices in the field of environmental education.

Keywords: march for women's lives and agroecology; renewable energy; gender relations; environmental education; feminisms.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo comprender las movilizaciones y propuestas de las mujeres agricultoras de la Marcha por la Vida de las Mujeres y por la Agroecología (MVMA) frente a la expansión de proyectos de “energía renovable” en el semiárido paraibano, especialmente en el territorio del Polo da Borborema, y sus incidencias políticas, socioambientales y educativas. La investigación adopta un enfoque cualitativo feminista, de carácter etnográfico, situado en la intersección entre los estudios culturales en educación ambiental, los estudios feministas (negro, latinoamericano, ecofeminismo) y la ecología política feminista latinoamericana. La producción de los datos incluyó el análisis documental de las Cartas Políticas de la MVMA (2010 a 2025), entrevistas narrativas con seis mujeres campesinas en posiciones de liderazgo y observación participante en sus tres últimas ediciones vinculadas a la temática. A esto se suma la experiencia de una estancia doctoral de investigación en la Universitat de Barcelona, financiada por el PDSE/CAPES, que incluyó visitas a escuelas rurales, entrevista con un gestor de empresa energética y participación en eventos sobre transición energética en España. Los datos fueron analizados con base en el Análisis Textual Discursivo (ATD), del cual emergieron ocho categorías, sistematizadas en metatextos que articulan análisis empíricos con aportes teóricos y experiencias de campo. Desde su surgimiento en 2010, la MVMA ha constituido un espacio político-pedagógico para abordar temas emergentes en los territorios agroecológicos del Polo da Borborema, con especial atención a las voces, vivencias y demandas de las mujeres agricultoras, acumulando conquistas relevantes. Frente a las amenazas de instalación de proyectos eólicos y solares en la región, basados en una lógica extractivista y de acumulación capitalista, la MVMA denuncia contratos abusivos, expropiación territorial, intensificación de violencias y desigualdades de género, daños a la salud, racismo ambiental y la transformación del bioma Caatinga en una zona de sacrificio. Como respuesta, las mujeres proponen una generación de energía descentralizada, popular y democrática, fortalecen alianzas comunitarias y reafirman la agroecología como un proyecto político de justicia socioambiental y de promoción de la igualdad de género – elementos fundamentales para enfrentar el cambio climático y convivir con el semiárido. Al afirmar y defender un territorio agroecológico y feminista, la Marcha se consolida como un locus de producción de alternativas epistémicas y pedagógicas contrahegemónicas, contribuyendo a la construcción de una educación ambiental (eco)feminista anclada en los saberes y prácticas de las mujeres agricultoras. Ante esto, se confirma el argumento central de esta tesis, destacando que las movilizaciones de las mujeres de la MVMA denuncian la transición energética corporativa como reproductora de un modelo colonial, extractivista, capitalista, racista y patriarcal en los territorios de Borborema, al mismo tiempo que articulan propuestas para un proyecto energético descentralizado, democrático y popular, con incidencias sociales, políticas y educativas que fortalecen la construcción de un territorio agroecológico y de una educación ambiental feminista, antirracista y antipatriarcal. Se espera que esta investigación contribuya al fortalecimiento de las luchas de las mujeres; a la formulación y mejora de políticas públicas; así como a la construcción de prácticas pedagógicas y epistemológicas feministas en el campo de la educación ambiental.

Palabras clave: marcha por la vida de las mujeres y por la agroecología; energía renovable; relaciones de género; educación ambiental; feminismos.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 – Feira de Saberes e Sabores e Projeção no XII CBA.....	16
Figura 3 – Principais fases de uma entrevista narrativa.....	68
Figuras 4 e 5 – Concentração da 15ª MVMA – Areial/PB.....	76
Figura 6 – Etapas da ATD realizada – Cartas Políticas e Entrevistas.....	86
Figuras 7 e 8 – Capa da agenda produzida e poema.....	98
Figura 9 – Mulheres agricultoras na liderança sindical no território da Borborema.	101
Figura 10 – Edição, local, ano e tema da MVMA nos últimos 16 anos.....	113
Figura 11 – Número de participantes por ano de realização da MVMA.....	114
Figura 12 – Carta redigida pela mãe de Ana Alice.....	116
Figura 13 – Cartaz exposto durante 8ª MVMA.....	117
Figura 14 – Material de divulgação da 12ª MVMA.....	125
Figuras 15 e 16 – Materiais distribuídos durante edições da MVMA.....	137
Figura 17 – Contexto da emergência e incorporação da pauta das “energias renováveis” na MVMA.....	139
Figura 18 – Grupo de Teatro Amador do Polo durante o XII CBA (2023).....	147
Figura 19 – Sobrecarga de trabalho das mulheres – 15ª MVMA.....	149
Figura 20 – Em defesa da Caatinga e do território agroecológico – 16ª MVMA.....	165
Figura 21 – Material para a elaboração das maquetes.....	192
Figura 22 – Banner do evento na UPO, 2024.....	194
Figura 23 – Percentual de NIMBY entre coletivos em defesa do território.....	196
Figura 24 – La cosmovisión Shipibo Konibo – Cordelia SánchezFonte: exposição “Amazonias - El Futuro Ancestral”. Acervo da Autora. Dados da Pesquisa, 2024..	200
Figura 25 – Sueños Indígenas – Rember Yahuarcani.....	203
Figura 26 – Sementes da Fordlândia – Alexandre Sequeira e estudantes.....	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Domínios de poder e algumas expressões na agricultura familiar.....	33
Quadro 2 – Principais contribuições das vertentes (eco)feministas à EPFLA.....	49
Quadro 3 – Roteiro da entrevista semiestruturada.....	79
Quadro 4 – Exemplos de Unidades de Análise das Cartas Políticas e Entrevistas...	81
Quadro 5 – Categorias emergentes das Cartas Políticas e Entrevistas Narrativas...	83
Quadro 6 – Categorias emergentes das Cartas Políticas e Entrevistas Narrativas...	84
Quadro 7 – Categorias emergentes da entrevista semiestruturada.....	85
Quadro 8 – Dissertações de Mestrado que versam sobre a MVMA – BDTD.....	91

LISTA DE SIGLAS

ALIENTE	Alianza Energía y Territorio
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATD	Análise Textual Discursiva
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EA	Educação Ambiental
EAC	Educação Ambiental Crítica
EC	Estudos Culturais
EPFLA	Ecologia Política Feminista Latino-Americana
ICTA	Instituto de Ciencia y Tecnología Ambientales
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MM	Marcha das Margaridas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVMA	Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PNIEC	Plan Nacional Integrado de Energía y Clima
PNP	Plano Nordeste Potência
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universitat Autònoma de Barcelona
UB	Universitat de Barcelona
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UPO	Universidad Pablo de Olavide
ZER	Zona Escolar Rural

SUMÁRIO

1 SEMEANDO APAIXONAMENTOS – NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	16
2 ESTUDOS CULTURAIS, (ECO)FEMINISMOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	25
2.1 Estudos Culturais em Educação a partir do Nordeste do Brasil.....	26
2.2 Diálogos (eco)feministas.....	29
2.2.1 Breve reflexão sobre as categorizações: mulher-gênero-raça-classe-natureza-cultura.....	37
2.2.2 Extrativismos, megaprojetos de energia corporativa e movimentos de mulheres.....	48
2.3 E o que a Educação Ambiental tem a ver com isso?.....	55
3 “APAIXONADAMENTE SUBVERSIVA”: PESQUISA QUALITATIVA FEMINISTA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	57
3.1 Abordagem da Pesquisa.....	57
3.2 Percurso metodológico.....	64
3.2.1 Análise documental.....	65
3.2.2 Entrevistas narrativas.....	67
3.2.3 Quem são as mulheres que tecem esta pesquisa?.....	72
3.2.4 Em marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia.....	75
3.2.5 Experiências no estágio doutoral sanduíche.....	77
3.3 Quanto à análise dos dados.....	79
3.3.1 Análise Textual Discursiva.....	80
3.4 Comprometimento ético.....	86
4 PANORAMA HISTÓRICO DA MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA: FORMAÇÃO, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS.....	89
4.1 Mulheres na Liderança Sindical no Polo da Borborema e suas incidências..	93
4.2 “Primeira Marcha e não somos mais as mesmas”: contextos preparatórios e ocupação das ruas em defesa da vida das mulheres e da agroecologia.....	101
4.3 “Seguiremos em marcha”: Demandas, reivindicações e conquistas ao longo da trajetória da MVMA.....	107
4.3.1 Da seleção dos temas articulados ao processo formativo da MVMA..	109

4.3.2 Dos temas levados às ruas pela MVMA.....	111
5 “ENERGIA RENOVÁVEL, SIM, MAS NÃO ASSIM”: PERSPECTIVAS (ECO)FEMINISTAS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INCIDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	133
5.1 “A realidade nua e crua”: Quando, como e por que a “energia renovável” entra na agenda da MVMA?.....	134
5.2 “O desmantelo é grande”: impactos vivenciados, constatados e denunciados.. ..	140
5.3 “Sem agroecologia, não há futuro possível”: energias, (eco)feminismos e educação ambiental em marcha.....	165
6 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM COMUNIDADES RURAIS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES A PARTIR DA CATALUNHA/ESPANHA.....	181
6.1 Educação escolar: quais debates e práticas vêm sendo promovidos sobre a transição energética?.....	183
6.1.1 “É bom que exista um mix energético”: conversa com um gestor de usina nuclear.....	185
6.1.2 Palestras realizadas por um gestor de um parque eólico junto a turmas escolares.....	189
6.2 Transição ou especulação energética? Ciência e territórios em disputa.....	193
6.2.1 Jornadas de Escucha a la Ciencia y al Territorio.....	193
6.2.2 Oficina sobre comunidades energéticas em entornos rurais.....	198
6.3 O futuro é ancestral: vozes de mulheres indígenas e múltiplos modos de habitar o mundo.....	199
6.4 Aproximações e contrastes com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.....	203
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS.....	215
ANEXOS.....	230

1 SEMEANDO APAIXONAMENTOS – NOTAS INTRODUTÓRIAS

Uma semente, por menor que pareça, carrega mundos, histórias, afetos e futuros possíveis. Mas existe uma diversidade de sementes. No Polo da Borborema¹, as sementes crioulas – que não são geneticamente modificadas e estão adaptadas às condições ambientais do semiárido paraibano – são chamadas de *sementes da paixão*. Do seu cultivo brotam memórias ancestrais, práticas de cuidado, conhecimentos compartilhados entre gerações, autonomia e formas de resistência às instabilidades que atravessam as realidades da região.

As mulheres agricultoras da Borborema desempenham papel fundamental no *resgate, conservação e multiplicação* das sementes da paixão, destacando-se como *guardiãs da biodiversidade*. Em seus quintais, *arredor de casa*, produzem uma variedade de alimentos, cultivam plantas medicinais, criam animais e mantêm vivas práticas e saberes que sustentam modos de vida agroecológicos. A Figura 1, registra a exposição de algumas *sementes do semiárido* na Feira de Saberes e Sabores da 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB).

Figuras 1 e 2 – Feira de Saberes e Sabores e Projeção no XII CBA



Fonte: acervo da autora. Dados da Pesquisa, 2023.

¹ O Polo da Borborema é composto por uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, além de aproximadamente 150 associações comunitárias.

Já na Figura 2, destaca-se uma das projeções realizadas na conferência de encerramento do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (RJ), que chama a atenção para a importância das sementes crioulas na garantia de segurança alimentar e autonomia dos povos. A frase ali contida evidencia também a dimensão biopolítica das sementes, sintetizada por Vandana Shiva (2024, p.166): “o alimento é a moeda da vida”; ou seja, quem controla as sementes, controla também a vida. A conferência contou com a presença de Ailton Krenak (2023), que enfatizou a urgência da “agroecologia acontecer em escala planetária”² como alternativa ao modelo extrativista capitalista do agronegócio e agricultura industrial.

Há cerca de três décadas, o território da Borborema desenvolve um processo contínuo de construção da agroecologia. Nesse percurso, as mulheres agricultoras se depararam com diversas violências e desigualdades de gênero presentes no contexto da agricultura familiar, tais como a violência contra a mulher, a invisibilização e a desvalorização de seu trabalho, bem como de seus papéis na dinâmica familiar, comunitária e social. É nesse contexto de atuação agroecológica, e a partir das demandas que emergem das vozes e territórios das mulheres, que nasce a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, conforme as interlocutoras desta pesquisa e registros documentais do movimento.

A I Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) ocorreu em 12 de março de 2010, no município de Remígio (PB). Dentre as denúncias levadas às ruas e expressas na I Carta Política resultante da Marcha, destacam-se: a falta de reconhecimento do trabalho das agricultoras; a exclusão das mulheres nos processos decisórios da agricultura familiar; a desvalorização de seus saberes e contribuições econômicas; as restrições ao acesso à informação e à vida pública; e as diversas formas de violência vivenciadas pelas mulheres, compreendidas como obstáculos à consolidação de um projeto agroecológico na região (AS-PTA, 2010a).

A partir da primeira Marcha, as mulheres se transformaram, fortaleceram seu desejo e o compromisso de seguir marchando, como destacaram as entrevistadas nesta pesquisa. Desde então, passou a ser realizada anualmente, totalizando, até o momento, 16 edições (2010 a 2025). A MVMA não se resume ao ato público de ocupar as ruas, trata-se de um processo formativo que envolve a escolha dos temas

² Ver, por exemplo: <<https://cba.aba-agroecologia.org.br/ailton-krenak-encerra-12o-congresso-brasileiro-de-agroecologia-cba-ecoando-a-urgencia-da-agroecologia-para-o-mundo/>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

de cada edição – construídos a partir das vivências das mulheres e da escuta das comunidades – e reuniões preparatórias que promovem momentos de diálogo, sensibilização e formação política. Esse processo se estende para além do dia da Marcha, com o fortalecimento das articulações e a continuidade das lutas.

Entre 2010 e 2025, em municípios do território da Borborema, na Paraíba, a MVMA abordou diversas pautas, tais como as violências contra mulheres e os feminicídios, as desigualdades de gênero na agricultura familiar, o enfrentamento ao racismo, a LGBT+fobia e a cultura patriarcal, além da defesa da democracia como fundamental ao desenvolvimento agroecológico. Nas quatro últimas edições (13ª a 16ª), as mulheres agricultoras têm se mobilizado em defesa da Borborema Agroecológica, contra os megaprojetos de energia eólica e solar, reafirmando a importância da Caatinga viva para a convivência com o semiárido e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Por outro lado, observa-se a expansão de megaprojetos energéticos – eólicos e solares – especialmente no Nordeste brasileiro, promovida por corporações, governos, acordos internacionais, com respaldo na agenda global de enfrentamento às mudanças climáticas provocadas pelo uso intensivo de combustíveis fósseis e na necessidade de transição para fontes renováveis de energia. Nesse contexto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2024) destaca que o Nordeste brasileiro apresenta a maior capacidade instalada de energia renovável, concentrando 90% das usinas eólicas em operação no país, com projeções de expansão nas próximas décadas.

Além disso, segundo a ANEEL (2023), a geração centralizada de energia solar fotovoltaica atingiu 10,4 GW de capacidade instalada no ano de 2023, ultrapassando 5% da potência total outorgada da matriz elétrica brasileira. O estado de Minas Gerais lidera em número de usinas fotovoltaicas com potência outorgada (112 unidades, 3,8 GW), seguido pela Bahia (71 unidades, 2,1 GW) e pelo Piauí (51 unidades, 1,5 GW) (ANEEL, 2024).

Ademais, caso os projetos de usinas solares outorgados sejam implementados até 2027, a energia solar fotovoltaica se posicionará como a segunda maior fonte da matriz de energia elétrica brasileira, sendo responsável pela produção de um terço da energia total gerada nacionalmente (Lunardi; Sousa, 2022).

Nesse contexto, Astrid Ulloa (2021) distingue duas formas de transição energética: a) social – impulsionada por movimentos e organizações de base, propondo rupturas com o modelo capitalista e extrativista, articulando soluções territorializadas e integradas às lutas por soberania energética e alimentar, justiça ambiental e reconfiguração das relações de poder; e b) institucionalizada – promovida por acordos internacionais, políticas estatais e corporações, priorizando a descarbonização por meio de fontes como vento, sol e hidrogênio verde/azul, porém mantendo vínculos com o modelo extrativista, sendo implementada de forma hierarquizada, com pouca ou nenhuma participação local, e recorrendo a medidas compensatórias frente aos impactos e danos provocados.

Nesse sentido, ao longo deste estudo, termos como “transição energética corporativa”, “projetos de energia corporativa ou institucionalizada”, “megaprojetos energéticos”, “modelo corporativo/industrial de energia” ou “grandes projetos energéticos” referem-se à transição energética institucionalizada. Em contraste, expressões como “transição energética justa”, “transição energética pela vida” ou “transição energética justa, popular e democrática” alinham-se à proposta de uma transição social, conforme exposto por Ulloa (2021).

Entre 2022 e 2025, nos municípios de Solânea, Montadas, Areial e Esperança, na Paraíba, a MVMA mobilizou milhares de mulheres em marcha contra a expansão das indústrias eólica e solar na Borborema Agroecológica, em defesa da Caatinga, da vida das mulheres e da agroecologia. Em 2022 e 2023, o tema foi “Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parques eólicos, nem de usinas solares”. Em 2024, a Marcha seguiu com as reivindicações das edições anteriores, reunindo novamente mais de cinco mil mulheres em defesa da “Caatinga Viva, Floresta em Pé”, e, em 2025, mais de seis mil participantes ecoaram coletivamente: “Em defesa da Borborema Agroecológica – nenhum passo a mais para dentro do nosso território”.

Diante disso, emergem os seguintes questionamentos: Como as mulheres agricultoras da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) têm se mobilizado, e que propostas têm apresentado frente à expansão dos megaprojetos de “energia renovável” no semiárido paraibano, especialmente no Polo da Borborema? Quais são as incidências dessas ações nas esferas políticas, socioambientais e educacionais?

Nesse contexto, o objetivo geral desta tese é compreender as mobilizações e propostas das mulheres agricultoras da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) diante da expansão dos megaprojetos de “energia renovável” no semiárido paraibano, especialmente no Polo da Borborema, e suas incidências políticas, socioambientais e educacionais.

Destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Sistematizar o histórico e a organização da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB), com destaque aos fatores que influenciaram a participação das mulheres agricultoras desde a sua idealização até os dias atuais;
- Analisar as principais demandas, reivindicações e conquistas ao longo da trajetória do movimento;
- Discutir como a temática das “energias renováveis” foi incorporada à agenda política da MVMA, com ênfase nos impactos identificados e nas propostas apresentadas pelas mulheres agricultoras;
- Refletir sobre as incidências políticas, socioambientais e educacionais das mobilizações das mulheres da Borborema, com foco em suas contribuições à educação ambiental;
- Relatar as experiências vivenciadas durante o estágio doutoral sanduíche, com ênfase nas dinâmicas da transição energética em comunidades rurais espanholas e nas vozes de mulheres indígenas do Sul Global, em suas aproximações e contrastes com a MVMA.

Argumenta-se que as mobilizações das mulheres em Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia denunciam a transição energética corporativa como reprodutora de um modelo colonial, extrativista, capitalista, racista e patriarcal nos territórios da Borborema, que intensificam violências e desigualdades, e geram impactos diversos, conflitos socioambientais e expropriações. Em contraponto, as mulheres agricultoras da MVMA articulam propostas de um projeto energético descentralizado, democrático e popular, com incidências sociais, políticas e educacionais que fortalecem a construção de um território agroecológico e de uma educação ambiental feminista, antirracista e antipatriarcal.

Esta pesquisa situa-se nas interfaces entre os Estudos Culturais em Educação Ambiental e a Ecologia Política Feminista Latino-Americana (EPFLA), abordando megaprojetos extrativistas e a chamada transição energética corporativa,

a partir (re)patriarcalização dos territórios, do racismo ambiental e colonialismo energético. Dialoga com diferentes vertentes dos feminismos – negro, latino-americanos, ecofeminismos, destacando a interseccionalidade como fundamental para compreender os efeitos articulados do racismo, do patriarcado, do capitalismo e da colonialidade sobre os corpos-territórios das mulheres. Problematisa ainda categorias como “mulher”, “gênero”, “raça”, “natureza” e “cultura”, compreendidas como construções histórico-políticas imbricadas à matriz de opressão colonial.

A proposta de semear apaixonamentos faz referência às sementes da paixão do Polo da Borborema e a uma pesquisa qualitativa feminista em educação ambiental “apaixonadamente subversiva”, conforme propõe Michèle Sato (2001). Trata-se de uma abordagem que concebe a produção de conhecimento como um ato ético, político, situado e comprometido com a transformação social (Sato, 2001).

Diante disso, esta pesquisa focaliza as experiências das mulheres agricultoras da MVMA, não se restringindo a produzir conhecimentos sobre elas, mas implicada com as suas lutas, demandas, mobilizações e propostas (Harding, 1987a; 1987b; Mies, 2021). Ao considerar as relações de gênero, busco também problematizar a universalização, naturalização e atemporalidade de categorias como “gênero” e “mulher”, assim como suas interseccionalidades (Akotirene, 2022; Oyèwùmí, 2021; Wittig, 2019).

Nesse processo, reconheço minhas limitações, vieses e lugar de enunciação, em um exercício de reflexividade sensível, (auto)crítica e atenta aos marcadores sociais – como *gênero*, *raça*, *classe*, *sexualidade*, que permeiam a construção do conhecimento (Curiel, 2020; Haraway, 1995; Harding, 1987b).

Enquanto escrevo, tenho ao lado, sobre a mesa, um porta-retrato com uma fotografia onde estão a minha mãe (mulher negra) e o meu pai (homem branco). Estão no sítio, tendo como plano de fundo uma mangueira e, ao centro, ambos estão ao redor de um pé de jabuticaba que tinham acabado de plantar. Participei e registrei esse momento, que me inspira a seguir semeando pesquisas e práticas educacionais comprometidas com a transformação das estruturas coloniais, excludentes e opressoras.

Falando em corporificação e conhecimento situado (Haraway, 1995), destaco, ainda, o meu lugar enquanto mulher branca, brasileira, nordestina, da classe trabalhadora, lésbica, feminista, e que acredita na auto-organização das mulheres,

na prática do dissenso, da meditação e dos sonhos como catalisadores de mudanças radicais.

Nesse contexto, esta pesquisa dialoga com a perspectiva etnográfica feminista (Sobreira, 2022), que reconhece tanto a corporalidade da pesquisadora no campo, como as resistências e os modos de exercício do poder que atravessam as relações. Trata-se, portanto, de uma investigação possibilitada pelo encontro, pelo diálogo, pela escuta e pela construção coletiva do conhecimento com as mulheres da MVMA.

Durante o percurso, foram realizadas: a) Análise documental das Cartas Políticas resultantes de todas as edições da MVMA até o momento (de 2010 a 2025); b) Entrevistas narrativas com mulheres em posições de liderança no movimento; e c) Observação participante em edições da MVMA relacionadas ao tema investigado. Soma-se ainda a experiência no estágio doutoral sanduíche, financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado na Facultat d'Educació da Universitat de Barcelona (UB), no decorrer de setembro a novembro de 2024.

Os dados foram analisados com base na Análise Textual Discursiva, da qual emergiram oito categorias, organizadas em metatextos que articularam as análises empíricas com os referenciais teóricos e experiências de campo, dispostos nos três capítulos finais.

Esta tese encontra-se organizada em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “Estudos Culturais, (Eco)Feminismos e Educação Ambiental”, busco contextualizar os Estudos Culturais em Educação (ECE), com ênfase nas produções do Nordeste brasileiro, e dialogar com os (eco)feminismos a partir da interseccionalidade, problematizando categorias como “mulher”, “gênero”, “raça”, “natureza” e “cultura”. Essas categorias são discutidas e situadas na Ecologia Política Feminista Latino-Americana abordando os modelos extrativistas de acumulação capitalista e a transição energética corporativa, com foco na (re)patriarcalização dos territórios, do racismo ambiental e do colonialismo energético. Enfatizam-se as mobilizações e resistências das mulheres frente às violências impostas, evidenciando-se a urgência de tensionar os debates e as práticas nas articulações entre Estudos Culturais (EC) e Educação Ambiental (EA).

No segundo capítulo, intitulado “*Apaixonadamente subversiva: pesquisa qualitativa feminista em educação ambiental*”, discuto a abordagem da pesquisa, o percurso metodológico (análise documental, entrevistas narrativas, observação participante, relato de experiência), assim como o processo de análise textual discursiva dos dados produzidos (unitarização, categorização e metatextos), além dos comprometimentos éticos.

O terceiro capítulo, por sua vez, discorre sobre o “Panorama histórico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia no Estado da Paraíba: formação, trajetórias e contextos”. Nele apresentam-se a inserção e a atuação das mulheres agricultoras do Polo da Borborema na liderança sindical e suas incidências sociopolíticas. Em seguida, são abordados os contextos preparatórios e ocupação das ruas – com foco na realização da primeira Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia e suas ressonâncias. Por fim, discutem-se as principais demandas, reivindicações e conquistas acumuladas ao longo da trajetória da MVMA.

No quarto capítulo, intitulado “*Energia renovável, sim, mas não assim: perspectivas (eco)feministas da transição energética e incidências na educação ambiental*”, são abordados o contexto de emergência e incorporação de pautas referentes à “energia renovável” na agenda da MVMA, assim como os impactos vivenciados, constatados e evidenciados pelas mulheres agricultoras da Marcha. Destacam-se ainda as incidências das discussões no campo da educação ambiental, a partir de uma perspectiva (eco)feminista construída por meio do diálogo e da produção coletiva do conhecimento, considerando as realidades, desafios, lutas, propostas e conquistas das mulheres agricultoras da MVMA frente às dinâmicas extrativistas no território agroecológico da Borborema.

No quinto capítulo, apresento um relato das experiências vivenciadas durante o estágio doutoral sanduíche realizado na *Facultat d'Educació da Universitat de Barcelona* (Espanha), com ênfase nas dinâmicas da transição energética em comunidades rurais espanholas e nas vozes de mulheres indígenas do Sul Global, evidenciando aproximações e contrastes com a MVMA. Destaca-se a participação em palestras conduzidas por um representante de um parque eólico para turmas escolares; a entrevista com o gestor de uma usina nuclear em processo de desmonte, situada na província de Tarragona, Espanha; as reflexões decorrentes da participação em eventos sobre o tema da pesquisa; e a participação em conversas com líderes indígenas, como Ehuana Yaira Yanomami (Brasil) e Patricia Gualinga

(Equador), que ocorreram dentro da programação da exposição *Amazonias – El Futuro Ancestral*, exibida no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona entre novembro de 2024 e maio de 2025.

Por último, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

2 ESTUDOS CULTURAIS, (ECO)FEMINISMOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo propõe um diálogo entre os Estudos Culturais, os (eco)feminismos e a Educação Ambiental, delineando o fio teórico-epistemológico que conduz esta pesquisa. A partir de uma abordagem qualitativa (eco)feminista, de caráter bibliográfico e reflexivo, busco contextualizar os Estudos Culturais em Educação (ECE), com ênfase nas produções do Nordeste brasileiro, e dialogar com os (eco)feminismos a partir da interseccionalidade, problematizando categorias como “mulher”, “gênero”, “raça”, “natureza” e “cultura”. Essas categorias são discutidas em suas imbricações com os modelos extrativistas de acumulação capitalista, que seguem produzindo violências sobre corpos e territórios – especialmente os das mulheres – evidenciando a urgência de tensionar os debates e as práticas no campo da Educação Ambiental (EA).

As discussões foram fundamentadas através de referenciais estudados e discutidos nas disciplinas específicas cursadas da linha de Estudos Culturais da Educação (PPGE/UFPB), bem como de revisões efetuadas no Portal *On-line* – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/PPGE/UFPB), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em bases de dados (e.g., *Scopus*, *Scielo*, Portal da Capes), bem como em livros, matérias disponibilizadas em sites, dentre outros materiais ligados ao tema.

O capítulo encontra-se organizado em três momentos. No primeiro, será feita uma breve contextualização dos ECE, enfatizando as principais direções de pesquisas e percursos metodológicos nesse campo no Nordeste brasileiro. O segundo, estabelece um diálogo com os feminismos – negro, latino-americanos, ecofeminismos –, destacando a interseccionalidade como fundamental para compreender os efeitos articulados do racismo, do patriarcado, do capitalismo e da colonialidade sobre os corpos e territórios das mulheres. Problematizam-se categorias dicotômicas e hierárquicas (e.g., mulher/homem, natureza/cultura), compreendidas como construções histórico-políticas imbricadas à matriz de opressão colonial.

Além disso, situa-se o debate na Ecologia Política Feminista Latino-Americana (EPFLA), abordando megaprojetos extrativistas e a chamada transição energética corporativa, a partir da (re)patriarcalização dos territórios, do racismo ambiental e colonialismo energético. Enfatizam-se as mobilizações e

resistências das mulheres frente às violências impostas pelo modelo capitalista, racista e patriarcal, com destaque para a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Por fim, destacam-se as implicações no campo da educação ambiental.

2.1 Estudos Culturais em Educação a partir do Nordeste do Brasil³

Desde a sua fundação no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) na Universidade de Birmingham, os Estudos Culturais (EC) têm sido caracterizados por sua pluralidade anti/in(ter)disciplinar, apresentando recusas em aderir a definições epistemológicas, estruturas conceituais fixas e princípios estáticos (Martino, 2012). Esse campo tem sido marcado, portanto, pela abertura, versatilidade e por saberes nômades, transgressivos, multifacetados, antropofágicos, marginais (Bonin *et al*, 2020).

Os EC se interessam em descrever e intervir nos modos de produção, inserção e funcionamento das práticas culturais no dia a dia dos seres humanos e nas formações sociais, com a finalidade de enfrentamento e possível transformação das estruturas de poder (Grossberg, 2009). Nesse sentido, não se restringem à descrição de situações, mas buscam o posicionamento hipercrítico, no intuito de desvelar os jogos de poder subjacentes às construções de verdades e aos significados impostos, problematizando e refletindo de modo contínuo sobre metanarrativas, saberes e práticas estabelecidas e/ou naturalizadas no âmbito acadêmico e na sociedade (Veiga-Neto, 2000).

Ao invés de soluções prontas e imediatas, os EC se propõem a indicar problemáticas que atingem a sociedade contemporânea, mapear as suas condições de possibilidade, investigando as circunstâncias da sua emergência, os sujeitos envolvidos e as práticas implicadas em tais problemáticas, a fim de contribuir para ações políticas emancipatórias (Bonin *et al.*, 2020).

No campo da educação brasileira, a institucionalização dos EC teve início em meados dos anos 1990, quando se estabeleceram como linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), sendo também incorporados como área de concentração no mestrado em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS)

³ Uma versão deste tópico foi aprovada para apresentação no evento *WERA Focal Meeting 2025*.

(Wortmann; Costa; Silveira, 2015). Logo depois, no Nordeste, em 2007, a linha de pesquisa em Estudos Culturais da Educação foi instituída no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), onde encontra-se inserida a presente pesquisa⁴.

Levando em consideração os “distintos esforços analíticos já empreendidos para sistematizar percursos investigativos derivados do encontro entre Estudos Culturais e Educação”, relacionados em sua maioria a produções desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação em educação situados na região Sul do país (Bonin *et al.*, 2020, p. 6; Costa; Silveira; Sommer, 2003; Wortmann; Costa; Silveira, 2015), e a carência de produções voltadas ao Nordeste brasileiro, este capítulo focaliza o encontro entre Estudos Culturais e Educação a partir da criação da Linha de Pesquisa em Estudos Culturais em Educação do PPGE/UFPB.

Para tanto, foi efetuada uma revisão das teses e dissertações produzidas ao longo dos 15 anos da linha, desde a sua institucionalização em 2007 até 2022⁵, com a finalidade de verificar as principais direções das pesquisas empreendidas e, no caso de investigações voltadas para a questão ambiental, como a temática vem sendo discutida no âmbito dos ECE no programa mencionado.

Foram localizados 83 trabalhos, sendo 49 dissertações e 34 teses, disponibilizados no portal *on-line* do referido programa (SIGAA/PPGE/UFPB). Posteriormente, foram realizadas leituras dos resumos de cada trabalho, atentando para os seguintes elementos: título, autoria, tipo (tese/dissertação), orientador/a, objetivo, metodologia e palavras-chave. Os dados foram dispostos no *Microsoft Excel* e analisados com o suporte do software de análise de dados qualitativos *Atlas.ti*⁶, que contribuiu com a organização em unidades de registro e categorias posteriores, otimizando a análise.

Os resultados evidenciaram o aumento gradual das produções na linha dos ECE no PPGE/UFPB ao longo de quinze anos, concentrando uma maior produção

⁴ A partir da criação do doutorado pela Resolução 35/2002 do CONSEPE/UFPB, o PPGE/UFPB definiu sua área de concentração em Educação Popular, Comunicação e Cultura, e inseriu a linha de Estudos Culturais e Tecnologias da Informação e Comunicação. Na reforma curricular de 2007, a linha passou a se chamar Estudos Culturais da Educação, conforme a Resolução nº 52/2007 do CONSEPE/UFPB.

⁵ O levantamento foi realizado com a colaboração de Alcidesio Oliveira da Silva Júnior, colega da turma 41 do Doutorado em Educação do PPGE/UFPB.

⁶ Disponível em: <<https://atlasti.com/>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

entre 2017 e 2022, que indicam sua consolidação e vitalidade no Nordeste do Brasil. Ademais foram identificadas quatro direções principais de estudos:

- a) *Identidade, diferença e diversidade cultural* – abrange temáticas relacionadas às relações de gênero, raça/etnia, sexualidade, estudos sobre deficiência e inclusão, estudos surdos e processos de construção identitária.
- b) *Cultura Digital e Tecnologias de Ensino-Aprendizagem* – abarca temas relacionados a ambientes virtuais de aprendizagem, educação a distância, letramento e educação digital, cultura acadêmica e competências tecnológicas. Incluem ainda discussões sobre cibercultura, formação docente e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos processos educativos.
- c) *Pedagogias Culturais* – dizem respeito aos saberes, processos e práticas educativas desenvolvidos em distintos contextos, como a gestão e a prática docente, o autocuidado na docência, e questões relacionadas ao currículo e à cultura escolar. Também abrangem pesquisas desenvolvidas em diálogo com assentamentos, irmandades, rodas de capoeira, ambientes virtuais, redes sociais, entre outros; e
- d) *Discursos* – diferentes formas de enunciação presentes em contextos diversos, incluindo discursos docentes, discurso em imagens e história em quadrinhos, bem como os que atravessam a relação entre família e escola, e aqueles ligados à identidade negra e às ações afirmativas.

Quanto aos percursos metodológicos dos estudos analisados, destaca-se a predominância da abordagem qualitativa no empreendimento de diferentes tipos de pesquisas, por exemplo: pesquisa-ação, participante, bibliográfica, narrativa, autobiográfica e estudo de caso. Os vários caminhos de produção e análise de dados incluem entrevistas, histórias de vida, história oral, mapa conceitual, observações, análise documental, análise do discurso, análise de conteúdo, análise textual discursiva, análise temática, autobiografia, cartografia, abordagem triangular e análise cultural.

Apesar da diversidade das pesquisas desenvolvidas, nota-se a ausência de teses e dissertações que tratam diretamente da Educação Ambiental. Tal lacuna não deve ser entendida como mera carência ou sinal de inexistência de pesquisas que abordam a educação ambiental em outras linhas do programa, mas como uma possibilidade de expansão. Nesse sentido, abre-se um campo fértil para ampliar o

escopo investigativo e fortalecer articulações entre os Estudos Culturais, Feminismos e a Educação Ambiental, especialmente a partir do contexto nordestino.

2.2 Diálogos (eco)feministas

Ainda que os estudos culturais, os estudos subalternos e os pós-coloniais tenham ampliado o espaço para vozes silenciadas, Ochy Curiel (2019) questiona até que ponto esses estudos descentram de fato “o” sujeito, ou se apenas incorporam a diferença como uma via estratégica de legitimação intelectual, mantendo vieses androcêntricos e coloniais. No contexto dos EC, bell hooks (2019, p. 254) destaca a necessidade de interrogar “quem são os sujeitos” envolvidos nos debates culturais contemporâneos e para quem se dirigem os discursos e práticas produzidos nesse campo, sobretudo quando abordam questões ligadas à diferença e à *alteridade*.

Além disso, hooks (2019, p. 249) critica a produção de conhecimento em EC restrita a círculos acadêmicos, enfatizando que essa dinâmica reproduz “padrões de dominação colonial nos quais o *Outro* é sempre objeto, apropriado, interpretado, comandado pelos que estão no poder”. Ressalta ainda a importância de incorporar múltiplos discursos e perspectivas nesse âmbito, alertando que diferentes práticas discursivas e modos de produção do conhecimento podem ser rapidamente apropriados e cooptados pelos sistemas de dominação vigentes (hooks, 2019).

Em diálogo com os feminismos, os EC não apenas inauguram e ampliam rumos teóricos, mas buscam provocar perturbações e fissuras no *status quo* acadêmico, assim como implementar mudanças e práticas transformadoras em diferentes esferas sociais, conforme hooks (2019). Nesse horizonte, Patrícia Hill Collins (2022) reconhece as contribuições dos EC de vertente britânica, especialmente de Stuart Hall, na teoria social crítica e para a elaboração de sua obra “Bem mais que ideias – a interseccionalidade como teoria social crítica”, destacando ainda abertura do campo para a incorporação de novas ideias e epistemologias.

Como observa Collins (2022), os EC apresentam uma expressiva trajetória de investigações voltadas às dinâmicas das relações de poder que perpassam raça, gênero, sexualidade, classe, etnia e nação, em estreita relação com os contextos sociais nos quais emergem. Fundamentam-se na compreensão da cultura como um espaço institucional central na produção e reprodução das desigualdades sociais (Collins, 2022).

A interseccionalidade, por sua vez, reconhece que a desigualdade social não resulta de um único fator, mas das interações entre múltiplas categorias de poder – como raça, gênero e classe –, o que torna sua compreensão mais complexa (Collins, 2022). Collins destaca que seu foco consiste na análise relacional dessas categorias, contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento de pesquisas, estudos e práticas no âmbito dos Estudos Culturais.

A autora elucida que, embora Kimberlé Crenshaw seja amplamente reconhecida por ter nomeado a interseccionalidade como conceito, a relevância da resistência à violência – como catalisadora analítica – muitas vezes se perde nos usos posteriores do termo. Destaca, ainda, que Crenshaw não buscava inaugurar um novo campo acadêmico, mas chamar atenção para a “violência como um problema social”, a partir das experiências de “mulheres de cor” (Collins, 2024, p.17).

Inspirada em práticas de justiça social já presentes nos feminismos negro e latino-americano, a proposta de Crenshaw evidenciava que a violência dirigida a essas mulheres, no contexto dos Estados Unidos, demandava respostas políticas capazes de reconhecer raça e gênero como sistemas interligados de poder (Collins, 2024).

O conceito de interseccionalidade emerge, portanto, como uma crítica às limitações analíticas – jurídicas, políticas e acadêmicas – baseadas em categorias isoladas de discriminação, como apenas racismo ou apenas sexismo (Crenshaw, 1989). Em seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex* (1989), Kimberlé Crenshaw argumenta que diferentes formas de opressão (e.g., racismo, sexismo, classismo) não operam de forma separada, mas se entrelaçam e se articulam na vivência de sujeitos historicamente marginalizados, especialmente mulheres negras, produzindo efeitos específicos que não podem ser compreendidos pela simples adição entre racismo e sexismo.

Aproximadamente três décadas depois da publicação do mencionado artigo, em entrevista concedida à *Columbia Law School*, por ocasião do 20º aniversário do *African American Policy Forum* (AAPF), do qual é cofundadora, Crenshaw (2017) discute a emergência, usos e sentidos do conceito de interseccionalidade, destacando sua aplicação na luta por justiça social em diferentes âmbitos, bem como os limites das interpretações equivocadas do termo. A autora defende sua utilização como ferramenta prática de intervenção educacional, política e

comunitária, desenvolvendo formas de vislumbrar as problemáticas e intervir de modo eficaz na defesa de direitos.

A interseccionalidade é uma lente através da qual você pode ver onde o poder surge e colide, onde se interliga e se cruza. Não se trata simplesmente de um problema racial aqui, um problema de gênero aqui e um problema de classe ou LGBTQIA+ ali. Muitas vezes, essa estrutura apaga o que acontece com as pessoas que estão sujeitas a todas essas coisas. (...) A outra questão é que a interseccionalidade pode ser usada como um termo genérico para significar: “Bem, é complicado”. Às vezes, “é complicado” é uma desculpa para não fazer nada. (...) Tentamos transformar ideias em ferramentas práticas que defensoras, defensores e comunidades possam utilizar. Parte desse trabalho é a educação pública (Crenshaw, 2017, tradução própria)⁷.

Em contrapartida, Ochy Curiel (2020, p. 137) critica o conceito de interseccionalidade formulado por Kimberlé Crenshaw, considerando-o “uma proposta liberal e moderna, ainda que tenha sido elaborado por uma afro-americana”, por não problematizar suficientemente a produção das diferenças que marcam, por exemplo, as experiências de “mulheres racializadas e empobrecidas”. Para Curiel (2020, p. 137), um posicionamento feminista decolonial implica compreender que categorias como raça, gênero, classe e heterossexualidade “são constitutivas da episteme moderna colonial; não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno”.

Carla Akotirene (2022) reconhece a crítica de Ochy Curiel à interseccionalidade, apontando que ela se dirige a interpretações liberais e despolitizadas do conceito, desvinculadas de uma crítica às estruturas de poder colonial e racista. No entanto, ressalta que a crítica de Curiel não invalida a potência da interseccionalidade tal como formulada por Kimberlé Crenshaw no contexto do feminismo negro estadunidense.

Com base nisso, Akotirene (2022) situa a interseccionalidade como uma ferramenta política e ancestral pensada e proposta por feministas negras, cuja potência analítica vai muito além da mera soma de marcadores identitários. Trata-se de um instrumental que desvela as condições estruturais de um sistema de opressões interligadas – racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado –, que produz e

⁷ Entrevista completa disponível em: <https://www.law.columbia.edu/news/archive/kimberle-crenshaw-intersectionality-more-two-decades-later>. Acesso em 16 abr. 2025.

sustenta a *matriz de opressão moderno-colonial*. É no âmbito dessa matriz que se produzem as “avenidas identitárias”, nas quais principalmente as “mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2022, p. 14).

O conceito de interseccionalidade está em disputa acadêmica (...). A proposta de conceber a inseparabilidade entre cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico. (...) Para nós, mantermos o feminismo negro é dizer que a interseccionalidade denota riqueza epistêmica, que desta vez não será tirada da diáspora africana (Akotirene, 2022, p. 51).

Considero que o diálogo, as críticas e as divergências entre as diversas vertentes feministas evidenciam o caráter dinâmico dos feminismos e a heterogeneidade de suas epistemologias, que devem ser contextualizadas geopoliticamente e historicamente, reconhecendo os atravessamentos das relações de poder coloniais. Nesta tese, mobilizo diferentes enfoques – como o feminismo negro, ecofeminismos, feminismos decoloniais e comunitários –, articulando autoras que nem sempre convergem, mas que, em conjunto, explicitam a complexidade e a diversidade do campo, ampliando o horizonte analítico e fortalecendo distintas formas de produção de conhecimento e de resistência.

No contexto desta pesquisa, a interseccionalidade mostra-se particularmente potente, tanto por sua instrumentalidade conceitual – ao articular raça, gênero, classe, sexualidade de forma relacional – como por sua sensibilidade analítica e interpretativa frente aos efeitos identitários dessas opressões, como destaca Akotirene (2022). Ademais, sua atenção à *matriz de opressão moderno-colonial* aponta caminhos para minimizar reduções analíticas centradas em um único eixo de dominação – por exemplo, o foco apenas no gênero (Akotirene, 2022).

Peço licença, portanto, às feministas negras e ao feminismo negro para dialogar com suas contribuições, reconhecendo as minhas limitações e possíveis vieses, bem como o fato de que “o letramento produzido nesse campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras” (Akotirene, 2022, p. 23), e por todas as pessoas que assumem um compromisso ético-político de enfrentamento e transformação das múltiplas colisões do racismo, do cisheteropatriarcado e do imperialismo sobre os corpos-territórios.

Através da interseccionalidade como ferramenta analítica evidencia-se também como as desigualdades sociais são produzidas e reproduzidas pelos domínios de poder – interpessoal, estrutural, disciplinar e cultural – invocando múltiplos sentidos de usos das estruturas interseccionais no estudo de fenômenos sociais (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2024). O Quadro 1 destaca como esses quatro domínios de poder atuam de forma interdependente, conformando uma *matriz de dominação* que estrutura as relações hierárquicas no contexto da agricultura familiar.

Quadro 1 – Domínios de poder e algumas expressões na agricultura familiar

Domínio de poder	Descrição	Expressões na agricultura familiar
Interpessoal	Refere-se às interações cotidianas e às formas de tratamento entre indivíduos.	Violências diversas vivenciadas ou testemunhadas pelas mulheres agricultoras no cotidiano – como a distribuição desigual das tarefas domésticas e produtivas, a invisibilização do trabalho e o silenciamento ou deslegitimação em espaços comunitários.
Estrutural	Diz respeito ao papel das instituições centrais na reprodução, enfrentamento ou negligência das desigualdades.	Acesso desigual das mulheres a políticas públicas (crédito, assistência técnica, habitação); ausência ou precariedade de serviços de saúde e educação; instituições, como sindicatos de trabalhadoras/es rurais, que reproduzem desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade.
Disciplinar	Envolve a aplicação diferenciada de regras e regulamentos a grupos sociais específicos.	Burocracias que dificultam o acesso de mulheres a titularidades da terra e financiamentos; regras impostas por mercados e programas governamentais; punições simbólicas ou materiais, bem como ameaças de violência para manter papéis e posições sociais subalternizadas.
Cultural	Produz valores, discursos e significados que naturalizam hierarquias, justificam desigualdades e legitimam a (re)produção das violências.	Discursos que (re)produzem estereótipos e práticas racistas, sexistas, classistas e capacitistas; discursos que inferiorizam os saberes e as experiências das mulheres agricultoras; naturalização da violência contra as mulheres no âmbito doméstico e comunitário/social; desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres; expropriação de territórios agroecológicos em nome do “progresso”, “das mudanças do clima” ou da “transição energética”.

Fonte: dados da pesquisa, 2025. Elaborado pela autora, a partir de Collins (2019; 2024).

A *matriz de dominação* refere-se a “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade”, sendo caracterizada por “(1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, classe social, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade; e (2) uma organização

particular de seus domínios de poder” (Collins, 2019, p. 521). Desse modo, torna-se fundamental situar a interseccionalidade em seus respectivos contextos geopolíticos, uma vez que as intersecções de raça, gênero e classe no Brasil são distintas daquelas que ocorrem, por exemplo, nos Estados Unidos, produzindo matrizes específicas de dominação (Collins, 2024).

No cenário brasileiro, Akotirene (2022), a partir do feminismo negro decolonial, corrobora com Collins (2024) ao evidenciar a *matriz de opressão moderno-colonial* como um sistema interconectado de opressões que, embora compartilhe histórias de violência e dominação com outros países envolvidos no tráfico transatlântico de pessoas – como os Estados Unidos –, não pode ser reduzido às mesmas dinâmicas, pois isso implicaria desconsiderar suas especificidades históricas. Por ser histórica e geopoliticamente situada, cada matriz posiciona os grupos sociais de modos específicos e, simultaneamente, delineia o campo no qual tais grupos (e.g., mulheres negras, agricultoras) buscam intervir e transformar as relações de poder (Collins, 2019).

De acordo com o Quadro 1, as violências e deslegitimações cotidianas que as mulheres agricultoras vivenciam (domínio interpessoal) inscrevem-se em históricas estruturas sociopolíticas e institucionais racistas, gendradas, cisheteropatriarcais e classistas, que limitam seu acesso a serviços e políticas públicas (domínio estrutural). Por sua vez, essas desigualdades articulam-se a burocracias e normativas que restringem sua autonomia e mantêm posições subalternizadas (domínio disciplinar), enquanto discursos e práticas culturais naturalizam violências com base no gênero, raça, classe e sexualidade, desvalorizam saberes e legitimam processos de expropriação territorial, reproduzindo culturalmente essas hierarquias (domínio cultural).

Ainda em interlocução com Collins (2024), as estratégias de resistência aos diferentes domínios de poder são inúmeras, e, no caso do movimento de Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, a política cultural destaca-se como um espaço fundamental de ativismo contra as diversas formas de violências. É na esfera cultural que se produzem e se disputam os significados que definem o quê, explicam o porquê e o como da violência, assim como quem é reconhecido como sujeito digno de proteção e quem é construído como alvo (Collins, 2024) – como ocorre, por exemplo, nas dinâmicas transição energética corporativa no semiárido paraibano (Silva; Carvalho, 2024).

A centralidade da cultura na compreensão, no enfrentamento e na transformação das relações interseccionais de poder é ressaltada por Hall (1997, p. 23), ao afirmar que:

A cultura não é uma opção “soft”. Não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior (Hall, 1997, p. 23).

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (2020b, p. 76) evidencia o papel constitutivo da cultura na produção e legitimação das violências e desigualdades, destacando o racismo como “uma sintomática da neurose cultural brasileira”, cuja “articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Tal neurose manifesta-se por mecanismos de recalçamento, denegação e ocultação dos sintomas, que sustentam a *ideologia do branqueamento* e o *mito da democracia racial*.

Conforme Gonzalez (2020b, p.76), a ideologia do branqueamento diz respeito aos aparatos de dominação, internalização e reprodução de valores brancos ocidentais; enquanto o *mito da democracia racial* forja historicamente o Brasil como um “paraíso racial”, onde a suposta ausência de racismo é frequentemente atribuída ao “processo de mestiçagem/miscigenação”. Em contrapartida, a autora elucida que a expressiva presença de pessoas mestiças no Brasil decorre dos estupros, manipulações e violências sexuais cometidas contra mulheres negras escravizadas (Gonzalez, 2020b).

Desse processo histórico emergem representações relacionadas às experiências e aos lugares atribuídos às mulheres negras – como as figuras da mucama, da mulata, da doméstica e da mãe preta –, expressando, simultaneamente, os mecanismos de rejeição e integração que permeiam a constituição cultural da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020b).

Ao abordar as interconexões entre racismo, sexismo, colonialismo, capitalismo e seus efeitos na cultura brasileira, Gonzalez (2020b) articula debates e intervenções hoje nomeadas como interseccionais, amplamente incorporadas às pautas e agendas de diversas vertentes epistemológicas e movimentos feministas, como o feminismo negro, o ecofeminismo e o feminismo camponês popular.

O combate às diversas expressões de violência constitui pauta indispensável para os movimentos por justiça social, mobilizando agendas pelos direitos das mulheres, de pessoas LGBTQIA+, dos direitos civis e contra as guerras, desde meados do século XX, de acordo com Collins (2024). Em diálogo, Silvia Federici (2022) aponta que, em toda a América Latina, os movimentos de mulheres têm constituído uma das principais forças de transformação social.

Nesse cenário, desde o final da década de 1980, os ecofeminismos em *Abya Yala*⁸ vêm se constituindo como um campo teórico-prático e político que, em suas diferentes vertentes, articula o enfrentamento às diversas expressões de violência interseccional (e.g., patriarcal, racista e classista), a autonomia e a soberania alimentar, o reconhecimento dos direitos de diferentes grupos de mulheres (e.g., indígenas, agricultoras, urbanas e negras), bem como a dimensão da espiritualidade e a formação política como estratégias de fortalecimento da participação das mulheres nas diversas esferas sociais, conforme elucida o coletivo ecofeminista venezuelano LaDanta LasCanta (2018).

Nos últimos anos, diante da expansão de projetos extrativistas em *Abya Yala*, a despatriarcalização, a defesa dos direitos territoriais e coletivos, a descolonização e a proteção das defensoras/es dos territórios-corpos-terra passaram a integrar de modo mais explícito a agenda ecofeminista da região (LaDanta LasCanta, 2018). Ainda que muitos grupos e movimentos não se nomeiem ecofeministas, suas epistemologias, lutas e práticas compõem o que o coletivo LaDanta LasCanta (2018) sublinha como “imaginários ecofeministas”, na medida em que sustentam uma práxis de resistência ao extrativismo e às múltiplas formas de exploração que incidem sobre corpos, territórios e modos de vida.

No horizonte latino-americano de agendas, práticas e “imaginários ecofeministas” destacam-se as contribuições do feminismo camponês popular no Brasil. No campesinato brasileiro, Almeida e Jesus (2020) enfatizam a necessidade de uma abordagem feminista, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista como indispensável à transformação social. As autoras evidenciam que a luta pela autonomia econômica, pelo reconhecimento do trabalho das mulheres no/do campo – negras, indígenas, quilombolas –, assim como o enfrentamento às diferentes formas de violência, constituem os pilares do projeto de agricultura camponesa e

⁸ Optar pela denominação *Abya Yala*, em vez de América Latina, implica um posicionamento crítico que reafirma a presença viva e resistente dos povos indígenas (LaDanta LasCanta, 2018).

agroecológica, sendo fundamentais para a implementação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida no campo (Almeida; Jesus, 2020).

Ressalta-se que, ao problematizar noções essencialistas da diferença, os estudos culturais, em diálogo com a interseccionalidade, deslocam o foco das diferenças identitárias para as relações de poder que (re)produzem desigualdades, compreendendo as diferenças como relacionais e atentando para seus efeitos e formas de resistência (Akotirene, 2022; hooks, 2019). Nessa perspectiva, para aprofundar a discussão sobre os movimentos liderados por mulheres, torna-se necessário explicitar as diferenciações hierarquizantes constitutivas da epistemologia moderna-colonial (Curiel, 2020), que incidem sobre as disputas em torno da transição energética, dos corpos e dos territórios das mulheres.

2.2.1 Breve reflexão sobre as categorizações: mulher-gênero-raça-classe-natureza-cultura...

Monique Wittig (2019) destaca que “homem” e “mulher” não são categorias naturais e homogêneas, mas construções políticas, ideológicas e econômicas que sustentam a heterossexualidade compulsória e o regime de gênero binário, legitimando formas de exploração e opressão. Em sua crítica radical, Wittig argumenta que a categoria “mulher”, tal como é socialmente instituída, só existe em oposição ao “homem”, dentro de um sistema heterossexual que define as mulheres como uma classe subordinada.

Assim, “a recusa em se tornar (ou continuar) heterossexual sempre significou recusar se tornar um homem ou uma mulher, conscientemente ou não” (Wittig, 2019, p. 86). Trata-se, segundo a autora, de uma rejeição aos poderes político, ideológico e econômico impostos pela categoria homem. Ao reivindicar o fim da categoria “mulher” como identidade natural e imutável, Wittig (2019) propõe o fim da heterossexualidade compulsória e da diferença construída com base nos sexos como forma de sobrevivência e libertação.

Oyèrónké Oyěwùmí (2021) também problematiza a categoria “mulher”, entendida como essencializada, subordinada, universalizada e definida em oposição ao “homem”. Com base em sua análise da sociedade iorubá pré-colonial, a autora argumenta que ali não existia a noção de “mulher” nos moldes generificados ocidentais. A noção de “mulher” utilizada nas pesquisas resulta de experiências e

contexto histórico ocidental, “enraizado em discursos filosóficos sobre as distinções entre corpo, mente e alma, em ideias sobre determinismo biológico e ligações entre o corpo e o *social*” (Oyěwùmí, 2021, p.20).

Além disso, Oyěwùmí (2021), problematiza a universalidade e atemporalidade das categorias de gênero, bem como o gênero como principal organizador da vida em sociedade. Com base na sociedade iorubá pré-colonial, a autora evidencia que o corpo não era fundamento de hierarquias sociais, não havendo, portanto, estratificação de acordo com distinções anatômicas, de modo que o gênero não era central na organização social. A classificação social era delineada, sobretudo, pela senioridade, geralmente associada à idade, assim como pela identidade relacional, isto é, as posições sociais das pessoas mudavam de acordo com quem estavam interagindo (Oyěwùmí, 2021).

Desse modo, enquanto variável e categoria analítica, “o gênero não pode ser invocado da mesma maneira e no mesmo grau em diferentes situações no tempo e espaço” (Oyěwùmí, 2021, p.131), sendo necessário situá-lo dentro de sistemas culturais específicos, tanto locais quanto globais, mapeando criticamente seu histórico e articulações com outros sistemas sociais. No entanto, ainda em consonância com Oyěwùmí (2021), não há dúvidas quanto ao seu *lugar e tempo* nas investigações acadêmicas, já que resulta de processos de colonização.

Joan Scott (2019) destaca que o gênero constitui as relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos, operando como uma das principais formas de significar as relações de poder. Ressalta ademais que o termo “gênero” emerge de tentativas empreendidas pelas feministas na contemporaneidade para demarcar um campo específico de definição, enfatizando a inadequação das teorias existentes em abordar as desigualdades entre homens e mulheres (Scott, 2019).

A metáfora dos caleidoscópios, apresentada por Sardenberg (2015, p. 89), pode auxiliar “a pensar gênero construindo e sendo construído, simultaneamente, pelos demais marcadores sociais que são tensionados em contextos específicos”. Conforme a autora, os movimentos desse caleidoscópio, ora para um lado, ora para outro, geram mosaicos de gênero resultantes das intersecções entre os diferentes marcadores sociais, constituindo, assim, posições sociais específicas em diversos contextos. Tais mosaicos representam, portanto, as “posicionalidades de gênero”, isto é, o lugar social ocupado por cada pessoa em um dado contexto, que contorna as suas vivências e forja as suas identidades (Sardenberg, 2015).

Maria Lugones (2019), por sua vez, argumenta que a introdução colonial do conceito moderno de gênero está interligada à introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza, central para o capitalismo, enfatizando como a imposição colonizadora dos gêneros está ligada à exploração e manipulação ambiental.

Uso o termo colonialidade para nomear não apenas uma forma de classificar pessoas através de uma colonialidade do poder e dos gêneros, mas também para pensar sobre o processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano. Aqui existe um contraste forte com o processo de conversão que constitui a missão evangelizadora cristã (Lugones, 2019, p. 361).

Nesse sentido, de acordo com a autora, “a categoria *mulher colonizada* é vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (Lugones, 2019, p.362). A noção de colonialidade de gênero, proposta por Lugones (2019), evidencia que a lógica colonial instituiu diferenças coloniais, dicotomias e hierarquias que impuseram uma classificação racial que não apenas subalternizou historicamente determinados povos, mas os desumanizou, negando-lhes a condição plena de sujeitos. Povos indígenas, africanas/os escravizadas/os, mulheres negras, não-brancas, latino-americanas e camponesas, por exemplo, foram historicamente posicionadas fora da categoria de “humano universalizada”, associadas ao trabalho forçado, à animalização e à expropriação de seus corpos, territórios e saberes (Lugones, 2019).

Ainda em consonância com Lugones (2019), essa mesma lógica se estende à forma como a natureza foi convertida em objeto de exploração e manipulação ambiental, instaurando uma divisão radical entre o humano – homem, branco, cristão, europeu – e tudo o que é colocado como seu “outro”: corpos racializados, territórios colonizados e formas de vida não humanas.

Em diálogo, Mignolo (2017) ressalta que o início da revolução colonial implicou na imposição do conceito ocidental de natureza, descartando, por exemplo, a perspectiva *aimará* e *quíchua* da *pachamama*. O autor ilustra que os cristãos ocidentais concebiam a “natureza” como algo externo aos seres humanos, contrastando com a visão dos *aimarás* e *quíchuas*, para quem fenômenos humanos e mais-que-humanos eram compreendidos como *pachamama*, sem distinção entre

“natureza” e “cultura”, uma vez que “cultura era natureza, e a natureza era (e é) cultura”, conceitos desconhecidos pelos cristãos ocidentais (Mignolo, 2017, p. 7).

Mignolo (2017) enfatiza a necessidade de descolonizar o conhecimento acadêmico hegemônico dominante, no qual a ideia de natureza concebida e consolidada como algo externo aos seres humanos ainda persiste. De acordo com o autor, “na medida em que o discurso constitutivo da modernidade separou ser humano e natureza, cultura e natureza, nos fez esquecer que somos (nossos corpos necessitam de água e alimentos) natureza” (Mignolo, 2017, p. 26).

Nesse contexto, Catherine Walsh (2009) conceitua essa imposição da noção eurocêntrica de natureza como *colonialidade cosmogônica* – ou *colonialidade da natureza* –, fundamentada em binarismos cartesianos (e.g., ser humano-natureza, cultura-natureza, primitivo/civilizado), que busca eliminar cosmovisões, religiosidades, filosofias, princípios, sistemas de vida e a continuidade civilizatória de comunidades originárias e afrodescendentes.

María Lugones (2019) reconhece que as dicotomias permeiam a construção da vida cotidiana e que ignorar a sua existência seria equivalente a ignorar a colonialidade dos gêneros, eliminando as possibilidades de compreender a experiência em constante tensão da diferença colonial e as respostas que emergem desse contexto. Para Harding (2019), embora as dicotomias possam ser consideradas empiricamente falsas, isso não constitui motivo suficiente para descartá-las, pois elas ainda desempenham papel fundamental na estruturação das nossas vidas e consciências.

A dicotomia cultura-natureza estrutura a política pública, as práticas sociais institucionais e individuais, a organização das disciplinas (ciências sociais em oposição às ciências naturais); na verdade, a própria maneira como vemos o mundo que nos cerca. Consequentemente, até que sejam mudadas nossas práticas dualistas (separação da experiência social em mental e manual, abstrata e concreta, emocional e negadora das emoções), somos forçadas a pensar e a existir no interior da própria dicotomização que criticamos. Talvez seja possível trocar o pressuposto de que o natural é difícil de mudar e que o cultural é mais facilmente mutável, da mesma forma como separamos catástrofes ecológicas e tecnologias médicas, de um lado, e a história do sexismo, das classes e do racismo de outro. (Harding, 2019, p. 113).

Assim como não há uma compreensão única e universal de cultura, também não existe um entendimento singular ou neutro de natureza. Conforme Isabel Cristina de Moura Carvalho (2016), a interação e mediação cultural atribuíram,

historicamente, sentidos diversos à natureza, tais como: a natureza concebida como o “natural” em oposição ao mundo humano; a natureza entendida como domínio do selvagem e do ameaçador, frente ao qual a cultura se afirma como fronteira civilizatória; a idealização romântica da natureza como reserva de bondade, beleza e verdade, degradada pela intervenção humana; e, por fim, a noção de natureza pedagógica, compreendida como espaço formativo, no qual o ensino-aprendizagem ocorre pela experiência sensível e pela observação direta dos fenômenos naturais.

Em diálogo com a Educação Ambiental Crítica e os (eco)feminismos do Sul, Mara Karidy Polanco Zuleta (2021) problematiza as compreensões historicamente atribuídas à natureza, evidenciando suas intersecções com lógicas patriarcais, racistas, coloniais e capitalistas. Ressalta que a construção da noção de natureza como recurso a ser explorado beneficiou grupos específicos e produziu impactos desiguais sobre corpos e territórios, sendo as mulheres – sobretudo racializadas e empobrecidas – desproporcionalmente afetadas pelos conflitos socioambientais (Zuleta, 2021).

Além disso, Zuleta (2021) destaca duas compreensões de natureza, a saber: a) a natureza-mãe, associada ao cuidado, à reprodução e à sustentação da vida, e b) a natureza selvagem, percebida como ameaça, devendo, portanto, ser submetida ao controle e a dominação. Essas representações articulam-se a construções histórico-culturais relacionadas às mulheres, que contrastam a figura da mulher-mãe, cuidadora e responsável pela manutenção da vida familiar, com a mulher considerada louca, bruxa, passível de silenciamento, de controle, de ridicularização e de dominação (Zuleta, 2021).

A noção de “selvagem” estende-se também aos povos e territórios não identificados como ocidentais e civilizados, como no caso das Américas, concebidas como espaços a serem colonizados, de acordo com Zuleta (2021). Nesse processo, os povos indígenas passaram a ser classificados como “selvagens” e “irracionais” a partir de parâmetros ocidentais, sendo, assim, submetidos a processos de feminização e infantilização, bem como a projetos coloniais conduzidos pela via educacional judaico-cristã (Zuleta, 2021).

A partir do feminismo comunitário das mulheres indígenas, Lorena Cabnal (2010), defende a desnaturalização de categorias que reforçam dualidades opressivas e a feminização da natureza, estabelecida através de “um imaginário heterossexual cosmogônico e uma sexualidade normatizada: *a Mãe Terra? Quem a*

fecunda? O Pai Sol?” (Cabnal, 2010, p. 19). Segundo a autora, essa heteronorma atribui às mulheres indígenas os papéis de cuidadoras, reprodutoras e guardiãs de um patriarcado originário.

Cabnal (2010) destaca ainda a noção de *entroncamento patriarcal*, evidenciando a articulação entre dois sistemas de opressão: o patriarcado ancestral dos povos originários e o patriarcado ocidental-colonial, imposto pelos processos de colonização. Resultante desse encontro, aponta a emergência de manifestações e expressões particulares que embasaram o surgimento das perversidades do racismo e de sistemas como o capitalismo e a globalização. Ao compreender corpo e território como dimensões indissociáveis da existência e da luta das mulheres indígenas – ambos historicamente disputados pelos patriarcados –, Cabnal (2010) propõe a noção de interconexão entre *corpo-território* e *território-corpo-terra*.

Recuperar o corpo para defendê-lo do embate histórico e estrutural que o ameaça torna-se uma luta cotidiana e indispensável, porque o território corpo tem sido, há milênios, um território em disputa pelos patriarcados, para assegurar sua sustentabilidade a partir e sobre o corpo das mulheres. (...) É uma proposta feminista que integra a luta histórica e cotidiana de nossos povos pela recuperação e defesa do território terra, como uma garantia de espaço territorial concreto onde se manifesta a vida dos corpos (Cabnal, 2010, p. 22, tradução própria).

Em entrevista a Rangel, Francisco e Santos (2022) sobre *Antropologia da dominação, lesbianidade feminista decolonial e a re-direitização da sociedade*, Ochy Curiel destacou os intensos debates em torno do conceito de patriarcado. Enquanto autoras como Rita Segato e pensadoras do feminismo comunitário sustentam que relações patriarcais já existiam entre povos originários antes da colonização, autoras como María Lugones e Angela Davis contestam essa leitura do *entroncamento patriarcal*, ao argumentarem que a categoria “mulher”, tal como construída no Ocidente, não se aplicava às “mulheres colonizadas”, tais como, indígenas ou mulheres negras escravizadas, desumanizadas e reduzidas à animalidade, como pontua Curiel.

Curiel lembra que “um elemento central nessa lógica da animalidade atribuída a esses seres em escravidão é que eles não eram considerados suficientemente humanos” (Rangel; Francisco; Santos, 2022, p. 6), legitimando, assim, todo tipo de atrocidades e violências cometidas. Por sua vez, Ailton Krenak (2022, p. 27) afirma que, antes da invasão colonial, existiu “uma coisa chamada de matriarcado de

Pindorama”, ressaltando que, no continente americano, “o patriarcado veio junto com a colonialidade”.

Em suas diversas abordagens, o ecofeminismo parte da compreensão de que a dominação da natureza por determinados seres humanos está conectada à subordinação das mulheres aos homens, e se encontra expressa na prevalência das formas patriarcais de estruturação das sociedades ocidentais, em que os papéis destinados às mulheres estão principalmente relacionados às atividades de reprodução social frequentemente desvalorizadas e invisibilizadas (Siliprandi, 2009). Para Kheel (2019), a desvalorização das mulheres está intrinsecamente vinculada à desvalorização da natureza, em um esquema que se reforça de maneira mútua – mulheres são associadas à natureza e, conseqüentemente, desvalorizadas, enquanto a natureza é concebida como feminina, resultando em sua desvalorização e exploração.

Essa discussão encontra ressonância nas reflexões de Silvia Federici (2023) sobre a histórica desvalorização do trabalho das mulheres, especialmente no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo. Em sua obra *Calibã e a bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, a autora elucida que, com a criação de um novo contrato social nos primórdios da sociedade moderna, instituiu-se também um “contrato sexual” que subordinou os corpos, conhecimentos e trabalhos das mulheres a uma lógica extrativista e patriarcal – base estrutural do sistema capitalista que persiste até os dias atuais.

Desse modo, a autora argumenta que a acumulação primitiva de capital não ocorreu apenas por meio da expropriação de terras e recursos, mas também pela desvalorização do trabalho reprodutivo e dos saberes das mulheres – especialmente aqueles vinculados à cura, ao parto, à produção de alimentos, ao cuidado com a vida e à organização comunitária. Esses saberes foram deslocados para a esfera do “não trabalho”, naturalizados como funções domésticas e afetivas ou brutalmente punidos, como evidenciado pela caça às bruxas, sendo, conseqüentemente, desqualificados e excluídos do campo econômico, das esferas de poder e dos espaços de decisão (Federici, 2023).

Nesse contexto, Federici (2023) argumenta que a separação entre produção (masculinizada, assalariada, visível) e reprodução (feminilizada, gratuita, invisível) permitiu ao capitalismo sustentar-se sobre a exploração contínua de um trabalho não remunerado, contribuindo para a feminização da pobreza, a dependência

econômica e a invisibilização das mulheres como trabalhadoras. Maria Mies (2022) propõe a noção de “*donadecasificação*” do trabalho ou “domesticação das mulheres”, referindo-se à combinação entre trabalho produtivo mal remunerado e trabalho reprodutivo não pago, que mantém as mulheres em condição de exploração contínua, especialmente como “donas de casa”; e argumenta que o fortalecimento da família como unidade produtiva implicou, para as mulheres, não apenas uma dupla, mas uma tripla jornada de trabalho – cuidados domésticos, produção para manutenção da vida e trabalhos para o Estado, limitando seu tempo e restringindo sua presença nas esferas públicas e políticas (Mies, 2022).

Antes mesmo da consolidação acadêmica do termo interseccionalidade – registrado por Kimberlé Crenshaw em 1989 –, Lélia Gonzalez (2020a) já apontava, a partir de sua produção teórica e de seu ativismo, o caráter estrutural do sistema patriarcal-racista que articula as opressões de gênero, raça e classe, configurando uma tripla discriminação. Para a autora, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho esteve marcada por um processo histórico de superexploração e desumanização, herança direta dos processos de escravização e do colonialismo (Gonzalez, 2020a).

Gonzalez também denuncia que, enquanto as mulheres brancas conquistaram espaços na educação e no mercado formal, as mulheres negras permaneceram submetidas a um regime de trabalho que combina baixa remuneração, invisibilidade e falta de direitos, apontando para uma tripla opressão: gênero, raça e classe. Ressalta, ainda, que a divisão do trabalho no Brasil não pode ser compreendida apenas como uma desigualdade socioeconômica, mas como um projeto político e histórico, sustentado pelo *mito da democracia racial*, que invisibiliza as violências sofridas pelas mulheres negras e legitima sua posição subalterna na estrutura social (Gonzalez, 2020b).

Angela Davis (2016), por sua vez, ao articular gênero, raça e classe, evidencia como a exploração do trabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras, é estruturante do capitalismo patriarcal e racista. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016) desnaturaliza a divisão sexual do trabalho destacando que a mulher negra era uma trabalhadora, antes de ser uma dona de casa, e muitas vezes, realizava trabalho doméstico na casa de mulheres brancas, suportando condições de escravidão e abuso sexual advindas do “homem da casa”.

O argumento de Davis (2016) de que a opressão das mulheres não pode ser compreendida de forma isolada das relações econômicas e raciais converge com as proposições do feminismo camponês e popular, que, de acordo com Almeida e Jesus (2020), evidenciam os entrelaçamentos entre capitalismo, patriarcado e racismo como estruturas que se alimentam mutuamente na exploração, espoliação e expropriação do trabalho. No campo e na cidade ainda persiste a concepção de que as mulheres “não trabalham”, apenas “ajudam” seus companheiros, invisibilizando o trabalho que realizam na roça, no cuidado com a casa e com a família, nos quintais produtivos e na criação de animais de pequeno porte, por exemplo (Almeida e Jesus, 2020).

Em contraste, ao apresentar uma análise histórica ecofeminista do cristianismo e dos processos de exploração e colonização das Américas, Greta Gaard (2011) evidencia as conexões entre a opressão das mulheres, das sexualidades *queer*, das pessoas não brancas e da natureza. A autora argumenta que os sistemas de dominação que organizam a sociedade ocidental moderna – como o sexismo, o racismo, o heterossexismo, o classismo, o especismo e o naturismo – são interdependentes e mutuamente reforçados, sustentando-se em dualismos hierárquicos (natureza/cultura, humano/natureza, mente/corpo, heterossexual/*queer*, eu/outro), que legitimam a dominação simultânea de corpos, territórios e formas de vida consideradas desviantes ou inferiores (Gaard, 2011).

A partir da análise da erotofobia cristã, da caça às bruxas e dos processos de colonização, Gaard demonstra como o controle dos corpos e a associação do feminino, do erótico e dos povos colonizados ao “selvagem” serviram para justificar violência, expropriação e genocídio. Nesse sentido, enfatiza que o ecofeminismo não se restringe à relação mulheres-natureza, mas amplia seus horizontes teóricos, práticos e políticos ao abarcar criticamente os múltiplos sistemas de opressão que se retroalimentam (Gaard, 2011).

Ressalta-se, portanto, o ecofeminismo como um fenômeno plural, que reflete discursos, práticas e contextos políticos múltiplos (Moore, 2016), constituindo-se como uma confluência de diversos movimentos sociais – feministas, pacifistas, ecológicos e ambientais – cuja emergência ocorreu ao longo do século XX (Mies; Shiva, 2021). Enquanto campo epistemológico e metodológico, o ecofeminismo articula distintas teorias políticas e abordagens feministas, organizadas em linhas de

pensamento e ação que se expressam em diferentes vertentes, tais como, essencialista, construtivista, pós-moderna e os ecofeminismos de *Abya Yala*.

A vertente essencialista ou espiritualista sustenta uma associação intrínseca entre mulheres e natureza, vinculando-se às pautas pioneiras do ecofeminismo, como as críticas à tecnociência, ao militarismo, às ameaças nucleares e à degradação ambiental, compreendidas como expressões de uma cultura patriarcal e sexista (Rodríguez; López, 2010). Por outro lado, a construtivista rejeita essa associação naturalizada, argumentando que a vinculação entre mulheres e natureza é socialmente construída a partir da divisão sexual do trabalho e das desigualdades no acesso ao poder e à propriedade, sendo a consciência ecológica atribuída às mulheres resultado de papéis socialmente designados e de sua interação cotidiana com a terra e as práticas de cuidado, conforme Rodríguez e López (2010).

A vertente pós-moderna propõe uma perspectiva interseccional ao evidenciar a articulação entre sistemas de opressão como racismo, heterossexismo, classismo e especismo, englobando correntes como o ecofeminismo *queer* e o ecofeminismo vegano ou antiespecista, que denunciam, respectivamente, a opressão das sexualidades *queer*, a exploração ambiental e dos seres sencientes como dimensões da lógica patriarcal e mercantil (Serantes-Pazos; Sorrentino, 2022).

Os ecofeminismos em *Abya Yala* emergem como uma resposta histórica às violências patriarcais e coloniais, tendo sua trajetória marcada por processos persistentes de invisibilização e marginalização epistêmica, frequentemente expressos na classificação reducionista dessas experiências como “essencialistas”, sem o devido reconhecimento de sua complexidade teórica e política (LaDanta LasCanta, 2018).

Nesse contexto, destacam-se duas direções principais, conforme o coletivo LaDanta Las Canta (2018). A primeira corresponde à teologia ecofeminista, impulsionada sobretudo entre as décadas de 1990 e 2000 por mulheres religiosas e teólogas ecofeministas – com destaque para Ivone Gebara no Brasil – em diálogo com a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base, as mobilizações indígenas e os debates globais desencadeados pela Cúpula da Terra (Rio-92)⁹. Essa vertente critica o antropocentrismo, o androcentrismo e o patriarcalismo da teologia

⁹ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

tradicional, defende a interdependência entre todas as formas de vida, a compreensão da natureza como sagrada e a articulação entre espiritualidade, ética, corpo e justiça social, ancorando-se em práticas comunitárias e populares.

A segunda direção inclui as lutas de mulheres indígenas, camponesas, negras e urbanas contra projetos extrativistas (e.g., mineração, exploração petrolífera, megaprojetos energéticos e agronegócio) compreendidos como uma forma contemporânea de colonialidade que intensifica a expropriação dos territórios, a destruição ambiental e múltiplas violências, incidindo de maneira desproporcional sobre os corpos, os territórios e as vidas das mulheres. Ainda que muitas dessas mulheres e movimentos não se autodenominem ecofeministas, suas práticas de resistência configuram “imaginários ecofeministas”. Destacam-se, as experiências do feminismo comunitário das mulheres indígenas da Guatemala, do povo indígena de Sarayaku no Equador¹⁰ (LaDanta LasCanta, 2018) e, no contexto brasileiro, da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, a ser aprofundada nos próximos capítulos.

Essas dinâmicas articulam-se a uma matriz de dominação na qual colonialismo, cisheteropatriarcado, capitalismo, racismo e imperialismo operam de forma interligada, estruturando a geopolítica global e aprofundando desigualdades entre e dentro dos Estados-nação, como assinala Patricia Hill Collins (2022). Nessa direção, Akotirene (2022, p. 51) enfatiza a necessidade de “compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades” dos processos de colonização aos dias atuais da contemporaneidade.

As discussões aqui apresentadas integram um esforço de desnaturalização de categorias como *mulher*, *gênero*, *raça*, *classe*, *sexualidade*, *natureza* e *cultura*, compreendendo-as não como dados universais e atemporais, mas como construções históricas (re)produzidas por processos coloniais violentos. Essas categorias continuam a sustentar um modelo extrativista, que, como aponta Nancy Fraser (2024), fundamenta-se em processos de exploração e expropriação como base da acumulação de capital. Desse modo, a constituição de dicotomias e

¹⁰ O Capítulo 6 apresenta um relato de experiência em diálogo com as vozes de mulheres indígenas e os múltiplos modos de habitar o mundo, com destaque para a palestra de Patrícia Gualinga, liderança indígena do povo Kichwa de Sarayaku.

hierarquias opera como uma estratégia de dominação e reprodução das estruturas de poder vigentes.

O diálogo com os ecofeminismos, com os feminismos latino-americanos (e.g., decoloniais, comunitários, negros, camponeses populares) e com movimentos sociais de mulheres que nem sempre se nomeiam como feministas integra o escopo da Ecologia Política Latino-Americana (EPFLA), que aborda o modelo extrativista de acumulação de capital, a (re)patriarcalização dos territórios e o racismo ambiental, em articulação com as dinâmicas contemporâneas do colonialismo energético, como será discutido a seguir. Nesse marco, busca-se evidenciar os enfrentamentos e as lutas protagonizadas pelas mulheres diante das violências que incidem sobre seus territórios, corpos e modos de vida.

2.2.2 Extrativismos, megaprojetos de energia corporativa e movimentos de mulheres

Como evidencia Astrid Ulloa (2020), as distintas vertentes da Ecologia Política Feminista (EPF) compartilham críticas aos processos patriarcais que produzem e articulam desigualdades entre mulheres e natureza, bem como às imposições com base no gênero que sustentam tais estruturas. Também tensionam as dinâmicas capitalistas e neoliberais que moldam as relações socioambientais na contemporaneidade. Essas abordagens, no entanto, emergem de contextos históricos distintos, o que faz com que suas trajetórias e propostas também se diferenciem – como se observa no caso da Ecologia Política Feminista Latino-Americana (EPFLA) (Ulloa, 2020).

A EPFLA, conforme destaca a autora, emerge como uma vertente historicamente situada nos diferentes contextos sociopolíticos e territoriais da América Latina, que, desde a colonização, denuncia o extrativismo como um processo estruturante das desigualdades de gênero. Suas propostas analíticas vêm sendo construídas em diálogo com os ecofeminismos, os feminismos latino-americanos (e.g., comunitários, descoloniais, autônomos), os movimentos de mulheres indígenas e as geografias feministas, de acordo com Ulloa (2020). No Quadro 2 destacam-se as principais contribuições de cada vertente elencadas pela autora.

Quadro 2 – Principais contribuições das vertentes (eco)feministas à EPFLA

Vertente	Principais contribuições
Ecofeminismos latino-americanos	- Ética do cuidado como prática política. - Crítica à associação essencialista mulher-natureza, com ressignificação como estratégia de resistência. - Ex: <i>Grupo venezolano ecofeminista de investigación y acción La Danta Las Canta</i>; <i>Red Género, Sociedad y Medio Ambiente (Red Gesma)</i>.
Feminismos latino-americanos (autônomos, comunitários, descoloniais)	- Denúncia do entrocamento de patriarcados (colonial e indígena). - Introdução da noção de corpo-território (Lorena Cabnal). - Descolonização do conhecimento e crítica às dicotomias modernas (natureza/cultura). - Crítica aos feminismos hegemônicos; valorização de redes subalternas.
Movimentos de mulheres indígenas	- Lideram resistências contra extrativismos (mineração, hidrelétricas, agronegócio). - Produção de saberes ancestrais que desestabilizam concepções ocidentais de natureza (cosmovisões como a de <i>Pachamama</i>). - Práticas políticas não nomeadas como feministas, mas identificadas por Ulloa (2020) como <i>feminismos territoriais</i>.
Geografias feministas	- Abordam como relações de gênero moldam acesso, controle e conflitos em territórios, especialmente em contextos extrativistas. - Evidenciam como a expansão extrativista intensifica violências contra mulheres, reconfigurando dinâmicas territoriais. - Ex: Geografia Crítica do Equador.

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Astrid Ulloa (2020).

Na América Latina, observa-se uma expansão de projetos extrativistas – como os minerários, petrolíferos e energéticos – com a incorporação crescente de territórios para servir a lógica de acumulação capitalista (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017). De acordo com o *Colectivo*, essa expansão desenfreada do modelo territorial extrativista articula Estados e empresas em diferentes escalas, alicerçada na aliança entre capitalismo, racismo e patriarcado.

Nesse contexto, em articulação com os ecofeminismos do Norte e os feminismos territoriais do Sul, Miriam García-Torres *et al.* (2020) apontam para um processo de *(re)patriarcalização dos territórios*, evidenciado na forma como megaprojetos extrativistas promovem uma nova configuração patriarcal, que se articula a relações machistas preexistentes e aprofunda as dinâmicas de dominação. Esse processo se manifesta em diversas dimensões interligadas: a) política, com a

exclusão das mulheres das tomadas de decisão; b) ecológica, com a destruição dos bens comuns e das práticas de cuidado com a terra; d) econômica, com imposição de uma lógica salarial masculina, que desvaloriza os modos de vida e trabalho das mulheres; e) corporal, com aumento do controle, da exploração e da violência sobre os corpos das mulheres; e f) cultural, com a reprodução de estereótipos de gênero e a reconfiguração patriarcal nas relações sociais (García-Torres *et al.*, 2020). Denunciando os impactos diferenciados dessas iniciativas sobre homens e mulheres, as autoras reafirmam os territórios como espaços de vida, para além de sua dimensão biofísica e geográfica.

Astrid Ulloa (2016) também evidencia que as dinâmicas extrativistas aprofundam as desigualdades de gênero, intensificando a violência e a exploração vivenciadas pelas mulheres em diferentes contextos. No caso das atividades mineradoras na Colômbia, a autora expõe que os *corpos-territórios* das mulheres são apropriados e despossuídos, ao mesmo tempo em que tanto mulheres quanto homens são incorporados a circuitos de exploração. A autora chama atenção para formas de despossessão e apropriação cotidianas promovidas pelos extrativismos, frequentemente invisibilizadas, que resultam na expropriação de modos de vida, intensificação do trabalho reprodutivo e de cuidado, naturalização da violência de gênero, desigualdades no acesso à terra e à água, dentre outras.

No cenário atual global, as discussões em torno da transição energética têm se intensificado no âmbito das políticas e acordos climáticos internacionais, com ênfase na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), influenciada pelo entendimento consolidado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2023), o qual aponta a dependência dos combustíveis fósseis como principal responsável pelas alterações climáticas (Furtado; Paim, 2024).

No contexto brasileiro, Fabrina Furtado e Elisangela Paim (2024) problematizaram os usos corporativos e institucionais da noção de transição energética, argumentando que, sob o discurso de combate às mudanças climáticas e promoção de energias renováveis, como a eólica e o hidrogênio verde, um modelo de *extrativismo verde* vem sendo reproduzido, reconfigurando, sem romper, as lógicas coloniais e capitalistas de exploração territorial e social, particularmente nos territórios do Sul Global. A partir do estudo com a Comunidade Quilombola do Cumbe (CE), as autoras evidenciaram que tais projetos implicam privatização de

territórios, racismo ambiental, e conflitos socioambientais, questionando a ideia de “verde”, “limpa” e “sustentável” atribuída a essas tecnologias. Diante disso, enfatizaram a necessidade de ampliar o debate sobre energia para além das tecnologias e fontes utilizadas, contemplando os processos sociais que envolvem sua geração, apropriação, uso e os impactos decorrentes (Furtado; Paim, 2024).

Astrid Ulloa (2021) distingue duas formas de transição energética, como já referido na introdução, institucionalizada e social. As transições energéticas sociais são impulsionadas por movimentos sociais, povos tradicionais e organizações de base que propõem rupturas com os modelos de exploração capitalista e extrativista, articulando propostas às especificidades sociais, ambientais e territoriais em que estão inseridos. Essas iniciativas não se limitam à substituição de fontes fósseis por renováveis, mas defendem transformações estruturais mais amplas, que envolvem dimensões territoriais, culturais e políticas. Reivindicam, por exemplo, soberania energética e alimentar, justiça ambiental e hídrica, além de uma “transição energética justa”, “transição energética pela vida”, e reconfigurações das relações de poder e alterações no modelo econômico vigente.

Em contrapartida, as transições energéticas institucionalizadas, promovidas por acordos internacionais, políticas estatais e interesses corporativos, têm se orientado pela agenda da descarbonização, apoiando-se em fontes como a energia eólica e solar, hidrogênio verde/azul, justificadas pelos discursos de sustentabilidade e viabilidade econômica, conforme expõe Ulloa (2021). No entanto, tais propostas mantêm vínculos com o extrativismo e são, em geral, implementadas de forma hierarquizada, com baixa ou nenhuma participação das populações locais. Atualizam, assim, formas de exploração e expropriação dos territórios, propondo medidas compensatórias (Ulloa, 2021).

No âmbito de uma transição energética centrada em interesses corporativos, Alberto Matarán Ruiz e Josefa Sánchez Contreras (2023) propõem o conceito de *colonialismo energético* para designar a persistência de relações coloniais históricas nos territórios do Sul Global e, ainda que em menor grau, nas periferias do Norte Global – no contexto de emergência climática. Trata-se de um processo caracterizado pela distribuição desigual da energia gerada, em que os impactos negativos recaem sobre os chamados “territórios de sacrifício”, enquanto os benefícios se concentram em centros distantes de poder e consumo. Essa dinâmica, sustentada por discursos “neoliberais, racistas, patriarcais e ecofascistas”, evidencia

profundas assimetrias de poder nas relações entre Estados, corporações e comunidades locais, sobretudo para as populações rurais (Ruiz; Contreras, 2023, p. 39).

Nesse contexto, cabe indagar: o que leva determinados territórios a serem historicamente definidos como “zonas de sacrifício”? Para responder a essa questão, um dos pontos a considerar é o racismo ambiental como dimensão estruturante das desigualdades e injustiças socioambientais. Segundo Herculano (2006), o racismo ambiental engloba um conjunto de ideias e práticas que, sob o discurso do desenvolvimento, legitimam a degradação ambiental e humana, impondo os maiores sacrifícios a grupos historicamente marginalizados.

Tania Pacheco e Cristiane Faustino (2013), evidenciam como as desigualdades étnico-raciais organizam historicamente os processos de exclusão e injustiça ambiental no Brasil, determinando quais grupos sociais – população negra, indígena, pescadoras/es artesanais, agricultoras/es familiares, moradoras/es de áreas urbanas periféricas – são sistematicamente expostos aos maiores impactos ambientais negativos e excluídos das decisões sobre seus territórios e modos de vida. Nêgo Bispo (2023), por sua vez, amplia essa discussão ao afirmar que o racismo não se limita às relações humanas, mas se estende a todas as formas de vida.

As pessoas falam de racismo, mas discutem o racismo apenas dentro da espécie humana. Entretanto, a questão é muito mais ampla. (...) O racismo acontece contra todas as vidas. Contra as raças de fruta, de peixes e também contra os animais silvestres, que foram diminuindo (Bispo, 2023, p. 52-53).

Enquanto categoria analítica, derivada da “produção de um conhecimento situado nos territórios de sacrifício”, Ruiz e Contreras (2023, p. 23) argumentam que o colonialismo energético propõe a compreensão dos acontecimentos nesses territórios considerando processos coloniais históricos e dinâmicas globais de poder que geram e sustentam crises contemporâneas. Engloba seis dimensões, a saber:

- 1) *Geopolítica* – refere-se à forma como os projetos energéticos se articulam a interesses estratégicos de grandes potências e corporações transnacionais, subordinando territórios periféricos à lógica do mercado global de energia. Os benefícios são exportados, enquanto os custos recaem sobre as comunidades locais;

- 2) *Econômico-financeira e das desigualdades* – evidencia como a transição energética corporativa intensifica desigualdades socioeconômicas ao concentrar lucros, privatizar bens comuns e gerar poucos ou nenhum benefício real para as populações afetadas;
- 3) *Do poder, das violências e da tomada de decisões* – aponta para a imposição de projetos sem consulta prévia, com o uso de mecanismos legais, institucionais ou simbólicos que silenciam as comunidades. Pode incluir assédio, criminalização de líderes e exclusão de grupos historicamente marginalizados dos processos decisórios;
- 4) *Da acumulação e despossessão de terras* – refere-se à apropriação de grandes extensões de terra para fins energéticos, muitas vezes por meio de contratos abusivos ou políticas públicas que legitimam a expropriação, reproduzindo o racismo ambiental que transforma determinados territórios e suas comunidades em zonas de sacrifício;
- 5) *Dos impactos territoriais e sobre os bens comuns* – abrange os efeitos ambientais, sociais e culturais do uso industrial do território, incluindo degradação da paisagem, comprometimento da água, do solo, da biodiversidade, bem como a desestruturação das comunidades locais e de seus modos de vida;
- 6) *Das resistências e conflitos socioterritoriais* – diz respeito a ação dos territórios que resistem às lógicas de dominação imposta por Estados e corporações, especialmente em contextos de transição energética corporativa. Envolve, por exemplo, movimentos sociais, organização popular e comunitária, produção de conhecimento situado, construção e proposição de alternativas de vida e de energia (Contreras; Ruiz, 2023).

Nesse contexto, Silvia Federici (2022) aponta que as mulheres ocupam papéis centrais nas lutas sociais por serem as mais diretamente afetadas pela expropriação e pela devastação ambiental, geradas por projetos extrativistas corporativos, vivenciando cotidianamente os impactos das políticas públicas. Por isso, estão posicionadas na linha de frente da resistência contra corporações que invadem e destroem seus territórios (Federici, 2022).

Destaca-se a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – foco deste estudo – cujas mobilizações, em suas últimas edições, voltaram-se contra a expansão de megaprojetos de energia corporativa em seus territórios, que

intensificam violências, desigualdades de gênero, provocam danos à saúde, expropriação territorial e (re)produzem o racismo ambiental. Desde 2010, a MVMA vem se constituindo na região do Polo da Borborema, na Paraíba, como um espaço coletivo de enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres e de valorização de seus saberes, trabalhos e papéis sociopolíticos, especialmente no contexto da agricultura familiar de base agroecológica.

No cenário nacional e internacional, sobressaem ainda outras iniciativas lideradas por mulheres que colocam a luta contra as violências impostas aos seus corpos e territórios no centro das mobilizações. A Marcha das Margaridas¹¹, realizada pela primeira vez nos anos 2000, estruturou sua plataforma de reivindicações em torno da valorização da participação das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar, bem como no enfrentamento à violência, à impunidade no campo e às diferentes formas de discriminação social e de gênero.

No mesmo período, a Marcha Mundial das Mulheres¹², passou a incorporar a sua agenda o enfrentamento à pobreza e à violência de gênero como pautas prioritárias. Mais recentemente, também tem denunciado as violências impostas pelas empresas transnacionais de energia (e.g., eólica e solar) às mulheres e defendido o bem viver como horizonte político¹³. Há uma década, em 2015, a Marcha das Mulheres Negras¹⁴ ocupou as ruas denunciando o racismo e as múltiplas formas de violências, afirmando a luta por um projeto coletivo de bem viver.

Fabrina Furtado, Ana Carneiro e Dibe Ayoub (2023), ainda destacam o “Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento Nacional de Mulheres Indígenas e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)” (Furtado; Carneiro; Ayoub, 2023, p. 3). Também se evidenciam os grupos de mulheres atuantes em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos e Atingidas por Barragens (MAB) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (Furtado; Carneiro; Ayoub, 2023).

¹¹ Para mais informações: <<https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2000>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

¹² Para mais: <<https://marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/#nossahistoria>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

¹³ Ver: <<https://marchamundialdasmulheres.org.br/rio-de-janeiro-e-ceara-debatem-como-as-mulheres-e-nfrentam-as-violencias-das-empresas-transnacionais/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

¹⁴ Ver, por exemplo: <<https://marchadasmulheresnegras.com.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

2.3 E o que a Educação Ambiental tem a ver com isso?

Como argumenta Zuleta (2021), se a Educação Ambiental Crítica (EAC) questiona os modelos de sociedade fundamentados no capitalismo e suas dinâmicas extrativistas, torna-se imprescindível que ela integre a análise das relações de gênero, raça, classe, compreendidas em sua interdependência e no modo como retroalimentam o patriarcado e a modernidade colonial. Para a autora, essa abordagem é fundamental para compreender formas de resistência que se manifestam nas comunidades frente aos conflitos socioambientais e territoriais – que não apenas contestam o capitalismo, mas também evidenciam as estruturas patriarcais e coloniais que os atravessam e constituem.

Essa perspectiva crítica permite uma autocrítica sobre como a própria educação ambiental se posiciona frente às mencionadas estruturas, analisando em que medida pode também reproduzi-las em seus discursos e práticas (Zuleta, 2021). Isto implica

refletir sobre uma EAC que não apenas questiona o capitalismo, mas que compreenda historicamente os processos de colonização, de colonialidade e de colonialidade de gênero, bem como os diferentes modelos de dominação masculina que existiram e ainda existem, para se posicionar como anticolonialista e resistir à modernidade colonial patriarcal, que traz consigo todo tipo de violências capitalistas, coloniais e patriarcais (Zuleta, 2021, p. 222, tradução própria).

Zuleta (2021) propõe conduzir as discussões e a práxis educacional – especialmente no campo da Educação Ambiental Crítica (EAC) – em articulação com categorias elaboradas pelos feminismos do Sul, como a colonialidade de gênero, formulada por María Lugones no âmbito do feminismo decolonial, e o entroncamento patriarcal e os Territórios corpo-terra, concebidos por Lorena Cabnal a partir dos feminismos comunitários. Essa abordagem possibilita analisar os conflitos socioambientais considerando as relações entre gênero, raça e classe, os papéis de gênero reproduzidos, as leituras sexistas e a invisibilização do conteúdo implícito de sexo-gênero em categorias mobilizadas na EAC – natureza e cultura, por exemplo (Zuleta, 2021).

Marcos Reigota (2010, p.13) destaca que a prioridade da educação ambiental deve ser “a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos”, com a finalidade

de superar percursos históricos de controle e dominação que continuam a limitar a participação consciente e democrática de todas/os. Para o autor, a educação ambiental precisa estar voltada à comunidade, de modo que ela mesma possa delimitar seus critérios, identificar seus problemas e apresentar alternativas. Ressalta que essa comunidade não está isolada – faz parte de um mundo interconectado, sendo simultaneamente influenciada por e influenciadora de outras realidades, em um processo contínuo e recíproco (Reigota, 2010).

Nesse contexto, ressalta-se a importância da interculturalidade crítica proposta por Catherine Walsh (2009) como um caminho pedagógico voltado ao questionamento contínuo dos processos coloniais que sustentam padrões de poder baseados na inferiorização, racialização e subalternização. A autora enfatiza a necessidade de um diálogo com as diferenças, ancorado na legitimidade e no respeito, capaz de reconhecer múltiplas formas de sentir, pensar, ser/estar, ensinar, aprender, sonhar e viver (Walsh, 2009).

De uma perspectiva ecofeminista, Serantes-Pazos e Sorrentino (2022, p. 1) ressaltam que “a educação ambiental frente à crise climática tem como base uma nova cultura do corpo, da Terra, da terra e do território”. Nesse sentido, os movimentos de mulheres apontam caminhos relevantes nas interfaces entre EC e EA, tais como: a) os territórios agroecológicos como cenários de resistências locais e globais; b) denúncias e reivindicações frente aos modelos extrativistas, racistas e patriarcais; c) proposição de práticas e ações políticas para mudar o sistema; e d) auto-organização de mulheres que resistem e apresentam soluções socioambientais a partir de seus contextos, experiências e vivências (Serantes-Pazos; Sorrentino, 2022; Silva; Carvalho, 2024).

3 “APAIXONADAMENTE SUBVERSIVA”: PESQUISA QUALITATIVA FEMINISTA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A criatividade da ciência depende de ela estar enraizada em processos sociais vivos.

- Maria Mies

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa feminista em interface com os Estudos Culturais em Educação Ambiental. Para o levantamento e análise dos dados, foram realizadas: a) análise documental das Cartas Políticas de todas as edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) até o momento (1ª a 16ª); b) entrevistas narrativas com mulheres líderes da Marcha; e c) observação participante em três edições da MVMA, que versaram sobre a temática investigada.

Além disso, integram-se ao processo investigativo reflexões sobre a transição energética em comunidades rurais e suas implicações no campo educacional, a partir da experiência no Doutorado Sanduíche, financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado na Facultat d'Educació da Universitat de Barcelona, de setembro a novembro de 2024. A Análise Textual Discursiva consistiu no principal caminho metodológico para interpretação dos dados.

3.1 Abordagem da Pesquisa¹⁵

Os feminismos e as práticas de investigação qualitativa feministas partem de múltiplas vertentes teóricas e pragmáticas, que refletem os contextos das diferentes agendas feministas abordando questões emergentes, embora historicamente persistentes, relacionadas à justiça social e de gênero (Olesen, 2018). Dessa forma, seria ingênuo ou insensato imaginar o feminismo alcançando uma teoria perfeita ou um paradigma de “ciência normal”¹⁶ com um arcabouço teórico, conceitual e metodológico universalmente aceito (Harding, 2019).

¹⁵ Uma versão deste tópico foi aprovada para apresentação na 42ª Reunião Nacional da ANPEd, 2025.

¹⁶ A autora menciona o termo utilizado por Thomas Kuhn para se referir a uma “ciência madura”, com pressupostos teóricos e metodológicos partilhados por pesquisadores de determinado campo (Harding, 2019).

No âmbito da pesquisa qualitativa feminista, a própria noção de conhecimento é problematizada: de quais conhecimentos falamos? Quem os produz, em que contextos, com quais interesses e finalidades? (Olesen, 2018). E o que, afinal, torna um conhecimento feminista? Seria suficiente, no processo de construção desse conhecimento, apenas denunciar o androcentrismo e confrontar sua pretensa objetividade e neutralidade? Ou apenas um conhecimento que considera o ponto de vista das mulheres pode de fato conduzir a uma prática científica emancipatória e inclusiva? (Sardenberg, 2002)

As críticas feministas têm exercido influência em todo o campo da pesquisa qualitativa, fornecendo bases analíticas que são reflexivas, atentas às questões da diversidade, engajadas ético-politicamente, receptivas aos sentimentos e a outros elementos constitutivos da experiência humana frequentemente negligenciados na academia (DeVault, 2018). Além do exame das dinâmicas socioculturais e suas influências nas questões ligadas ao gênero, na pesquisa feminista “a esperança é por, se não a emancipação, ao menos uma intervenção e transformação modestas sem reproduzir a opressão” (Olesen, 2018, p. 282, tradução própria).

No limiar do século XXI, Annette Gough (1999) chamou a atenção para a relevância da pesquisa feminista em Educação Ambiental (EA), evidenciando tanto a relativa escassez de publicações nessa interface como a prevalência de produções na educação ambiental baseadas em modelos universais e neutros de sujeito, que negligenciavam a diversidade de subjetividades, experiências e saberes, sobretudo os das mulheres. A autora também enfatizou a necessidade de repensar as formas de conhecer e perceber os ambientes, de modo a ampliar a compreensão da complexidade dos papéis e das relações entre seres humanos e ambiente, sem recorrer a essencialismos, como os que associam as mulheres ao cuidado da Terra ou à representação simbólica da natureza (Gough, 1999).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa feminista em EA converge com a proposta de Michèle Sato (2001) ao conceber a produção de conhecimento como um ato ético, político, situado e comprometido com a transformação social. Trata-se de uma investigação “apaixonadamente subversiva”, implicada e enraizada nos territórios, nas vivências dos sujeitos e na coletividade, que valoriza metodologias plurais, acolhendo narrativas, afetos, memórias e saberes localizados, recusando individualismos e modelos universalizados (Sato, 2001).

Frente ao atual cenário climático, a pesquisa qualitativa feminista em EA dialoga também com Serantes-Pazos e Sorrentino (2022, p. 1), ao destacarem que a EA deve se ancorar em uma “nova cultura do corpo, da Terra, da terra e do território”, denunciando fatores que sustentam e agravam injustiças climáticas, baseadas em modelos heteropatriarcais, coloniais e extrativistas que saqueiam pessoas, culturas e a própria Terra. Nessa direção, o território emerge como espaço de resistência local e global, onde se articulam ações políticas voltadas à transformação do sistema, com as mulheres protagonizando a construção de alternativas frente às crises climáticas e ambientais (Serantes-Pazos; Sorrentino, 2022).

Cabe destacar que não se trata, aqui, de propor um roteiro prescritivo ou de definir critérios sobre o que configuraria uma “boa” investigação feminista no campo da educação ambiental. A intenção é, antes, contribuir com um esforço de sistematização e diálogo a partir de discussões já desenvolvidas, situando-as no âmbito de uma educação ambiental crítica, comprometida com a transformação das estruturas racistas, patriarcais e capitalistas.

Há um diferencial na pesquisa qualitativa feminista?

Harding (1987a) destaca como fundamental o entendimento das distinções entre: a) método, o conjunto de técnicas utilizadas para a coleta de evidências; b) metodologia, as teorias e análises que orientam o modo como a pesquisa é conduzida; e c) epistemologia, a teoria do conhecimento, que trata das estratégias de justificação, isto é, quem pode ser reconhecido como sujeito do conhecimento, quais critérios legitimam determinadas crenças como conhecimento e que tipos de objetos ou experiências são autorizados a ser conhecidos.

Argumentando contra a ideia de um método distinto de pesquisa feminista, Harding (1987b) enfatiza que pesquisadoras feministas lançam mão de praticamente todos os métodos utilizados na pesquisa tradicional androcêntrica (e.g., escuta de informantes, a observação de comportamentos e/ou a análise de registros históricos). O diferencial de uma pesquisa feminista residiria não no método em si, mas nas maneiras pelas quais determinado método é desenvolvido (Harding, 1987a; 1987b).

O posicionamento metodológico é fundamental para compreender o que há de específico na pesquisa feminista, pois a escolha por uma teoria feminista – seja de

vertente *standpoint*, empirista ou pós-moderna – influencia diretamente na seleção dos métodos considerados apropriados para a investigação, conforme Harding (1987a). A autora questiona se as versões feministas de teorias tradicionais e suas aplicações metodológicas – por exemplo, o uso da economia política marxista para explicar as causas da exploração contínua das mulheres no trabalho – seriam capazes de produzir relatos não distorcidos sobre o gênero e as atividades das mulheres, levantando, assim, questões epistemológicas (Harding, 1987a).

A epistemologia é uma questão central na pesquisa qualitativa feminista (McHugh, 2014), uma vez que as escolhas epistemológicas que realizamos não são questões acadêmicas apolíticas, mas indicam um campo permeado por relações de poder que determinam em que/quem acreditar e por que (Collins, 2019). De acordo com a autora, é na arena epistemológica que se determinam perguntas de pesquisa passíveis de investigação, aportes interpretativos que serão utilizados nas análises e para que fins serão destinados os conhecimentos decorrentes desse processo.

Conforme exposto, esta pesquisa dialoga com as contribuições epistemológicas do feminismo negro a partir da interseccionalidade (Akotirene, 2022; Crenshaw, 1989; 2017; Collins; 2021; 2022; 2024), do feminismo decolonial considerando a colonialidade de gênero (Lugones, 2019), do feminismo comunitário através do entrocamento patriarcal e do corpo-território (Cabnal, 2010), dos femininismos latino-americanos e a noção de (re)patriarcalização dos territórios (García-Torres *et al.*, 2020), da ecologia política feminista latino-americana (Ulloa, 2020), dentre outras contribuições evocadas ao longo do percurso. O objetivo desafiante é ampliar o diálogo com o intuito de combater e transformar estruturas epistemológicas, políticas, socioambientais e educacionais coloniais, racistas e patriarcais.

Harding (1987a; 1987b) também destaca três características que considera fundamentais em uma pesquisa feminista: (1) a experiência das mulheres; (2) a análise das relações de gênero; e (3) a reflexividade atenta às questões de gênero. Ressalta ainda que, apesar dessas características influenciarem na seleção dos métodos de pesquisa, seria mais apropriado pensá-las como características metodológicas e/ou epistemológicas (Harding, 1987a).

(1) É fundamental considerar as experiências das mulheres, tanto na formulação de problemas como na construção de parâmetros de análise e ação política com base

em seus contextos e vivências (Harding, 1987a; 1987b). Ressalta-se que essas experiências não são apenas “dados”, mas lugares epistêmicos que produzem teoria e conhecimento legítimos (Curiel, 2020). Em interlocução com Maria Mies (2021), a pesquisa feminista não se limita à produção de conhecimento sobre as mulheres, mas se insere como parte de uma luta libertadora, comprometida com os seus contextos, interesses, demandas, mobilizações e propostas, em contraste com o uso da ciência como instrumento de dominação e legitimação das elites no poder. Destaca-se, nesse contexto, a necessidade deslocar e desnortear a centralidade teórico-metodológica atribuída ao olhar, reposicionando a escuta como via sensível e potente para a construção de conhecimento (Oyěwùmí, 2021).

(2) Quanto ao foco no gênero como variável e categoria analítica, assim como a postura crítica em relação às questões ligadas ao gênero, Harding (1987b) lembra que as questões de gênero não se limitam ao estudo das mulheres ou das características femininas, mas comportam uma análise do gênero como construção sócio-histórica, cultural, que não se restringe à dimensão biológica. Nos estudos feministas, o foco no gênero é atravessado por divergências, críticas e tensionamentos que desafiam a universalização das categorias analíticas ocidentais e ampliam o escopo da pesquisa qualitativa feminista a partir de uma perspectiva interseccional. Por exemplo, destacam-se as contribuições da interseccionalidade para a compreensão da coexistência entre capitalismo, cisheteropatriarcado e racismo, como propõe Akotirene (2022); do feminismo lésbico para desconstrução de categorias naturalizadas como “homem” e “mulher” (Wittig, 2019); das problematizações de Oyèrónké Oyěwùmí (2021) sobre a universalidade e atemporalidade das categorias de gênero, assim como da categoria “mulher”; da colonialidade de gênero proposta por María Lugones (2019), dentre outras.

(3) A reflexividade atenta às questões de gênero (1987b) e suas interseccionalidades (Collins, 2024; Akotirene, 2022) é fundamental em uma pesquisa feminista pois, como afirma Harding (1987b), é preciso que pesquisadores/as se posicionem no mesmo plano crítico que o “objeto de estudo”, examinando e reconhecendo as próprias suposições, crenças e comportamentos relativos ao gênero, raça, classe, cultura (e, acrescenta-se, ambiente), e de que maneira esses fatores podem influenciar a condução e os resultados da pesquisa. Em consonância, Mies (2021) argumenta que pesquisadoras comprometidas com a transformação social não devem assumir uma postura hierárquica e distanciada em

relação às pessoas envolvidas na pesquisa – uma “vista de cima” que reproduz assimetrias de poder.

Ao contrário, a pesquisa qualitativa feminista propõe o tensionamento da dicotomia sujeito-objeto. Como provoca Ochy Curiel (2020, p. 138): “quem são os sujeitos e quem são os objetos de nossas pesquisas?”. Para Mies (2021), trata-se de adotar uma “vista de baixo”, ancorada na ideia de “parcialidade consciente” enquanto postura ético-política. Essa perspectiva conduz à produção de conhecimento situada em relações horizontais, baseadas na reciprocidade entre sujeitos e no engajamento mútuo. Assim, uma postura reflexiva sensível às questões de gênero reconhece pesquisadoras/es como sujeitos corporificados, históricos e atravessados por desejos, interesses e contradições – como já apontava Harding (1987b).

Nesse contexto, Haraway (1995) aponta que a corporificação é fundamental na construção de conhecimentos e está intimamente relacionada com a perspectiva parcial situada do conhecimento. Para ilustrar, a autora destaca que a produção do conhecimento é análoga à captura de uma fotografia, onde a imagem resultante não traduz uma realidade universal e objetiva, mas sim uma visão particular, mediada por tecnologias e moldada por circunstâncias específicas. De modo semelhante, o conhecimento construído é parcial, limitado, situado, sendo condicionado pelas experiências, contextos, relações de poder e pontos de vista finitos e vieses inerentes (Haraway, 1995).

Curiel (2020) salienta que a reflexividade da perspectiva decolonial não se limita à autodefinição na construção do conhecimento, mas implica também o compromisso com uma epistemologia atenta aos marcadores sociais da diferença – como *geopolítica*, *“raça”*, *classe*, *sexualidade* e *capital social*. Trata-se de interrogar não apenas quem produz conhecimento, mas: “conhecimentos para quê? Como produzimos conhecimentos? Essa produção é feita de acordo com que projeto político? Em que quadros institucionais e políticos os estamos produzindo?” (Curiel, 2020, p. 135)

Nesse contexto, Mies (2021), aponta algumas diretrizes que podem ser úteis na condução de pesquisa qualitativa feminista em educação ambiental:

- a) O conhecimento deve ser construído por meio da participação ativa em lutas e movimentos pela emancipação das mulheres, reconhecendo a pesquisa

como integrante de tais lutas e o “objeto de estudo” como processo vivo, histórico, dinâmico e contraditório.

- b) A integração da pesquisa às lutas e ações sociais implica tornar a mudança do *status quo* como ponto de partida para a produção científica.
- c) A apropriação da própria história pelas mulheres exige a coletivização de suas experiências, o que requer a superação do individualismo, competitividade e carreirismo.
- d) É fundamental manter o diálogo com outras mulheres e a proximidade com os movimentos, aprendendo a coletivizar e compartilhar os resultados da pesquisa, ao invés de tratá-los como propriedade privada.
- e) Reconhecer os sentidos como fonte de conhecimento e a condição humana de finitude e de interdependência da natureza – temos corpos, nascemos de outros corpos – de mulheres (como ressalta Mies, 2021), e, eventualmente, de homens *trans*. Isso implica assumir a responsabilidade pelos limites da vida, do tempo e da Terra (Mies, 2021).

Inspirada em Mara Karidy Polanco Zuleta (2021), considero relevantes os seguintes questionamentos: *Como a pesquisa em educação ambiental tem abordado os dualismos hierárquicos que estruturam o sistema moderno-colonial-patriarcal, tais como natureza/cultura, razão/emoção, masculino/feminino, humano/não humano? Em que medida tem contribuído para enfrentar – ou, ao contrário, (re)produzir – estruturas racistas, sexistas, classistas e binárias que atravessam os seus pressupostos? Como pesquisadoras/es, professoras/es e seres humanos comprometidas/os com a transformação socioambiental, estamos atentas/os aos comentários e julgamentos racistas e machistas que são (re)produzidos em conversas com colegas, na sala de aula, nas comunidades e nas pesquisas? Reconhecemos e problematizamos os preconceitos e os vieses que, muitas vezes de forma sutil, orientam nossas análises a partir de estereótipos de gênero, sexo, raça e classe?*

Nesse contexto, a pesquisa qualitativa feminista em Educação Ambiental encontra potências e desafios ao propor atritos, tensionamentos e diálogos, mobilizando distintas epistemologias feministas para abordar as múltiplas questões que emergem no cenário contemporâneo. Trata-se de uma abordagem “enraizada em processos vivos”, implicada nas lutas e nos movimentos de mulheres, e comprometida com a transformação das estruturas racistas, patriarcais e

capitalistas. É, portanto, uma pesquisa do incômodo e da inquietude, em que o dissenso¹⁷ se apresenta como potência crítica e força de transformação.

Embora essa abordagem focalize as dinâmicas das relações de gênero/raça/classe, as experiências das mulheres e seus movimentos, bem como a reflexividade atenta a essas questões, isso não significa excluir outros sujeitos dos processos de investigação e transformação social. Pelo contrário, é fundamental reconhecer que homens, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, com ou sem deficiência, entre outros grupos, em suas diferentes identidades e posicionalidades sociais também são atravessados por relações de poder e podem/devem atuar como aliados na construção de práticas emancipatórias, democráticas e de justiça socioambiental.

Afinal, como ensina bell hooks (2021, p. 167), “o feminismo é para todo mundo”, e os homens também podem ser companheiros de luta, desde que estejam dispostos a refletir criticamente sobre seus privilégios e a se engajar no combate ao sexismo, à exploração sexista e às opressões patriarcais articuladas ao capitalismo imperialista, supremacista branco.

3.2 Percurso metodológico

A presente pesquisa utiliza método qualitativo, com abordagem documental e empírica. Dialoga com a perspectiva etnográfica, buscando não apenas descrever compreensões e saberes compartilhados pelos/as interlocutores/as em seus contextos específicos, mas também evidenciar as relações de poder – em especial aquelas marcadas pelas dinâmicas de gênero e suas interseccionalidades – como as que atravessam as experiências vividas pelas mulheres agricultoras.

Em consonância com Dayane Sobreira (2022), a etnografia feminista se articula às proposições ampliadas das epistemologias feministas, reconhecendo tanto a corporalidade da pesquisadora no campo, como as resistências e os modos de exercício do poder que permeiam as relações. Trata-se, portanto, de uma

¹⁷ Em concordância com Jacques Rancière (1996), o dissenso não é mero desacordo ou diferença de opinião, mas uma ruptura radical na ordem estabelecida, que questiona o que pode ser visto, ouvido e reconhecido na sociedade. É por meio do dissenso que as hierarquias consideradas “naturais” são desafiadas e novos sujeitos políticos são constituídos. Para o autor, o dissenso é a base da democracia.

investigação corporificada e situada, possibilitada pelo encontro, pelo diálogo, pela escuta e pela construção coletiva do conhecimento.

Durante o percurso investigativo, conduzido com flexibilidade, foram realizadas:

- Análise documental das Cartas Políticas resultantes de todas as edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia realizadas até o momento (de 2010 a 2025).
- Entrevistas narrativas com mulheres que ocupam posições de liderança dentro do movimento da Marcha;
- Observação participante em três edições da MVMA que versaram sobre temáticas relacionadas à expansão do modelo industrial de energia eólica e solar nos territórios da Borborema Agroecológica, especificamente da 14ª a 16ª edição.

Além disso, integram-se ao percurso reflexões sobre a *transição energética em comunidades rurais espanholas e suas aproximações e contrastes com a MVMA*, a partir da experiência no estágio doutoral sanduíche, financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado na Facultat d'Educació da Universitat de Barcelona, no decorrer de setembro a novembro de 2024. Dentre as vivências desse período, destacam-se visitas a escolas rurais, entrevista com representante de empresa de energia, a participação em palestras realizadas por um gestor de um parque eólico para turmas escolares, bem como em eventos relacionados à temática desta pesquisa.

3.2.1 Análise documental

Os documentos, de diversos tipos, guardam registros de experiências e eventos. Podem ser considerados como artefatos padronizados por apresentarem determinados formatos, tais como notas, certidões, contratos e cartas (Wolff, 2004). No entanto, os documentos não constituem artefatos pré-definidos e estáticos, mas dependem das formas como se encontram integrados aos seus respectivos campos de ação, e sua definição só pode ser efetuada em relação a tais campos (Prior, 2003).

A análise documental permite observar a evolução de indivíduos, grupos, conhecimentos e práticas no decorrer do tempo, conforme Cellard (2008). Para o autor, o uso de documentos no processo de pesquisa possibilita acrescentar a dimensão do tempo à compreensão de dinâmicas socioambientais. Nesse contexto, “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte”, incluindo textos escritos, documentos iconográficos e cinematográficos, elementos folclóricos, anotações realizadas ao longo de uma observação, fatos cotidianos ou qualquer tipo de testemunho registrado (Cellard, 2008, p. 296).

Os documentos podem estar disponíveis em formato impresso ou de arquivo eletrônico, segundo Flick (2009). São caracterizados como “primários” quando são produzidos por indivíduos que vivenciaram de modo direto o evento em estudo, ou como “secundários” quando são coletados por indivíduos ausentes no momento da ocorrência (Godoy, 1995). Em todo caso, “os documentos devem ser vistos como dispositivos comunicativos produzidos, utilizados e reutilizados para objetivos práticos específicos, e não como dados não-intrusivos no sentido de representarem dados sem viés” (Flick, 2009, p. 237).

Ainda de acordo com Flick (2009), o passo principal para a utilização de documentos em uma pesquisa é a construção de um *Corpus*. Neste estudo, foram selecionadas as Cartas Políticas resultantes de todas as edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizadas de 2010 a 2025, algumas disponíveis no site da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia¹⁸, outras enviadas via *WhatsApp*, pela Assessoria Técnica da AS-PTA. Desse modo, o *Corpus* documental da presente pesquisa é constituído por 16 Cartas Políticas.

A seleção dos documentos não foi realizada de modo aleatório, mas em função dos propósitos da pesquisa (Godoy, 1995). Em consonância com Lüdke e André (1986), tais documentos emergiram em determinado contexto e fornecem, portanto, informações a respeito desse mesmo contexto. Nesse sentido, ao examinar os registros documentais da MVMA (cartas políticas), através da Análise Textual Discursiva (ATD), busco traçar um panorama histórico dos temas abordados ao longo do movimento, com a finalidade de evidenciar o desenvolvimento das demandas, trajetórias, conquistas e experiências das mulheres agricultoras nesse processo.

¹⁸Para mais informações, acessar: <<http://aspta.org.br/>>.

3.2.2 Entrevistas narrativas

As entrevistas narrativas (EN), propostas inicialmente pelo alemão Fritz Schütze, consistem em uma técnica tanto de produção como de análise dos dados, cuja ideia básica é a reconstrução de acontecimentos a partir da perspectiva das/os interlocutoras/es, como explicam Jovchelovitch e Bauer (2002). Em diálogo com a autora e o autor, a partir das narrativas das mulheres é possível acessar não apenas suas experiências vividas no movimento da MVMA, mas também a resignificação da história através dessas narrativas, permitindo a reconstrução dos momentos e experiências que marcam suas trajetórias de envolvimento e atuação na Marcha.

Do ponto de vista conceitual, a EN surge como uma resposta crítica ao esquema de pergunta e resposta adotado na maioria das entrevistas (Jovchelovitch; Bauer, 2002). De acordo com Ravagnoli (2018), o papel da pesquisadora na EN é apresentar uma questão gerativa à pessoa que está sendo entrevistada, sem direcionar as respostas pontuais, encorajando uma narração improvisada, não elaborada previamente. Na Figura 3, encontram-se dispostas as fases principais da entrevista do tipo narrativa.

Figura 3 – Principais fases de uma entrevista narrativa



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 97).

Apesar da EN se caracterizar como um tipo de entrevista não estruturada, Jovchelovitch e Bauer (2002) propõem a sua realização através de quatro fases: a) iniciação (e.g., formulação dos tópicos iniciais); b) narração (e.g., encorajamento não verbal, não interromper); c) fase de perguntas (ir de perguntas exmanentes, de interesse da pesquisadora, para imanentes, emergentes da narração da entrevistada, sem fazer perguntas do tipo – “Por que...?”); e d) fala conclusiva (e.g., parar gravação, fazer anotações), conforme exposto na Figura 3.

Preparando a entrevista

Antes de empreender as entrevistas narrativas, o/a pesquisador/a deve estar familiarizado com o contexto em que se situa o objetivo do estudo, apresentando uma aproximação com a principal questão que pretende investigar, como indicam Pachá e Moreira (2022). Ainda segundo as autoras, essa apropriação do tema da investigação por parte do/a entrevistador/a é essencial para o delineamento do tópico central da entrevista e para a elaboração de perguntas exmanentes (de interesse do/a pesquisador/a), atentando para o surgimento de possíveis questões imanentes ao longo da narração.

As questões exmanentes referem-se às questões da pesquisa ou de interesse do pesquisador que surgem a partir da sua aproximação com o tema do estudo, ao elaborar a revisão de literatura e aprofundamento no tema a ser pesquisado (exploração do campo). Essas questões devem ser transformadas em imanentes, sendo essa tarefa crucial no processo de investigação, que deve ao mesmo tempo ancorar questões exmanentes na narração, sempre utilizando a linguagem do informante. As questões imanentes são temas e tópicos trazidos pelo informante, elas podem ou não coincidir com as questões exmanentes (Muylaert *et al.*, 2014, p. 195).

Para Jovchelovitch e Bauer (2002), o ponto-chave é a tradução de questões exmanentes para questões imanentes, ancorando questões de interesse do pesquisador/a na narração do/a entrevistado/a, uma vez que questões exmanentes e imanentes podem se sobrepor ou serem completamente antagônicas. No decorrer da entrevista, o foco do/a entrevistador/a deve estar nas questões imanentes, tomando nota das linguagens empregadas e elaborando perguntas para serem realizadas posteriormente no tempo propício (Jovchelovitch; Bauer, 2002).

Nesta etapa, foram delimitados o objetivo da entrevista, em consonância com a problemática da pesquisa, e a elaboração da pergunta geradora, em formato aberto, que serviu como ponto de partida para a narrativa. Consideraram-se, ainda, os aspectos éticos indispensáveis à pesquisa com seres humanos, como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a garantia de confidencialidade e privacidade das interlocutoras, conforme aprovação prévia do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, em consonância com as Resoluções 466/12, 510/16 e a Norma Operacional nº 001/2013 do Conselho Nacional da Saúde (CNS).

As interlocutoras foram identificadas e contatadas com base em sua disponibilidade e acessibilidade considerando, sobretudo, sua atuação como líderes da MVMA ou sua participação ativa nas edições do movimento. Todas as participantes tinham idade superior a 18 anos e manifestaram concordância em contribuir com o fornecimento de informações para este estudo.

O acesso às mulheres ocorreu através de: a) envio de mensagens pelos principais canais de comunicação da Marcha (e.g., *Instagram*, *e-mail* e *WhatsApp*), com o objetivo de identificar possíveis interlocutoras; b) conversas com a Assessoria Técnica da AS-PTA, que mediou a aproximação com as mulheres líderes, informando-as sobre a pesquisa e encaminhando os contatos daquelas interessadas e disponíveis para participar; e c) contato direto com as líderes por meio de

mensagens via *WhatsApp* e/ou interações presenciais, especialmente durante a 14ª edição da MVMA.

Fase 1: Iniciando a entrevista

Em consonância com Jovchelovitch e Bauer (2002), o contexto da pesquisa foi previamente apresentado às interlocutoras, seguido da solicitação de autorização para gravação das entrevistas, considerando que os registros seriam relevantes para a transcrição literal e análises posteriores, sendo expostos ainda, de forma breve, os percursos da Entrevista Narrativa (EN), como a narração inicial sem interrupções e a posterior fase de questionamentos.

O tópico inicial da EN, elaborado na fase de preparação, foi introduzido com o intuito de estimular a construção livre da narrativa. Durante todo o processo, adotou-se uma postura acolhedora e uma escuta comprometida, conforme sugerem Pachá e Moreira (2022), reconhecendo a importância de criar um ambiente propício à expressão das interlocutoras.

Vale destacar que o tópico inicial deve ser suficientemente amplo, vinculado às experiências vividas pela interlocutora e dotado de significância individual e social/comunitária, podendo fazer referência a datas, locais e/ou nomes (Jovchelovitch; Bauer, 2002). Assim, o ponto de partida da entrevista narrativa consistiu em: *você poderia iniciar falando sobre você, suas experiências, sua história/trajetória?*

Fase 2: Narração central

Após o início, a narração não deve sofrer interferências, interrupções ou comentários por parte do/a entrevistador/a, pelo contrário, deve ser conduzida com demonstração de interesse e encorajamento para que o/a interlocutor/a continue o processo de narração até que ocorra uma indicação (“coda”) de que a história foi concluída (Jovchelovitch; Bauer, 2002).

Ainda em diálogo com Jovchelovitch e Bauer (2002), no decorrer do processo foram realizadas anotações para registro de informações relevantes ou para questionamentos posteriores, e assim que a interlocutora sinalizava o *coda* – término da narração –, eram feitas algumas indagações no intuito de verificar se

haveria algo mais que poderia ser acrescido. Perguntava-se, por exemplo: *você gostaria de falar algo mais com relação a isso?*

Fase 3: Fase de questionamentos

Ao término da narrativa central, teve início a etapa de escuta atenta, com a finalidade de adicionar materiais além dos esquemas autogeradores da narração, de acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002). Segundo a autora e o autor, nesse momento, as chamadas questões exmanentes devem ser traduzidas em imanentes, ou seja, formuladas com base na linguagem da/o entrevistado/a e de forma coerente com o conteúdo da narrativa. Essas perguntas não devem ser diretas, nem propor antagonismos ou gerar debates sobre a fala anterior, conforme orientam também Pachá e Moreira (2022).

As questões apresentadas nesse momento partiram de tópicos já mencionados pela interlocutora ou diretamente relacionados aos eixos temáticos da pesquisa. Evitou-se antecipar preocupações com as possíveis respostas finais, reconhecendo que apenas por meio do percurso narrativo é que justificativas e contextualizações poderiam emergir de forma espontânea, proporcionando uma “textura concreta” à narrativa (Pachá; Moreira, 2022; Jovchelovitch; Bauer, 2002).

Desse modo, ao esgotar a narração em resposta à primeira pergunta, foram realizadas questões como: *você poderia falar como se deu o seu envolvimento e participação com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia? Você poderia contar como tomou conhecimento da Marcha, se já conhecia alguém de lá? Como a Marcha passou a fazer parte da agenda da sua vida?*

Quando necessário, foram inseridas outras perguntas para aprofundar pontos específicos:

- *Como a questão das “energias renováveis” se torna pauta da Marcha?*
- *Você e as mulheres da Marcha já discutiam esses temas antes?*
- *Você poderia falar um pouco sobre como você vê essa questão da “energia”? E da “energia renovável”?*
- *Do seu ponto de vista, como as mulheres da Marcha têm se envolvido com as pautas referentes à transição energética nas comunidades do semiárido paraibano, no atual contexto de crise climática?*

Dessa maneira, buscou-se abrir um espaço para que as mulheres pudessem discorrer sobre como se engajaram com o movimento da MVMA, e conhecer suas experiências, trajetórias, perspectivas e posicionamentos frente aos processos de transição energética no semiárido paraibano, especificamente no território da Borborema.

Fase 4: Fala conclusiva

Nesta última fase, a gravação foi encerrada e, quando necessário, foram feitas anotações com o objetivo de registrar informações consideradas relevantes, ou de sintetizar aspectos abordados na conversa informal que se seguiu à entrevista (Ravagnoli, 2018). Nesse momento, foram apresentadas perguntas de encerramento: *como foi participar desta conversa? Como você está se sentindo? Como está saindo daqui?* Ao final, foram realizados os devidos agradecimentos pela participação.

As entrevistas foram conduzidas por meio da plataforma *Google Meet*, entre os meses de agosto e outubro de 2024, com duração aproximada de uma hora. Todas as conversas foram gravadas e, posteriormente, transcritas com o auxílio da ferramenta *TurboScribe*¹⁹, sendo cada transcrição cuidadosamente revisada de forma individual. Os dados coletados foram armazenados em um HD externo destinado exclusivamente a esta pesquisa, onde permanecerão por um período máximo de cinco anos. Essa medida visa assegurar a proteção das informações em ambientes virtuais, garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados fornecidos pelas interlocutoras desta investigação.

3.2.3 Quem são as mulheres que tecem esta pesquisa?

Longe de se reduzirem a fontes de informação ou objetos de estudo, as mulheres interlocutoras desta pesquisa são colaboradoras na tessitura de um saber construído a muitas mãos, vozes e territórios. Suas narrativas entrelaçam experiências de vida, resistências, lutas e conquistas, compondo os fios que sustentam e dão forma a este estudo. Tecer é, portanto, um gesto de construção coletiva de conhecimento, que valoriza a escuta, o diálogo e a potência epistêmica

¹⁹ Serviço de transcrição por inteligência artificial: <<https://turboscribe.ai/>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

política e educativa das narrativas compartilhadas – narrativas que desafiam epistemologias hegemônicas e afirmam múltiplas formas de coexistir, sentir, conhecer e ensinar-aprender.

No encerramento de uma das entrevistas, uma das interlocutoras compartilhou como ficou sabendo da pesquisa. Relatou que, durante uma das reuniões com a assessoria da MVMA, os objetivos do estudo foram apresentados e foi feito o convite às mulheres que tivessem interesse em participar. Ela e mais quatro companheiras prontamente se colocaram à disposição para contribuir. Em seguida, a assessoria me encaminhou os contatos das interessadas, possibilitando o início do processo.

Ao longo das narrativas, surgiram menções a visitas de intercâmbio em comunidades impactadas pela instalação e funcionamento de parques eólicos, com destaque para a participação de mulheres dessas localidades em edições da Marcha, onde compartilharam seus testemunhos. A assessoria intermediou o contato com uma dessas mulheres. Ao todo, foram realizadas entrevistas narrativas com seis mulheres diretamente envolvidas com a MVMA – cinco articuladas ao Polo da Borborema e uma da comunidade Sítio Sobradinho, em Caetés, Pernambuco.

Como parte do compromisso ético, são utilizados nomes fictícios para identificá-las, inspirados naqueles mencionados em Cartas Políticas da Marcha que fazem referência a mulheres históricas e/ou plantas da Caatinga, a saber: Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Jurema (Árvore da Caatinga), Margarida Maria Alves, Marielle Franco e Teresa de Benguela. Com idades entre 36 e 54 anos, todas se autoidentificaram como agricultoras, mães e engajadas na luta em defesa de seus territórios, da agroecologia e da vida das mulheres. Apesar das características comuns, cada uma delas expressa singularidades em suas narrativas, experiências e trajetórias.

Carolina atua na presidência do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Esperança/PB. No momento da entrevista (2024), estava afastada temporariamente por envolvimento político nas eleições do município. Integra a Comissão de Saúde e Alimentação do Polo da Borborema, com participação ativa na MVMA e na Marcha das Margaridas. É casada e se autoidentificou como parda.

Dandara atua na direção do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Remígio/PB desde 1996, e destaca sua trajetória de militância relacionada à igreja e ao movimento sindical. Integra a coordenação política do Polo da Borborema e está

envolvida com a MVMA desde sua criação, em 2010. É divorciada e se autoidentificou como branca.

Margarida, neta e filha de agricultores sem terra, destaca a ancestralidade como algo que marca a sua militância. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em Remígio/PB e, em 1993, foi convidada a compor a direção do sindicato local. Desde então, atua com a agroecologia em parceria com a AS-PTA. Também faz parte da coordenação do Polo da Borborema. É assentada da Reforma Agrária, casada e se autoidentificou como preta.

Jurema, filha de agricultores do sertão, atua na diretoria do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Esperança/PB desde 2010. Integra a coordenação do Polo Sindical da Borborema e está envolvida com a MVMA desde a sua segunda edição. É casada e se autoidentificou como parda.

Marielle, também filha de agricultores, teve sua militância inspirada pela atuação do pai no movimento sindical. Movida pelo amor à terra e ao sindicato, iniciou sua trajetória como secretária do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Areial nos anos 2000, sendo eleita posteriormente presidenta – cargo que ocupava à época da entrevista. Integra o Polo Sindical da Borborema e está envolvida com a MVMA desde a sua emergência. Está em união estável e se autoidentificou como parda.

Teresa é agricultora e foi expulsa da terra onde vivia com sua família devido à instalação de um parque eólico. Ainda que a empresa tenha oferecido uma compensação financeira, denuncia que o valor não cobre os anos de trabalho, os sonhos cultivados e as experiências vividas naquele território. Por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Cáritas, conheceu líderes do Polo da Borborema e participou da MVMA em 2022 e 2023, levando seu testemunho ao público. É casada e se autoidentificou como parda.

Todas demonstraram receptividade e acolhimento à proposta da pesquisa, mostrando-se abertas e implicadas ao longo de todo o processo. Também foram muito solícitas no fornecimento de informações e materiais complementares que se fizeram necessários após as entrevistas, realizadas, em sua maioria, por meio do *WhatsApp*.

3.2.4 Em marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia

Como parte indispensável do trajeto, destaco a participação nas três últimas edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – da 14^a a 16^a. Em 2022 e 2023, foi abordado o tema *“Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parques eólicos, nem de usinas solares”*. Já em 2024, o evento mobilizou mais de cinco mil mulheres com o lema *“Mulheres em defesa do território: Caatinga Viva, Floresta em Pé”*, e no ano de 2025, seguiram com o tema *“Mulheres em defesa da Borborema Agroecológica”*.

A imersão no movimento da Marcha foi marcante e transformadora para mim. Desde a minha primeira participação, no município de Montadas/PB, em 2023, tornou-se um evento prioritário na minha agenda. Além de possibilitar a interação direta com as colaboradoras desta pesquisa, pude vivenciar aquilo que, até então, só havia lido nas cartas políticas, em matérias *online*, vídeos e outros registros.

Em campo, o movimento se materializa nos encontros, na presença corporificada, no companheirismo e nos afetos. É luta, denúncia e reivindicação, mas também são olhares profundos, sorrisos abertos, abraços apertados e mãos dadas na ciranda de Lia de Itamaracá.

Não se trata apenas de “colher dados”, mas de deixar-se atravessar, implicar-se e, portanto, assumir a responsabilidade do envolvimento e da participação ativa – nas pautas defendidas, nas relações construídas e nos processos de transformação social – cujo ponto de partida somos nós mesmas. Diante das violências, desigualdades e injustiças, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é um lugar de acolhimento, fortalecimento e mudanças. É caminhar e cantar juntas, reconhecendo no coletivo a força do “sou uma, mas não sou só”²⁰.

Nos quinze anos da MVMA, cheguei cedo. Ainda havia poucas pessoas. Abaixo do palco, mudas de plantas estavam dispostas para doação. Na feira de saberes e sabores, o movimento começava – mulheres em sua diversidade, homens, crianças, pessoas idosas, chegando com alegria, tomando um café, escolhendo a camisa da Marcha, reencontrando comadres há tempos não vistas. Aos poucos, as caravanas começaram a chegar e a serem recebidas com canções

²⁰ Povoadá – Sued Nunes (Música).

de boas-vindas. A partir de então, o cenário se transformou completamente – como se pode imaginar a partir das Figuras 4 e 5.

Figuras 4 e 5 – Concentração da 15ª MVMA – Areial/PB



Fonte: acervo da Autora. Dados da Pesquisa, 2024.

De modo geral, a programação das três últimas edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia incluiu:

- a) Concentração – recepção das caravanas vindas de diversos municípios e estados;
- b) Abertura oficial – com apresentação teatral ilustrando a chegada de empresas de energia renovável para assinatura de contratos, seguida por falas de líderes comunitárias, sindicais e representantes de movimentos sociais, que ressaltaram a importância do bioma Caatinga e os impactos negativos da expansão dessas chamadas “energias renováveis”;
- c) Saída da Marcha – caminhada pelas ruas principais, marcada por momentos de mística, falas de denúncia no trio elétrico, canções de luta, reivindicações e anúncio de conquistas;
- d) Retorno ao palco – com a ciranda conduzida por Lia de Itamaracá (Patrimônio vivo de Pernambuco e do Brasil) e as filhas de Baracho (dupla formada pelas irmãs Dulce e Severina, filhas do cirandeiro Antônio Baracho da Silva, conhecido como "O Rei sem Coroa");
- e) Encerramento – com a afirmação coletiva: “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

Paralelamente, ocorreu a Feira de Saberes e Sabores, espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar agroecológica. O capítulo 4

abordará o contexto de emergência do tema da “energia renovável” na MVMA, destacando suas principais denúncias, reivindicações, propostas e conquistas.

3.2.5 Experiências no estágio doutoral sanduíche

A realização do estágio doutoral sanduíche na Facultat d’Educació da Universitat de Barcelona (UB), com apoio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), constituiu uma experiência profundamente enriquecedora, tanto no âmbito acadêmico e profissional como no pessoal. Ao longo dos três meses de atividades (setembro a novembro de 2024), foi possível ampliar o referencial teórico-metodológico da pesquisa, além de estabelecer conexões internacionais e interinstitucionais que contribuíram para o fortalecimento da tese e para a internacionalização da pesquisa.

Durante esse período, foram conduzidas revisões de literatura, participação em aulas da Professora supervisora, Dra. Roser Boix Tomàs, visitas a escolas rurais e territórios rurais de interesse da pesquisa, conversas com representantes de empresas de energia, além de participação em oficinas, jornadas e congressos (com apresentação de trabalho) relacionados ao plano de investigação, conforme detalhado no Capítulo 5. Paralelamente, diálogos com as orientadoras no Brasil e na Espanha garantiram o alinhamento da pesquisa, a discussão dos avanços e ajustes metodológicos necessários.

As visitas às escolas rurais ocorreram entre outubro e novembro de 2024. Na primeira semana de outubro, foram realizadas duas visitas a uma escola que integra a Zona Escolar Rural (ZER) Moianès Llevant, na região da Catalunha. Trata-se de uma escola pública organizada em turmas multiníveis (do P3 ao 6º ano), que, em 2024, atendia aproximadamente 30 estudantes e contava com seis docentes, além de colaboradores da comunidade local.

Durante as visitas, foi possível realizar o reconhecimento de campo, acompanhar algumas aulas e atividades pedagógicas, bem como interagir com professoras/es, estudantes, responsáveis e colaboradoras/es locais envolvidos em ações relacionadas à transição energética no contexto rural.

O contato com a referida escola e seus colaboradores viabilizou a participação na oficina *Explorando el potencial transformador de las Comunidades Energéticas en entornos rurales*, promovida por um grupo de pesquisa do Instituto

de Ciencia y Tecnología Ambientales da Universidad Autònoma de Barcelona (ICTA-UAB). A atividade teve como objetivo refletir sobre o potencial transformador das Comunidades Energéticas em áreas rurais, com ênfase na diversidade de condições que influenciam seu desenvolvimento nos distintos contextos do Estado espanhol.

Ainda no mês de outubro, participei das *Jornadas de Escucha a la Ciencia y al Territorio: ¿Transición Ecológica o Especulación Energética? Hagamos las cosas bien*. O evento foi organizado pela ALIENTE – *Alianza Energía y Territorio*, em parceria com a *Universidad Pablo de Olavide* (UPO), em Sevilha, Espanha. O principal objetivo das jornadas foi analisar o processo atual de transição energética e a expansão das energias renováveis na Espanha, destacando seus impactos nas áreas rurais e na biodiversidade, propondo soluções para uma transição mais justa e democrática, com base nas *vozes da ciência e dos territórios*.

Em novembro de 2024, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona abriu suas portas para a exposição “Amazonias – El Futuro Ancestral”, que proporcionou um olhar amplo e plural sobre a cultura amazônica²¹. Como parte da programação, participei de duas conversas com duas líderes indígenas: Ehuana Yaira Yanomami, artista, pesquisadora e líder yanomami (Brasil), e Patricia Gualinga, representante do povo *kichwa* de *Sarayaku* (Equador), ativista climática e defensora dos direitos das mulheres, da natureza e dos povos indígenas. Ambas compartilharam suas experiências sobre a resistência de seus povos diante das ameaças socioambientais impostas pelo extrativismo – empresas de mineração, petrolíferas, desmatamento e sobre os corpos das meninas e mulheres.

Na segunda quinzena de novembro, também foi realizada uma visita a uma Escola Rural, localizada em Tarragona, Espanha. Trata-se de uma instituição pública que oferece Educação Infantil e Primária, organizada em grupos multiníveis ou multisseriada (P3 a 6º ano), e contava com aproximadamente 70 estudantes matriculados, nove docentes em tempo integral, um em regime parcial e uma profissional de apoio.

Durante a visita, participei de duas palestras voltadas ao tema da energia eólica ministradas por um gestor de um parque eólico para duas turmas multiníveis (3º e 4º anos; e 5º e 6º anos). No entanto, por questões de confidencialidade

²¹ Ver, por exemplo: <<https://www.cccb.org/es/exposiciones/ficha/amazonias/243781>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

contratual com a empresa na qual atua, ele não autorizou a gravação de entrevistas. A diretora intermediou ainda a realização de uma entrevista com o gestor de uma usina nuclear. Ambos os gestores eram pais de estudantes matriculados na escola visitada.

Nesse contexto, optei pela utilização da entrevista semiestruturada, com base em tópicos-guia (Gaskell, 2005), que permitiram abordar as questões fundamentais do tema investigado, sem perder a abertura para a inserção de novas questões ao longo da conversa, caso fosse necessário (Lüdke; André, 1986).

A entrevista foi conduzida a partir do roteiro exposto no Quadro 3 e teve como objetivo conhecer as experiências profissionais do interlocutor, seus pontos de vista sobre a relação entre a usina nuclear e a comunidade local, bem como suas impressões acerca da expansão das energias renováveis – eólica e solar – e de seus impactos.

Quadro 3 – Roteiro da entrevista semiestruturada

Tópicos-guia
- Poderia iniciar falando sobre você, sua história, experiências... Há quanto tempo está trabalhando nesta central? - Como você vê a relação dessa usina com a vida das pessoas na comunidade, a partir da sua experiência? - Como você vê a expansão das energias renováveis, eólica e solar? - E em termos de impactos, como você avalia a expansão das energias renováveis?

Fonte: dados da Pesquisa, 2024.

A entrevista teve duração aproximada de 1h. Foi realizada na escola, por meio da plataforma *Google Meet*, gravada, transcrita e posteriormente traduzida do espanhol para o português brasileiro.

3.3 Quanto à análise dos dados

No que se refere à análise dos dados produzidos, adotou-se a Análise Textual Discursiva (ATD) como principal caminho metodológico, aplicada tanto às Cartas Políticas como às entrevistas – narrativa e semiestruturada.

Cabe destacar que, de acordo com Lira (2003), a análise das EN pode ser conduzida de diferentes maneiras após a produção e a transcrição dos dados.

Independentemente da abordagem analítica a ser utilizada, é fundamental começar o processo de análise com uma transcrição precisa e fidedigna, que inclua também os elementos paralinguísticos (Pachá; Moreira, 2021).

3.3.1 *Análise Textual Discursiva*

Para Moraes e Galianzi (2006), a análise textual discursiva consiste em uma abordagem de análise de dados localizada entre a análise de conteúdo e a análise do discurso. Essa abordagem analítica pode ser entendida como um movimento que gera novas compreensões sobre os fenômenos investigados a partir de um processo de auto-organização (Moraes, 2003). Nesse sentido, a ATD inaugura espaços de reconstrução, envolvendo elementos diversificados, especificamente no que se refere à compreensão da construção de significados sobre o fenômeno que se investiga e à transformação da/o pesquisador/a (Moraes; Galianzi, 2006).

Conforme exposto, o *corpus* de análise (os “dados”) desta pesquisa foi composto por 16 cartas políticas de edições da MVMA, por seis entrevistas narrativas com mulheres líderes da Marcha e por uma entrevista semiestruturada realizada com um gestor de usina nuclear localizada na região da Catalunha/Espanha. No entanto, ao reconhecer que todo e qualquer dado se transforma em informação a partir de determinada perspectiva teórica, concordo com Moraes (2003, p. 194) quando afirma que “nada é realmente dado, mas tudo é construído”.

Nesse sentido, a análise das cartas políticas da MVMA e das entrevistas seguiram o ciclo da ATD proposto por Moraes (2003): a) desconstrução os textos ou unitarização do corpus; b) construção de relações ou categorização; c) comunicação das compreensões auto-organizadas e emergentes ou elaboração dos metatextos.

a) Desconstrução dos textos ou Unitarização do *Corpus*

O processo de unitarização do *corpus* consistiu em *desconstruir*, *desmontar* ou *desintegrar* as cartas políticas e as entrevistas, apreendendo os sentidos expressos nos diferentes níveis dos textos, reconhecendo que não há um limite último e definitivo para essa fragmentação, conforme proposto por Moraes (2003).

Esse processo exigiu decisões analíticas quanto ao detalhamento necessário, resultando em unidades de análise de maior ou menor amplitude (Moraes, 2003).

As unidades de análise foram selecionadas com base em trechos que, de forma literal, dialogavam com os propósitos da pesquisa. Depois disso, os trechos de cada unidade foram reescritos, recebendo um título que destaca sua ideia principal e um código que facilita sua identificação e localização no texto original. Essa etapa contou com o apoio do *software Atlas.ti*. O Quadro 4 apresenta três exemplos das unidades de análise construídas nesse processo.

Os códigos indicam a localização de cada Unidade de Análise (UA) nos diferentes materiais examinados. Foram adotados os seguintes prefixos: CP – para as Cartas Políticas; EN – para as Entrevistas Narrativas; e ES – para a Entrevista Semiestruturada. Por exemplo, o código UA_01_CP_01 refere-se à primeira Unidade de Análise identificada (UA_01) na 1ª Carta Política da Marcha (CP_01). No caso das entrevistas narrativas com as interlocutoras, foram enumeradas de 01 a 06, de modo que o código UA_01_EN_01 corresponde à primeira Unidade de Análise identificada (UA_01) na 1ª Entrevista Narrativa realizada (EN_01) – e assim sucessivamente.

Quadro 4 – Exemplos de Unidades de Análise das Cartas Políticas e Entrevistas

Cartas Políticas	Entrevistas Narrativas	Entrevista Semiestruturada
UA_01_CP_01 – Desigualdades de gênero na agricultura familiar O trabalho das agricultoras é invisibilizado e desvalorizado pela sociedade, sendo muitas vezes reduzido à condição de simples ajuda.	UA_01_EN_01 – Trajetórias de vida, militância e liderança política das mulheres no campo Destaca a ancestralidade como uma marca em sua militância. Nascida na zona rural, é neta e filha de agricultoras/es sem-terra.	UA_01_ES_01 – Escolha do local para instalação de usinas nucleares A escolha do local para a instalação de usinas nucleares considera aspectos como a disponibilidade de água em abundância para garantir o resfriamento dos sistemas e a direção dos ventos predominantes, que devem soprar em direção a áreas desabitadas.

Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

b) Construção de relações ou processo de categorização

Em consonância com Moraes (2003), esta etapa consiste no agrupamento das unidades construídas anteriormente, a partir do estabelecimento de relações, da reunião de elementos semelhantes e da elaboração das categorias, com o objetivo de produzir novas compreensões e sínteses por meio de um processo de auto-organização.

A combinação da unitarização e categorização corresponde a movimentos no espaço entre ordem e caos, em um processo de desconstrução que implica construção. A unitarização representa um movimento para o caos, de desorganização de verdades estabelecidas. A categorização é movimento construtivo de uma ordem diferente da original (Moraes; Galiazzi, 2006, p. 125).

As categorias emergentes foram organizadas, servindo de base para a elaboração das descrições e interpretações que possibilitaram comunicar as compreensões emergentes ao longo da análise, por meio dos metatextos (Moraes, 2003; Moraes; Galiazzi, 2006). Em conformidade com Moraes (2003), essa organização se deu com base na pertinência aos objetivos da pesquisa e afinidade temática, ou seja, a proximidade ou complementaridade entre os assuntos abordados. Nesse processo, emergiram inicialmente 40 Unidades de Análise, que posteriormente foram reorganizadas e agrupadas em categorias mais amplas, resultando em oito categorias.

As categorias foram sistematizadas nos metatextos apresentados nos três capítulos seguintes. O capítulo intitulado “Panorama histórico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia no Estado da Paraíba: formação, trajetórias e contextos” apresenta discussões que evocam os metatextos elaborados a partir da categorização das Cartas Políticas da MVMA – com ênfase no período da 1ª à 12ª edição –, bem como das entrevistas narrativas com as mulheres agricultoras, em diálogo com os referenciais teóricos mobilizados (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Categorias emergentes das Cartas Políticas e Entrevistas Narrativas

Unidades de Análise	Categorias
Trajetórias de vida, militância e liderança política das mulheres no campo Integração ao Polo Sindical e a Marcha como virada política - fortalecimento, enfrentamento das violências e luta por direitos Desafios de gênero na liderança sindical rural Mobilização e visibilização do trabalho das mulheres Formação política feminista e processos de mobilização (e.g., seminários e marcha) Gênese da MVMA	Mulheres na liderança sindical no Polo da Borborema e suas incidências
Formação política das mulheres e realização da I MVMA O teatro como instrumento de diálogo sobre violências e outros temas MVMA como construção coletiva Protagonismo das mulheres na articulação política e defesa do território agroecológico Ampliação e fortalecimento da MVMA ao longo dos anos	1ª MVMA – Contextos preparatórios e ocupação das ruas em defesa da vida das mulheres e da agroecologia
Processo de escolha dos temas Desigualdades de gênero na agricultura familiar Violências contra mulheres e feminicídios Luta contra o racismo e a LGBTQIA+fobia Ações do Polo da Borborema	Demandas, reivindicações e conquistas ao longo da trajetória da MVMA

Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

Por sua vez, o capítulo intitulado “Energia renovável, sim, mas não assim”: uma perspectiva (eco)feminista da transição energética e incidências na educação ambiental resulta da sistematização das categorias em metatextos construídos a partir das Cartas Políticas – especialmente da 13ª à 16ª edição –, das entrevistas narrativas realizadas com as mulheres líderes do Polo da Borborema e dos referenciais teóricos que fundamentam a discussão (ver Quadro 6).

Quadro 6 – Categorias emergentes das Cartas Políticas e Entrevistas Narrativas

Unidades de Análise	Categorias
Identificação de um equipamento (anemômetro) em visitas às comunidades, questionamentos iniciais, estudos e articulações Intercâmbios comunitários Fortalecimento da luta e incorporação do tema à MVMA	Emergência do tema das “energias renováveis” na MVMA
Contratos abusivos e apropriação territorial Intensificação da violência contra as mulheres e das desigualdades de gênero Impactos socioambientais e violações de direitos Danos à saúde das populações locais Expropriação territorial e apagamento comunitário Racismo ambiental e transformação da Caatinga em zona de sacrifício	Impactos vivenciados, constatados e denunciados pela MMVA
Denúncia ao modelo de produção energética pautado pela lógica extrativista e exportadora Articulação em rede por salvaguardas e direitos Energia - múltiplos sentidos Contradições entre políticas públicas e apoio à expansão das empresas de energia no semiárido Agroecologia como modelo de desenvolvimento rural pautado pela igualdade de gênero e justiça social Defesa do bem viver frente às ameaças das grandes empresas de energia e suas incompatibilidades com a vida no semiárido Projeto “Um Milhão de Tetos Solares”: energia renovável descentralizada, comunitária e geradora de economia solidária Papel da sociedade frente às dinâmicas energéticas Implicações educacionais	“Sem agroecologia, não há futuro possível”: energias, (eco)feminismos e educação ambiental em marcha

Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

Por fim, o capítulo “Transição energética em comunidades rurais e implicações educacionais: experiências e reflexões a partir da Catalunha/Espanha” reúne as categorias derivadas da entrevista semiestruturada realizada com o gestor de uma usina nuclear em Tarragona, na Espanha. As categorias emergentes foram organizadas em um metatexto que compõe um dos tópicos desenvolvidos ao longo do capítulo (ver Quadro 7).

Quadro 7 – Categorias emergentes da entrevista semiestruturada

Unidades de Análise	Categorias
Escolha do local para instalação de usinas nucleares Fechamento de todas as centrais nucleares na Espanha Substituição da matriz energética espanhola por fontes renováveis - Agenda 2030 Importância de manter um <i>mix</i> energético	Plan Nacional Integrado de Energía y Clima – Espanha
Entraves à expansão das energias renováveis Rejeição social à instalação em suas comunidades	Resistências sociais à instalação de grandes projetos de “energia renovável”

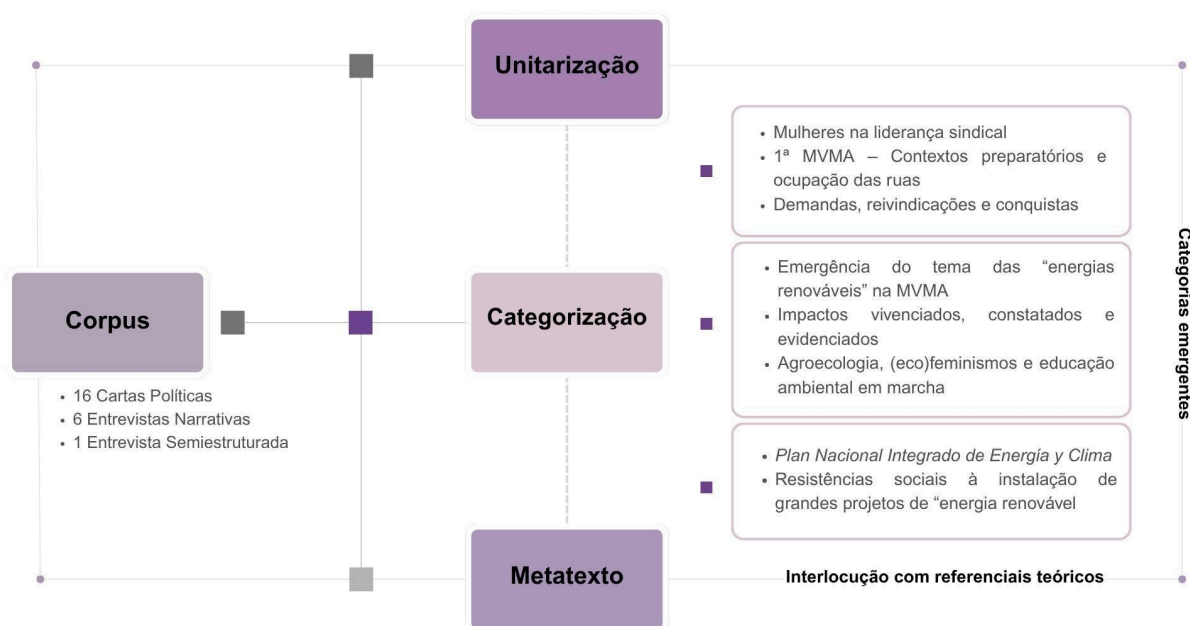
Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

Vale destacar que a construção das categorias ocorreu a partir do método indutivo com base nas informações dispostas no *corpus* desta tese (cartas políticas e entrevistas); e do método intuitivo que envolveu a construção de determinados conjuntos de categorias através da intuição, da integração e impregnação nos dados em um processo auto-organizado de onde emergiu uma nova organização, uma nova síntese dos elementos iniciais, com a finalidade de conferir sentidos às categorias elaboradas a partir do fenômeno investigado como um todo (Moraes, 2003).

c) Comunicação das compreensões auto-organizadas e emergentes ou elaboração dos metatextos

Conforme apresentado, a estrutura do metatexto foi tecida por meio de movimentos recursivos, marcados pela imersão no material de análise e por sucessivos retornos e reorganizações das unidades e categorias construídas. Esse processo não-linear culminou na comunicação das compreensões produzidas ao longo da análise, em interlocução com os referenciais teóricos. Na Figura 6, apresenta-se um esquema do processo realizado.

Figura 6 – Etapas da ATD realizada – Cartas Políticas e Entrevistas



Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

Consoante a Moraes (2003), os metatextos elaborados apresentam caráter descritivo-interpretativo e constituíram uma via de compreensão e teorização do fenômeno em investigação. Vale destacar que “a qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e confiabilidade, mas é, também, consequência de o pesquisador assumir-se como autor de seus argumentos” (Moraes, 2003, p. 202). Nesse sentido, a compreensão emerge, tal como nos sistemas complexos, não como uma simples soma das categorias, mas a partir dos encontros e interações que geram algo novo e distinto de cada material isolado – provocando, como sugere Moraes (2003), autênticas “tempestades de luz”.

3.4 Comprometimento ético

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde vinculado à Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS/UFPB), a partir da Plataforma Brasil, e foi aprovada pelo Parecer Consubstanciado nº 6.529.642, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 74103223.9.0000.5188, em conformidade com a Resolução nº 466/2012, que versa sobre a Ética na Pesquisa com Seres Humanos e a Resolução nº 510/2016, referente à Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Nesse contexto, antes do início desta pesquisa foi desenvolvido um protocolo de pesquisa detalhado abordando de modo minucioso todos os elementos, desde objetivos, metodologia, vias de contato com as interlocutoras, processos de obtenção do consentimento livre e informado (TCLE), até as considerações éticas relativas ao estudo. Com relação aos riscos e benefícios elencados destaca-se que, no decorrer das entrevistas, podem ter ocorrido desconfortos ao serem relatadas experiências e opiniões, principalmente em temas sensíveis como violência contra a mulher, desigualdade de gênero, impactos negativos vivenciados com os parques eólicos, dentre outros.

Para minimizar esse risco, buscou-se uma abordagem cuidadosa e empática, respeitando os limites de cada participante, ou seja, as entrevistadas puderam realizar pausas, ou, caso optassem, não responder aos questionamentos, desistir da pesquisa e retirar o seu consentimento a qualquer momento. Foi explicitado que a recusa, desistência ou a retirada do consentimento não acarretariam quaisquer prejuízos ou penalidades.

Cabe salientar que a participação nesta pesquisa não implicou qualquer tipo de gasto ou remuneração financeira. Os dados produzidos por meio das entrevistas não serão divulgados de forma individualizada, de modo a resguardar a privacidade das interlocutoras e do interlocutor, bem como a confidencialidade das informações fornecidas. Ademais, os materiais resultantes das entrevistas serão armazenados em um HD externo pelo período de até cinco anos.

Com relação aos benefícios diretos, destacam-se o recebimento dos resultados deste estudo, que poderão ser compartilhados e socializados. Dentre os benefícios indiretos, aponta-se a contribuição para o conhecimento científico, uma vez que a pesquisa fornece informações sobre as mobilizações e propostas das mulheres pela vida e pela agroecologia no atual cenário de “transição energética” em comunidades rurais, especialmente, do semiárido paraibano. Ressalta-se, ainda, a visibilidade das vozes das mulheres agricultoras articuladas à MVMA e a valorização das suas lutas e reivindicações diante das dinâmicas impostas pelos projetos de geração de energia em seus territórios.

Além disso, a pesquisa estabelece um diálogo com o cenário internacional, por meio das experiências vivenciadas no estágio doutoral sanduíche que ampliaram seu escopo teórico-prático. Em conjunto, esses elementos podem contribuir com informações relevantes tanto para a formulação e implementação de políticas

públicas relacionadas às pautas abordadas, como para a formação de pesquisadoras/es e demais profissionais interessadas/os em desenvolver, implementar e assessorar projetos e ações relacionadas ao tema, especialmente no campo da educação ambiental.

4 PANORAMA HISTÓRICO DA MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA: FORMAÇÃO, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS

Historicamente, o estado da Paraíba configura-se como um espaço-território marcado por intensas lutas de resistência protagonizadas por camponeses/as e trabalhadores/as rurais frente ao poder dos latifundiários, conforme aponta Janaína Silva (2022). Entre os movimentos mais expressivos do século XX, destacam-se a Liga Camponesa de Sapé (1958-1964) com a notável atuação de Elizabeth Altino Teixeira, e o Movimento Sindical de Alagoa Grande/PB, que, sob a liderança da sindicalista Margarida Maria Alves²² (1933-1983), ganhou projeção nacional e passou a ocupar lugar de destaque nas reflexões acadêmicas, dada sua relevância no contexto das lutas trabalhistas travadas no Nordeste brasileiro (Silva, 2022).

Essas experiências se articulam a um contexto mais amplo de mobilização das mulheres, cujo protagonismo, em toda a América Latina, tem sido uma das principais forças de transformação social, conforme elucidado por Silvia Federici (2022). Para a abordagem desse panorama histórico em âmbito nacional, destacam-se as teses de doutorado de Emma Siliprandi (2009), que investiga as trajetórias de vida de mulheres agricultoras atuantes em movimentos agroecológicos formados no Brasil ao longo de três décadas; de Ana Paula Romão Ferreira (2009), que analisa as disputas em torno das representações da trajetória político-educativa da líder sindical Margarida Maria Alves; e de Dayane Nascimento Sobreira (2022), que discute o feminismo rural no contexto brasileiro a partir da Marcha das Margaridas.

Nesse cenário, a vida e a morte de Margarida Maria Alves representam um marco histórico no Brasil, que expressa, simultaneamente, a emergência dos movimentos de luta por direitos no contexto da redemocratização do Estado brasileiro e a construção do protagonismo das mulheres agricultoras na resistência ao machismo e ao patriarcado, como evidencia Adriana Galvão Freire (2023). Nesse período, no Agreste paraibano, enquanto ganhava força um sindicalismo que buscava combater “as relações de exploração, clientelismo e subordinação” aos poderes locais, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo articulava a

²² Margarida Maria Alves foi a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Durante os 12 anos de sua atuação, os proprietários de usinas e engenhos e patrões sofreram ações trabalhistas. Ameaçada pelos latifundiários da região, ela foi assassinada em 12 de agosto de 1983.

organização das agricultoras em torno da conquista de seus direitos (Freire, 2023, p. 122) .

A coragem e a liderança de Margarida Maria Alves continuam a inspirar resistências e mobilizações das mulheres do campo, da floresta e das águas em todo o território nacional. Exemplo disso é a Marcha das Margaridas, realizada sempre em agosto, como forma de reavivar a memória do mês em que Margarida foi brutalmente assassinada. A Marcha das Margaridas reúne milhares de mulheres de diferentes regiões do Brasil, que ocupam as avenidas de Brasília/Distrito Federal em defesa de um país sem violência, democrático e que respeite a soberania popular, através de relações mais igualitárias e justas. Afirma-se, assim, a possibilidade de outros mundos – pautados na ética, na solidariedade, na reciprocidade e no respeito à natureza²³.

O movimento de mulheres agricultoras do Polo da Borborema inscreve-se na trajetória histórica do legado de Margarida Maria Alves – um percurso marcado por conflitos e enfrentamentos, que impulsionou a construção de novas estratégias de combate às desigualdades e à violência contra as mulheres (Freire, 2023). De acordo com a autora, foi nesse contexto, e a partir da articulação da rede de agricultoras-experimentadoras, que nasceu, em 2010, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA), com o apoio da AS-PTA e em articulação com o Polo da Borborema.

Há mais de uma década, cada edição da MVMA tem se afirmado como um espaço de denúncia e questionamento das estruturas machistas e patriarcais que sustentam múltiplas formas de violência contra as mulheres, ao mesmo tempo em que anuncia e celebra as conquistas políticas, técnicas, sociais e econômicas alcançadas pelas mulheres agricultoras (Freire, 2023).

Além disso, a MVMA tem inspirado a realização de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Agrárias, Geografia, História, Serviço Social e Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, a partir de questionamentos e enfoques teórico-metodológicos diversos. No levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no início de maio de 2025, sem delimitação temporal e em todos os campos de busca, foram localizadas seis dissertações de mestrado que versam sobre o tema, publicadas entre os anos de

²³ Ver, por exemplo: <<https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

2014 e 2025. Não foram encontradas teses de doutorado que abordam especificamente a MVMA (ver Quadro 8).

Dentre os trabalhos encontrados, destaca-se a dissertação de Júlia Scaglioni Serrano (2014), que investigou o processo histórico de organização das mulheres camponesas no Polo da Borborema e sua articulação com a agroecologia no enfrentamento das desigualdades de gênero, especialmente, no campo. Por sua vez, Luciene Andrade Alves (2017) buscou compreender, em sua pesquisa, de que modo as ações desenvolvidas pelo Polo da Borborema, com foco na valorização da agroecologia e da agrobiodiversidade, contribuem para o processo de tomada de consciência das mulheres acerca de seu papel na agricultura familiar.

Quadro 8 – Dissertações de Mestrado que versam sobre a MVMA – BDTD

Ano	Instituição/ Programa	Autoria	Título
2014	UFPB/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia)	Júlia Scaglioni Serrano	Mulheres da Borborema Construindo a Agroecologia e a Igualdade de Gênero
2017	UFPB/ Programa de Pós-Graduação em Geografia	Luciene Andrade Alves	Transformações no espaço agrário paraibano: práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema
2022	UFPB/ Programa de Pós-Graduação em História	Laís de Oliveira Neves	“Então, menina, a marcha é libertadora”: pela vida das mulheres e pela agroecologia - PB
2023	UEPB/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Suênia dos Santos Viana	Saber local, luta e encantamento na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na Paraíba
2024	UEPB/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Rosa Maria Dias da Costa Santos	A Marcha pela Vida das mulheres e pela Agroecologia: um diálogo interseccional com as mulheres negras
2025	UFCG/ Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais	Karla Jarlita de Moura Silva	Mulheres na transição energética: o papel e as implicações socioambientais da participação feminina em parques eólicos e usinas solares de geração centralizada

Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

Além disso, articulando referenciais do ecofeminismo e feminismo decolonial na construção das escrituras de mulheres que participam e constituem a MVMA, Laís de Oliveira Neves (2022) buscou evidenciar o protagonismo sócio-histórico da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Nessa direção, Suênia dos Santos Viana (2023) analisou os impactos dos saberes locais articulados pela MVMA na elaboração de estratégias de mobilização e agendas políticas das mulheres envolvidas.

A partir de uma perspectiva interseccional e com base nas narrativas de mulheres negras que integram a MVMA, Rosa Maria Dias da Costa Santos (2024) buscou compreender de que maneira o movimento articula gênero, raça e classe em suas pautas e práticas, ancorando a análise no campo do feminismo negro. Soma-se ainda a dissertação de Karla Jarlita de Moura Silva (2025) que analisou os impactos socioambientais da transição energética sobre mulheres agricultoras de Cuité (PB), destacando sua participação na MVMA como forma de resistência e mobilização frente aos modelos energéticos centralizados.

A partir do exposto, este capítulo objetiva traçar um panorama histórico da MVMA com base na análise textual discursiva das Cartas Políticas de todas as suas edições realizadas desde o seu surgimento (2010) até o momento (2025), das entrevistas narrativas realizadas com mulheres agricultoras vinculadas ao movimento, além das experiências de campo e de referenciais teóricos evocados para a ampliação do diálogo.

Este capítulo se organiza em três momentos, que refletem os metatextos elaborados a partir das categorias emergentes da análise efetuada. No primeiro, apresenta-se a inserção e a atuação das mulheres agricultoras do Polo da Borborema na liderança sindical e suas incidências sociopolíticas. Em seguida, são abordados os contextos preparatórios, a ocupação das ruas – com foco na realização da primeira Marcha em defesa da vida das mulheres e da agroecologia – e suas ressonâncias. Por fim, discutem-se as principais demandas, reivindicações e conquistas acumuladas ao longo da trajetória da MVMA.

4.1 Mulheres na Liderança Sindical no Polo da Borborema e suas incidências

A trajetória das mulheres entrevistadas no movimento sindical no território da Borborema evidencia processos marcados por tensões, resistências, reinvenções e conquistas. São histórias de agricultoras que, a partir da década de 1990, começaram a ocupar espaços no interior dos sindicatos rurais, em contextos marcados tanto por estruturas patriarcais, hierarquias de gênero e exclusões históricas, como por vínculos afetivos, familiares e comunitários (e.g., ancestralidade camponesa, militância da família, atuação em pastorais) que impulsionaram sua presença e atuação política.

Os relatos evidenciam percursos distintos de entrada nos sindicatos de trabalhadoras/es rurais, onde a presença das mulheres nos espaços de gestão e decisão era praticamente inexistente e, em alguns casos, condicionada à chancela dos homens para conferir reconhecimento e validação. Por exemplo, Marielle (2024) destaca que sua entrada na direção do sindicato: *“Teve uma resistência grande (...) Meu pai [agricultor] já trabalhava no sindicato (...) precisou que ele dissesse assim, quando eu fui escolhida: “ela vai ser presidente, mas eu vou ficar sempre ao lado dela”.*

Algumas mulheres ingressaram nos espaços sindicais em funções administrativas ou auxiliares, como secretárias, colaboradoras, responsáveis pela documentação (e.g., preenchimento de atas) ou serviços gerais. Além da predominância dos homens nos cargos de gestão, as mulheres também enfrentavam situações de constrangimento e assédio no ambiente sindical: *“A gente não se sentia bem sendo mandada. E via muita coisa errada, inclusive até assédio (...). Até a contadora do sindicato na época era assediada”,* pontua Dandara (2024).

Ao relembrar sua entrada na direção do sindicato, Marielle (2024) destaca: *“Entreí como secretária [início dos anos 2000], passei quatro anos como secretária, e aí, de lá pra cá, estou só na presidência. (...) o sindicato era muito machista, era uma diretoria toda de homens”.* Dandara (2024) narra um percurso semelhante, iniciado a partir de sua ligação familiar com o sindicato: *“Meu pai foi diretor do sindicato. [Quando ele saiu], a nova diretoria foi me chamar para vir para o sindicato naquele momento ajudar a fazer a limpeza [em 1996].”*

Aos poucos, sua atuação foi se ampliando além das tarefas inicialmente atribuídas: *“Comecei a fazer limpeza no sindicato, mas comecei a me envolver em*

outras atividades. (...) E eu dizia assim: um dia vou ser diretora do sindicato pra fazer história". E em 2001 passou a compor a diretoria: *"Foi quando eu com as outras companheiras do sindicato começamos a fazer história"* (Dandara, 2024).

Há também mulheres que adentraram diretamente na direção sindical, convocadas por sua atuação comunitária, religiosa ou política. Margarida (2024), por exemplo, recorda:

(...) Fui animadora de religião na comunidade (...), depois eu fui me integrando ao Movimento Pastoral da Juventude do Meio Popular. (...) Participei da fundação do Partido dos Trabalhadores, aqui no município [Remígio/PB], e foi a partir dessas lutas que eu fui convidada para contribuir na direção do sindicato... em agosto de 1993. (...) eu disse: caramba, eu vou, porque acho que a minha família é uma das famílias que essa luta representa.

Dentre os relatos das mulheres entrevistadas, identificam-se movimentos marcados por questionamentos, enfrentamentos e deslocamentos em relação aos papéis historicamente atribuídos às mulheres agricultoras em diferentes espaços sociopolíticos, especialmente no campo. Ao longo do tempo, foram tensionando a lógica da invisibilidade e da subalternização que estruturava o sindicalismo rural, passando a assumir posições de liderança e incidência política. A partir dessas experiências, contribuíram para a ampliação das pautas e para a ressignificação das práticas sindicais e dos modos de fazer militância, imprimindo novos rumos às organizações e aos movimentos sociais com os quais dialogam e se articulam.

Ao ocuparem funções de liderança, as mulheres entrevistadas passaram a incorporar ao cotidiano sindical temas antes silenciados, como as violências de gênero, a valorização do trabalho das mulheres, o cuidado com a saúde das famílias e a defesa da agroecologia como projeto político de vida, como destaca Dandara (2024):

A gente via que as mulheres estavam, tinham um papel fundamental (...) na criação dos filhos, na casa, no roçado. E, às vezes, não apareciam no cenário. (...) E a gente trouxe esse debate pra diretoria do sindicato no momento e pouco fomos vistas, mas não desistimos.

A chegada da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)²⁴ ao território da Borborema, em 1993, representou um marco no

²⁴ Para mais informações: <https://aspta.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

fortalecimento das experiências agroecológicas e na ampliação da participação política das mulheres agricultoras. De acordo com Silva, Freire e Silveira (2019), a AS-PTA iniciou um programa de assessoria voltado a organizações de base identificadas com a proposta agroecológica na região, com o propósito de incidir sobre os históricos processos de degradação ambiental nos agroecossistemas e, simultaneamente, promover o fortalecimento econômico dos estabelecimentos de agricultura familiar.

A partir dos anos 2000, tais organizações (e.g., sindicatos, associações) passaram a se articular em rede, dando origem ao Polo da Borborema (Silva; Freire; Silveira, 2019).

A gente começa esse trabalho de agroecologia, em 1993, com a assessoria da AS-PTA, e, assim, foi uma coisa muito bacana, porque assim... essa relação com a agroecologia e a metodologia como a AS-PTA foi construindo com a gente, era uma metodologia de muita escuta e de olhares a partir do local (Margarida, 2024).

Nesse contexto, Jurema (2024) narra uma trajetória que se articula ao trabalho de base com os fundos rotativos solidários e as articulações comunitárias em torno das cisternas: *“(...) meu esposo é agricultor, e a gente começou a fazer um processo de trabalho de fundos rotativos²⁵; eu ainda não era diretora do sindicato (...), e comecei a dialogar com o movimento sindical a partir dos fundos rotativos solidários e cisternas”*. Daí passou a ocupar formalmente um cargo de direção: *“Tô na direção do sindicato desde 2010, aqui no município, e recentemente estou na coordenação desse Polo [da Borborema]”*.

Carolina (2024), por sua vez, relata uma atuação vinculada com a vida comunitária e a experiência com a Igreja Católica, que se amplia com o envolvimento no movimento sindical: *“Meu trabalho ele começa da base, essa experiência de igreja, (...) sou coordenadora da igreja, eu estou como ministra da Eucaristia”*. A partir de 2010, passou a compor a diretoria do sindicato rural de Esperança e a integrar a coordenação executiva do Polo da Borborema.

“Desde 2010, 2011, que estou no sindicato. (...) Quanto ao movimento sindical, é um movimento que vai muito mais além, é onde faço parte da

²⁵ “Fundo Rotativo Solidário é uma modalidade de dispositivo de ação coletiva na qual sistemas econômicos se constroem baseados em laços sociais de reciprocidade e ajuda mútua, fazendo multiplicar os recursos que chegam na comunidade por meio da colaboração de todas e todos os envolvidos” (Freire, 2023, p. 125).

coordenação executiva do Polo da Borborema. A gente trabalha como comissões, e essas comissões, tem a comissão de Saúde e Alimentação, que é um trabalho mais voltado com as mulheres (Carolina, 2024).

O Polo coordena um processo contínuo e coletivo de experimentação agroecológica, que se difunde pelas comunidades e municípios por meio das redes de agricultoras/es experimentadoras/es, organizadas por Comissões Temáticas vinculadas aos sindicatos, nas quais agricultoras/es e lideranças compartilham e produzem conhecimentos específicos sobre temas relevantes para o desenvolvimento rural (Silva; Freire; Silveira, 2019). Como relata Dandara (2024): “O Polo cresceu, precisamos ver uma forma de a gente se organizar para dar conta do trabalho. Nos organizamos por comissões temáticas, por redes. Há Comissão de Sementes, Comissão de Água, de Rearborização, do Acesso à Terra”.

Segundo Silva, Freire e Silveira (2019), a atuação dessas comissões se fundamenta na realização de diagnósticos participativos, na sistematização de experiências e na promoção de intercâmbios entre agricultoras e agricultores, que direcionam as dinâmicas de inovação técnica e sociopolítica nos territórios. Tais comissões também assumem um papel estratégico de representação política junto aos gestores públicos nas esferas municipal, estadual e federal (Silva; Freire; Silveira, 2019).

Atualmente, o Polo da Borborema é composto por uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, com aproximadamente 150 associações comunitárias²⁶. Conta com seis Comissões Temáticas: Água, Criação Animal, Saúde e Alimentação, Juventude, Cultivos Agroflorestais, e Sementes e Manejo Ecológico dos Roçados (Silva; Freire; Silveira, 2019).

Destaca-se, nesse processo, a Comissão de Saúde e Alimentação, que emerge como espaço estratégico de organização das mulheres, de visibilização de seus saberes e de enfrentamento às violências cotidianas vividas no campo. Como afirma Dandara (2024): “Criamos a Comissão de Saúde e Alimentação, que tem o papel de trazer a visibilidade do trabalho das mulheres e, também, de promover a reflexão sobre a violência, de qualquer forma, contra as mulheres”.

Freire (2015) destaca que essa Comissão passou a coordenar ações de formação e experimentação entre as agricultoras. A partir de seminários e

²⁶ Polo da Borborema e AS-PTA: <<https://aspta.org.br/2024/11/06/polo-da-borborema-e-as-pta-atualizam-diagnostico-sobre-a-agricultura-familiar-no-territorio-que-envolve-13-municipios/>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

intercâmbios baseados em princípios metodológicos já utilizados no território em parceria com a AS-PTA, as mulheres passaram a visitar experiências em diferentes municípios, no intuito de superar desafios técnicos e adaptar inovações de manejo em seus quintais produtivos (Freire, 2015).

Margarida (2024) enfatiza a relevância dos processos de troca e sistematização de experiências entre agricultoras, mobilizados no interior das redes articuladas pelo Polo da Borborema:

Essas mulheres começaram a falar das suas experiências, sistematizar experiências (...) e a gente teve que organizar um programa chamado de agricultores, de agricultor para agricultor, e nesse programa a gente fez um eixo só de mulheres. Então as mulheres visitavam outras mulheres (...). Daí para frente começou a ferver (...).

Os intercâmbios foram fundamentais para romper o isolamento vivido por muitas mulheres, ao promover encontros que possibilitaram reconhecimento mútuo e superação gradual das barreiras culturais que as restringiam às “cozinhas de casa”, como aponta Freire (2015). Esses momentos fortaleceram a construção de uma identidade coletiva de agricultoras-experimentadoras, delimitando um lugar político nas dinâmicas do Polo da Borborema (Freire, 2015).

Além disso, esses encontros possibilitaram a criação de espaços de escuta e elaboração coletiva, nos quais vieram à tona tanto práticas relacionadas ao cultivo, ao cuidado com a saúde e à alimentação, como denúncias sobre a invisibilidade, a sobrecarga de trabalho, as violências vividas e a desvalorização do trabalho das mulheres no campo.

Margarida (2024) ressalta a força política que o incômodo coletivo foi adquirindo, especialmente a partir de 2006, considerado um ano de virada: *“Quando a gente começou a trazer o debate sobre as plantas medicinais, reunir as mulheres, pra falar da alimentação (...), as mulheres começaram a trazer as queixas da invisibilidade, da carga de trabalho, que não eram valorizadas pelo que faziam”*.

Como parte desse movimento, foi produzida uma agenda ilustrada (ver Figura 7) com fotografias das agricultoras em seus quintais, hortas e cozinhas, como gesto político de reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho das mulheres agricultoras: *“Nós fizemos uma agenda e dissemos: a gente está fazendo isso para dizer aqui que as mulheres têm um trabalho, elas precisam ser visibilizadas (...)”. Foi um momento muito importante, foi a virada de chave*”, enfatiza Margarida (2024).

Destaca-se, ainda, na Figura 8, o poema elaborado por Eusébio Cavalcanti, também vinculado ao Polo da Borborema e parceiro da MVMA, versando sobre a importância do trabalho das mulheres agricultoras, especialmente nos arredores de casa²⁷ e na agricultura familiar.

Figuras 7 e 8 – Capa da agenda produzida e poema



Fonte: dados da pesquisa, 2025. Cortesia de uma das colaboradoras, via *WhatsApp*.

A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que estabelece medidas para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo medidas protetivas e assistenciais às mulheres em situação de violência, repercutiu de forma significativa entre as agricultoras organizadas nos sindicatos do Polo da Borborema. As organizações sindicais passaram a promover formações e rodas de conversa que mobilizaram a leitura e debate da Lei como instrumento de luta e sensibilização.

Dandara (2024) enfatiza: *“A gente disse: a gente precisa ler a Lei Maria da Penha. E aí a gente fez. Fomos ousadas, fizemos um primeiro seminário [sobre o tema]”*. Em 2009, o sindicato de Remígio, em parceria com o Movimento dos

²⁷ “Arredor de Casa é a expressão localmente utilizada como referência ao quintal doméstico e aos espaços de produção da agricultora” (Freire, 2023, p. 125).

Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), promoveu seu primeiro seminário de formação sobre a Lei Maria da Penha, pautando o diálogo sobre a violência contra as mulheres. A iniciativa viabilizou que muitas agricultoras, pela primeira vez, reconhecessem e nomeassem como violência situações antes naturalizadas em seu cotidiano.

Muitas dessas mulheres nem imaginavam o que estava acontecendo, o que era violência, as formas de violência. E foi um aprendizado pra gente que tava começando a militância na diretoria e pras outras mulheres, agricultoras, lideranças das comunidades (Dandara, 2024).

No âmbito nacional, após a promulgação da Lei Maria da Penha, houve um aumento nas denúncias de violência contra as mulheres, refletindo maior visibilidade e reconhecimento dessas situações. A partir da análise de experiências de Agroecologia ou de processos de transição agroecológica, se tornaram evidentes as múltiplas formas pelas quais as desigualdades de gênero se manifestam, incluindo expressões cotidianas de violência física, simbólica e estrutural, como assinala Pacheco (2009).

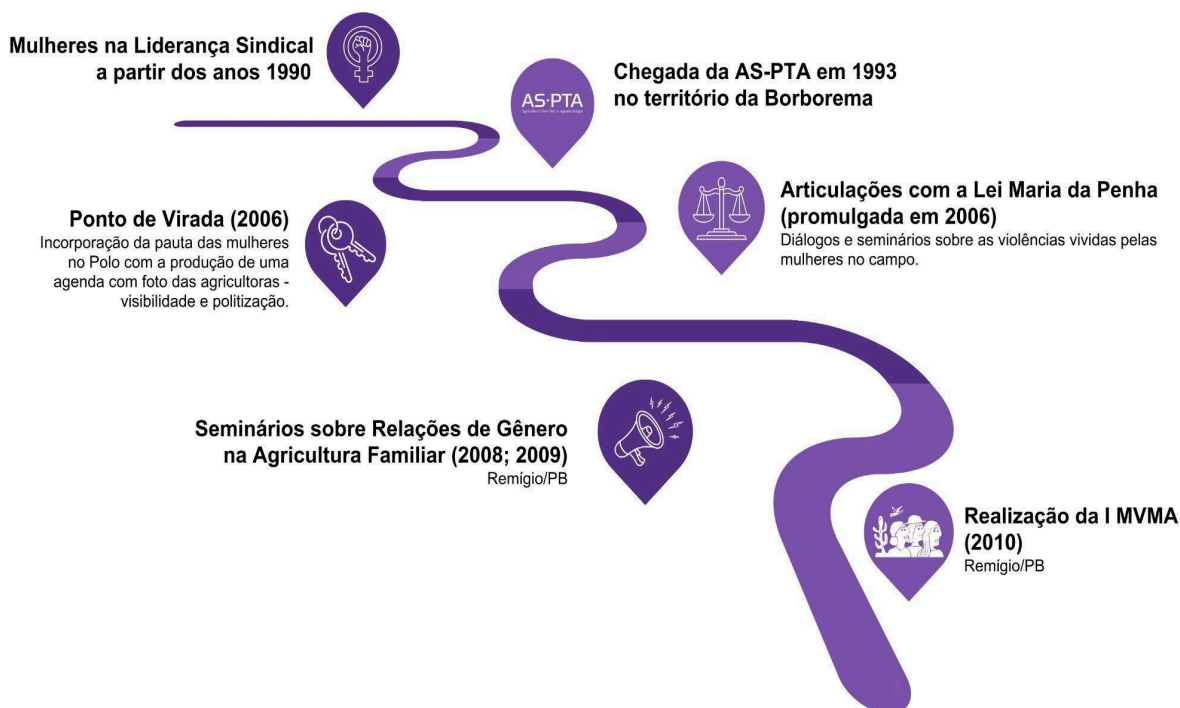
A efervescência política das mulheres agricultoras do Polo da Borborema, que encontrou um de seus marcos em Remígio/PB, culminou ainda na realização de duas edições do “Seminário sobre Relações de Gênero na Agricultura Familiar”, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente. Nesses encontros, as mulheres compartilharam vivências marcadas por silenciamentos, exclusões e violências, aprofundando os debates sobre as desigualdades de gênero e fortalecendo o vínculo entre formação, escuta e mobilização, reivindicando que tais experiências fossem politizadas e levadas ao espaço público. Foi nesse contexto que se projetou a realização da primeira Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, efetivada em 2010, também em Remígio.

Esse processo foi efervescendo, e eu sei que Remígio é o município onde a gente faz um primeiro seminário sobre relações de gênero na agricultura familiar [em 2008]. (...) Quando foi em 2009, nós fizemos um segundo seminário em Remígio, e projetamos, em 2010, uma marcha em Remígio (...). E a gente disse: a gente vai fazer a Marcha pela Vida das Mulheres pela Agroecologia. (...) A gente precisa falar do que nos incomoda, a gente precisa falar da violência, a gente precisa falar da invisibilidade que a gente sofre, tem que sair daqui, a gente precisa denunciar isso publicamente (Margarida, 2024).

A Figura 9 sintetiza o percurso da liderança sindical das mulheres agricultoras no território da Borborema e suas incidências, evidenciando os principais eventos trazidos nas narrativas das mulheres entrevistadas. Dentre os quais, destacam-se:

- a) o ingresso nos Sindicatos de Trabalhadoras/es Rurais a partir dos anos 1990, quando algumas foram diretamente convidadas a assumir cargos de direção, enquanto outras ascenderam a partir de funções administrativas ou de apoio;
- b) a chegada da AS-PTA no território da Borborema em 1993, fortalecendo as práticas agroecológicas e a ampliação da participação política das mulheres agricultoras;
- c) a criação da Comissão de Saúde e Alimentação e a incorporação da pauta das mulheres ao Polo da Borborema, sendo o ano de 2006 um ponto de virada, marcado também pela promulgação da Lei Maria da Penha, que intensificou os debates sobre as violências e desigualdades enfrentadas pelas mulheres no campo;
- d) a realização dos seminários sobre “Relações de Gênero na Agricultura Familiar”, cuja segunda edição resultou
- e) no lançamento da proposta da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

Figura 9 – Mulheres agricultoras na liderança sindical no território da Borborema



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) emerge, portanto, da confluência entre processos formativos, vivências compartilhadas e experiências de auto-organização das mulheres agricultoras, sendo expressão de um trabalho histórico sustentado por práticas organizativas, escuta coletiva e luta pela emancipação das mulheres, justiça socioambiental e construção de um território agroecológico feminista, antirracista e democrático. O contexto preparatório, a realização da I MVMA e suas ressonâncias serão enfocados na próxima seção.

4.2 “Primeira Marcha e não somos mais as mesmas”: contextos preparatórios e ocupação das ruas em defesa da vida das mulheres e da agroecologia

Conforme exposto, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia resulta de inquietações e mobilizações protagonizadas por mulheres agricultoras articuladas à militância e movimento sindical, tendo como ponto de partida o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Remígio (PB). Sua emergência se inscreve em um contexto marcado por desigualdades de gênero, violências e silenciamentos históricos, dentre os quais destacam-se: a) a presença majoritária de homens nas diretorias sindicais que relegavam as mulheres a

posições subordinadas; b) os relatos de assédio envolvendo mulheres que buscavam atendimento ou exerciam funções nos sindicatos; e c) a participação das mulheres limitada a funções de apoio, como servir o café, nas reuniões com as comunidades rurais.

Além da exclusão dos espaços decisórios, o trabalho realizado cotidianamente pelas mulheres agricultoras na organização social e familiar era sistematicamente invisibilizado. Apesar de fundamentais na criação de animais, na preservação de sementes crioulas, na produção de alimentos, na educação das/os filhas/os e nas tarefas domésticas, seus trabalhos permaneciam sem o devido reconhecimento social e político. A isso, somavam-se vivências marcadas por violências diversas (e.g., física, verbal, emocional), controle sobre seus corpos e decisões, além de restrições ao lazer e à vida comunitária. Nas observações realizadas durante visitas e ações nas comunidades rurais, Dandara (2024) relatou: *“(...) a gente presenciava a violência contra as mulheres, que ele [o esposo] não deixava as mulheres sair. O único lazer que as mulheres tinham naquela época era de ir à missa, na comunidade, ou à novena, mas tinha que carregar os filhos todos”*.

Diante desse cenário, germinou a proposta da MVMA como ação de enfrentamento, resistência, denúncia e transformação coletiva. Em alusão ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher – como marco de luta por direitos e transformações sociais, o Sindicato de Remígio (PB) propôs a realização da primeira Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) como forma de protesto público contra a invisibilização do trabalho das mulheres agricultoras e violências naturalizadas nas comunidades rurais.

A Marcha articulou-se a marcos legais como a Lei Maria da Penha (2006), assumindo o caráter de um chamado público à sociedade, reivindicando direitos e denunciando as múltiplas formas de violência vividas pelas mulheres no campo. Em parceria com a AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, o Polo da Borborema impulsionou uma série de ações político-pedagógicas que incluíram a produção de materiais educativos, rodas de conversa e apresentações teatrais, propiciando espaços de escuta, reflexão e enfrentamento coletivo às opressões vivenciadas pelas mulheres nos diferentes municípios do território da Borborema.

O Polo, junto com a AS-PTA, começa a pensar em materiais educativos, teatro, rodas de conversa, para que a gente viesse ali a refletir [sobre] as diversas formas de violência que a gente vivenciava. E aí começa cada

município a refletir sobre a violência. O que é a violência contra as mulheres? O que é a violência? (Marielle, 2024)

Foram realizados seminários, tais como: a) o primeiro seminário de formação sobre a Lei Maria da Penha, em Remígio, no ano de 2009, possibilitando que agricultoras e lideranças comunitárias reconhecessem as diversas formas de violência e fortalecessem sua consciência e mobilização; b) duas edições do Seminário sobre *Relações de Gênero na Agricultura Familiar*, nos anos de 2008 e 2009, também no município de Remígio (PB). Tais seminários consistiram em momentos importantes para que as mulheres relatassem as violências e invisibilidades que enfrentavam, e compartilhassem denúncias, demandas e reivindicações.

Durante a realização do II Seminário sobre Relações de Gênero na Agricultura Familiar (2009), foi projetada a primeira edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, prevista para o ano seguinte (2010), com o objetivo de denunciar publicamente nas ruas de Remígio as violências vividas pelas mulheres no/do campo e reafirmar a agroecologia como modelo de desenvolvimento rural.

A apresentação da proposta da MVMA em uma reunião da Comissão de Mulheres do Polo da Borborema gerou identificação, adesão e mobilização coletiva. Como narra Margarida (2024): *“A gente vai fazer a marcha lá [em Remígio] pra denunciar a violência, o nome da marcha é isso, e aí os municípios, as Comissões de Mulheres dos municípios, que estavam todas em reunião, disseram: (...) vamos para Remígio também”*.

Dandara (2024) destaca o caráter espontâneo e entusiasmado da adesão: *“Aí os sindicatos tudinho disse assim: ah, eu quero participar dessa marcha. O outro disse assim: eu também quero, e eu também quero, e eu também quero”*. Para Marielle (2024), a proposta expressava tanto a ousadia das mulheres de Remígio como uma realidade compartilhada por agricultoras de outros municípios do Polo: *“Remígio foi ousado, o sindicato de Remígio, as mulheres de Remígio, foram ousadas de dar o pontapé na marcha. Mas a gente também se identificava (...)”*.

No contexto preparatório, além dos seminários supracitados, foi conduzido um processo de formação nas comunidades rurais envolvidas, por meio de reuniões que buscavam dialogar com as mulheres sobre o sentido político da mobilização. Esses encontros tiveram como objetivo explicitar às mulheres o que era a marcha,

por que marchariam, quais reivindicações seriam levantadas e qual projeto político estava sendo construído a partir das práticas agroecológicas e das experiências vivenciadas nos seus respectivos territórios.

(...) antes da marcha, foi todo um processo de formação para Remígio. A gente fez várias reuniões nas comunidades para as mulheres entenderem o que é a marcha, por que nós vamos marchar, qual o nosso projeto político, o que é que a gente ia reivindicar a partir do que nós estávamos fazendo da agricultura (Dandara, 2024).

Para subsidiar os processos de formação política e a problematização das vivências cotidianas das mulheres, foi utilizada uma produção audiovisual baseada na sistematização da vida de Vanda, apresentada e discutida ao longo de todo o processo preparatório da primeira edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Freire, 2015). Dandara (2024) relembra:

Teve um vídeo que a gente contou a história de Vanda, que era assentada da Reforma Agrária aqui em Remígio, que ela sofria violência com o marido na época. (...) Então, Vanda emprestou a vida dela, fizemos um vídeo, e esse vídeo foi a chave, o nosso presente pras reuniões nas comunidades em preparação a essa marcha. A gente passava o vídeo, trazia reflexão, muitas mulheres se viam no lugar de Vanda. (...) A agroecologia permitiu a saída do isolamento das mulheres, (...) permitiu que a gente pudesse, a partir do trabalho da agricultura, tratar da violência contra as mulheres.

Como relataram as interlocutoras, a narrativa audiovisual intitulada *As muitas portas na vida de Vanda*²⁸ provocou identificações, questionamentos e reflexões entre as participantes. A partir desses momentos de escuta e partilha, muitas mulheres puderam romper com o silêncio e o isolamento, encontrando, no trabalho com a agroecologia e na construção coletiva da Marcha, um espaço legítimo para reconhecer e nomear as violências sofridas, bem como elaborar estratégias de enfrentamento a partir de suas próprias realidades.

Em consonância, Freire (2015) evidenciou que a experiência de vida da agricultora Vanda também impulsionou reflexões coletivas entre a assessoria técnica e as lideranças da Comissão de Saúde e Alimentação do Polo acerca das múltiplas formas de desigualdades vivenciadas pelas mulheres – no trabalho, na organização do espaço e do tempo, no acesso à renda, no reconhecimento social e nas relações de poder, nos âmbitos privado e público. A trajetória de Vanda, por ela mesma

²⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fknVdvKcBA0>>. Acesso em: 03 jun. 2025.

descrita como um processo de “abrir portas”, tornou-se símbolo de superação da subordinação e inspiração para que outras mulheres se reconhecessem em suas próprias lutas, rompendo com o silêncio e afirmando suas vozes (Freire, 2015).

De modo colaborativo, ocorreu ainda a construção de uma peça de teatro sobre as desigualdades de gênero na agricultura familiar, apresentada sobre um caminhão durante a primeira edição da Marcha, em frente ao sindicato de Remígio. A encenação, baseada nos relatos das próprias mulheres, dramatizou expressões do machismo vividas cotidianamente nas comunidades rurais, conforme destacado por Margarida (2024): *“construímos uma peça sobre relações de gênero na agricultura familiar, e essa marcha já partiu com o teatro, colocando as expressões do machismo que a gente vivia a partir dos relatos das mulheres”*.

De acordo com Freire (2015), a peça teatral foi o instrumento que causou maior impacto na MVMA. Inspirada nas vivências cotidianas das agricultoras, a peça intitulada *A Vida de Margarida* – transformada posteriormente em vídeo²⁹ – provocou, por exemplo, reações emocionais intensas no público (e.g., choro, cabeça baixa), revelando-se um recurso potente de diálogo sobre a violência e outros temas historicamente silenciados que permeavam os contextos das mulheres no campo. Margarida (2024) recorda que durante a apresentação da peça

(...) tinha mulheres que não conseguiam levantar a cabeça ou mulheres que só choravam. Então, assim, a peça de teatro tem sido uma ferramenta muito importante para se comunicar com as mulheres, para dialogar com as mulheres sobre violência e sobre muitos outros temas. (...) Para ajudar as mulheres a compreender e a falar também sobre suas dores.

A I Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada em 12 de março de 2010, no município de Remígio (PB), integrou o “Encontro Regional de Agricultoras e Agricultores”, organizado em dois momentos: a) um seminário, realizado no dia 9 de março, em Lagoa Seca (PB), que reuniu cerca de 60 agricultoras para aprofundar o diagnóstico coletivo sobre as desigualdades de gênero na agricultura familiar; e b) a Marcha, no dia 12, em Remígio, que contou com a presença de agricultoras/es, organizações de assessoria e representantes da sociedade civil (AS-PTA, 2010b). A programação da I MVMA incluiu momentos de acolhida das caravanas, apresentação da peça teatral, caminhada pelas ruas com

²⁹ *A Vida de Margarida*: <<https://www.youtube.com/watch?v=kkIbWQIBn2o>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

distribuição de panfletos, debates públicos e uma feira de troca de experiências, com exposição de produtos da agricultura familiar (AS-PTA, 2010b).

Dentre as denúncias levadas às ruas e expressas na Carta Política resultante da I Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, destacam-se: a falta de reconhecimento do trabalho das agricultoras; a exclusão das mulheres nos processos decisórios da agricultura familiar; a desvalorização de seus saberes e contribuições econômicas; as restrições ao acesso à informação e à vida pública; as violências físicas e morais, compreendidas como obstáculos ao desenvolvimento agroecológico (AS-PTA, 2010a).

Em contraponto, para o fortalecimento da participação efetiva das mulheres na construção da agroecologia no território da Borborema, evidenciam-se: a valorização das práticas tradicionais das agricultoras-experimentadoras; a construção coletiva de saberes; o autorreconhecimento do trabalho e o fortalecimento da autoestima das agricultoras; o acesso a mercados e a fundos rotativos como estratégia de autonomia econômica; além da promoção de espaços de troca de conhecimentos e reconstrução de relações de poder (AS-PTA, 2010b).

A partir da primeira marcha, as mulheres se transformaram, fortaleceram seu desejo e compromisso de seguir marchando, se aperfeiçoando e se articulando. Apesar das agricultoras já participarem dos fundos rotativos solidários e nas reuniões dos sindicatos, o envolvimento nos encontros preparatórios e na Marcha enfrentou diversas resistências do sistema machista, sexista e patriarcal, conforme exposto pelas interlocutoras. Elas destacaram que não foram poucos os episódios em que, ao iniciarem sua participação nas reuniões preparatórias, mulheres foram ameaçadas pelos próprios esposos, que diziam que elas não entrariam mais em casa. Mesmo assim, continuaram a comparecer. Na escuta coletiva, nas conversas e nas trocas durante a preparação, encontravam coragem e confiança para seguir em marcha.

Primeira marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia, e, a partir daí, a gente começa a girar. Então, a gente já não é mais a mesma. (...) Teve várias situações em que as mulheres começavam a ir participar das reuniões, e os esposos diziam: “você não entra em casa. Você vai, mas você não entra em casa”. E elas iam, e elas se sentiam encorajadas (Marielle, 2024).

A avaliação do processo da I MVMA, realizada em abril de 2010 com lideranças municipais do Polo da Borborema, evidenciou avanços significativos na mobilização, no fortalecimento da autonomia das mulheres e na construção coletiva de estratégias de enfrentamento às desigualdades (AS-PTA, 2010c). A partir desse encontro, conforme noticiado pela AS-PTA (2010c), foram delineados encaminhamentos para seguir a luta, tais como, a continuidade dos debates relacionados às desigualdades de gênero nos municípios, a intensificação dos intercâmbios de experiências, a qualificação do trabalho com plantas medicinais, a sistematização de experiências e o fortalecimento das ações nos arredores de casa e dos fundos rotativos solidários.

Embora a Marcha seja protagonizada pelas mulheres, também conta com a participação de homens sensíveis à luta, destacando-se como um compromisso coletivo do movimento sindical, como enfatizam as interlocutoras. Além disso, mobilizam famílias em diferentes fases da vida – da infância à terceira idade, evidenciando seu caráter intergeracional (AS-PTA, 2025a). Esta explanação se faz fundamental para contextualizar os entraves, desafios, resistências e mobilizações protagonizadas pelas mulheres agricultoras do Polo da Borborema, que resultaram na emergência e realização da I Marcha e nas ressonâncias decorrentes.

Como discutido, a MVMA vai além do ato público de ocupar ruas, consiste em um processo contínuo de (trans)formação individual, coletiva, socioambiental e política. Ao longo dos anos, a Marcha tem ampliado suas articulações, incorporado novas pautas e reunido um número crescente de participantes em defesa da vida das mulheres e de um território agroecológico feminista.

Na próxima seção, apresenta-se uma síntese da trajetória da MVMA, abordando desde a seleção dos temas de cada edição até as principais reivindicações expressas – focalizando da 1ª à 12ª Marcha – com base em suas Cartas Políticas, nas narrativas das mulheres entrevistadas e demais referenciais que compõem a análise.

4.3 “Seguiremos em marcha”: Demandas, reivindicações e conquistas ao longo da trajetória da MVMA

Neste tópico, apresenta-se um panorama histórico das temáticas mobilizadas ao longo da trajetória da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, com o

propósito de evidenciar o desenvolvimento das demandas, reivindicações e conquistas construídas no âmbito do movimento, com ênfase em suas doze primeiras edições (1ª a 12ª). Ainda que os temas das edições mais recentes (13ª a 16ª) sejam brevemente mencionados, as análises aqui se concentram na seleção dos temas de cada marcha articulados ao processo formativo, bem como nas pautas priorizadas nas edições anteriores à emergência da questão das “energias renováveis” no território da Borborema – temática que se tornou recorrente nas quatro últimas edições e será aprofundada em capítulo específico.

Nesse percurso, destaca-se a contribuição de Viana (2023), que apresenta uma descrição sistematizada da MVMA, elencando, da 1ª à 13ª edição, os temas e reivindicações levantados, bem como o local e o ano de realização, o número de participantes, estrutura organizativa (e.g., acolhida, segurança, alimentação) e elementos da programação (e.g., abertura oficial, peça teatral, falas políticas, caminhada, mística, apresentações culturais).

Ressaltam-se, ainda, o trabalho de Serrano (2014), que resgata os principais aspectos das quatro primeiras edições da Marcha com base em depoimentos e registros disponíveis no site da AS-PTA, com especial atenção à 4ª edição, cujo processo preparatório e realização foram acompanhados pela autora de forma participante; o trabalho de Silva e Carvalho (2024), as quais apresentam um relato reflexivo de experiências vivenciadas na 14ª Marcha; e o trabalho de Silva (2025), que discorre sobre a participação na 15ª MVMA como parte de sua experiência de campo, destacando denúncias, reivindicações e articulações mobilizadas.

As discussões aqui apresentadas resultam da Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003; Moraes; Galiuzzi, 2006) das Cartas Políticas da MVMA, das entrevistas narrativas realizadas com líderes do movimento e referenciais que dialogam com a análise. Não se pretende, portanto, apresentar uma descrição exaustiva de cada edição, mas destacar os fatores e processos envolvidos na escolha e formação temática – que podem se repetir conforme a persistência das demandas – além de demonstrar as pautas que mais sobressaíram nas doze primeiras edições da MVMA, conforme emergiram do corpus analisado.

4.3.1 Da seleção dos temas articulados ao processo formativo da MVMA

A Marcha organizada pelas mulheres do Polo da Borborema emerge com o lema “Pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia”, que constitui seu alicerce e é, a cada edição, complementado por um tema específico proposto para dialogar com o público. Embora esses temas variem, o enfrentamento das múltiplas formas de violência contra as mulheres, a visibilização do trabalho e do papel das mulheres no campo continuam como bandeiras principais, expressando uma práxis interseccional que articula relações de gênero, raça, classe, sexualidade e território.

Esse horizonte dialoga com Collins (2024), ao abordar a violência como um problema social que atravessa as relações de poder, produz mortes excedentes e prematuras, operando como um elo entre poder e desigualdades estruturais. Historicamente, por serem as mais diretamente afetadas pelas dinâmicas de violência, as mulheres apresentam interesse direto na transformação dessas relações de poder (Collins, 2024), consolidando-se, no contexto latino-americano, como uma das principais forças de transformação social (Federici, 2022). Nesse cenário, a MVMA explicita como a luta pela vida das mulheres e pela agroecologia constitui uma prática política interseccional, voltada à compreensão e ao enfrentamento simultâneo das violências cisheteropatriarcais, capitalistas, racistas e coloniais que incidem sobre corpos e territórios da Borborema (Akotirene, 2022).

A seleção de cada tema é realizada anualmente a partir da escuta atenta das vivências das comunidades e da análise do cenário local e regional, envolvendo um olhar atento à vida das mulheres agricultoras dos municípios que integram o Polo e reflexões conjuntas realizadas em espaços formativos, como os fundos rotativos solidários e reuniões comunitárias. Como destacado pelas mulheres entrevistadas, a escolha é orientada por questionamentos, tais como: *o que estamos vivendo neste momento? E as mulheres, como estão? O que precisa ser sacudido, denunciado e enfrentado pela sociedade?*

Cada ano, sim, a gente senta para dar uma olhada como está o cenário nosso, regional, mas também a gente olha como é que estamos nós vivendo o atual ali. (...) Como é que estão as mulheres? (...) A escolha do tema, é olhar para as mulheres, é olhar para o movimento, é olhar no momento, e aí a gente vai muito disso. O que é que a gente está vivendo naquele momento? O que é que precisa desse olhar, de uma sacudida, de mostrar para a sociedade que a gente não aceita muito isso, de levantar a bandeira, de enfrentar mesmo? (Carolina, 2024).

A gente não escolhe um tema assim, aleatório, não. (...) Antes de começar uma marcha (...) a gente traz qual o tema, o que a gente tá vendo em evidência nos nossos municípios, nas mulheres agricultoras, para que a gente traga ao público na marcha. E aí a gente faz essa reflexão de vários momentos. (...) Seja nos fundos rotativos solidários, seja exatamente reuniões pensadas para refletir aquele tema (Marielle, 2024).

As reuniões preparatórias para a MVMA nos diferentes municípios do Polo da Borborema têm a finalidade de promover momentos de diálogo, sensibilização e formação política em torno do tema definido para cada edição. Trata-se de um processo coletivo de escuta e mobilização, no qual as mulheres são convocadas para refletir sobre suas vivências e compreender o sentido político da Marcha, reconhecendo que sua participação vai muito além de um simples passeio, embora, para muitas, represente uma oportunidade de sair de uma rotina de trabalho da qual, muitas vezes, não tem como se ausentar.

A gente tem todo esse processo de sensibilização. (...) Primeiro, nós fazemos, nos nossos municípios, as reuniões, convocamos as mulheres para a gente conversar, falar sobre o tema, para que essas mulheres também saiam dos seus municípios entendendo para onde elas estão indo, o que elas estão fazendo – que não é um passeio, não é um dia de passeio. A gente está vendo até, para muitas mulheres, termina acontecendo ser o momento de elas saírem daquele espaço de trabalho, que, muitas das vezes, não têm oportunidade (Jurema, 2024).

Em consonância, Viana (2023) destaca que o processo formativo e político que antecede a MVMA nas comunidades rurais é organizado, de maneira autônoma, por vários sindicatos e associações, incluindo as reuniões comunitárias, oficinas, rodas de conversas, intercâmbios e audiências públicas. A MVMA articula-se ainda com diversas redes, movimentos sociais, universidades e outras instituições públicas, ampliando sua incidência política e fortalecendo a construção coletiva de um território feminista e agroecológico. Dentre essas, destacam-se a ASA Paraíba, que compõe a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), a Rede Feminismo e Agroecologia, o Grupo de Trabalho Mulheres vinculado à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Rede de Assessoria Técnica em Extensão Rural do Nordeste (ATER-NE), o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (AS-PTA, 2025b).

Além disso, Freire (2015) enfatiza que o processo de sensibilização e formação envolve também os homens e as equipes de assessoria da MVMA, sendo, a cada ano, adotadas metodologias voltadas à desnaturalização de amarras culturais, como as desigualdades de gênero e as violências contra as mulheres. O processo preparatório inclui ainda, conforme Viana (2023), a produção de bandeiras, camisas, e a realização de oficinas para confecção de faixas e cartazes que acompanham a Marcha. Paralelamente, os diálogos e negociações envolvem ainda a prefeitura do município sede de cada edição, com destaque para a articulação de equipes profissionais que, atuando em rede, possam assegurar a proteção das/os participantes durante o evento (Viana, 2023).

Os temas abordados a cada edição da MVMA não se esgotam no ato público em si, mas compõem uma agenda contínua de mobilização e enfrentamento, como elucida Carolina (2024): *“são muitos temas que a gente traz, que a gente marcha e que a gente dá continuidade”*. Além de se articularem com outras lutas sociais, se desdobram em diferentes espaços (e.g., comunitários, institucionais e políticos), ampliando o alcance das reivindicações e fortalecendo a incidência do movimento em diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, Jurema (2024) destaca: *“a gente tem conseguido fazer com que a nossa marcha tenha uma proporção enorme, que ela chegue em outros espaços”*.

Como aponta Viana (2023), diversas estratégias de comunicação são mobilizadas por uma comissão formada por coordenadoras da MVMA, com o objetivo de ampliar o alcance e o engajamento das mulheres na Marcha, tais como: panfletos informativos, grupos no *WhatsApp*, *Instagram* da MVMA, rádios e emissoras de TV. Em todas as edições, são também produzidas Cartas Políticas em diferentes formatos – digitais e impressos –, que apresentam e detalham as pautas vinculadas ao tema definido para cada ano (Viana, 2023), constituindo um dos instrumentos fundamentais de negociação e de diálogo com diferentes instâncias sociais, institucionais e políticas, e que serão discutidas a seguir.

4.3.2 Dos temas levados às ruas pela MVMA

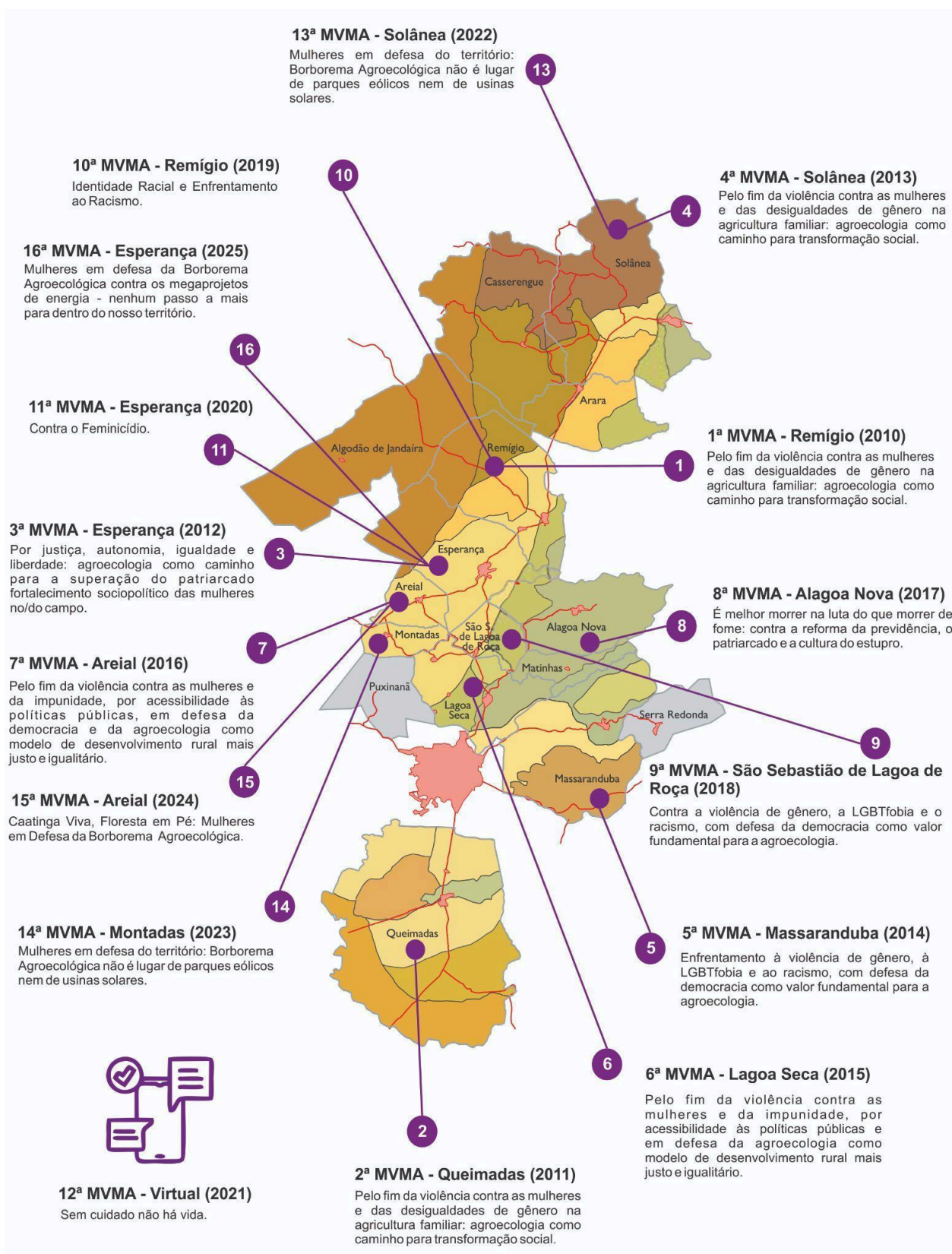
A Figura 10 sistematiza os temas das dezesseis edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizadas entre 2010 e 2025, em municípios do território da Borborema, na Paraíba. Ao longo dessa trajetória, a MVMA abordou

diversas pautas, tais como: as violências contra mulheres e os feminicídios, as desigualdades de gênero na agricultura familiar, o enfrentamento ao racismo, à LGBTQIA+fobia e à cultura patriarcal, além da defesa da democracia e dos territórios agroecológicos.

Diante de décadas de resistência ao capital e da construção da agroecologia como caminho de transformação socioambiental, nas quatro últimas edições (13ª a 16ª), as mulheres agricultoras têm se mobilizado em defesa da Borborema Agroecológica, contra os megaprojetos de energia eólica e solar, reafirmando a importância da Caatinga viva para a convivência com o semiárido e enfrentamento das mudanças climáticas.

Em consonância com Collins (2024), os temas abordados ao longo das edições da MVMA evidenciam as intersecções entre distintos domínios de poder: a) interpessoal, relacionado às interações cotidianas e às formas de tratamento entre as pessoas; b) estrutural, que diz respeito ao papel das instituições na reprodução, no enfrentamento ou na negligência das desigualdades; c) disciplinar, associado à aplicação diferenciada de normas, regras e regulamentos conforme os grupos sociais; e d) cultural, responsável pela produção de discursos, valores e significados que naturalizam hierarquias, justificam desigualdades e legitimam a (re)produção das violências. Ao mobilizar essas dimensões de forma articulada, a MVMA demonstra como as mulheres agricultoras da Borborema se posicionam criticamente diante da matriz de dominação, não apenas denunciando suas múltiplas expressões, mas intervindo ativamente na reconfiguração das relações de poder (Collins, 2024).

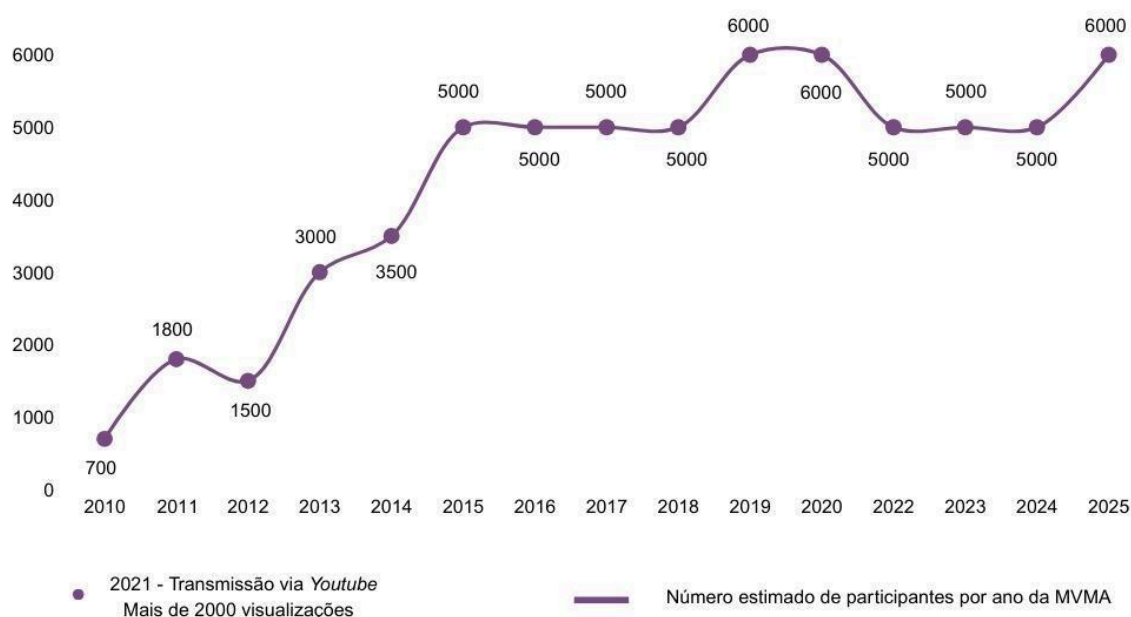
Figura 10 – Edição, local, ano e tema da MVMA nos últimos 16 anos



Fonte: dados da pesquisa, 2025. Elaborado a partir das Cartas Políticas da MVMA e Mapa do Território da Borborema construído através de zoneamento participativo, apresentado por Silveira, Freire e Galvão (2010).

Vale destacar que a MVMA tem registrado um crescimento expressivo em participação e articulação ao longo de suas edições, passando de cerca de 700 mulheres na primeira, em 2010, para mais de 6 mil mulheres na 16ª, em 2025, como destacado por Freire (2018) e noticiado pela AS-PTA (2025c), respectivamente. O número de participantes por edição/ano pode ser conferido na Figura 11.

Figura 11 – Número de participantes por ano de realização da MVMA



Fonte: dados da Pesquisa, 2025. Elaborado a partir de Freire (2018) e de informações disponibilizadas pela AS-PTA (2025c).

Inicialmente concebida como um evento de alcance municipal, a MVMA expandiu-se para o âmbito regional, ganhando projeção nacional ao se articular e alinhar pautas também com a Marcha das Margaridas, que, por sua vez, está vinculada à Marcha Mundial de Mulheres. Como destaca Sobreira (2022, p. 169), a MVMA consiste em um evento indispensável para as Margaridas da Paraíba e “está para o local como a Marcha das Margaridas está para o nacional”; ambas se retroalimentam.

A seguir, são discutidos os principais temas abordados ao longo da trajetória da MVMA, conforme emergiram da Análise Textual Discursiva das Cartas Políticas resultantes das doze primeiras edições – da 1ª à 12ª, realizadas entre 2010 e 2021. O objetivo é apresentar um panorama histórico das principais demandas, reivindicações e conquistas das mulheres em movimento de marcha, bem como

situar a continuidade e aprofundamento das lutas, que se expressam nas edições subsequentes (da 13ª à 16ª), analisadas com maior detalhamento no capítulo seguinte.

(I) Violência contra as mulheres e feminicídios

Desde sua idealização e surgimento, a MVMA tem como uma de suas principais bandeiras o combate às múltiplas formas de violência contra as mulheres – física, moral e sexual – frequentemente naturalizadas pela cultura patriarcal, e a mobilização contra a cultura machista que objetifica os corpos das mulheres e as culpabiliza pelas violências que sofrem, reafirmando a urgência do combate ao feminicídio e à impunidade:

- *Pelo fim da violência de gênero, da cultura do estupro, dos feminicídios e da impunidade dos crimes cometidos contra as mulheres*

Em memória de Ana Alice, jovem camponesa e militante do Polo da Borborema, estuprada e assassinada (ver Figura 12), e em nome de milhares de mulheres vítimas de violência, as 4ª, 5ª e 6ª edições da Marcha exigiram, de forma contundente, o fim da naturalização da violência contra as mulheres, da impunidade dos crimes cometidos e das desigualdades estruturais entre homens e mulheres (AS-PTA, 2013; 2014; 2015). O caso de Ana Alice também foi acompanhado pela Marcha Mundial das Mulheres, por meio do Coletivo Campo e Cidade, que celebrou a condenação do acusado e reafirmou que “só a auto-organização das mulheres é capaz de mudar o mundo”³⁰.

³⁰ Disponível em: <<https://marchamundialdasmulheres.org.br/justica-para-ana-alice/>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Figura 12 – Carta redigida pela mãe de Ana Alice

12.08.2015

Ana Alice

Hoje Se Tiverse viva completaria 18 anos

Qu olho as Garotas da mesma idade de Ana Alice e fico a pensar, o que teria acontecido se ela tivesse viva.

Quanto cursos teria feito, sera que ja estaria empregada, quantos amigos teria conquistado, sera que estaria casada, sera que teria filhos, Parecidos com ela

QUE TANTOS SONHOS E CONQUISTAS PROVADO.

Hoje clamo por justiça.

Para quem nos tirou tantos sonhos e plano. Não venha fazer novas vítimas.

LEONID BARBOSA DE ARRUDA.

ESTA INDO A JURI NO DIA 18 DE AGOSTO.

ASSINA: Angemide Pereira de Matilde.

Mãe de Ana Alice de Macêdo Valentim.

Fonte: AS-PTA (2015)³¹.

Rita Segato (2025, p. 22) contribui para compreender a profundidade dessa denúncia, ao referir-se o estupro como o “uso e abuso do corpo de outra pessoa, sem que esta participe com intenção ou vontade comparáveis”, chamando atenção para as dinâmicas psíquicas, sociais e culturais que esse crime revela. Sua abordagem possibilita compreender o estupro para além das ideias de patologia individual ou expressão automática da dominação masculina, reconhecendo-o como um mandato – um imperativo social e uma condição necessária à reprodução de gênero como estrutura hierárquica. Nesse sentido, o estupro assume um papel fundamental na reprodução e reafirmação da economia simbólica do poder, atuando ainda como instância paradigmática das demais ordens de *status* – sejam elas raciais, de classe, entre diferentes regiões ou nações (Segato, 2025).

A 8ª edição da MVMA foi marcada por denúncias e mobilizações que reivindicaram o fim da violência sexual, da cultura do estupro e do conservadorismo que atravessa e silencia os corpos das mulheres no campo (Figura 13). Na ocasião,

³¹ Disponível em:

<<https://aspta.org.br/2015/08/12/sociedade-se-mobiliza-para-acompanhar-julgamento-do-caso-ana-alice-em-queimadas-pb/>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

foram elencados mais de 40 casos de estupro registrados na zona rural de oito municípios da Borborema, apenas em 2016, reafirmando a luta pelo fim da cultura do estupro, que naturaliza e legitima a violência contra as mulheres, bem como a urgência de romper com as estruturas históricas de dominação que sustentam e perpetuam tais práticas (AS-PTA, 2017).

Figura 13 – Cartaz exposto durante 8ª MVMA



Fonte: AS-PTA (2017)³².

Ademais, na 9ª edição, a MVMA denunciou o avanço de uma *epidemia de feminicídios*, destacados como expressão extrema da violência de gênero, caracterizada pelo assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, mencionando ainda o aumento de casos registrados na Paraíba em 2018 (AS-PTA, 2018a). Em março de 2019, na 10ª edição, quando se completavam dez anos da Marcha, mais de seis mil pessoas ocuparam as ruas de Remígio/PB em memória da vereadora Marielle Franco, assassinada um ano antes, reafirmando a luta por justiça social frente às opressões de gênero, raça e classe, e evocando também a memória da agricultora e sindicalista Margarida Maria Alves (AS-PTA, 2019).

Em continuidade, na 11ª edição da MVMA, realizada em 2020, foram apresentados dados que mostram a prevalência da violência doméstica nos casos de feminicídio: mais de 65% ocorrem no interior da residência e cerca de 50% são cometidos por familiares, revelando a vulnerabilidade das mulheres no espaço doméstico e familiar. Na Carta Política desta edição, também foram divulgados dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicando que mais de 16 milhões

³² Print da tela do vídeo referente à 8ª edição da MVMA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=46UefHQmTfs>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

de mulheres sofreram algum tipo de violência em um único ano e que, em 2019, os feminicídios no Brasil aumentaram mais de 7% em relação ao ano anterior (AS-PTA, 2020).

A Carta evidenciou ainda a interseccionalidade de gênero e raça, destacando que as mulheres negras figuram entre as principais vítimas de feminicídio no país (AS-PTA, 2020), o que sinaliza, em consonância com Collins (2024), uma intersecção letal – ponto de convergência entre opressões estruturais que intensificam a exposição à violência e à morte prematura, frequentemente invisibilizadas ou legitimadas institucionalmente, uma vez que “as relações interseccionais de poder dependem da violência como mecanismo central para gerir a desigualdade social” (Collins, 2024, p. 20).

Nesse contexto, destacam-se as denúncias apresentadas durante a 12ª MVMA, realizada virtualmente em meio à pandemia de Covid-19, que ressaltaram o agravamento da violência contra as mulheres nesse período, impulsionado por discursos conservadores que buscaram silenciar, sobretudo, as vozes de mulheres negras, periféricas e camponesas, invisibilizar suas conquistas e promover uma falsa moralidade que sustenta desigualdades e legitima opressões (AS-PTA, 2021).

Conforme aponta o *Atlas da Violência 2025*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025), a persistência da violência contra as mulheres no Brasil é uma das manifestações mais graves das desigualdades de gênero. Os dados do sistema de saúde, apresentados pelo IPEA (2025), revelam, mais uma vez, números alarmantes de feminicídios e de agressões, evidenciando a continuidade de um fenômeno estrutural. O relatório destaca que, apesar de avanços legais, como a atualização da Lei do Feminicídio (Lei nº 14.994/2024), a letalidade de mulheres no Brasil permanece elevada, especialmente entre aquelas em condições de maior vulnerabilidade.

De acordo com o IPEA (2025), em 2023, quase quatro mil mulheres foram assassinadas, muitas dentro de sua própria casa, indicando que os feminicídios são parte de trajetórias contínuas de violências físicas, psicológicas e sexuais. Entre as vítimas, 2.662 eram mulheres negras – 68,2% do total –, com uma taxa de 4,3 feminicídio por 100 mil, evidenciando a intersecção entre cultura patriarcal e racismo estrutural (IPEA, 2025).

Ademais, como lembra bell hooks (2021), a violência doméstica, além da violência de homens contra mulheres, inclui a que ocorre nas relações entre

pessoas do mesmo sexo e entre adultos e crianças. Para a autora, a violência patriarcal no âmbito doméstico baseia-se na crença de que é legítimo que indivíduos “mais poderosos” controlem os demais por meio de diferentes formas de força coercitiva.

A complexidade da violência baseada em gênero articula dimensões estruturais, relacionais e institucionais e é atravessada por desigualdades raciais e sociais. O *Atlas da Violência 2025* (IPEA, 2025) ressalta que tal violência não pode ser compreendida fora das relações sistêmicas de opressão, e que enfrentá-la requer políticas públicas interseccionais, direcionadas especialmente às mulheres em maior situação de vulnerabilidade, bem como ações capazes de superar as condições que a sustentam e reproduzem.

Em diálogo com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a luta pela libertação das mulheres de todas as formas de violência – física, sexual, psicológica e patrimonial –, assim como das múltiplas expressões de opressão e discriminação, apresenta-se como um desafio histórico e persistente, pois a violência constitui um dos pilares do patriarcado e do sistema mundo/moderno/colonial, conforme destacam Lorenzoni, Rodrigues e Santos (2020). As práticas violentas reproduzem-se e se naturalizam por meio da articulação entre mídia, educação, normas, costumes, religião e práticas culturais, conformando uma trama de poder que sustenta a subordinação e a dependência das mulheres (Lorenzoni; Rodrigues; Santos, 2020).

Inspirada nas reflexões de Lourdes Maria Bandeira (2019), a MVMA se insere na atuação histórica e política, múltipla e fundamental do movimento feminista no combate à violência de gênero, contribuindo tanto para visibilizar a violência de gênero, retirando-a do âmbito privado e familiar e posicionando-a como um problema político e de saúde pública, relacionado aos direitos humanos das mulheres, quanto para questionar o controle exercido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando não apenas as desigualdades de poder, mas também os riscos que ela representa à integridade física, moral e psicológica das mulheres.

Em suas Cartas Políticas e nas ruas, o Polo da Borborema tem expressado repúdio a todas as formas de violência contra mulheres e a MVMA se apresenta como um ato de acolhimento e apoio, resistência e enfrentamento, defendendo as mulheres do campo, das águas, das florestas e da cidade, que sofrem com a cultura

sexista, racista e patriarcal. Nesse processo, a Marcha articula-se com diferentes movimentos sociais, coletivos, universidades e instâncias políticas, na construção de diálogos e estratégias para o enfrentamento e a superação da violência contra as mulheres.

A MVMA constitui-se, ainda, como um espaço formativo, onde as mulheres compartilham e constroem saberes, fortalecem vínculos políticos e reafirmam sua luta por autonomia e relações mais igualitárias de gênero, articulando práticas agroecológicas, ação política e educação popular em uma perspectiva emancipatória (Serrano, 2014).

(II) Desigualdades de gênero na agricultura familiar

A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia tem destacado, de forma sistemática, denúncias e reivindicações relacionadas às desigualdades de gênero no campo, evidenciando os múltiplos atravessamentos que impactam a vida das mulheres agricultoras e promovendo o reconhecimento, a visibilidade e a valorização do seu trabalho na construção da Agroecologia. Em diálogo com Collins e Bilge (2021), tais ações desafiam o *status quo*, tensionam as estruturas de poder vigentes e buscam transformar as relações de poder.

Dentre as pautas e mobilizações da MVMA referentes às desigualdades de gênero na agricultura familiar, destacam-se a desvalorização e invisibilização do trabalho das mulheres, sua exclusão dos espaços de poder e decisão, e sua sobrecarga de trabalho, como se explicita a seguir.

- Desvalorização e invisibilização do trabalho das mulheres na agricultura familiar

As denúncias apresentadas nas 1ª, 2ª e 4ª edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia dialogam com a análise de Silvia Federici (2023) sobre a histórica desvalorização do trabalho das mulheres, particularmente no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo. Nessas edições, evidenciou-se a invisibilização e desvalorização do trabalho das mulheres agricultoras nas estruturas familiares e sociais, apesar de sua participação ativa nas atividades produtivas e geradoras de renda (AS-PTA, 2010; 2011; 2013).

A desqualificação das habilidades, dos conhecimentos e das iniciativas das mulheres na produção agrícola e nas estratégias de comercialização – como denunciam, de forma específica, a 1ª, 2ª e 4ª edições da MVMA (AS-PTA, 2010; 2011; 2013) – evidencia, de acordo com Federici (2023) como o capitalismo patriarcal se sustenta na exploração não remunerada do trabalho das mulheres, naturalizando sua subordinação e negando-lhes o reconhecimento e a valorização como sujeitas produtivas e políticas. A desvalorização do trabalho das mulheres é um dos pilares estruturantes do capitalismo, que se sustenta na exploração invisibilizada da reprodução social e na manutenção das hierarquias patriarcais (Federici, 2023).

No caso da agricultura familiar, as mulheres são fundamentais na manutenção da vida, da produção e da organização social, mas permanecem à margem do reconhecimento político e econômico. Assim, como denunciam as mulheres da MVMA, não se trata apenas de lutar por mais participação, mas de desestabilizar a própria estrutura de poder que sustenta a invisibilização e desvalorização de seus corpos, conhecimentos, trabalhos e práticas.

- *Exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão*

Ainda nas 1ª, 2ª e 4ª Marchas, foi enfatizada a ausência das mulheres nos processos de gestão do sistema produtivo e nos espaços de debate e decisão política, seja no âmbito comunitário, municipal ou estadual. Nessas edições também foi destacada a participação social limitada das mulheres, com convívio restrito a poucos momentos de lazer e acesso reduzido a informações externas, apontando-se as barreiras impostas a sua autonomia e presença pública (AS-PTA, 2010; 2011; 2013).

Tais denúncias também encontram ressonância nas reflexões de Silvia Federici (2023), que evidenciam como, com o advento do capitalismo, instaurou-se um processo sistemático de reclusão das mulheres à esfera doméstica e de retirada de sua presença dos espaços públicos e políticos, por meio da violência simbólica, da repressão moral e da deslegitimação de sua fala e autonomia. Essa exclusão foi acompanhada por um intenso processo de degradação social e criminalização da insubordinação das mulheres, associando-se a presença pública das mulheres ao desvio moral. Conforme a autora, a exclusão das mulheres dos espaços de poder e

decisão está intimamente relacionada ao processo histórico da sua desvalorização como trabalhadoras e privação do exercício da sua autonomia, refletindo-se na perda de acesso a formas coletivas de existência, sociabilidade e organização.

As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação social; e, de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social (Federici, 2023, p. 207).

Nesse contexto, as denúncias apresentadas nas 1ª, 2ª e 4ª edições da Marcha realçam esse processo histórico de exclusão e silenciamento, assim como seus efeitos concretos na vida das mulheres agricultoras, cuja participação política ainda enfrenta barreiras impostas por estruturas patriarcais que invisibilizam suas vozes, restringem sua circulação e negam o direito à autonomia e à decisão coletiva sobre seus territórios e modos de vida.

Em interlocução com o feminismo camponês popular, Conte, Calaça e Taborda (2020) assinalam que, no processo de organização coletiva, as mulheres camponesas passaram a reconhecer as disparidades sociais que atravessam seus cotidianos, especialmente as desigualdades de gênero expressas na naturalização da dupla e tripla jornada, associada tanto ao trabalho produtivo como ao trabalho reprodutivo, concomitante à desvalorização do trabalho por elas realizado. Nesse movimento, a desconstrução dos papéis de gênero consolidou-se como pauta fundamental, pois as tarefas socialmente atribuídas às mulheres – e a sobrecarga de trabalho delas decorrente – constituem um dos principais obstáculos à participação nos espaços públicos e políticos, incluindo as lutas sindicais e os movimentos populares (Conte; Calaça; Taborda, 2020).

- *Sobrecarga de trabalho para as mulheres*

Essa pauta foi enfatizada nas 1ª, 2ª, 4ª e 12ª edições da MVMA, que denunciaram a desigualdade na divisão sexual do trabalho e o acúmulo pelas mulheres de responsabilidades produtivas, domésticas e de cuidado, frequentemente invisibilizadas. Em diálogo com Maria Mies (2022), a sobrecarga de trabalho das mulheres não é apenas um reflexo da organização familiar, mas se inscreve em uma estrutura social mais ampla, atravessada por relações de classe e

pelas divisões nacional e internacional do trabalho. A autora argumenta ainda que o fortalecimento da família como unidade produtiva implicou, para as mulheres, não apenas uma dupla, mas uma tripla jornada de trabalho – cuidados domésticos, produções para manutenção da vida e trabalhos para o Estado, limitando seu tempo e restringindo sua presença nas esferas públicas e políticas (Mies, 2022).

No cenário brasileiro, Lélia Gonzalez (2020d), ao abordar a situação da trabalhadora negra, chama a atenção para a tríplice discriminação – social, racial e sexual – (re)produzida pelo sistema capitalista patriarcal. Elucida que

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava de oito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem (Gonzalez, 2020d, p. 217-218).

Ressalta-se que a divisão sexual do trabalho no campo, além de restringir o acesso das mulheres a diferentes tipos de ocupação, invisibiliza o trabalho doméstico e de cuidados, fundamental para a reprodução da vida social e para a própria continuidade da humanidade, conforme o feminismo camponês popular (Conte; Calaça; Taborda, 2020). Esse trabalho, realizado majoritariamente por mulheres, é apropriado pelo capitalismo de forma gratuita, sob uma lógica patriarcal que o naturaliza como um fazer “por amor”, desconsiderando seu valor social, econômico e político (Conte; Calaça; Taborda, 2020).

A separação entre trabalho produtivo (assalariado, visibilizado e masculinizado) e trabalho reprodutivo (gratuito, invisibilizado e feminilizado) contribui para a dependência econômica das mulheres, sua invisibilização enquanto trabalhadoras e a feminização da pobreza, assegurando a reprodução do capitalismo por meio da exploração contínua do trabalho não remunerado (Federici, 2023). No meio rural, Conte, Calaça e Taborda (2020) enfatizam que essa divisão permanece fortemente arraigada, uma vez que os homens, em sua maioria, não assumem as atividades de cuidado – com filhas/os, pessoas doentes ou idosas – nem os afazeres domésticos, considerados responsabilidades exclusivas das mulheres. Tal dinâmica impõe às mulheres camponesas uma sobrecarga de trabalho, que compromete suas condições de organização e participação

sociopolítica, endossando o não reconhecimento social do trabalho que realizam (Conte; Calaça; Taborda, 2020).

A sobrecarga de trabalho foi realçada durante a pandemia de Covid-19, quando as denúncias sobre a desigualdade na divisão sexual e racial do trabalho ganharam força na 12ª edição da MVMA, com as mulheres ocupando o espaço virtual devido a necessidade de distanciamento social. Além da intensificação do trabalho doméstico e de cuidados, elas relataram impactos materiais significativos, como a redução da renda provocada pelo fechamento dos espaços de comercialização de seus produtos, o que agravou o empobrecimento das comunidades e levou muitas famílias de volta à fome, sobretudo aquelas sem produção agrícola própria (AS-PTA, 2021).

Nesse contexto, além de desnaturalizar o trabalho de cuidado e expor o aumento da sobrecarga de tarefas, as mulheres também denunciaram a omissão do Estado no enfrentamento à crise sanitária, que agravou ainda mais os impactos historicamente desproporcionais vivenciados por elas (AS-PTA, 2021). Na Figura 14 encontra-se o material de divulgação da 12ª MVMA.

Fraser (2024) destaca que, no contexto do capitalismo neoliberal, o Estado se retrai das funções de cuidado, especialmente em contextos de crises, transferindo essa responsabilidade às famílias – e, dentro delas, às mulheres. Esse deslocamento evidencia como a crise de cuidado é também uma crise estrutural do capital, já que o sistema se sustenta sobre a pilhagem contínua desse trabalho invisibilizado (Fraser, 2024).

Figura 14 – Material de divulgação da 12ª MVMA



Fonte: AS-PTA (2021).

Com a adaptação da 12ª edição da MVMA ao formato virtual em 2021, no Dia Internacional das Mulheres foi realizada uma *live* com o tema “*Sem cuidado não há vida*”. Transmitida pelos canais da AS-PTA no *YouTube*³³ do Polo da Borborema no *Facebook*, a *live* reuniu depoimentos e falas de mulheres agricultoras, buscando conectar as mulheres nas comunidades rurais e reafirmar a importância de não silenciar diante das adversidades, mas de seguir em marcha, lutando por direitos e justiça social (AS-PTA, 2021).

Durante a *live*, elas também apontaram os impactos emocionais e afetivos vivenciados no período, marcado pelo medo da contaminação, pela saudade dos entes queridos e pela insegurança diante da negação da gravidade da pandemia por filhos e maridos; ademais, o isolamento social, adotado como medida de contenção da Covid-19, dificultava compartilhar angústias e desafios (AS-PTA, 2021). Vale lembrar que tais efeitos não são circunstanciais. Mies (2022) destaca que, em contextos de crise e retração econômica, os direitos das mulheres – frequentemente condicionados às necessidades da acumulação capitalista – são os primeiros a serem suprimidos. Em períodos de crises sistêmicas, como a pandemia de Covid-19, o trabalho tende a se aprofundar, intensificando a precarização da vida e do trabalho não remunerado das mulheres.

Em diálogo com Conte, Calaça e Taborda (2020) e com o feminismo camponês e popular, destaca-se que a MVMA propõe o enfrentamento da divisão sexual do trabalho e dos papéis patriarcais de gênero, que historicamente atribuem

³³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oDu0qqjwes4>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

às mulheres a condição de não produtoras e, portanto, de sujeitas desvalorizadas. Para tanto, é necessário superar o capitalismo, o patriarcado e o racismo, reconhecendo o que as mulheres produzem nos quintais, na criação de animais e no cuidado com a vida (Conte; Calaça; Taborda, 2020).

As mulheres em Marcha reafirmaram, de forma enfática, que a superação das estruturas opressoras é condição fundamental para a construção da agroecologia, para a afirmação da vida das mulheres e para a convivência com o semiárido. Defenderam, nesse contexto, uma nova ética capaz de transformar as relações de poder e de ampliar suas capacidades criativas, técnicas e econômicas no fortalecimento de uma agricultura baseada em princípios agroecológicos, ao mesmo tempo em que as fortalece em seus processos de auto-organização (AS-PTA, 2010; 2012; 2014; 2021).

(III) Luta contra o racismo e a LGBT+fobia

Nas 9ª e 10ª edições da MVMA, realizadas em São Sebastião de Lagoa de Roça (2018) e Remígio (2019), respectivamente, evidenciaram-se de modo mais proeminente as mobilizações contra o racismo e a LGBT+fobia, nas ruas e em suas Cartas Políticas (AS-PTA, 2018a; 2019):

a) *Denúncias da exclusão e estigmatização das mulheres negras* – a partir das experiências de vida compartilhadas constatou-se que as mulheres negras enfrentam as formas mais extremas de exclusão e opressão, sendo frequentemente estigmatizadas pela cor da pele, dentro de suas próprias famílias (AS-PTA, 2019).

b) *Reivindicações pelo reconhecimento das mulheres negras e pelo fim do genocídio de seus filhos e filhas* – as mulheres marcharam em defesa das mulheres negras, ressaltando o seu papel fundamental na sociedade, além de serem majoritariamente responsáveis pelos trabalhos braçais, pelo serviço doméstico e por atividades precarizadas (AS-PTA, 2019).

Heleieth Saffioti (2019) evidencia a articulação entre raça/etnia, classe e gênero nas situações de violência, assinalando que, conforme o contexto histórico e social, uma dessas dimensões pode assumir maior relevo analítico sem, contudo, operar de forma isolada. Como afirma a autora, “há circunstâncias em que a identidade de gênero fala mais alto, mas há outras em que a de classe ou a de raça/etnia se impõe” (Saffioti, 2019, p. 157). Ademais, Saffioti ressalta que, embora

as mulheres sejam vítimas da violência de gênero, isso não implica concebê-las como passivas, nem adotar uma postura vitimista, reconhecendo, ao contrário, suas capacidades de agência, de resistência e de enfrentamento diante das desigualdades e violências estruturais.

Por sua vez, Lélia Gonzalez (2020c) destaca que a mulher negra vivencia tríplice discriminação – social, racial e sexual. De acordo com a autora, a questão racial é inseparável das pautas feministas e a militância assume papel fundamental ao despertar a consciência e possibilitar a crítica. Os recorrentes casos de violência contra as pessoas negras, em especial mulheres, expressam um racismo e um machismo desenfreados, frequentemente facilitados pela própria legislação que atua por meio de artifícios que favorecem a impunidade dos agressores (Gonzalez, 2020c).

Nesse cenário, a MVMA enfatiza a necessidade da construção de um território agroecológico feminista, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. Em articulação com o feminismo camponês popular, Almeida e Jesus (2020, p. 84-85) destacam que:

Na luta de classe forjamos a transformação da sociedade. Não aceitamos o patriarcado que organiza a vida social pelo princípio da divisão sexual do trabalho, porque separa e hierarquiza os trabalhos de homens e de mulheres. Assim como, jamais deixaremos de lutar contra o racismo, que naturaliza uma suposta “superioridade” aos brancos em detrimento de outras etnias/raças.

Ademais, como parte das atividades preparatórias para a 9ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (2018b), as líderes do Polo da Borborema promoveram uma formação voltada às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual. Durante o encontro, foram discutidas noções como igualdade, machismo, feminismo e as construções sociais de gênero, com ênfase na forma como a cultura patriarcal constrói papéis sociais e hierarquias de gênero (AS-PTA, 2018b). Também foram abordadas questões relativas à diversidade sexual, identidade de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. As participantes compartilharam experiências pessoais e ressaltaram a importância desses espaços formativos para enfrentar as desigualdades e combater a homofobia no meio rural (AS-PTA, 2018b).

Em Marcha, nas 9ª e 10ª edições apresentaram também:

c) *Reivindicações pelos direitos das mulheres lésbicas, contra a LGBTQIA+fobia e a patologização da homossexualidade* – em marcha pela diversidade sexual, em defesa das mulheres lésbicas e contra a discriminação baseada em sua orientação sexual, as mulheres da MVMA apresentaram denúncias contra a LGBTQIA+fobia e contra a classificação da homossexualidade como uma doença (AS-PTA, 2018a; 2019).

Destaca-se o estudo de Rafael Dias Toitio (2024) sobre *A realidade da população LGBTQ+ no meio rural do nordeste brasileiro: uma pesquisa quantitativa*, em que o autor evidencia que a população rural LGBTQ+ vive em condições socioeconômicas precárias, com altos índices de desemprego, insegurança alimentar, baixa renda e acesso limitado a serviços públicos. Esses problemas se agravam entre as pessoas *trans* e não-binárias, que sofrem maior discriminação, maior vulnerabilidade à fome, à violência e ao desemprego (Toitio, 2024). Além disso, a quase totalidade dos participantes nunca acessaram políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ou o Programa de Cisternas, mesmo quando exerciam atividades na agricultura, sinalizando a negligência do Estado e a ausência de iniciativas que reconheçam e acolham a diversidade sexual e de gênero no campo (Toitio, 2024).

As múltiplas violências que atravessam a vida da população LGBTQ+ no meio rural podem atuar como *forças expulsoras*, empurrando essas pessoas para as zonas urbanas, onde se supõe haver maior possibilidade de vivenciar suas identidades com reconhecimento social (Toitio, 2024). Nesse contexto, Toitio (2024) ressalta que o envolvimento com a militância e a participação em movimentos sociais, partidos políticos ou organizações coletivas pode representar uma forma de se afirmar como sujeito político, além de constituir um espaço de sociabilidade, construção de pertencimento e elaboração de alternativas de resistência, enfrentamento e transformação diante das condições de precariedade e violência cotidiana às quais essa população está submetida.

(IV) Em defesa da democracia e do território agroecológico

Ao longo do percurso da MVMA, as mulheres do Polo da Borborema vêm reafirmando o seu compromisso com a construção de formas coletivas de resistência

e com a superação das desigualdades econômicas, sociais e culturais impostas por uma sociedade patriarcal, classista e racista. Em sua 7ª edição, realizada no município de Areial/PB, no ano de 2016, declararam que a consolidação da agroecologia e dos direitos das mulheres exige o aprofundamento da democracia, a ampliação de espaços de expressão política e a vigilância contínua frente às ameaças que colocam em risco conquistas históricas (AS-PTA, 2016). Nas 7ª e 8ª edições denunciaram os retrocessos do governo de Michel Temer, marcados por práticas machistas, racistas e homofóbicas, alinhadas aos interesses das elites econômicas (AS-PTA, 2016; 2017).

Ademais, as mulheres em Marcha posicionaram-se contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016 (PEC 287/2016) e contra as reformas da Previdência nela encaminhadas, como a eliminação do diferencial de idade para aposentadoria entre homens e mulheres, ignorando a sobrecarga do trabalho das mulheres agricultoras e suas especificidades. Apontaram o caráter antidemocrático e antipopular da proposta, que, ao desconsiderar essas realidades, tende a agravar as desigualdades e aprofundar a pobreza (AS-PTA, 2016; 2017).

Em sua 9ª edição, as mulheres em Marcha seguiram denunciando os efeitos do golpe institucional de 2016, bem como os impactos da Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos), que resultou em cortes significativos em políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, à promoção da igualdade racial, ao fortalecimento da agricultura familiar e à convivência com o semiárido (AS-PTA, 2018a).

No ano seguinte, durante a 10ª edição, a Marcha reafirmou seu compromisso com a defesa da democracia e expressou repúdio aos projetos que retiram direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, intensificam a exploração e aprofundam as desigualdades sociais. À época, foi também incorporada à pauta a reivindicação pela liberdade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então encarcerado, como símbolo de resistência popular frente às perseguições políticas e aos retrocessos institucionais em curso (AS-PTA, 2019).

O compartilhamento de experiências e as mobilizações das mulheres na MVMA evidenciam que a construção de um território agroecológico está diretamente vinculada à criação de um espaço feminista, antirracista e democrático – no plano socioambiental, econômico e político. Nesse contexto, as Cartas Políticas do movimento reafirmam as intersecções entre democracia, segurança alimentar, geração de renda e o enfrentamento das desigualdades sociais (e.g., com base no

gênero, raça, classe, sexualidade) como uma dimensão política fundamental do projeto de desenvolvimento agroecológico da região da Borborema.

As Cartas ainda destacaram que o projeto de desenvolvimento agroecológico só alcançará escala quando as políticas públicas de agricultura familiar promoverem efetivamente a autonomia das mulheres. Apesar de avanços, essas políticas ainda são executadas em um contexto patriarcal, discriminatório e excludente, perpetuando desigualdades no acesso a recursos, crédito e inclusão social (e.g., Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP³⁴), sendo necessário superar esses bloqueios para garantir o acesso das agricultoras aos seus direitos e benefícios (AS-PTA, 2014; 2015).

(V) Ações do Polo da Borborema

Na atualidade, o Polo da Borborema articula uma ampla rede territorial composta por sindicatos rurais de 13 municípios, mais de 150 associações comunitárias, a EcoBorborema (Associação de Produtores e Produtoras Agroecológicos) e a CoopBorborema (Cooperativa da Agricultura Familiar) (AS-PTA, 2024). Essa estrutura organizativa fortalece a luta coletiva em defesa dos direitos das mulheres, da agricultura familiar e da agroecologia, promovendo a integração entre organizações e o protagonismo das comunidades rurais.

Desde a sua primeira edição, as Cartas Políticas da MVMA têm evidenciado que o trabalho desenvolvido em articulação com o Polo da Borborema vem promovendo a visibilidade do trabalho das mulheres na produção agroecológica, na segurança alimentar, na economia solidária, no bem-estar rural e na afirmação cultural. Além disso, a inserção e ampliação da participação das agricultoras em espaços coletivos, como associações, sindicatos, mercado, fundos rotativos solidários e feiras agroecológicas, aliada ao reconhecimento de seus papéis sociopolíticos e de seu trabalho, têm fortalecido sua autoestima e promovido sua autonomia econômica e política (AS-PTA, 2010; 2016).

³⁴ Documento utilizado para a identificação e qualificação das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), assim como suas associações organizadas enquanto pessoas jurídicas. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Destaca-se, ainda, que a atuação do Polo impulsiona inovações agroecológicas por meio da experimentação, sistematização e intercâmbio de experiências, fortalecendo uma rede de agricultoras-experimentadoras que têm promovido transformações significativas em suas respectivas famílias e comunidades (AS-PTA, 2013). Especificamente na Carta Política resultante da 15ª MVMA (AS-PTA, 2024), foram destacadas as principais ações articuladas ao Polo da Borborema:

- *Investimentos públicos e infraestrutura hídrica na Borborema*: o território da Borborema Agroecológica foi contemplado por políticas públicas de acesso à água, por meio de programas como o Programa *Um Milhão de Cisternas* (P1MC), o Programa *Uma Terra e Duas Águas* (P1+2) e o *Água nas Escolas*. Essas iniciativas resultaram na construção de cisternas para armazenamento de água potável e para outros usos domésticos, tecnologias voltadas à produção de alimentos, e mais de uma centena de cisternas escolares, promovendo melhores condições de convivência com o semiárido e fortalecendo a segurança hídrica local.
- *Mercados agroecológicos e dinamização econômica*: conta com mais de uma dezena de feiras agroecológicas, *Quitandas Agroecológicas*, que dinamizam a economia no território do Polo da Borborema. Foram estruturados ainda quintais produtivos, onde mulheres produzem uma diversidade de alimentos para comercialização.
- *Rede de bancos de sementes comunitários que resgata, preserva e multiplica as sementes da paixão/crioulas*: refere-se a uma rede de 60 bancos de sementes comunitários, envolvendo guardiãs e guardiões de sementes da paixão, que resgata, preserva e multiplica sementes crioulas, como as raças de milho crioulo da região.
- *Reforma agrária e consolidação da agricultura familiar*: o território da Borborema abriga mais de mil famílias assentadas pela reforma agrária e estabelecimentos familiares, responsáveis por uma produção diversificada de alimentos vegetais e animais voltada para o abastecimento de mercados locais.

Ressalta-se, portanto, que a MVMA articula estratégias político-pedagógicas interseccionais por meio das quais as mulheres agricultoras resistem e enfrentam a

matriz de opressão moderno-colonial, nos termos de Carla Akotirene (2022), ou a matriz de dominação, conforme propõe Patricia Hill Collins (2024). As violências interseccionais – como a violência contra as mulheres, a LGBTfobia, o racismo e as desigualdades de gênero na agricultura familiar – não são tratadas como eventos meramente interpessoais ou restritos ao âmbito privado, mas compreendidas como constitutivas de um sistema moderno-colonial, que se reproduz e se legitima por meio de instituições, normas, discursos e práticas cotidianas, perpetuando desigualdades estruturais

Além disso, ao problematizar a aplicação seletiva de regras – expressa, por exemplo, na criminalização e na estigmatização das mulheres, especialmente das mulheres negras –, a MVMA tensiona o domínio disciplinar, evidenciando como o controle dos corpos e dos territórios opera de maneira racializada, generificada e classista. Essa crítica se aprofunda no plano cultural, ao confrontar narrativas que naturalizam o patriarcado, o racismo e a lógica capitalista extrativista, afirmando outros valores e sentidos fundamentados na agroecologia, na defesa da democracia e da vida das mulheres, na soberania alimentar, no resgate das sementes crioulas, bem como na reforma agrária e na consolidação da agricultura familiar.

Assim, as ações do Polo da Borborema – como os mercados agroecológicos, os bancos de sementes comunitários e a luta por investimentos públicos – não apenas respondem a demandas territoriais específicas, mas produzem novos significados e práticas sociais que se inscrevem em contextos histórico-culturais e geopolíticos mais amplos, afirmando a centralidade das mulheres como sujeitas políticas capazes de intervir simultaneamente nos domínios interpessoal, estrutural, disciplinar e cultural, reconfigurando as relações de poder a partir de seus saberes, práticas e territórios.

Conforme exposto, as mulheres agricultoras da MVMA vêm, ao longo dos anos, enfrentando diversos desafios e mobilizando respostas que contribuíram para consolidar a Borborema como um território de referência na construção de alternativas baseadas na agroecologia, na justiça social, na auto-organização comunitária e na autonomia política das mulheres e das populações do campo. Nos últimos anos, contudo, esse território agroecológico tem sido confrontado por uma nova ameaça: a expansão de grandes projetos de energia corporativa, como se discute a seguir.

5 “ENERGIA RENOVÁVEL, SIM, MAS NÃO ASSIM”: PERSPECTIVAS (ECO)FEMINISTAS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INCIDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde a sua emergência, em 2010, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, na Paraíba, tem consistido em um espaço político-pedagógico para a abordagem de temas que emergem diretamente dos territórios agroecológicos do Polo da Borborema, com especial atenção às vozes, vivências e demandas das mulheres agricultoras. A Marcha envolve não apenas o ato público de saída às ruas, mas todo um processo formativo e político em torno de cada temática elencada a cada ano, bem como diálogos em diferentes instâncias, indicando a continuidade das lutas e mobilizações, que já resultaram em inúmeras conquistas alcançadas.

Ao longo de dezesseis anos, a MVMA tem levado para as ruas de diferentes municípios paraibanos temas como: a) as violências contra mulheres e os feminicídios; b) as desigualdades de gênero na agricultura familiar; c) o combate ao racismo e à LGBTQIA+fobia; d) a defesa da democracia e da agroecologia como modelo de desenvolvimento rural. Em suas quatro últimas edições (13^a a 16^a), as mulheres agricultoras têm se mobilizado contra a invasão dos megaprojetos de energia eólica e solar na Borborema Agroecológica.

Diante disso, no intuito de compreender as mobilizações e propostas das mulheres agricultoras da MVMA em torno da expansão dos megaprojetos de “energia renovável” no semiárido paraibano, em especial no Polo da Borborema e suas incidências políticas, socioambientais e educacionais, foram realizadas análises textuais discursivas das Cartas Políticas do movimento e de Entrevistas Narrativas efetuadas com líderes da Marcha, incluindo também registros de observação da minha participação em suas últimas edições sobre o tema.

Do delineamento analítico da temática, foram elencadas três categorias, a saber: a) emergência do tema das “energias renováveis” na MVMA; b) impactos vivenciados, constatados e denunciados pela MVMA; e c) energias, (eco)feminismos e educação ambiental em marcha. Sua análise resultou nos metatextos que contribuíram para organizar este capítulo em três momentos.

No primeiro, o contexto de emergência e incorporação de pautas referentes à “energia renovável” na agenda da MVMA é explanado; no segundo, são abordados os impactos vivenciados por comunidades rurais em decorrência da implantação de

usinas eólicas, constatados por meio de visitas de intercâmbio e diálogos realizados por líderes da Marcha com essas comunidades. Tais impactos foram posteriormente denunciados pelas mulheres agricultoras vinculadas ao Polo da Borborema nas quatro edições mais recentes da MVMA (13^a a 16^a).

Por fim, destacam-se incidências no campo da educação ambiental, a partir de uma perspectiva (eco)feminista construída por meio do diálogo e da produção coletiva do conhecimento, considerando as realidades, desafios, lutas, propostas e conquistas das mulheres agricultoras da MVMA frente às dinâmicas extrativistas do colonialismo energético no território agroecológico da Borborema.

5.1 “A realidade nua e crua”: Quando, como e por que a “energia renovável” entra na agenda da MVMA?

Em 2018, durante visitas às famílias agricultoras beneficiadas pelo “Programa Uma Terra e Duas Águas” (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), as mulheres do Polo, com apoio da AS-PTA, se depararam com um aparelho até então desconhecido, instalado em algumas propriedades rurais do território da Borborema. Ao questionarem os moradores sobre sua origem, constataram que os equipamentos haviam sido colocados com a permissão das famílias, pela empresa *Casa dos Ventos*, frequentemente sem explicações nítidas ou muitos detalhes, sob a justificativa de que serviriam para “medir o vento” e gerariam empregos. Tratava-se de um anemômetro – equipamento utilizado para mensurar a velocidade, e em alguns casos, a direção do vento.

Em 2018, a gente, trabalhando, visitando uma comunidade chamada Campo Formoso, aqui em Esperança, visitando as famílias que estavam sendo beneficiadas pelo programa “Uma Terra e Duas Águas”, que é um programa da ASA, a gente, andando na comunidade, viu um equipamento de monitoramento do vento. A gente não sabia o que era (Margarida, 2024).

E aí, vai perguntar à família (...) Que equipamento é esse? (...) Quem colocou esse equipamento aqui, por que esse equipamento está aqui? (...) Foi uma empresa que veio, instalou isso aí... E a gente foi tomando conhecimento, que aquilo ali era um anemômetro, e que estava para medir a velocidade do vento. E pra quê? Então, para que aquele aparelho já estava sendo instalado ali? Lógico que com a permissão da família, de forma inocente, mas que era a permissão da família (Marielle, 2024).

Aí o povo começou a dizer: “É uma empresa que trouxe esse equipamento, botou aí e disse que é pra medir o vento”. E a gente começou a perguntar: “E que empresa é essa? Quem era?” E o povo começou a dizer: “Ah, é uma

empresa chamada Casa dos Ventos, diz que vai ter muito emprego para as pessoas e tal.” Aí a gente: “Poxa, será que é energia renovável?” Porque a gente já tinha escutado falar em outros lugares (Margarida, 2024).

A curiosidade e a incerteza em torno da presença dos anemômetros levaram lideranças sindicais e mulheres agricultoras do Polo da Borborema a sondarem comunidades e sindicatos rurais de diferentes municípios paraibanos, como Esperança, Solânea e Algodão de Jandaíra, em busca de compreender o que estava em curso. No diálogo com famílias agricultoras, observaram que representantes de empresas de energia renovável vinham circulando pelo território e abordando diretamente os/as moradores/as, muitas vezes sem apresentar informações precisas ou consultar as organizações locais.

Ao longo desse percurso, foram identificados oito municípios do Polo da Borborema, nos quais estavam sendo realizados estudos para implantação tanto de parques eólicos como de usinas solares (Freire, 2023). Com o apoio da AS-PTA, estudos, pesquisas e estratégias de enfrentamento à chegada das empresas de energia renovável foram aprofundados. Dandara (2024) destaca que *“a AS-PTA, a nossa assessoria, fez um papel muito importante, que foi estudar, pesquisar, para poder ajudar a gente a enfrentar isso nas comunidades”*.

Além disso, em contato com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com sede em Campina Grande/PB, foram alertadas sobre a expansão acelerada de empresas de “energia renovável” em várias regiões do Estado da Paraíba. A confirmação de que se tratava da Casa dos Ventos motivou a busca por informações mais detalhadas sobre o que seria de fato a “energia renovável” e sobre locais que já tivessem experiências com esse tipo de projeto.

Nesse processo, tomaram conhecimento da comunidade de Sobradinho, localizada em Caetés, Pernambuco, onde já havia parques eólicos instalados e em funcionamento. Com o intuito de conhecer diretamente a realidade local e dialogar com as famílias, organizaram um intercâmbio com cerca de 30 lideranças sindicais (mulheres, homens e jovens) representando os diversos municípios do Polo da Borborema.

Aí a gente faz uma comunicação com a CPT de Campina Grande, para saber sobre isso. (...) E aí a gente descobriu que era a Casa dos Ventos. Então, quando a gente foi pesquisar a Casa dos Ventos, era sobre a energia renovável que era trabalhada. (...) Aí a gente fez: poxa vida, é energia

renovável, é esse debate... Onde é que tem experiências de energia renovável? Onde tem parque eólico e tal? [A CPT informou que] em Caetés, em Pernambuco. (...) E a gente leva uma delegação de lideranças sindicais do Polo. Leva um micro-ônibus, quase 30 pessoas, homens e mulheres e jovens (Margarida, 2024).

Ao escutarem diretamente os relatos das famílias que já conviviam com os parques eólicos, confrontaram-se com uma realidade “nua e crua”, marcada por promessas não cumpridas, desestruturação do modo de vida no campo, conflitos comunitários, diferentes formas de violência e inúmeros outros impactos negativos. Como expressa Margarida (2024): *“quando a gente começa a conversar com as famílias, aí a gente começou a ver o tamanho do desmantelo que era. (...) E a gente disse: a gente precisa comunicar às pessoas o problema que é esse modelo de energia”*.

Fomos conhecer lá em Caetés, como funcionava isso tudo. Até então, a gente não sabia se isso era bom ou ruim para nós. E, quando a gente chega lá, para escutar as famílias, a gente se depara com essa realidade nua e crua das empresas de energia eólica – como elas se instalaram lá em Caetés e o resultado disso tudo lá. E, depois disso, a gente começa: olha gente, isso não é bom para a gente, não (Marielle, 2024).

A partir desse intercâmbio, as lideranças do Polo da Borborema passaram a intensificar a comunicação com as famílias agricultoras e com a sociedade de modo mais amplo, por meio da produção de materiais informativos contendo fotografias, entrevistas e depoimentos das famílias visitadas relatando a convivência com os impactos resultantes da implantação e funcionamento dos parques eólicos. Essas ações se desdobraram na realização de assembleias populares, audiências públicas municipais, participação em programas de rádio e articulações com conselhos municipais, por exemplo. Nas Figuras 15 e 16, encontram-se alguns materiais distribuídos durante as edições da MVMA sobre o tema.

Figuras 15 e 16 – Materiais distribuídos durante edições da MVMA



Fonte: AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecológica. Acervo da autora. Dados da Pesquisa, 2024.

Paralelamente, conforme informado pelas interlocutoras, a AS-PTA ampliou sua atuação com a realização de novos estudos mapeamentos e intercâmbios com outros grupos, incluindo outros estados do Nordeste (e.g., Rio Grande do Norte), buscando aprofundar a compreensão sobre a realidade de comunidades impactadas por complexos eólicos.

Como relata Margarida (2024): *“a gente volta meio desesperado desse processo e a gente faz já um material com fotografia, com entrevista... Gravamos depoimento de famílias. (...) Tivemos assembleias de 150 famílias, 200 famílias”*. Em diálogo, Dandara (2024) destaca: *“Fizemos audiências públicas municipais. Nosso programa de rádio, intensificamos a nossa comunicação. A gente fez o debate nos conselhos municipais, seja da agricultura, ou do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável”*.

Além disso, foi realizado um seminário com o Polo da Borborema, reunindo professores universitários e participantes dos intercâmbios em comunidades já afetadas, com a finalidade de refletir coletivamente sobre os desafios enfrentados e elaborar estratégias de enfrentamento à expansão dos megaprojetos energéticos. Uma das estratégias definidas foi o fortalecimento da comunicação direta com as comunidades, a partir da sistematização dos principais impactos observados, destacando-se a assinatura dos contratos e a consequente perda de direitos, bem como o avanço do desmatamento e a violência contra as mulheres. Esses e outros impactos, elencados pelas interlocutoras desta pesquisa e pelas Cartas Políticas da

MVMA, são discutidos no tópico seguinte.

De acordo com Freire (2023), o intercâmbio em Caetés foi decisivo, naquele momento, para desestimular o avanço do processo no território da Borborema, ao trazer para o centro do debate as lideranças que, até então, acreditavam na proposta dos parques eólicos como solução econômica para as famílias agricultoras locais. As interlocutoras também destacaram que a entrada das empresas nos territórios provocou divisões entre as famílias. Enquanto algumas reconheciam os impactos negativos, outras acreditavam nas promessas de desenvolvimento socioeconômico, gerando conflitos internos.

Com relação a um dos encontros realizados para discutir a problemática, Margarida (2024) lembra: *“E aí os homens, eles diziam, bora, meu povo, não, não está acontecendo, não está passando. E a gente, nós mulheres, minha gente, vocês não sabem o tamanho do dismantelo e tal”*. Para enfrentar as dúvidas e a desinformação, as mulheres intensificaram a produção e circulação de materiais informativos, como fotos e vídeos, via redes sociais e grupos no *WhatsApp*, divulgando o saber construído nas experiências e vivências dos intercâmbios comunitários, a exemplo dos expostos nas Figuras 15 e 16. Como explica Margarida (2024):

Nós não estamos falando aqui o que a gente não tem conhecimento, não. O que a gente tem feito muito é visitar; temos visitado Pernambuco, temos trazido as mulheres de Pernambuco pra cá e também temos ido no Rio Grande do Norte conhecer também as experiências lá. E aonde a gente vai, são os mesmos problemas.

Além disso, as interlocutoras relataram a criação de um Comitê de Energias Renováveis que atua em diálogo com professores universitários e com o setor jurídico, contribuindo com fundamentos científicos e legais para fundamentar o debate. A iniciativa teve a finalidade de evitar que líderes e comunidades falassem sobre o tema sem base adequada ou incorressem em informações imprecisas. O conteúdo discutido junto à base tem sido sustentado por pesquisas já realizadas ou em andamento, fortalecendo a atuação política com responsabilidade e conhecimento, conforme destacaram.

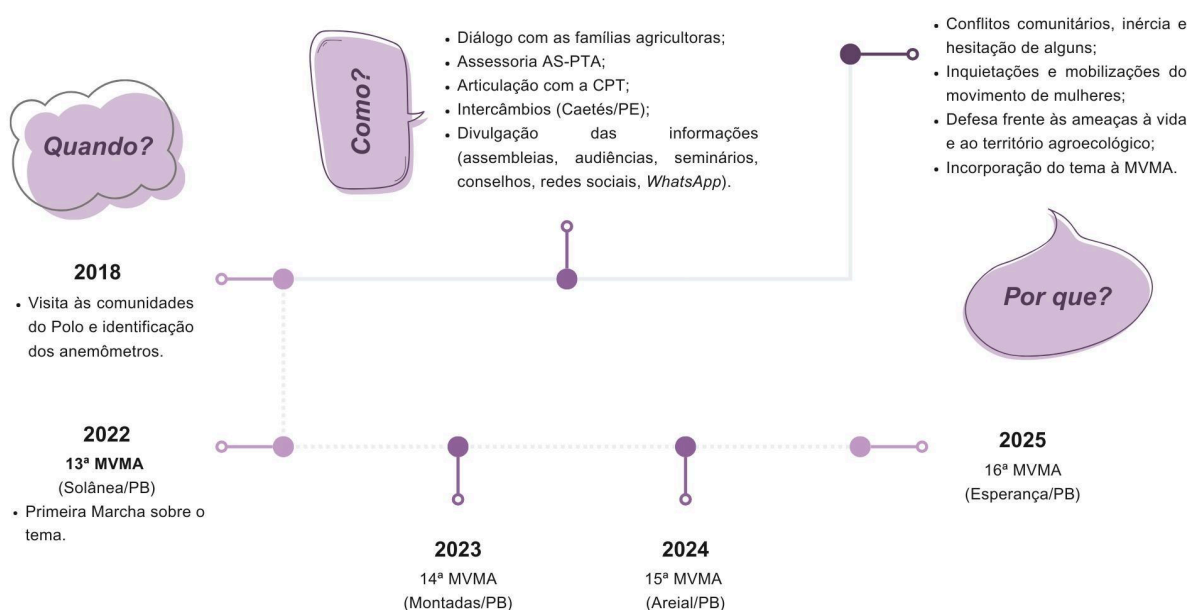
Diante da urgência percebida e da ausência de respostas eficazes, as mulheres líderes da MVMA decidiram assumir a condução da resistência, dos enfrentamentos e da articulação política, incorporando a pauta da energia renovável

ao movimento em defesa da vida, dos territórios agroecológicos e da continuidade dos projetos coletivos construídos ao longo de décadas pelas agricultoras da Borborema.

Fizemos uma reunião do movimento de mulheres e dissemos assim: vamos assumir esse negócio. E foi quando a gente tomou a decisão de fazer a primeira marcha em Solânea, em 2022. Dissemos: ou a gente vai para a luta ou o nosso território vai ser tomado por esse modelo de energia centralizada de parques e usinas (Margarida, 2024).

A Figura 17 apresenta uma síntese do contexto de emergência e incorporação da pauta das “energias renováveis” no âmbito da MVMA a partir das narrativas das interlocutoras desta pesquisa. Entre a identificação dos primeiros anemômetros nas comunidades, os estudos e pesquisas conduzidos pela AS-PTA, a articulação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as visitas de intercâmbio aos territórios já afetados, os diálogos com as famílias agricultoras do Polo da Borborema e com outras instâncias sociopolíticas, até a incorporação do tema e o ato de ir às ruas na 13ª edição da Marcha, transcorreram cerca de quatro anos (Figura 17).

Figura 17 – Contexto da emergência e incorporação da pauta das “energias renováveis” na MVMA



Fonte: dados da Pesquisa, 2025.

Nesse ínterim, como destaca Freire (2023), a pandemia de Covid-19 e o

isolamento social, somados à convergência de múltiplas crises socioambientais e econômicas, favoreceram o avanço das empresas no território, coincidindo com a finalização dos estudos sobre o potencial eólico da região, que abriram condições para a expansão do capital energético na região da Borborema.

A partir da primeira Marcha realizada logo após o término do isolamento social pandêmico (13ª edição), as mulheres passaram a transformar “os ventos em furacões”, realizando, até o momento, quatro edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia – em Solânea (2022), Montadas (2023), Areial (2024) e Esperança (2025) – em defesa do território agroecológico e contra o avanço e a implantação dos grandes projetos energéticos. Como afirma Margarida (2024): *“Hoje, a gente diz que se não fosse o movimento de mulheres, o nosso território já tinha sido tomado por esse modelo de produção de energia”*.

5.2 “O dismantelo é grande”: impactos vivenciados, constatados e denunciados

Diante de um histórico de lutas e conquistas, as quatro últimas edições da MVMA (13ª a 16ª), realizadas de 2022 a 2025 nos municípios de Solânea, Montadas, Areial e Esperança, na Paraíba, mobilizaram milhares de mulheres em Marcha contra a expansão das indústrias eólica e solar na Borborema Agroecológica, em defesa da Caatinga, da vida das mulheres e da agroecologia. Vale lembrar que a MVMA é realizada anualmente desde 2010, no mês de março, em proximidade ao Dia Internacional da Mulher e/ou ao Dia Nacional de Combate às Mudanças Climáticas, como tem ocorrido em suas edições mais recentes.

Em 2022 e 2023 o tema foi “Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parques eólicos, nem de usinas solares”. Em 2024, a Marcha seguiu com as reivindicações das edições anteriores, reunindo mais de cinco mil mulheres em defesa da “Caatinga Viva, Floresta em Pé”. E em 2025 mais de seis mil participantes reafirmaram o compromisso com as “Mulheres em defesa da Borborema Agroecológica”.

Essas edições contaram com a presença de mulheres agricultoras das visitas de intercâmbio realizadas – em Pernambuco e Rio Grande do Norte, as quais, antes da saída da Marcha, apresentaram seus depoimentos, elencando os impactos negativos vivenciados com a instalação e funcionamento de parques eólicos em

suas comunidades. Uma das interlocutoras deste estudo, da comunidade de Sobradinho, Caetés/PE, que participou especificamente nas 13^a e 14^a edições da Marcha, ao compartilhar publicamente suas vivências, relatou:

Eu já fui [à MVMA] em 2022 e 2023. Esse ano eu não fui [2024]. Dois anos seguidos eu fui com ela. (...) Falei, falei, falei. Tinha eu e o pessoal do Rio Grande do Norte que estava sendo impactado. (...) Teve uma hora que a gente ficou... que a mulher foi falar e ela desmaiou lá no palco. Lá em cima do palco. Então foi um momento que a gente não esquece nunca. Quando ela começou a falar do que estava acontecendo com ela, era a mesma coisa do que estava acontecendo com nós aqui também. Então ali foi um momento de emoção que a gente não conseguiu segurar as lágrimas. É coisa que só sabe quem tá passando aquilo ali (Teresa, 2024).

Dentre os impactos negativos evidenciados nas mobilizações públicas da Marcha, nas Cartas Políticas de suas edições mais recentes (AS-PTA, 2022, 2023, 2024, 2025), e nas narrativas de mulheres líderes da MVMA e de comunidades impactadas pelo modelo industrial de “energia renovável”, destacam-se: (I) Contratos abusivos e apropriação territorial; (II) Intensificação da violência contra as mulheres e das desigualdades de gênero; (III) Impactos socioambientais e violações de direitos; (IV) Danos à saúde das populações locais; (V) Expropriação territorial e apagamento comunitário; e (VI) Racismo ambiental e transformação da Caatinga em zona de sacrifício.

Para a discussão, são mobilizadas diferentes vertentes feministas – como os feminismos latino-americanos, os ecofeminismos, o feminismo negro, decolonial e comunitário. Ressalta-se, nesse contexto, a noção de (re)patriarcalização dos territórios, que evidencia o processo pelo qual megaprojetos extrativistas conformam, aprofundam e reatualizam um ordenamento patriarcal, ancorado em relações machistas pré-existentes e na intensificação de dinâmicas de dominação já presentes, conforme Miriam García-Torres *et al.* (2020). Tal processo manifesta-se em dimensões interligadas, tais como política, ecológica, econômica, corporal e cultural (García-Torres *et al.*, 2020).

Além disso, a categoria analítica de colonialismo energético possibilita compreender a continuidade histórica das relações de dominação exercidas por Estados e corporações sobre territórios do Sul e do Norte Globais (Ruiz; Contreras, 2023). Esse enfoque abrange múltiplas dimensões – geopolítica, acumulação por despossessão, poder, violências e impactos socioterritoriais –, com destaque para os conflitos socioterritoriais e as resistências, que articulam organizações populares

e comunitárias, movimentos sociais, produção de conhecimento situado e a proposição de alternativas à transição energética corporativa (Contreras; Ruiz, 2023).

Por fim, a compreensão das dinâmicas histórico-culturais do racismo ambiental (Bispo, 2023; Ferdinand, 2022) contribuem para evidenciar como a modernidade se funda simultaneamente na violência colonial e na devastação ambiental, produzindo impactos racializados e desiguais sobre corpos, territórios e modos de vida, ao mesmo tempo em que invisibiliza tais impactos nos discursos hegemônicos relacionados à urgência de uma transição energética corporativa no atual cenário climático.

(I) Contratos abusivos e apropriação territorial

Um dos pontos principais elencados pelas mulheres do Polo da Borborema, com relação aos impactos negativos decorrentes da chegada dos empreendimentos de “energia renovável” nas propriedades rurais, remete à assinatura dos contratos e suas inúmeras consequências. Conforme elencado nas Cartas Políticas da MVMA, os contratos de cessão de uso da terra firmados entre empresas de energia e famílias agricultoras carecem de transparência e equidade, favorecendo a apropriação da terra, do sol e dos ventos pelas empresas (AS-PTA, 2023; 2024).

Tais acordos colocam em risco a titulação da terra como “imóvel rural”, conforme o Artigo 4º do Estatuto da Terra, desqualificando os cedentes como agricultores familiares e, com isso, retirando seus direitos sociais e previdenciários arduamente conquistados (AS-PTA, 2022; 2023; 2024). Além de não garantirem renda mínima, os contratos não asseguram às famílias qualquer controle sobre a geração de energia em suas propriedades nem oferecem transparência sobre os valores a que teriam direito (AS-PTA, 2022).

No território do Polo da Borborema, composto de modo significativo por comunidades de assentamentos da reforma agrária, onde a terra foi conquistada com muita luta, Jurema (2024) observa que as empresas de energia têm chegado de forma desordenada, impondo contratos de cessão considerados abusivos, com duração que varia entre 30 e 50 anos. Na prática, esses contratos implicam a expropriação da terra dos agricultores, mesmo que formalmente ainda estejam em posse. Ao comprometer o uso da terra por tanto tempo, esse modelo interfere

diretamente na sucessão familiar no campo, uma vez que o controle do território passa a ser, por décadas, das empresas, e não das famílias que o conquistaram para produzir e viver.

Nas comunidades de assentamentos, que é uma luta para você ter a terra, essas energias, essas empresas têm chegado e têm entrado de forma muito desordenada, querendo agora tomar as terras, porque o que a gente entende é que elas estão tomando as terras dos agricultores, porque são contratos abusivos, 30, 40, 50 anos. Então, de certa forma, você que vai ter a posse dessa terra por esse tempo, é por muito tempo. Então, a questão da sucessão do campo, ela termina sendo, de certa forma, dominada pelas empresas (Jurema, 2024).

Além da longa vigência e renovação automática a critério das empresas, as obrigações contratuais são transferidas para herdeiros e futuros compradores das terras, tornando-se praticamente irreversíveis, uma vez que preveem multas milionárias para rescisão, comprometendo gerações e limitando a autonomia das famílias agricultoras (AS-PTA, 2023). Mariana Traldi (2019) destacou que os contratos de arrendamento, com suas cláusulas contratuais abusivas (imposição de multas, confidencialidade, pagamentos), inviabilizam quaisquer questionamentos referentes ao contrato, advindos dos proprietários da localidade.

A 13ª Carta Política da MVMA ressaltou que o avanço de empresas energéticas no campo está promovendo, além do domínio territorial pelo capital estrangeiro, um processo de reconcentração fundiária voltado à especulação com a venda de energia. Sob o discurso de “progresso” e “desenvolvimento”, a expansão e implantação de indústrias eólicas e solares no território da Borborema constituem uma nova forma de apropriação e controle de terras e territórios por grandes corporações econômicas internacionais, intencionando a acumulação de lucros privados (AS-PTA, 2022).

Traldi (2022) argumenta que os contratos de arrendamento firmados entre empresas de energia eólica e pequenos proprietários de terra no semiárido brasileiro atuam como instrumentos principais de expropriação territorial. Embora os proprietários mantenham formalmente a posse da terra, perdem o controle sobre seu uso, sendo impedidos de realizar atividades produtivas tradicionais devido às restrições impostas pelos contratos. Nesse processo, além da terra, os ventos que circulam sobre ela – considerados pela autora como um bem comum – são apropriados privadamente pelas empresas, que lucram com sua conversão em

energia elétrica. Trata-se, segundo Traldi (2022), de um caso de acumulação por despossessão, em que se transfere o valor gerado em territórios rurais para grandes corporações econômicas transnacionais, muitas vezes com a conivência do Estado.

A acumulação e despossessão de terras constitui uma das dimensões centrais do colonialismo energético, conforme apontam Contreras e Ruiz (2023), ao evidenciar como os territórios são apropriados por meio da reconfiguração fundiária e da imposição de normas e dispositivos jurídicos que dificultam o uso e o usufruto coletivo da terra pelas comunidades locais.

A instalação de infraestrutura energética, como usinas eólicas e solares, exige extensas áreas territoriais e é frequentemente acompanhada por processos de privatização, expropriação territorial, validados por contratos individualizados e abusivos, que desconsideram os modos de vida, a organização comunitária e vínculos ancestrais, produtivos, sociais e culturais (Contreras; Ruiz, 2023).

Nesse cenário, as interlocutoras desta pesquisa denunciam com veemência o modelo industrial de produção energética, apontando que *“essas energias não são para nós. É uma energia que é vendida para fora, não fica nem no Brasil”* (Carolina, 2024). Embora reconheçam o potencial das fontes renováveis, ressaltam que a lógica em curso favorece interesses econômicos e geopolíticos externos, deixando às comunidades locais apenas os prejuízos, como destaca Carolina (2024): *“as famílias, elas só ficam com aquilo que são os prejuízos, e também que elas não vão poder mais nem produzir”*.

A crítica se intensifica ao destacar que *“o governo tem investido. Os Estados Unidos, outros países, têm também investido recursos no nosso país, mas estão levando essa energia para fora”*, endossando que *“essas energias pouco contribuem com o desenvolvimento do nosso país”* (Jurema, 2024). Assim, as mulheres agricultoras questionam e denunciam a apropriação de bens comuns como o sol e o vento por grandes empresas, em sua maioria estrangeiras: *“a gente é contra esse modelo de grandes empresas que vêm se apropriando do sol, esse bem comum (...) que é estrangeira, a gente não sabe nem quem é a cobra-mãe”* (Marielle, 2024).

Além disso, como mostrado na narrativa das interlocutoras, a assinatura de contratos de arrendamento com empresas de energia compromete os direitos das/os agricultoras/es, como o acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), acesso a políticas públicas, afetando sua condição de segurados especiais e

gerando impactos previdenciários. Acrescenta-se ainda a perda da função produtiva da terra, que passa a ser destinada exclusivamente à geração de energia.

Nesse contexto, Teresa (2024) denuncia que moradores de Caetés/PE deixaram de ter acesso a projetos de cisternas por residirem a menos de 500 metros das torres eólicas. Destaca que as estruturas já existentes, como cisternas e casas, apresentam rachaduras e danos provocados pelo funcionamento dos aerogeradores, o que implica violações ao direito à água, ao acesso a políticas públicas e à segurança habitacional.

As interlocutoras relataram que muitas mulheres agricultoras sentem medo diante das abordagens feitas pelas empresas de energia, que tendem a priorizar os homens nas negociações e na assinatura dos contratos, ignorando a presença e os direitos das mulheres no território. Além disso, destacaram que, apesar da atuação intensa da Marcha e dos sindicatos, o poder das empresas se manifesta na fragmentação das comunidades, no aliciamento individualizado das famílias e na imposição de cláusulas sigilosas nos contratos, enfraquecendo a organização coletiva.

Esse cenário evidencia a dimensão política da (re)patriarcalização dos territórios, destacada por García-Torres *et al.* (2020). Nesse contexto, a tomada de decisões sobre os territórios é conduzida majoritariamente por “sujeitos Brancos, Burgueses, Varões, Adultos e heterossexuais” – os chamados “BBVAh” –, excluindo as mulheres dos processos decisórios. Adicionalmente, as empresas e o Estado adotam estratégias de abordagem individualizada, priorizando uma interlocução com homens, seja com os “cabeças da família” ou com lideranças locais alinhadas ao projeto, enfraquecendo a capacidade de negociação coletiva da comunidade e desconsiderando as mulheres como sujeitas políticas (García-Torres *et al.*, 2020).

No entanto, em áreas de reforma agrária e assentamentos, comumente as mulheres possuem a titularidade das terras, o que fortalece a resistência, pois impede que os contratos sejam assinados exclusivamente pelos homens. O diálogo com as mulheres no Polo da Borborema, em especial, torna-se estratégico.

E as mulheres têm muito medo, porque na maioria das vezes as empresas procuram os homens para decidir sobre assinaturas dos contratos. A gente tem dialogado muito com elas sobre as ameaças, e eu acho muito interessante que a mulher diga assim: "vou botar as orelhas do meu marido de molho", porque é isso mesmo. E acho que a gente tem uma diferença hoje que na maioria das propriedades, nas áreas da agricultura e de

assentamento de reforma agrária, as mulheres têm a titularidade da terra, e isso nos ajuda muito. Então, eles não podem assinar sozinhos o contrato. (...) Muitas vezes o casal precisa assinar. (...) Então, assim, a marcha conseguiu fazer com que as mulheres compreendessem as ameaças – ameaça a vida delas, ameaça os modos de vida do território. E claro que a gente também dialoga com os homens (Margarida, 2024).

Nesse contexto, o Grupo de Teatro Amador do Polo da Borborema tem desempenhado um papel fundamental no processo de sensibilização e compartilhamento de informações com as comunidades. Por meio de encenações, o grupo dramatiza desde a chegada das empresas de energia nas comunidades rurais, buscando a assinatura de contratos, até as consequências negativas vivenciadas no cotidiano das famílias agricultoras, orientando-as a não firmar nenhum acordo sem antes consultar o sindicato de trabalhadores rurais mais próximo.

A peça teatral integra a programação da MVMA e tem sido apresentada também em outros eventos e espaços de debate sobre o tema. Um exemplo foi a oficina *Energia Renovável Sim! Mas Não Assim!*, que reuniu líderes da Marcha, mulheres de comunidades rurais afetadas, professoras(es), pesquisadoras(es) da área, além de participantes diversos, incluindo um representante de empresas de energia renovável. A atividade foi realizada no Barracão de Justiça Climática e Agroecologia, durante o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (XII CBA), no Rio de Janeiro/RJ, no ano de 2023 (ver Figura 18).

Em consonância com as Cartas Políticas da 13^a e 14^a edições (AS-PTA, 2022; 2023), as mulheres em Marcha reivindicam a democratização do debate sobre o regime jurídico que regula a cessão de terras, com acesso pleno ao conteúdo contratual, inclusão de cláusulas que favoreçam o controle social dos empreendimentos, maior transparência e participação das comunidades locais. Defendem ainda que a implantação de parques eólicos e usinas solares seja precedida por consultas prévias às comunidades diretamente afetadas, com o devido esclarecimento dos benefícios e impactos negativos envolvidos, garantindo que a decisão sobre o arrendamento das terras seja tomada de maneira informada, coletiva e autônoma – com reconhecimento e inclusão dos custos sociais e ambientais locais na análise e na definição do que se entende por “energia limpa” (AS-PTA, 2022; 2023).

Figura 18 – Grupo de Teatro Amador do Polo durante o XII CBA (2023)



Fonte: acervo da autora. Dados da Pesquisa, 2023.

(II) Intensificação da violência contra as mulheres e das desigualdades de gênero

A chegada das empresas de “energia renovável” tem intensificado a violência de gênero nas comunidades rurais, especialmente por meio da atuação de equipes compostas majoritariamente por homens, com alta rotatividade de equipes entre as etapas do projeto (e.g., contrato, instalação e operação) e permanência relativamente prolongada nas comunidades durante a fase de instalação das usinas eólicas. Relatos das interlocutoras e Cartas Políticas da MVMA (AS-PTA, 2022; 2023) evidenciam situações recorrentes de assédio, abuso sexual e abandono, principalmente envolvendo adolescentes e jovens mulheres.

Em diversos casos, as violações sexuais resultaram em gestações não reconhecidas pelos agressores, gerando os chamados “filhos do vento” — expressão utilizada para nomear tanto o tipo de projeto quanto o fato de que os trabalhadores temporários “retornam às suas cidades de origem como o vento, sem se responsabilizar pelas gestações” (Araújo *et al.*, 2020, p. 12, tradução própria).

A gente tem muito, sabe, do alto índice de violência contra as mulheres, porque os parques [eólicos] têm mão de obra masculina, 100% masculina. Tem uma outra que é assistente social da empresa, que eles botam, mas a mão de obra é masculina (Margarida, 2024).

A equipe que vem para assinar o contrato não é a mesma equipe seguinte. Então, a equipe do contrato é uma, a de instalação é outra equipe, e assim por diante. E essas pessoas, eles passam mais ou menos oito meses, mais de ano na comunidade. Muitas dessas crianças, dessas adolescentes, são assediadas, são violentadas e têm filhos. E esses filhos são chamados “filhos do vento”. Então, para a vida das mulheres, se a família, no geral, é impactada, a mulher é mais ainda. É mais uma violência contra as mulheres, infelizmente (Marielle, 2024).

(...) e olhando muito também para a vida das mulheres. (...) Muito sofrimento. Inclusive, depoimentos de mulheres dizendo que, lá, ouviram relatos dos chamados “Filhos do Vento”, ou seja, adolescentes, jovens, que os homens terminavam abusando delas, e foram embora. E aí, as mães ficaram com os filhos nos braços, mas recorrer a quem? Aí, se dá até o nome: “Filhos do Vento” (Carolina, 2024).

Há, ainda, o aprofundamento das desigualdades de gênero, com aumento do trabalho doméstico das mulheres provocado pela poeira gerada durante as obras (explosões, abertura de estradas, circulação de máquinas) e pelo funcionamento contínuo dos aerogeradores – liberando resíduos que invadem as casas, contaminam reservatórios e colocam em risco a autonomia, a saúde e a dignidade das famílias (AS-PTA, 2023). Margarida (2024) elucida que *“eles botam um tipo de óleo de manutenção, e quando ela gira [a hélice do aerogerador], o óleo acaba chegando no quintal das mulheres, e elas não podem colher frutas, mamão, acerola e frutas nos quintais”*. A Figura 19, exposta durante a 15ª Marcha, ilustra a sobrecarga de trabalho das mulheres – intensificada com a chegada das “energias renováveis”.

As narrativas das interlocutoras evidenciaram ainda a precarização do trabalho das mulheres, nos processos de implantação dos empreendimentos eólicos, restrito a atividades desvalorizadas, como lavar roupas para os trabalhadores dos parques, sob condições indignas e salários baixos. Nesse cenário, destaca-se que “a acumulação extrativista é estruturalmente dependente tanto da apropriação do trabalho gratuito, invisibilizado e desvalorizado das mulheres, como da apropriação da natureza” (García-Torres, p.36, tradução própria).

Figura 19 – Sobrecarga de trabalho das mulheres – 15ª MVMA



Fonte: acervo da autora. Dados da Pesquisa, 2024.

Em desacordo, Margarida (2024) afirma que nenhuma mulher deveria ser submetida a esses tipos de situações.

A gente coloca a questão do abuso sexual, a gente coloca a questão dos “filhos dos ventos” também, da violação dos direitos das mulheres, inclusive da precariedade do trabalho, porque na maioria desses empreendimentos as mulheres vão arrumar um emprego para lavar as roupas dos homens, por baixo salário, sem condição de vida, sem condição de um trabalho digno. Então, assim, a gente entende que nós mulheres não devemos passar por esse tipo de situação. Então, a nossa luta é por isso: para preservar essas grandes questões que dizem respeito à vida das mulheres e das meninas (Margarida, 2024).

Diante disso, destaca-se a dimensão cultural da (re)patriarcalização dos territórios, em que a violência, o assédio sexual e o controle social sobre os corpos das mulheres integram imaginários patriarcais que se intensificam com as atividades extrativistas, em que tanto a natureza quanto os corpos, especialmente os das mulheres, são concebidos como “espaços coisificados, apropriáveis e sacrificáveis”, subordinados à lógica da acumulação de capital (García-Torres *et al.*, 2020, p.38).

Ao longo das edições da MVMA, reiterou-se que o aumento da violência contra a mulher, o aprofundamento das desigualdades de gênero, a problemática dos “filhos do vento” e a precarização do trabalho das mulheres consistem em grandes questões sobre quais as mulheres em Marcha levantam a bandeira de luta.

Em contraposição, afirmam que esse modelo de geração energética centralizado não se encaixa nos territórios da Borborema, pois ameaça diretamente a vida das meninas, das mulheres, das famílias agricultoras, dos povos tradicionais, e os princípios que sustentam a agroecologia.

(III) Impactos socioambientais

As mulheres destacaram que, além da ocupação das terras, as indústrias de energia desorganizam comunidades e espaços produtivos, comprometem diferentes ambientes, alteram a paisagem local e afetam negativamente o tecido social e a organização comunitária rural (AS-PTA, 2024). Ademais, conforme registrado nas Cartas Políticas da MVMA e nos relatos das entrevistadas, a presença constante de trabalhadores externos, o fechamento de caminhos comunitários e o cercamento de áreas comuns têm restringido a circulação de mulheres, adultos e crianças, afetando diretamente sua liberdade, segurança e modo de vida. A partir dos intercâmbios com comunidades afetadas, as líderes do Polo observaram que, nos locais onde os parques eólicos são instalados, o território passa a ser cercado e altamente vigiado, o que inviabiliza práticas consideradas tradicionais, como a caça de animais e a coleta de frutos. Ao recordar a visita a Caetés/PE, Marielle (2024) relata:

Da pista, quando a gente passa, já tem os seguranças lá, que já impedem que as pessoas entrem na região. Então, as pessoas não podem mais fazer caça, que antes iam lá, coletar umbu... Isso aí não pode mais, não. Não pode. É uma área fechada, com muita segurança.

Em função das restrições de uso da terra após as assinaturas dos contratos e a implantação dos empreendimentos energéticos, as interlocutoras expressaram que a prática da agroecologia se torna inviável – incluindo, em alguns casos, o risco de mortes por choques elétricos, devido à proximidade com as linhas de transmissão. Como afirma Carolina (2024): *“a gente vai dizendo que a gente não quer esses empreendimentos para cá, porque nosso território é agroecológico, e o que a gente viu lá [em Caetés/PE] era de tudo isso, agroecologia lá, ficava assim, não tem como se fazer”*. Margarida (2024) acrescenta:

As famílias já falavam que era muito difícil no inverno trabalhar debaixo das torres, porque tinha barulhos, porque eles têm a usina que recebe, fica

sempre numa área próxima ao complexo, então tinha animais que morreram de choque, porque batia na cerca, tinha uma cerca de proteção dentro da propriedade para resguardar os equipamentos e tal.

Os impactos ambientais da implantação e funcionamento de modelos centralizados de geração de energias eólica e solar na Caatinga, um bioma frágil e vulnerável à desertificação, incluem desmatamento, risco à fauna e flora, soterramento da infraestrutura hídrica, perfuração de poços que comprometem recursos hídricos, alteração dos ventos pelos aerogeradores e aumento da temperatura local pelas placas solares (AS-PTA, 2022).

No processo de instalação das usinas solares, Marielle (2024) revela que grandes cargas de veneno são lançadas sobre a terra, eliminando plantações e destruindo a camada de proteção do solo. Ela questiona: *“Então, é o quê? Isso é vida? Então, energia renovável é boa para quê? E para quem?”* Embora reconheça a importância da energia solar, sobretudo em iniciativas descentralizadas, afirma: *“A gente não é contra uma placa solar acima da casa de uma família agricultora, a gente não é contra, porque a gente sabe que a energia solar ela ajuda, ela é importante”*. Sua narrativa elucida que não se trata da fonte energética em si, mas do modelo que sustenta a sua implantação e os impactos decorrentes.

As mulheres em marcha têm denunciado que o modelo industrial de produção de energia, embora chamado de “limpo” e “renovável”, é socioambientalmente insustentável, ameaçando a vida, o trabalho e os territórios de agricultores familiares e povos tradicionais (AS-PTA, 2023; 2024). Em consonância, Contreras e Ruiz (2023) destacam que o uso do território para produção de energia renovável nos moldes industriais integra as dimensões do colonialismo energético, gerando impactos territoriais, destruição biocultural e privatização dos bens comuns.

Os relatos das interlocutoras evidenciam que as agressões à natureza já são sentidas a partir da construção de complexos eólicos em municípios próximos ao território da Borborema. As explosões recorrentes desestruturam o solo, destroem a flora local, afugentam a fauna silvestre e provocam a invasão de animais, como cobras, nas residências. As entrevistadas ressaltam que a região da Caatinga é repleta de vida – com ampla diversidade de plantas e animais, cujos habitats vêm sendo destruídos pela ação predatória das empresas.

A gente já sofre os danos das agressões à natureza. (...) As explosões são muito grandes. (...) Onde a vizinhança de onde os parques estão sendo

instalados, eles mesmos trazem como uma grande problemática os animais, as cobras, principalmente as cobras, que invadem as casas. Então, era um ambiente de animais, (...) o seu habitat está sendo destruído. (...) É uma região de Caatinga, mas naquela Caatinga tem muita vida. Então, tem a diversidade de plantas, a diversidade de animais. (...) As empresas chegam, não estão preocupadas com o meio ambiente. (...) O capital é o que importa para eles (Marielle, 2024).

Nesse contexto, a 16ª Carta Política da MVMA, sinaliza uma reestruturação da luta na região da Borborema Agroecológica: se, da 13ª à 15ª edição, as mulheres marchavam para advertir as famílias agricultoras e a população urbana sobre a falácia das chamadas “energias renováveis” – promovidas como “limpas, verdes e sustentáveis” –, em 2025 ocuparam as ruas de Esperança/PB ao lado de dezenas de famílias que convivem cotidianamente com os impactos da instalação do Complexo Eólico Serra da Borborema, localizado no município de Pocinhos/PB e sob a responsabilidade da empresa “EDP Renováveis”.

Há cerca de um ano, as comunidades vizinhas ao mencionado Complexo enfrentam os assombros das explosões, rachaduras em casas e cisternas, alterações nas estradas, aumento do tráfego de veículos e pessoas, cercamento de áreas comuns, arrendamento de reservatórios de água e desequilíbrios ecológicos, como a fuga ou invasão de animais silvestres (AS-PTA, 2025).

As famílias vão ficar doentes também, as famílias vão ficar com problemas depressivos, a terra, eles vão abandonar a terra, porque eles não vão suportar, os animais vão correr de lá, do mesmo jeitinho. (...) eu já vejo o espelho de Pocinhos como um futuro Caetés. E a gente levanta essa bandeira para que isso não invada os municípios do Polo (Marielle, 2024).

Nesse contexto, Nêgo Bispo (2023, p. 63) questiona: “Como podem dizer que os parques de energia eólica são pouco impactantes, que se trata de uma energia renovável, sustentável, ecológica?” No livro “A terra dá, a terra quer”, Bispo (2023) relata que, em Queimada Nova (PI), cinco comunidades quilombolas foram afetadas por parques eólicos que expulsaram animais silvestres – como cobras, caititis e porcos-bravos –, provocando invasões nas roças e prejuízos às plantações. Segundo o autor, o êxodo dos bichos é consequência do desmatamento, do barulho das turbinas, da presença humana, do cercamento das áreas e da perda de pastagens. O que antes era alimento para os viventes foi transformado em alimento para as máquinas, caracterizando, assim, o colonialismo em sua forma mais atual (Bispo, 2023).

Como destaca Ulloa (2016), os extrativismos geram impactos ambientais negativos irreversíveis nos territórios, como a contaminação do solo, da água e do ar, além da transformação da paisagem e das relações com o “não humano”. De forma semelhante aos processos de mineração analisados pela autora, a instalação de usinas eólicas e solares no semiárido paraibano e nordestino envolve desmatamento, afetando a biodiversidade, os modos de vida e os vínculos das comunidades com seus territórios, com graves consequências que podem ser irreparáveis e incomensuráveis. Tais impactos, no entanto, são frequentemente desconsiderados, uma vez que prevalecem os interesses econômicos vinculados à geração de lucros pela atividade extrativista (Ulloa, 2016).

Os impactos socioambientais decorrentes da instalação de empreendimentos desse tipo também acarretam sérios impactos socioeconômicos nas comunidades afetadas, resultando na perda da produção de alimentos e/ou criação de animais, no deslocamento das famílias rurais para periferias urbanas (“pontas de ruas”) e no aumento de problemas de saúde física e mental para aqueles que permanecem no território (AS-PTA, 2022; 2024). Os danos à saúde relatados pelas mulheres agricultoras, assim como suas ressonâncias, são discutidos a seguir.

(IV) Danos à saúde das populações locais

A proximidade dos aerogeradores das casas de famílias agricultoras tem causado uma série de problemas de saúde, como vertigem, insônia, perda de concentração, nervosismo, estresse, ansiedade, depressão e surdez, além do aumento da incidência de câncer, conforme evidenciado nas Cartas Políticas da 13ª a 16ª MVMA (AS-PTA, 2022 a 2025).

A partir da narrativa da agricultora Teresa (2024), observa-se como a chegada dos empreendimentos eólicos na comunidade de Sobradinho, Caetés/PE, coincidiu com relatos de diversos problemas de saúde na comunidade. Segundo ela, não se tratava de casos isolados, mas de sintomas recorrentes em praticamente todas as casas, tais como perda de audição, problemas de visão, hipertensão, distúrbios da tireoide, além de um aumento significativo de quadros de ansiedade, insônia e depressão – especialmente entre crianças e idosos, que passaram a depender de medicamentos para conseguir dormir.

Embora os moradores não tivessem, inicialmente, meios de comprovar a relação entre esses sintomas e o funcionamento dos aerogeradores, o padrão dos relatos se repetia entre famílias diferentes. A percepção coletiva de que “tinha algo errado” motivou a mobilização comunitária e a busca por apoio institucional para questionar os efeitos silenciosos, porém profundos, da instalação dos parques eólicos sobre a saúde e a vida cotidiana da sua comunidade.

Com a chegada deles, a gente foi vendo que tava a comunidade inteira, não só era uma, nem duas pessoas, era a comunidade inteira que tavam denunciando que estavam passando por problemas de saúde. Estavam perdendo a audição, problemas de visão, a ansiedade aumentou, a depressão, insônia, crianças e idosos para dormir à base de medicamentos, pessoal com pressão alta, quem não tinha, a pressão começou a subir, muitos problemas de tireoide. Tudo isso foi aumentando e aumentou de tanto jeito que a gente começou a desconfiar que tinha algo errado. (...) A gente viu que os problemas eram em casas diferentes, mas que eram os mesmos problemas. Todas as casas eram os mesmos relatos (Teresa, 2024).

A partir dessa mobilização, Teresa (2024) destaca que algumas instituições passaram a apoiar a comunidade, oferecendo respaldo para denunciar os impactos vivenciados e visibilizar a gravidade da situação. Foi nesse processo que a comunidade conheceu a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Cáritas e de organizações da Paraíba, estabelecendo conexões que fortaleceram sua participação em espaços mais amplos de resistência. Como parte desse intercâmbio e articulação política, Teresa (2024) relata a participação na MVMA em dois anos consecutivos, aproximando-se do movimento de mulheres do Polo da Borborema.

Então a gente teve algumas instituições que vieram até a gente para nos ajudar, pra gente poder divulgar o que estava acontecendo, porque já tinha experiência, já tinha ouvido falar que em outros países estava acontecendo a mesma coisa que aqui. Então a gente conheceu a CPT, Cáritas, e com isso a gente conheceu o pessoal da Paraíba. Eu conheci, participei da marcha, dois anos seguidos eu participei da marcha. (...) Eu fui lá, conheci as meninas, cheguei aqui com mais força de vontade, de querer lutar, de não desistir, porque não é fácil não. Dez anos, são dez anos que a gente está nessa luta, para dias melhores (Teresa, 2024).

O estudo conduzido por Maciel *et al.* (2024) elenca uma série de danos à saúde relacionados à implantação e ao funcionamento de parques eólicos no Sítio Sobradinho, em Caetés/PE, alguns diagnosticados após a chegada dos empreendimentos, outros com agravamento de problemas de saúde pré-existentes. Dentre estes, destacam-se: a) perda de audição e dores de ouvido; b) tontura, enjoo

e cefaleia/enxaqueca; c) alterações na tireoide e piora de quadros de diabetes; d) distúrbios do sono (insônia) e fadiga; e) ansiedade e depressão; f) tremores, palpitações e sensação de choques nos pés; g) problemas dermatológicos, como coceiras, feridas e manchas na pele; além de h) exposição a um pó branco não identificado, mas potencialmente tóxico, associado à contaminação da água e a irritações cutâneas (Maciel *et al.*, 2024).

Tais impactos à saúde foram associados, principalmente, à exposição contínua aos ruídos e vibrações do funcionamento das usinas eólicas e à possível liberação de materiais particulados provenientes da degradação das torres eólicas, sinalizando a necessidade de regulamentações mais rigorosas quanto à distância de instalação desses equipamentos em relação a áreas habitadas (Maciel *et al.*, 2024).

Há mais de uma década, resultados semelhantes foram observados em outros contextos internacionais, como nos estudos da médica e pesquisadora Nina Pierpont (2009), que descreveu a chamada “Síndrome das Turbinas Eólicas”. Trata-se de um conjunto recorrente de sintomas observados em pessoas que vivem próximas a turbinas eólicas industriais (Pierpont, 2009). Entre os principais efeitos relatados pela autora estão os distúrbios do sono, dores de cabeça, zumbido, sensação de pressão nos ouvidos, tontura, náusea, visão turva, taquicardia, irritabilidade, dificuldades de concentração e memória, bem como episódios de pânico acompanhados por sensações internas de pulsação ou vibração.

Esses sintomas estão associados à exposição contínua a ruídos e vibrações de baixa frequência emitidos pelas turbinas, especialmente em pessoas com fatores de risco, como enxaqueca, sensibilidade auditiva ou alterações no ouvido interno (Pierpont, 2009). Com base em seu estudo com famílias afetadas nos Estados Unidos, Canadá, Irlanda e Itália, Nina Pierpont (2009) recomendou, como medida de precaução, um recuo mínimo de pelo menos dois quilômetros entre turbinas eólicas e áreas habitadas, como residências, escolas e hospitais.

As denúncias sobre os efeitos nocivos das usinas eólicas sobre a saúde da população têm ganhado respaldo tanto através dos relatos das interlocutoras, como de estudos científicos e laudos técnicos que atestam a irregularidade das operações. Como evidenciou Teresa (2024), no caso de Caetés/PE: *“foi pedido uma perícia por conta dos ruídos, que todo mundo reclamava que tava fazendo audição, não conseguia dormir (...). E lá mostra que o barulho tá acima do permitido”*. Em relação à poluição sonora gerada pelas turbinas eólicas, Teresa (2024) compara o barulho

constante a *“um avião que nunca pousa”*, ressaltando, porém, que *“é bem mais pior que isso”*.

Ao invés de responsabilizar as empresas ou buscar soluções que garantissem a permanência digna das famílias no território, a proposta apresentada pelos órgãos competentes foi a remoção das pessoas atingidas no raio entre 400 a 500 metros das torres eólicas. Como destaca Teresa (2024): *“eles disseram que as empresas tinham 30 a 40 dias para indenizar, tirar o pessoal num raio de 400 metros. E, a partir dos 40 dias, as empresas começassem a retirar o pessoal num raio de 500 metros”*. Diante das circunstâncias, ela precisou abandonar sua casa, situada a menos de 200 metros de duas torres, e relata um cenário de intenso sofrimento na comunidade:

Eu saí de lá porque a minha casa estava a 160 metros de uma e 180 de outra. E assim, a gente ficou no meio do circo. Então, é muita eólica. (...) Tem gente aqui que não está suportando mais. Está correndo “doido” dentro de casa. Existem problemas de cabeça sérios aqui. Tem gente que está a fim de fechar tudo. Tem uma agente de saúde aqui que disse que está enlouquecendo. Ela não trabalha mais. Porque ela precisa de manhãzinha acordar para fazer a visita na comunidade e não consegue dormir. Tá tomando remédio para dormir, mesmo assim, o remédio não serve (Teresa, 2024).

Apesar de ter deixado a comunidade há quase um ano, Teresa segue enfrentando intensos impactos emocionais causados pela convivência de uma década com os parques eólicos. Relata um sentimento de dano irreversível, descrevendo um abalo profundo em sua saúde mental, mudanças emocionais, choro, nervosismo e dificuldade em retomar a estabilidade emocional: *“Eu não vou nunca mais melhorar, ser a mesma pessoa. O meu emocional mudou muito, muito, muito. Qualquer coisa, as lágrimas caem, eu fico nervosa só de pensar”* (Teresa, 2024).

Na MVMA e em suas Cartas Políticas, as mulheres do Polo da Borborema têm ressaltado que os danos à saúde decorrentes das usinas eólicas agravam as condições de vida e forçam muitas famílias a abandonarem suas terras, migrando para outras localidades ou para áreas urbanas vulnerabilizadas, como as “pontas de ruas” (AS-PTA, 2022; 2024). Esse cenário converge com as narrativas das interlocutoras da presente investigação e com estudos realizados nesse contexto, como o de Maciel *et al.* (2024), que aponta que os impactos negativos à saúde têm

comprometido a qualidade de vida, levando muitos moradores a considerar ou efetivar o deslocamento de seus territórios na tentativa de recuperar o bem-estar.

No entanto, Maciel *et al.* (2024) alertam que a suposta melhoria na qualidade de vida pode ser relativa. Ao se distanciarem das torres eólicas, as famílias agricultoras tendem a experimentar alívio dos incômodos e do medo constante, o que proporciona um certo nível de bem-estar. Contudo, esse deslocamento os afasta de seus territórios e da carga simbólica e afetiva ali construída, podendo desencadear outros problemas, como traumas e novos processos de vulnerabilização (Maciel *et al.*, 2024).

(V) Expropriação territorial e apagamento comunitário

Em Caetés/PE, conforme relatado por Teresa (2024), as pessoas que tiveram condições abandonaram suas casas e famílias diante do sofrimento extremo causado pelo convívio diário com o barulho incessante dos aerogeradores. O ruído constante compromete o descanso e o sono, gera desgaste mental, chegando a provocar pensamentos autodestrutivos, além do medo de morar embaixo de uma torre eólica, pois segundo a interlocutora, algumas já apresentaram falhas graves, como quebras ou incêndios.

Tem gente que tá a pulso, a pulso, a pulso, porque não tem condições de pagar um aluguel e poder ir para outro lugar. Porque as pessoas que tiveram condições de poder sair, foram embora. (...) E sem falar no medo, né? Porque a gente tem muito medo de morar embaixo de uma eólica. A gente já viu eólica pegar fogo, eólica partir ao meio, hélices quebrarem, aqueles transformador, gerador que fica embaixo pegando fogo, explodindo. Subestação pegando fogo (Teresa, 2024).

A entrevistada ainda destacou que cerca de seis famílias deixaram a comunidade recentemente por estarem localizadas a menos de 160 metros dos aerogeradores. A saída do território aparece, portanto, como uma tentativa de preservar a própria sanidade.

Eu estava um zumbi, eu não dormia. Todos os dias para mim eram iguais. (...) Qualquer barulho, já pulava da cama, dizia: “ah, torre caindo, vai cair em cima da casa”. Então, tudo isso me fez muito mal, que eu cheguei num ponto de dizer: “eu não aguento mais, eu não suporto mais estar aqui. Se eu ficar aqui, ou eu vou fazer besteira, ou eu vou enlouquecer de vez”. Porque a minha cabeça não tava bem (Teresa, 2024).

Em contrapartida, muitos moradores resistem à ideia de sair, reafirmando o vínculo com o lugar e recusando-se, de forma contundente, a abandonar suas casas e modos de vida, como expressa a entrevistada: *“Tem gente que não quer sair da comunidade. (...) Eles [representantes institucionais] quando vieram fazer a visita, disseram assim: Infelizmente, vocês tem que tá ciente que eles não vão tirar as eólicas de onde estão”* (Teresa, 2024).

Teresa (2024) relata que permaneceu por dez anos no Sítio Sobradinho, Caetés/PE, convivendo com os impactos do parque eólico até decidir sair, em dezembro de 2023: *“Desde a implantação que eu tava lá. Agora em dezembro foi que eu sai”*. A decisão foi marcada pela ambivalência emocional: *“Por um lado foi bom porque eu disse: vou poder deitar e vou dormir. Vou poder começar a vida de novo. Mas por outro, quando eu vi o vídeo da demolição da minha casa, as lágrimas caíram na hora”*. Seu relato expressa o peso da violência simbólica e material envolvida no deslocamento forçado, mesmo quando ele representa uma tentativa de recompor a vida.

Ao sair, Teresa (2024) recebeu uma indenização restrita à estrutura da casa, afirmando: *“Quando a gente saiu, a gente recebeu a indenização só pela casa”*. Quanto à terra, não houve qualquer compensação financeira. Embora algumas famílias da comunidade tenham aceitado o valor mensal oferecido pelas empresas, ela recusou:

Teve gente que aceitou os R\$400,00, que assinou e está recebendo os R\$400,00. Eu não assinei. Eu não recebo nada pela terra. (...) Eu disse: não, isso não é justo. (...) a gente está alugando o terreno para uma empresa lucrar muito em cima. (...) Se você arrendou a terra, vai constar que está sendo fornecedora de energia. (...) Você vai perder todo o direito às políticas públicas (Teresa, 2024).

A resposta do poder público, conforme expõe a entrevistada, em lugar de responsabilizar as empresas ou propor alternativas de permanência com dignidade, viabiliza o deslocamento das famílias como resposta ao problema, reproduzindo dinâmicas de despossessão que, ao serem naturalizadas, legitimam a desestruturação das comunidades e a consequente perda de direitos.

Simultaneamente, a morosidade dos processos, somada à rotatividade das empresas, impede a efetivação de medidas reparatórias, prolongando o sofrimento

das comunidades e desresponsabilizando continuamente os agentes envolvidos. Segundo Teresa (2024), a própria empresa atua para desmobilizar a comunidade, afirmando que apenas os moradores dentro de um raio reduzido serão retirados e indenizados, apesar das evidências técnicas dos impactos a distâncias maiores.

Eles disseram que as empresas tinham 30 a 40 dias para indenizar, tirar o pessoal num raio de 400 metros. E, a partir dos 40 dias, as empresas começassem a retirar o pessoal num raio de 500 metros. E até 1.000 metros, eles teriam que fazer alguma coisa ainda, porque a 1.000 metros, o pessoal sente impacto também. (...) Porém, o que acontece? A empresa já pegou e vendeu para outra empresa. Quando essa empresa chegar, vai começar tudo do zero (Teresa, 2024).

A narrativa de Teresa (2024) encontra ressonância no estudo de Mariana Traldi (2019), que analisa a implantação de parques eólicos no semiárido brasileiro a partir de dois processos interligados: a acumulação por despossessão e o *green grabbing*. O primeiro diz respeito à apropriação e privatização de bens comuns – como os ventos – por grandes corporações, com o objetivo de abrir novas frentes lucrativas por meio da mercantilização da natureza, resultando em perdas significativas de direitos pelas comunidades, como o direito sobre a terra e seguridade social. Já o *green grabbing* refere-se à apropriação de terras sob o argumento de finalidades ambientais, justificando que a energia gerada é “renovável”, “limpa” e alinhada aos moldes sustentáveis do mercado. Esses processos se complementam, pois a apropriação ou despossessão dos ventos apenas pode ser efetivada a partir da apropriação ou expropriação dos territórios onde eles circulam (Traldi, 2019).

Os processos de acumulação por despossessão e *green grabbing* analisados por Traldi (2019) articulam-se às diferentes dimensões do colonialismo energético, proposto por Ruiz e Contreras (2023). Na dimensão *geopolítica*, a implantação de complexos eólicos no semiárido brasileiro responde a interesses estratégicos de corporações transnacionais e do mercado global de energia, subordinando territórios considerados como periféricos à lógica da exportação de benefícios, enquanto os custos sociais, ambientais e territoriais recaem sobre as comunidades locais (Contreras; Ruiz, 2023).

Na dimensão *econômico-financeira e das desigualdades*, a transição energética corporativa concentra lucros, privatiza bens comuns – como os ventos –, aprofundando assimetrias socioeconômicas. Esses processos se interligam à

dimensão da *acumulação e despossessão de terras*, uma vez que a mercantilização da energia “limpa” depende da apropriação ou expropriação dos territórios onde os “bens comuns” circulam, frequentemente por meio de contratos abusivos e políticas públicas que legitimam a expropriação, reproduzindo o racismo ambiental e convertendo esses espaços em “zonas de sacrifício” (Contreras; Ruiz, 2023; Traldi, 2019).

A dimensão dos *impactos territoriais e sobre os bens comuns* sublinha os efeitos ambientais, sociais e culturais do uso industrial do território, como a degradação da paisagem, o comprometimento da água, do solo e da biodiversidade, bem como a desestruturação do modo de vida local e apagamento comunitário (Contreras; Ruiz, 2023). Entretanto, como ressalta Teresa (2024), esses processos não ocorrem sem contestação, pois as comunidades rurais resistem às lógicas de dominação impostas por Estados e corporações, evidenciando a dimensão das *resistências e dos conflitos socioterritoriais*, na qual emergem formas coletivas de organização, defesa territorial e proposição de alternativas frente à transição energética corporativa (Contreras; Ruiz, 2023).

Nancy Fraser (2024), ao ampliar a elaboração de Marx sobre a acumulação primitiva como pré-condição histórica da acumulação de capital, destaca a expropriação como um “elemento estruturante” da sociedade capitalista e “condição denegada” que propicia a exploração. Em *Capitalismo Canibal*, a autora argumenta que o mecanismo de expropriação é indispensável para retroalimentar os circuitos expansivos do capital, caracterizando-se como o “confisco e convocação para a acumulação” (Fraser, 2024, p. 64).

Portanto, tal dinâmica, como explicitado na narrativa de Teresa (2024), não se restringe à ação do Estado, mas refere-se a um processo sistêmico em que o Estado, o capital e outras instituições atuam (ou se omitem) de forma complementar para garantir que os considerados recursos (terra, água, corpo, cuidado, território) sejam apropriados para alimentar a lógica de acumulação capitalista (Fraser, 2024).

Nesse contexto, Teresa (2024) ainda destaca que os impactos vão além dos danos materiais, uma vez que a própria identidade do território vem sendo apagada, substituída pela nomenclatura dos empreendimentos energéticos. Para ela, a comunidade onde vivia tende, em poucos anos, a deixar de existir, sendo simbolicamente e territorialmente transformada em “Parque Eólico”.

Eu costumo dizer assim, que a comunidade que eu morava, daqui a um ano, dois anos, não vai existir mais. Infelizmente, não vai existir mais. Vai ser só Parque Eólico. Porque, mesmo que hoje tenha gente morando lá, a gente pesquisa, comunidade Sobradinho, tá lá: *Parque Eólico Santa Brígida*. Então, a gente já não tem mais como identificar como comunidade mais. Agora é Parque Eólico (Teresa, 2024).

Em consonância, Lugones (2019) explica que a expropriação de terras, o apagamento de laços comunitários, a destruição de saberes agrícolas, práticas ecológicas, cosmovisões e culturas ancestrais é estruturante do sistema capitalista moderno, remontando à colonização das Américas e do Caribe. Vale lembrar que a “opressão racializada, capitalista e de gênero” (Lugones, 2019, p. 363) segue elegendo determinados territórios para o sacrifício, (re)produzindo dimensões do colonialismo energético, como a *econômico-financeira e das desigualdades*, que intensificam desigualdades e violências, gerando pouco ou nenhum benefício real para as populações afetadas (Contreras; Ruiz, 2023).

Fraser (2024) também ressalta que a expropriação está intimamente relacionada à opressão racial desde os primórdios da acumulação capitalista, relação que continua a se reproduzir e a se expandir. Tal como o Ouroboros, serpente que devora a própria cauda, o capitalismo avança canibalizando as bases que sustentam a vida – como afirma Fraser (2024, p. 15), trata-se de uma “sociedade pronta para devorar sua própria substância”.

No próximo tópico, situa-se a discussão no Polo da Borborema, onde o Bioma Caatinga tem sido posicionado como “zona de sacrifício”, realçando o racismo ambiental histórico utilizado como estratégia para justificar a instalação de usinas eólicas e solares na região.

(VI) “E nós, os ninguém?": Racismo Ambiental e transformação do Bioma Caatinga em zona de sacrifício

Na 14ª Carta Política da MVMA, foi evidenciado que o Bioma Caatinga e seus povos têm sido historicamente desvalorizados, frequentemente descritos como de baixa produtividade e ignorados nos relatórios de impacto ambiental que embasam projetos de empresas de energia. Tratada como uma “zona de sacrifício”, a região é explorada e especulada para a implementação de usinas eólicas e solares como

resposta às mudanças climáticas, refletindo um racismo ambiental que desconsidera os direitos e as necessidades das populações locais (AS-PTA, 2024).

Nêgo Bispo elucida que o racismo não se limita às relações entre humanos, mas se estende à vida como um todo, incluindo o apagamento das sementes nativas, dos animais silvestres, dos saberes tradicionais e da biodiversidade, especialmente da Caatinga. Em suas palavras, “o racismo acontece contra todas as vidas. Contra as raças de fruta, de peixes e também contra os animais silvestres, que foram diminuindo” (Bispo, 2023, p. 52-53).

Diante desse cenário, Margarida (2024) questiona: *“Por que essas empresas ‘escolhem’ a Caatinga, um bioma brasileiro, posicionado no imaginário nacional sempre em segundo plano, meio no esquecimento?”* Ressalta que o bioma Caatinga é dotado de extrema riqueza, com notável capacidade de regeneração em períodos de seca e vasta biodiversidade, abrigando relíquias botânicas (e.g., ipê, croatá), além de ser habitat e local de reprodução de diversos animais (e.g., cobra, tejo, tatu). Segue interrogando: *“O que é destruir esse lugar? O que está sendo feito desse lugar?”*, evidenciando que há um processo de racismo ambiental em curso, sustentado por um imaginário que posiciona a Caatinga como um lugar seco, escasso, improdutivo, habitado por uma população empobrecida e preta. Nesse enquadramento, a chegada de usinas eólicas e solares é apresentada como uma suposta solução de desenvolvimento socioeconômico, desconsiderando os modos de vida, os direitos e os saberes das populações locais.

Há sim um racismo ambiental dessa forma, há um desprezo, um olhar para um lugar (...) uma população que vive de migalhas, como se, bom, chegou as usinas [eólicas e solares], as pessoas agora vão viver bem, vão ter uma renda, porque aqui não se desenvolve nada (Margarida, 2024).

Ao estabelecer um diálogo entre as declarações de Margarida e o pensamento de Malcom Ferdinand (2022), evidencia-se que a modernidade se funda em duas violências indissociáveis: a fratura colonial e a fratura ecológica. A primeira se expressa na escravização, racialização e desumanização de povos; a segunda, na devastação dos territórios, na ruptura dos ecossistemas e na transformação da Terra em objeto de exploração. Trata-se, assim, de uma “dupla fratura da modernidade”, na qual racismo e destruição ambiental não constituem

efeitos colaterais, mas dimensões estruturantes de um projeto civilizatório que legitima a exploração e produz zonas de sacrifício racializadas (Ferdinand, 2022).

Em contraposição, Margarida (2024) afirma que o semiárido foi reinventado pelas populações locais, por meio da agricultura familiar, da preservação de sementes, do cuidado com os animais e da implementação de tecnologias sociais de convivência com o clima, como as cisternas. Ressalta que a ausência de mortes por sede ou fome em períodos recentes de seca é resultado direto da mobilização das comunidades e de organizações que reposicionaram o território no cenário nacional.

Nesse contexto, Teresa (2024) denuncia a concessão de licenças ambientais sem qualquer visita técnica ou escuta da população local, sinalizando a disparidade entre os processos institucionais e a realidade vivida nos territórios. Após uma década de convivência com os impactos negativos do parque eólico, ela relata que, durante uma reunião sobre legislação ambiental e a definição de uma distância mínima – informação que sequer havia sido comunicada à comunidade –, os órgãos responsáveis alegaram que “não morava ninguém” na Comunidade de Sobradinho, Caetés/PE.

A indagação – “e nós, os *ninguém*?” – apresentada por Teresa (2024) expressa a desumanização, a invisibilização e a violação histórica de direitos das comunidades rurais, evidenciando a reprodução do racismo ambiental que legitima a implantação de empreendimentos energéticos sem consulta prévia, livre e informada, conforme disposto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como sem o consentimento das populações diretamente afetadas.

A gente ficou sabendo que tinha se iniciado esse grupo para falar sobre legislação, sobre alguma coisa que determinasse a sua distância. Porém não foi informada a comunidade. (...) Chegamos lá, não tinha sido convidado, entramos na reunião e dissemos que não, tinha que nos ouvir. (...) E eu falei: “como é que vocês dão o licenciamento para fazer uma coisa dessas, se vocês não vão lá investigar?” (...) Eles assinaram lá, na sua cadeirinha, no seu ar-condicionado, tudo de lá. Aí, eles disseram assim, mas lá não mora ninguém. Como assim não mora ninguém? E nós, os ninguém? Tamos há 10 anos passando por tudo isso (Teresa, 2024).

Diante disso, evidencia-se a dimensão do *poder, das violências e da tomada de decisões* no contexto do colonialismo energético, caracterizada pela imposição de projetos sem consulta prévia, pela exclusão das comunidades locais dos processos decisórios e pela fragmentação comunitária (Contreras; Ruiz, 2023).

Soma-se a isso a multiplicidade de violências exercidas por instituições e empresas sobre essas comunidades, especialmente contra mulheres e defensoras/es do território – violências frequentemente legitimadas sob o manto da necessidade de uma transição energética e de seus supostos benefícios, funcionando como pretexto para a continuidade de processos históricos de injustiça e dominação colonial, como elucidam Contreras e Ruiz (2023).

Nesse contexto, Nêgo Bispo enfatiza a relação entre racismo ambiental e o que denomina “colonialismo de submissão” ao criticar a forma como a Caatinga – bioma historicamente marginalizado – é desqualificada pelos próprios governantes nordestinos. Para ele, essa desvalorização da Caatinga como um lugar improdutivo ou inabitável evidencia uma postura subalterna, em que líderes locais reproduzem o olhar colonial do Sul-Sudeste ou do Norte global sobre seus próprios territórios. Bispo denuncia que:

Temos o colonialismo universal, mas temos também o colonialismo de submissão. É aquele colonialismo que é dos submetidos, dos subservientes. Querem combater a Caatinga, como se a Caatinga fosse algo ruim. Os governantes nordestinos ficam com um pires no Sul pedindo dinheiro para combater a Caatinga. É isso o que chamo de colonialismo de submissão. É o colonialista submisso aos outros colonialistas, da mesma forma que outros colonialistas brasileiros são submissos aos colonialistas dos países do Norte (Bispo, 2023, pp. 50-51).

Em contrapartida, em marcha por quatro anos consecutivos (13^a a 16^a edições) e de modo mais enfático na 15^a MVMA, as mulheres agricultoras reafirmaram uma identidade coletiva profundamente conectada à Caatinga, destacando seu papel como guardiãs das sementes, das águas, das matas e dos solos (AS-PTA, 2025). Com o tema “*Mulheres em defesa do território: Caatinga Viva, Floresta em Pé*”, na 15^a MVMA, tanto nas ruas de Areial/PB como em sua Carta Política, elas enfatizaram que sua convivência com o Bioma Caatinga é marcada por aprendizados constantes, práticas de cuidado, resiliência e adaptação às condições climáticas adversas. Para elas, a Caatinga é uma escola diária, simbolizando resistência, saúde e sabedoria (AS-PTA, 2024).

Sabemos o quanto nosso meio ambiente é sensível às mudanças do clima. Aliás, foi observando e aprendendo com as peculiaridades socioambientais da Caatinga que também construímos nossa forma de viver e fazer a agricultura. Essa foi nossa primeira lição, não combatemos, mas convivemos com o nosso ambiente (AS-PTA, 2024, p. 3).

Na Figura 20 é possível visualizar mulheres em Marcha pelo décimo sexto ano em defesa do Bioma Caatinga e da Borborema Agroecológica, contra o modelo industrial de energia eólica e solar.

Figura 20 – Em defesa da Caatinga e do território agroecológico – 16ª MVMA



Fonte: acervo da autora. Dados da Pesquisa, 2025.

As mulheres em Marcha reiteraram a rejeição às supostas soluções empresariais baseadas na mercantilização da natureza e na lógica do lucro, por entenderem que essas propostas perpetuam desigualdades de poder e (re)produzem impactos desproporcionais sobre as comunidades, a juventude do campo e, especialmente, sobre as mulheres negras (AS-PTA, 2024). Ao mesmo tempo, posicionam-se em defesa da Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, reconhecendo-a como a floresta mais eficiente no sequestro de carbono e fundamental para o enfrentamento das atuais mudanças do clima e convivência com o semiárido, conforme exposto na 15ª Carta do movimento.

5.3 “Sem agroecologia, não há futuro possível”: energias, (eco)feminismos e educação ambiental em marcha

Há cerca de três décadas, o território da Borborema desenvolve um processo contínuo de construção da agroecologia, que resultou na recuperação ambiental de

matas, riachos e solos, na diversificação da produção agrícola e no fortalecimento da agricultura familiar. Esse percurso foi marcado por intensa auto-organização comunitária, com protagonismo das mulheres em experiências como os Fundos Rotativos Solidários e na gestão da água por meio do Programa *Um Milhão de Cisternas* (P1MC) e do Programa *Uma Terra e Duas Águas* (P1+2), o que possibilitou o avanço da soberania alimentar e a superação de contextos de pobreza e desnutrição, conforme expuseram as entrevistadas.

O território tornou-se, assim, um patrimônio coletivo de produção diversificada e saudável. Contudo, como relatam as interlocutoras, essa trajetória foi constantemente ameaçada por ciclos de expropriação, como a fumicultura, o plantio da mamona para produção de óleo, o uso de agrotóxicos e as pressões do agronegócio. Como relata Dandara (2024), *“nessa trajetória, sempre tivemos ameaças. A primeira ameaça foi com a fumicultura (...) Depois veio outra ameaça, que foi trazer o plantio da mamona (...) Os agrotóxicos (...) e os agronegocinhos”*.

Faz 29 anos, acho que 30 anos, a gente tem um trabalho de agroecologia aqui no território. Isso significa dizer que temos um patrimônio forte aqui no território, de recuperação da nossa mata, recuperação da mãe-terra, recuperação dos bens comuns, dos bens coletivos, a auto-organização das famílias nas comunidades. Nós temos vários grupos de mulheres organizados pelo Fundo Rotativo Solidário (...) Hoje, as mulheres têm a tela para criar as galinhas, a cisterna ao redor de casa (...) hortas (...) um arredor de casa diversificado. Isso significa dizer que fortaleceu a agricultura familiar, as famílias saíram do quadro de pobreza, de desnutrição (Dandara, 2024).

O território da Borborema (...) é um território onde a gente vem, ao longo dos anos, fazendo com que a agroecologia aconteça. Então, tem uma grande história, ao longo desses anos, de luta do Polo, de nascimento do Polo, em parceria com a AS-PTA, pra esse território ser defendido. Então, várias lutas a gente já travou com a sociedade capitalista (Marielle, 2024).

Mais recentemente, a partir de 2018, novas ameaças emergiram com a chegada de empresas de energia renovável, que vêm tentando se instalar nas mesmas terras onde as comunidades construíram seus modos de vida agroecológicos. Nessa mesma direção, Adriana Galvão Freire (2023, p. 132), integrante da equipe de assessoria da AS-PTA, argumenta: *“a chegada dos complexos geradores de energia eólica e fotovoltaica é provavelmente a maior ameaça ao projeto de desenvolvimento local construído pelo Polo da Borborema”*.

“Vamos dar um exemplo. Se nosso território, que a gente vem defendendo, fosse invadido por essas empresas, já pensou? O tanto que nós, mulheres, vamos

perder de conquistas”, alerta Marielle (2024) ao refletir sobre os riscos impostos pela instalação de usinas eólicas e solares na região da Borborema. Ela destaca as feiras agroecológicas como fruto da luta, do trabalho e da independência das mulheres agricultoras.

Nós temos 14 feiras agroecológicas. E não é à toa, é diante de muito esforço, de muita... de muita vitória das mulheres com sua independência e que vêm plantando o agroecológico, levando para a feira, cultivando, processando os seus produtos, colocando no mercado. (...) Quando você vê o produto do roçado, ali tem as mulheres que estão [em movimento] (Marielle, 2024).

A interlocutora enfatiza que a implantação de tais megaprojetos energéticos ameaça desestruturar as comunidades, questionando o que restaria para o sustento das famílias, que se tornariam reféns de salários: *“nós vamos comer energia? Nós vamos ficar ali refém de um salário que vai chegar?”* (Marielle, 2024). Diante disso, reitera que defender o território significa preservar a vida, a saúde, o bem-estar, a continuidade da agricultura familiar e a diversidade de alimentos que as mulheres têm produzido e garantido às suas comunidades e à sociedade de modo geral: *“a gente defende esse território, que seja livre de violência, que traga saúde, que traga vida. O território da Borborema é isso, é pensar na saúde, na vida e no bem-estar da agricultura familiar”*.

Nesse contexto, Dandara (2024) questiona a contradição nas ações do Governo Federal, que, enquanto incentiva projetos de convivência com o semiárido e anuncia compromissos com a segurança alimentar, a proteção ambiental e o combate à fome, apoia empreendimentos que estão na contramão desses mesmos objetivos.

Como é que o Governo Federal, inclusive, no governo dele [Presidente Lula] quer combater a fome, quer trazer segurança alimentar e defender o meio ambiente, (...) essa questão do aquecimento global, a situação climática, onde, de repente, as empresas tá acabando com tudo isso que a gente vem fazendo? (...) Como é que o governo incentiva um projeto de convivência com o semiárido, quando, ao mesmo tempo, apoia essas grandes empresas que vêm destruir tudo isso? (Dandara, 2024).

Em consonância, Silvia Federici (2022) ressalta que, no Brasil, embora cerca de trinta milhões de pessoas tenham sido beneficiadas por programas assistenciais durante o governo Lula, os recursos destinados a essas políticas foram

significativamente inferiores aos investimentos direcionados à mineração e ao agronegócio, setores que seguem exercendo hegemonia sobre a agenda política nacional. Segundo a autora, o extrativismo manteve-se como base do modelo econômico, enquanto a reforma agrária não avançou e a concentração fundiária se agravou, com ataques recorrentes às terras indígenas sob o pretexto da modernização. Esse modelo dito “progressista”, sustentado por uma combinação entre assistencialismo e extrativismo voltado à exportação, foi também adotado em outros países da América Latina, como Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela (Frederici, 2022).

De acordo com Dandara (2024), o projeto agroecológico da Borborema “*traz vida, traz solidariedade, traz auto-organização, traz diversidade, traz alimento saudável para a mesa das famílias*”, e não pode coexistir com um modelo industrial de energia renovável que ameaça a terra, a produção e a permanência das famílias no campo. Portanto, questiona: “*E a sucessão rural, e a sucessão do campo, e a sucessão da agricultura familiar, como é que fica?*” (Dandara, 2024)

Frente ao exposto, o Polo Sindical da Borborema, juntamente com os treze municípios paraibanos, sindicatos de trabalhadoras/es rurais e demais associações, tem atuado politicamente para afirmar a importância da defesa do território agroecológico diante da ameaça representada pelo modelo extrativista que sustenta os projetos energéticos, incompatível com os princípios da agroecologia e com a continuidade da vida no campo.

Destaca-se, nesse contexto, o papel de liderança das mulheres agricultoras articuladas pelo Polo da Borborema, cuja atuação tem sido, ao mesmo tempo, incisiva e decisiva na resistência às investidas corporativas. Por meio da mobilização sindical e do fortalecimento da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ampliaram a visibilidade das suas denúncias e reivindicações e abriram caminhos para o diálogo com o Governo Federal. A partir das lutas locais, a pauta alcançou repercussão regional, estadual e nacional, culminando na abertura de uma mesa de negociações com representantes ministeriais e a realização de visitas de comitivas do governo aos territórios agroecológicos da Borborema³⁵.

³⁵Ver:

<<https://aspta.org.br/2023/10/28/lula-isso-nao-esta-dando-certo-queremos-te-ajudar-a-encontrar-os-caminhos-para-a-geracao-de-energia-renovavel-no-pais/>> e
<<https://aspta.org.br/2023/11/05/comitiva-do-governo-federal-fecha-visita-a-pb-e-pe-ouvindo-pesquisas-doresas-e-juristas/>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

A MVMA tem promovido, portanto, um diálogo ativo com a sociedade civil e com instituições como universidades, defensoria pública, ministério público, redes de movimentos sociais, governo federal, entre outras. Nesse processo, o movimento de mulheres da Borborema se consolida como um marco de mobilização e resistência diante dos conflitos socioterritoriais gerados pelo colonialismo energético, atuando como espaço de fortalecimento e enfrentamento coletivo, solidariedade e proposição de modelos alternativos de desenvolvimento, produção energética e formas de vida.

Ademais, a partir da afirmação e defesa de um território agroecológico e feminista, a Marcha constitui-se ainda como um lócus de produção de alternativas epistêmicas e pedagógicas contra-hegemônicas, atuando como catalisadora de transformações sociais e oferecendo subsídios fundamentais para uma educação ambiental (eco)feminista, situada e contracolonial, enraizada nas experiências, saberes e práticas das mulheres agricultoras.

Nesse percurso, destacam-se: (I) os múltiplos sentidos associados ao termo “energia”; (II) a defesa de um projeto popular e democrático de geração de energia renovável; e (III) as grandes questões pelas quais a MVMA levanta a bandeira de luta e o que a Educação Ambiental pode aprender e contribuir.

(I) Múltiplos sentidos associados ao termo “energia”

Em suas narrativas, as interlocutoras desta pesquisa evidenciaram a necessidade de repensar e ampliar o debate em torno do que se compreende por “energia”, frequentemente reduzida à produção e ao consumo de eletricidade. A partir de suas experiências, destacaram diferentes sentidos e dimensões relacionados ao termo “energia”.

A energia é mencionada como fundamental ao cotidiano das famílias agricultoras, necessária para garantir luz elétrica, acesso a eletrodomésticos, comunicação e produção agrícola: *“quando a gente fala da energia, a gente está pensando naquela energia para o consumo, para o consumo de casa, a energia para facilitar a vida da gente (...) e essa energia, essa daí não chega”*, frisa Margarida (2024).

Essa ausência de retorno direto da energia gerada nos territórios às comunidades locais é apontada pela interlocutora como uma das contradições do atual modelo energético: *“ela vai embora, ela vai para o mercado”* (Margarida, 2024).

Além disso, enfatiza que a energia disponível nas comunidades rurais é cara, de baixa qualidade e inviabiliza o uso de equipamentos que poderiam facilitar o trabalho na agricultura. Diante disso, Margarida (2024) indaga: *“qual é o sentido dessa energia?”*

Simultaneamente, emergem sentidos outros, plurais. Por exemplo, para Jurema (2024), *“quando a gente fala de energia, a gente está falando de vida”*. Por sua vez, Carolina (2024) refere-se a energias, no plural, que circula nos corpos, nos espaços e na natureza. Para ela, essa energia está presente no ar, nos sons do sítio, no terreiro, nos bens comuns *“que Deus nos dá, de graça”*. Essa energia requer cuidado, porque está ameaçada com as dinâmicas capitalistas.

Energias... Eu acho que cada uma de nós – partindo já de nós – a gente tem uma energia boa. (...) E, em todos os espaços que a gente vai, a gente encontra lugar de energia. Essa energia está lá. E essa energia, cada vez mais, a gente tem que – como é que diz? – cuidar dela. Acho que é cuidar dessa energia. O ar que respiramos... Quando a gente sai aqui – eu moro aqui no sítio – você está ouvindo os cachorros latindo? Então, quando eu saio aqui fora, que a gente chama o terreiro, vem essa energia boa, que Deus nos dá. (...) Deus presenteou para nós esses bens comuns. E aí, frequentemente, a gente vê que o capitalismo é cruel, e vem fazer isso com a gente, conosco. Essa energia, que estamos todos ameaçados (Carolina, 2024).

Essa compreensão do cuidado se articula com os questionamentos trazidos por Jurema (2024), que tensiona a noção de energia renovável a partir da finitude dos chamados recursos naturais: *“o que é energia renovável? Ela vem de onde? Está se renovando? É a água que está renovando, que está nascendo?”* E adverte: *“ah, mas o sol não se acaba, o vento não se acaba. A água, a gente pode até pensar, a água não vai se acabar, mas se acaba. São recursos naturais que, se a gente não cuida, ele acaba”* (Jurema, 2024).

Em sua narrativa, Margarida (2024) propõe uma compreensão ampliada e situada de energia, que vai além da eletricidade e se vincula diretamente à qualidade de vida no campo. De acordo com a interlocutora, é preciso pensar *“a energia que fortaleça a comunidade, as famílias”*. Nessa perspectiva, destaca o uso de tecnologias como os fogões ecológicos – que não produzem fumaça nem requerem desmatamento – como exemplo de energia voltada ao bem viver.

Reconhecendo que as mulheres não são as únicas, mas seguem como principais responsáveis pelo trabalho de cozinhar, Margarida ressalta que *“a gente também quer melhorar essa qualidade de vida das mulheres, da família, de quem*

cozinha, dos filhos”, ao propor soluções que economizem tempo e protejam a saúde. Para ela, *“isso é trabalhar energia”* (Margarida, 2024).

Em suas falas, as interlocutoras reconhecem a importância das fontes renováveis, mas alertam que, quando implantadas de forma desordenada e sem diálogo com as comunidades, podem desestruturar territórios, destruir biomas e comprometer a produção de alimentos, ameaçando o bem viver, a autonomia e os modos de vida rurais (e.g., agricultoras/es, quilombolas, indígenas). Nesse sentido, Dandara (2024) enfatiza que é preciso buscar formas de produzir energia com responsabilidade socioambiental:

O nosso papel enquanto sociedade é encontrar uma forma para que ela venha sem muito danificar o meio ambiente, a Mãe Natureza. Para que a gente possa usar a energia e devolver para a natureza de outra forma para ela ter vida, para sempre estar renovando e trazendo energia pra gente.

Para ela, é fundamental que esse processo esteja articulado com práticas de mobilização coletiva e construção de políticas públicas que fortaleçam as comunidades: *“Eu acredito muito na auto-organização, na mobilização, articulação em rede, que a gente possa construir políticas públicas que nos fortalecem”* (Dandara, 2024).

Na 14ª Carta Política da MVMA, as mulheres agricultoras evidenciaram que energia é vida, um bem comum e um direito humano fundamental, devendo sua produção e gestão promover o bem-estar coletivo, a justiça social e a convivência com o semiárido (AS-PTA, 2023). Defendem, ainda, modelos descentralizados de geração energética, integrados à realidade das famílias agricultoras, e reivindicam que o Estado implemente políticas públicas que fortaleçam sua autonomia e assegurem a justiça energética e ambiental, como discute-se a seguir.

(II) Defesa de um projeto descentralizado, popular e democrático de geração de energia: “Energia renovável sim, mas não assim!”

Em suas Cartas Políticas e em Marcha, as mulheres do Polo da Borborema propõem um modelo energético *descentralizado, popular e democrático*, que garanta a participação das comunidades rurais e sobretudo das mulheres nos espaços de

gestão e decisão de projetos e empreendimentos de energia, além de envolver e beneficiar efetivamente as populações locais (AS-PTA, 2023).

Conforme exposto na 14ª Carta Política do movimento, as mulheres agricultoras da MVMA posicionam-se como guardiãs das sementes da paixão, das águas, matas, solos e demais riquezas da Terra, rejeitando soluções empresariais baseadas na lógica do lucro e na mercantilização. Denunciam ainda o modelo industrial de energia renovável como uma falsa saída à crise climática, perpetuando relações de poder excludentes e afetando desproporcionalmente comunidades rurais, mulheres negras e jovens do campo. Ao colocar a sustentabilidade da vida como central em suas compreensões de mundo, as mulheres em Marcha reivindicam uma transição energética popular que preserve e respeite a biodiversidade, o território e o modo de vida agroecológico (AS-PTA, 2023).

Nesse sentido, a geração de energia deve ser planejada a partir das realidades de cada território, promovendo a autonomia comunitária e territorial, a soberania energética e a sustentabilidade da vida, com base na preservação das terras de produção de alimentos saudáveis, no respeito à natureza e na valorização dos modos de vida das comunidades do e no campo (AS-PTA, 2023; AS-PTA, 2024). Ao marcharem em defesa da Borborema Agroecológica, contra os megaprojetos de energia eólica e solar, as mulheres reafirmam: “*energia renovável, sim, mas não assim!*”

Frente à ameaça representada pela expansão desordenada das empresas de energia, o Polo Sindical da Borborema, em articulação com as comunidades afetadas, suas assessorias e pesquisadoras/es do tema, vem construindo coletivamente documentos de “Salvaguardas” como instrumento de proteção aos territórios. O processo envolve partilhas, estudos e a realização de audiências públicas nos municípios impactados ou potencialmente afetados.

Um exemplo é o Plano Nordeste Potência (PNP), intitulado *Salvaguardas Socioambientais para a Energia Renovável*, publicado em janeiro de 2024, que propõe diretrizes para proteger mulheres e comunidades diante da expansão energética em áreas rurais. Todavia, as entrevistadas ressaltam que, apesar dos esforços de diálogo com o poder público, os interesses econômicos predominantes ainda dificultam o avanço de políticas que garantam efetivamente os direitos das populações locais.

Ademais, as interlocutoras relataram a participação em um encontro promovido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), em 2024, voltado ao debate sobre o Programa *Um Milhão de Tetos Solares*, iniciativa que busca construir conhecimento com as comunidades e viabilizar a produção local de placas fotovoltaicas. A proposta articula princípios de descentralização, democratização do acesso à energia e respeito às famílias e à natureza.

Hoje, a ASA, a Articulação Semiárido Brasileiro, já deu um pontapé para o projeto “Um Milhão de Tetos Solares”, que nós estamos construindo e que nós entendemos que os tetos solares no semiárido brasileiro é para ajudar a dar qualidade de vida às famílias, é para produzir alimento, ajudar na produção, e que esse telhado seja feito, inclusive a partir da mão de obra dos jovens, que seja para beneficiar a mini fábrica de polpa de fruta que está na comunidade, o beneficiamento das mulheres, e com recursos que sejam cada vez menos... que desgaste (menos) a natureza (Margarida, 2024).

Conforme exposto por Margarida (2024), o projeto pretende instalar painéis solares no semiárido brasileiro como estratégia para fortalecer a produção de alimentos, apoiar iniciativas comunitárias – como mini fábricas de polpa de fruta e atividades desenvolvidas por mulheres – e promover a geração de trabalho por meio da valorização da mão de obra local, sobretudo da juventude. Trata-se, portanto, de uma proposta de energia renovável descentralizada, comunitária e comprometida com a economia solidária, a autonomia energética e a preservação ambiental.

Ele [o programa] será de forma em que a comunidade terá conhecimento e construa as próprias placas fotovoltaicas. E a gente produz a energia descentralizando, democratizando a energia com respeito às famílias, com respeito à natureza, e é isso que a gente pensa, sobre energia descentralizada (Margarida, 2024).

De acordo com a Carta Política resultante do X Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (X EnconASA), o Programa *Um Milhão de Tetos Solares* constitui “um contraponto ao modelo concentrador de produção de energias renováveis vigente no país” e está alinhado à proposta de sustentabilidade energética voltada à construção de um semiárido vivo (ASA, 2024, p. 6). A iniciativa busca, assim, “democratizar o acesso à energia solar fotovoltaica nas comunidades rurais; reduzir os custos energéticos para as famílias agricultoras; promover a autonomia energética e a geração de renda por meio da venda do excedente de energia” (ASA, 2024, pp. 6-7).

As mulheres agricultoras do Polo da Borborema defendem ainda a criação de normativas que assegurem a preservação dos territórios de produção alimentar, reconhecendo-os como áreas de interesse econômico e socioambiental, reivindicando o aprimoramento da legislação e dos processos de licenciamento ambiental, de modo a mitigar os impactos negativos dos empreendimentos de energia sobre as populações locais e o meio ambiente (AS-PTA, 2022; 2023).

Enfatizam ainda a urgência de que a justiça brasileira revise a constitucionalidade do Decreto-Lei nº 3.365/1941³⁶, geralmente utilizado como brecha para que grandes corporações se apropriem de terras, promovendo a mercantilização da vida e da natureza em detrimento das comunidades rurais (AS-PTA, 2023). Em Marcha, nas cartas políticas e em diversas instâncias sociopolíticas, defendem que o Estado assuma um papel ativo e propositivo na formulação e implementação de políticas descentralizadas de geração de energia elétrica, comprometidas com a justiça socioambiental e climática.

(III) Grandes questões pelas quais as MVMA levanta a bandeira de luta e o que a Educação Ambiental pode aprender e contribuir com isso

Conforme discutido, desde a sua gênese, uma das principais bandeiras de luta da MVMA refere-se ao combate às múltiplas formas de violências e desigualdades com base no gênero, articulando-se, ainda, a partir de uma perspectiva interseccional, ao enfrentamento do racismo, da LGBT+fobia e demais manifestações da cultura patriarcal, capitalista. Tais lutas emergiram ao longo dos anos como demandas das famílias agricultoras do Polo da Borborema, em especial das vozes e experiências das mulheres agricultoras, sendo posicionadas como centrais na construção de um modelo de desenvolvimento agroecológico feminista, antirracista, anticapitalista e democrático.

Nesse percurso, em defesa da vida das mulheres e da agroecologia, as mulheres da Borborema assumiram papel de liderança na “resistência frente aos processos capitalistas e às dinâmicas neoliberais sobre os territórios e a natureza” (Ulloa, 2020, p. 89), conforme expressam os feminismos latino-americanos com os quais dialogam. Além disso, seus discursos, práticas e formas de organização têm

³⁶ Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em 28 abr. 2025.

afinidade com as propostas do feminismo camponês popular, que emerge das vivências e lutas das mulheres do campo, das florestas e das águas, articulando a denúncia da violência patriarcal, extrativista, capitalista e colonial com a afirmação de formas coletivas de vida, produção e reprodução social (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020).

Desse modo, em consonância com o feminismo camponês popular, a MVMA defende a agroecologia, a soberania alimentar e os direitos comunitários como dimensões indissociáveis da luta feminista, reconhecendo que o cuidado com a vida, natureza, corpos e territórios, está no centro da resistência e da construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

A MVMA também dialoga com os movimentos e epistemologias ecofeministas, em sua pluralidade, ao se posicionarem contra as formas de dominação patriarcal que afetam tanto as mulheres como a natureza e geram crises ambientais, apresentando diferentes estratégias desenvolvidas por mulheres para a defesa de sua integridade, terra, território e cultura, além de problematizar o androcentrismo – que confere aos homens posições centrais e de referência – e contestar o antropocentrismo – que desqualifica outras formas de vida e modos de existência (Serantes-Pazos; Sorrentino, 2022).

Inspirada em Vandana Shiva (2004), a MVMA apresenta alternativas ao modelo de desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico e educacional vigente, que incorpora projetos culturais que aprofundam e legitimam violências e injustiças socioambientais. Esse modelo extrativista e patriarcal destrói estilos de vida saudáveis e sustentáveis, gera pobreza material, misérias e doenças, ao mesmo tempo em que negligencia necessidades básicas de subsistência e direciona recursos para a produção cada vez maior de mercadorias – tratada como a forma mais eficaz de atender às necessidades básicas (Shiva, 2004).

Em confluência com a MVMA e Michèle Sato (2001) é possível vislumbrar uma educação ambiental implicada e enraizada nos territórios, nas vivências dos sujeitos e na coletividade, valorizando metodologias plurais e recusando individualismos e modelos universalizados. Assim, como atividade política e movimento social, a educação ambiental requer que o conhecimento produzido seja validado e apropriado pelos grupos sociais envolvidos, reverberando em múltiplas formas de expressão, ancorado em sonhos, criticidade e criatividade que possam

abrir caminhos para enfrentar as violências impostas e vivenciar modos outros de existência (Sato, 2001).

Diante disso, cabe retomar as grandes questões pelas quais as mulheres agricultoras da MVMA levantam suas bandeiras de luta em defesa da vida das mulheres e do território agroecológico frente à invasão das indústrias de energia eólica e solar, especialmente no Polo da Borborema, consoante as narrativas, Cartas Políticas e ato público em marcha:

- Rejeitam o modelo de energia industrial energético imposto ao Semiárido, afirmando que ele não se encaixa nos territórios e ameaça a vida das mulheres e os princípios da agroecologia;
- Denunciam que os megaprojetos de energia eólica e solar intensificam a violência contra as mulheres, aprofundam desigualdades sociais, especialmente as de gênero, reproduzem o racismo ambiental, contaminam e destroem o ambiente, comprometem a saúde física e mental e colocam em risco a continuidade da vida no campo;
- Reivindicam o direito de mulheres e homens decidirem se querem ou não ter filhos, e de criá-los em territórios com modos de vida dignos, saudáveis e justos – algo que, conforme enfatiza Margarida (2024), só é possível com a agroecologia;
- Afirmam que não é possível construir a agroecologia e fortalecer a agricultura familiar em territórios afetados por grandes empreendimentos energéticos, marcados pela perda da qualidade de vida, destruição socioambiental e ameaças à saúde;
- Propõem uma ampliação do entendimento sobre energia, apresentando múltiplos sentidos, e defendem um modelo de geração energética descentralizado, popular e democrático, que beneficie diretamente as comunidades locais, fortaleça a agricultura familiar de base agroecológica e garanta a permanência das famílias no campo.

Nesse percurso, destacam-se alguns pontos que emergiram a partir da escuta, diálogo e envolvimento com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, bem como com referenciais feministas diversos (e.g., ecofeministas, comunitários, latino-americanos) que podem ser úteis para (re)pensar epistemologias, formação e práticas em educação ambiental de uma perspectiva feminista, contracolonial e situada, a saber:

1. *Conhecimento situado, insurgência político-epistêmica e contracolônização*

A necessidade de um conhecimento situado convoca reflexões e questionamentos sobre as epistemologias e práticas pedagógicas que legitimam e reproduzem estereótipos de gênero, raça e classe nos mais diversos espaços educativos e na sociedade como um todo. Nesse sentido, torna-se fundamental articular a educação – e, em especial, a educação ambiental – aos feminismos do Sul Global (contra/decoloniais, latino-americanos, comunitários, negros), como propõe Zuleta (2021), reconhecendo a imbricação entre colonialismo, racismo, patriarcado e capitalismo como sistemas interdependentes que incidem fortemente sobre os corpos racializados e os territórios rurais indígenas e camponeses (Cabnal, 2010).

É necessário, assim, deslocar-se da resistência para novas formas de insurgência – que *transgridem, interrompem, incidem e insurgem* –, tendo como cerne os padrões de poder colonial ainda vigentes, em diálogo com Catherine Walsh (2008). A partir desse reconhecimento, torna-se possível apresentar proposições, cultivar e mobilizar articulações e construções alternativas que possam fomentar transformações radicais, como propõe Walsh.

Para ela, uma insurgência política é, ao mesmo tempo, uma insurgência epistêmica, pois não se trata apenas de confrontar as estruturas dominantes do Estado, sustentadas pelo capitalismo e por múltiplos interesses, mas de afirmar outras lógicas, racionalidades e saberes capazes de repensar e transformar o Estado e a sociedade. Essa dupla insurgência abre caminhos para imaginar e construir novos horizontes de conhecimentos e existências (Walsh, 2008).

A contracolônização implica, assim, insurgências diante das imposições coloniais que buscam universalizar formas específicas de produzir conhecimento, deslegitimar saberes locais, modos de vida diversos e projetos alternativos de “envolvimento socioambiental”. Como afirma Nêgo Bispo (2023, p. 36), “o contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize. (...) é um modo de vida diferente do colonialismo”. Nesse sentido, a contracolônização não se limita a uma recusa, mas afirma práticas outras de existência, baseadas na autonomia, no cuidado e na reexistência dos territórios e dos corpos.

Nesse contexto, a MVMA aponta temas pertinentes para a educação ambiental situada, antipatriarcal, antirracista e contracolonial, tais como: a) o combate às desigualdades de gênero e à violência contra as mulheres; b) a superação da divisão sexual do trabalho; c) a luta contra o racismo e a LGBTfobia; d) a defesa da democracia e do território agroecológico; e) a denúncia dos impactos dos modelos extrativistas, como a geração industrial de energia eólica e solar; f) a agroecologia como prática de cuidado, autonomia, democracia e caminho para esperar e transformar as relações de poder desiguais.

2. O corpo-território como centralidade político-educacional

Entre as contribuições do feminismo comunitário destaca-se a articulação entre o território (terra, território ancestral) e o corpo das mulheres (e.g., indígenas, camponesas), compreendidos como territórios em disputa, historicamente marcados por violências coloniais, capitalistas e patriarcais. A defesa do “território-corpo-terra”, nesse sentido, constitui uma dimensão ético-política fundamental, conforme proposto por Lorena Cabnal (2010), e evidenciado nas trajetórias e lutas da MVMA.

Destaca-se, ainda, a necessidade de problematizar e desnaturalizar categorias dicotômicas e hierárquicas como natureza/cultura, humano/não humano, masculino/feminino, com atenção aos “entroncamentos do patriarcado” e à “feminização da natureza”, que legitima a exploração capitalista, tal como propõe Cabnal (2010). Nesse sentido, é necessário problematizar as “(re)patriarcalizações” dos territórios a partir de modelos extrativistas em suas diferentes dimensões (e.g., cultural, política, corporal), que reproduzem colonialismos, como o energético, e colonialidades (García-Torres *et al.*, 2020).

O território é também concebido como espaço de resistências e insurgências, local e global, onde se articulam ações políticas voltadas à transformação do sistema, com especial atenção às vozes, demandas e mobilizações das mulheres, que vêm protagonizando a construção de alternativas frente às crises ambientais geradas pelas dinâmicas extrativistas (Serantes-Pazos; Sorrentino, 2022).

Inspirada em Ulloa (2016), faz-se necessário uma educação ambiental que participe ativamente nos processos locais, em defesa do corpo-território, seja por meio do ativismo ou do apoio aos movimentos sociais, em especial aqueles liderados por mulheres, como a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

3. *Cultivar o cuidado, regenerar e retornar à Terra – “pela vida das mulheres e pela agroecologia”*

Vandana Shiva (2024, p. 183) lembra que “estamos todos conectados a toda a vida, através do ar que respiramos, da água que bebemos, do alimento que comemos e da nossa consciência”. Para a autora, o caminho a ser trilhado é o de aprendiz da Terra, pois assim se torna possível regenerá-la.

De acordo com Shiva (2024), o retorno à Terra deve envolver mente, coração, mãos e práticas cotidianas, numa perspectiva de pertencimento e coexistência, com potencial para cocriar, coproduzir e cuidar, permitindo que a própria terra tenha condições de propiciar os meios adequados para a vida. Este também consiste em um caminho para renovação das economias e democracias, como afirma a autora: “esta é a democracia da Terra” (Shiva, 2024, p. 178).

Além disso, Shiva critica e combate veementemente a agricultura industrial e a mercantilização de alimentos tóxicos e desprovidos de valor nutricional. Ela enfatiza que o que comemos, como cultivamos, processamos e distribuímos a comida são fatores decisivos para determinar se a humanidade sobreviverá ou se conduzirá à própria extinção. A comida, afirma Shiva, é a “moeda da vida”. Cultivar alimentos com base no cuidado com a Terra é, portanto, um dever ecológico e ético (Shiva, 2024).

O caminho da agroecologia e da agricultura regenerativa com toda a sua diversidade cria um futuro para os humanos e outras espécies. (...) A agricultura ecológica e biodiversa e os sistemas locais de alimentos têm o potencial de surgir como o principal caminho para defender os direitos da Terra, regenerar nosso lugar comum e defender os direitos humanos de todas as pessoas (Shiva, 2024, p. 240, tradução própria).

Nessa perspectiva, as narrativas das interlocutoras evidenciam que a agroecologia constitui um caminho efetivo de enfrentamento às mudanças climáticas, especialmente por meio da convivência com o semiárido. Por exemplo, Margarida (2024) observa que, no Polo da Borborema, *“as famílias guardam suas sementes, preservam suas sementes, estocam alimentação para os animais. Nas últimas secas, você não conseguiu registrar nenhuma morte de pessoas por sede ou por fome no semiárido”*. Adicionalmente, Marielle (2024) destaca: *“A gente defende esse território para que seja um território respeitado por esse nosso modelo de*

escolha nossa, de agroecologia, que a gente entende que a agroecologia é a vida, traz vida, traz liberdade, traz saúde”.

Além disso, Carolina (2024) ressalta que *“a agroecologia não se faz se a gente não tiver bem com a natureza, esse cuidado da natureza, como a gente cuida das nossas vidas, cada uma de nós”*, destacando a dimensão política do cuidado com a terra e com os corpos das mulheres. De acordo com Dandara (2024), a agroecologia rompe com o isolamento ao possibilitar que as mulheres tratem coletivamente das violências que enfrentam, a partir do próprio fazer na agricultura familiar: *“a agroecologia permitiu a saída do isolamento das mulheres”*.

Em Marcha, em suas narrativas e Cartas Políticas, as mulheres do Polo da Borborema afirmam que a consolidação da agroecologia e dos direitos das mulheres exige aprofundamento democrático, espaços de expressão política e vigilância contra ameaças à democracia, garantindo a manutenção e ampliação das conquistas pela vida das mulheres e pela agroecologia (AS-PTA, 2016). Reafirmam, assim, a estreita vinculação entre democracia, produção de alimentos saudáveis e garantia de direitos para populações tanto rurais quanto urbanas (AS-PTA, 2018).

Diante disso, a MVMA reafirma que *“sem feminismo não há agroecologia — e sem agroecologia feminista, não há futuro possível”*³⁷, pois é a partir da luta, dos saberes e das experiências das mulheres que se constroem práticas de autonomia, justiça e transformação das relações de poder.

Como lembra Margarida (2024), a agroecologia envolve também a luta *“para preservar essas grandes questões que diz respeito à vida das mulheres e das meninas”*, enquanto Marielle (2024) ressalta que o trabalho na Comissão de Mulheres do Polo e no sindicato de trabalhadoras/es rurais significa *“plantar ali uma liberdade”*, assinalando que cultivar a terra é, também, cultivar emancipações, e, com elas, outros futuros possíveis. Nesse horizonte, como expressa Jurema (2024), *“a marcha é, assim, encantadora”*.

³⁷ Lemas amplamente utilizados por movimentos sociais, organizações ambientais e ativistas que defendem a agroecologia como modelo de desenvolvimento e de vida, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), movimentos como a Via Campesina, Marcha das Margaridas, a MVMA, dentre outros.

6 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA EM COMUNIDADES RURAIS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES A PARTIR DA CATALUNHA/ESPANHA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um relato das experiências vivenciadas durante o estágio doutoral sanduíche realizado na *Facultat d'Educació* da *Universitat de Barcelona* (Espanha), com ênfase nas dinâmicas da transição energética em comunidades rurais espanholas evidenciando aproximações e contrastes em relação a MVMA. Essa oportunidade foi viabilizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB) através do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), sob a orientação da Profa. Dra. Roser Boix Tomàs (UB) e da Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho (PPGE/UFPB).

O Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilita a estudantes de doutorado no Brasil realizarem parte de sua pesquisa, ou desenvolver um plano de trabalho vinculado a ela, em instituições de ensino superior no exterior. Criado em 2011, o PDSE substituiu programas anteriores, como o Doutorado Sanduíche Balcão e o Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), com a finalidade de agilizar o processo de implementação das bolsas e viabilizar a participação dos/as estudantes³⁸.

De acordo com a Portaria CAPES nº 77 de 8 de março de 2024³⁹, o PDSE tem como principal finalidade apoiar a formação de recursos humanos de alto nível por meio da concessão de bolsas para doutorado sanduíche no exterior a estudantes matriculados em programas de doutorado no Brasil. Ainda conforme a Portaria mencionada, além do intercâmbio científico e qualificação profissional de discentes brasileiros, o programa busca: a) ampliar o conhecimento técnico, científico, tecnológico e acadêmico dos estudantes; b) fortalecer a colaboração e produções entre a comunidade acadêmica em atuação no Brasil e no exterior; c)

³⁸ Ver, por exemplo: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-doutorado-sanduiche-no-exterior-pdse>>. Acesso em: 30 de jan. de 2025.

³⁹ Disponível em: <<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=14344>>. Acesso em: 30 de jan. de 2025.

fortalecer os programas de pós-graduação brasileiros e o intercâmbio entre instituições e grupos de pesquisa nacionais e internacionais; d) estimular a adoção de novos modelos de gestão da pesquisa pelos estudantes brasileiros; e) contribuir para a internacionalização do ensino superior, da ciência e tecnologia e da inovação no Brasil; dentre outros.

De modo geral, o plano de pesquisa desenvolvido em parceria com a Universitat de Barcelona teve como objetivo ampliar o referencial teórico-metodológico da presente tese, através da participação em atividades que promovessem a aproximação teórica e prática com os contextos de transição energética em comunidades rurais espanholas, visando ao intercâmbio de conhecimentos e ao aprimoramento da formação na temática da pesquisa.

O estágio doutoral sanduíche foi realizado presencialmente ao longo de três meses – setembro a novembro de 2024. Foram realizadas revisões de literatura, participação em aulas e reuniões do grupo de pesquisa, visitas a escolas e territórios rurais relevantes para a investigação, além de palestras e entrevistas com representantes de empresas do setor energético e participação em eventos relacionados ao plano de investigação. Nesse contexto, as discussões aqui apresentadas foram subsidiadas por registros em diário de campo, entrevista com gestor de usina nuclear, participação em palestras de representante de parque eólico, bem como em jornadas, oficinas, exposições e no diálogo com referenciais teóricos ligados ao tema em questão.

O capítulo está organizado em três momentos. No primeiro, são abordadas as visitas realizadas às escolas rurais localizadas na Comunidade Autônoma da Catalunha, com destaque para duas atividades principais: a) participação em palestras conduzidas por um representante de um parque eólico para turmas escolares; e b) entrevista com o gestor de uma usina nuclear em processo de desmonte, situada na província de Tarragona, Espanha.

Em seguida, apresentam-se reflexões decorrentes da participação em dois eventos: a) *Jornadas de Escucha a la Ciencia y al Territorio: ¿Transición Ecológica o Especulación Energética? Hagamos las cosas bien*, realizadas na Universidad Pablo de Olavide (UPO), em Sevilha; e b) *Explorando el potencial transformador de las Comunidades Energéticas en entornos rurales*, oficina organizada por um grupo de pesquisa do Instituto de Ciencia y Tecnología Ambientales da Universidad Autónoma

de Barcelona (ICTA-UAB), em colaboração com a ECODES, impulsionador do projeto *Energía Común*⁴⁰.

Além disso, são compartilhadas impressões sobre a exposição *Amazonias – El Futuro Ancestral*, em exibição no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona entre 13 de novembro de 2024 e 4 de maio de 2025. Como parte da programação, ocorreram diálogos com lideranças indígenas, como Ehuana Yaira Yanomami, artista, pesquisadora e líder yanomami (Brasil), e Patricia Gualinga, representante do povo kichwa de Sarayaku (Equador), ativista climática e defensora dos direitos das mulheres, da natureza e dos povos originários.

Por último, evidenciam-se as aproximações e os contrastes entre as dinâmicas de transição energética em comunidades rurais espanholas, a liderança de mulheres indígenas em defesa do território articuladas a exposição *Amazonias* e as mobilizações e propostas das mulheres em Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

6.1 Educação escolar: quais debates e práticas vêm sendo promovidos sobre a transição energética?

Em novembro de 2024, foi realizada uma visita a uma Escola Rural, na província de Tarragona, Espanha. Trata-se de uma instituição pública que oferece Educação Infantil e Primária, organizada em grupos multiníveis ou multisseriada, com o objetivo de promover a diversidade e incentivar a construção do conhecimento entre estudantes de diferentes idades.

A escola é organizada em três grupos de aprendizagem multinível: a) *Grup de Petits* (P3 a P5), que reúne crianças de 3 a 5 anos; b) *Grup de Mitjans* (1º e 2º anos), com estudantes de 6 a 8 anos; e c) *Grup de Grans*⁴¹ (3º e 4º anos; 5º e 6º anos), que contempla a faixa etária de 9 a 12 anos. No período da visita, a escola contava com aproximadamente 70 estudantes matriculados, nove docentes em tempo integral, um em regime parcial e uma profissional de apoio.

⁴⁰ Ver: <<https://www.energiacomun.org/mapa/>> Acesso em: 14 fev. 2025.

⁴¹ Termos em catalão – idioma oficial da Catalunha, juntamente com o castelhano/espanhol. Correspondem, em tradução aproximada ao português brasileiro, aos grupos dos pequenos, médios e grandes, respectivamente.

A infraestrutura da instituição conta com salas organizadas por grupos (*Petits, Mitjans* e *Grans*), ambientes com mobiliário adequado às crianças, banheiros, salas de professores, recursos tecnológicos básicos (lousas digitais, computadores, microscópios) e espaços externos amplos com espaços lúdicos e estufa destinada ao cultivo de plantas, por exemplo. Destaca-se ainda o ambiente colaborativo, que envolve familiares e membros da comunidade nas atividades escolares.

Ao redor da escola, em um raio de aproximadamente 20 a 50 quilômetros, encontram-se instaladas infraestruturas energéticas de grande porte, como centrais nucleares e parques eólicos. No decorrer da visita, a diretora explicou que a presença das centrais nucleares na região gera benefícios econômicos significativos para o município. Dentre estes, estão o transporte público gratuito (eu mesma peguei um dos ônibus, da estação de trem até a escola), a doação de materiais – como computadores – para as escolas locais, a oferta de infraestrutura e diversos serviços públicos que, de outra forma, o município não teria condições de manter.

Como exemplo, mencionou que as crianças são levadas de ônibus até a piscina pública aquecida, onde participam de aulas de natação gratuitas. Além disso, o município dispõe de ginásios esportivos e outras estruturas mantidas com os impostos repassados diretamente pela central nuclear. A diretora ainda ressaltou que uma particularidade do povoado onde se localiza a escola é o fato de que a usina não é visível, pois uma montanha atua como barreira natural – o que, segundo ela, faz diferença do ponto de vista psicológico. Enfatizou que é distinto conviver com uma central nuclear oculta pela paisagem do que com uma instalada no meio de uma comunidade, como ocorre em outras localidades da região.

No entanto, reconhece que, em caso de emergência nuclear, nenhuma barreira seria eficaz. Apesar do risco, a diretora evidenciou que as medidas de segurança são bastante rigorosas e que existe o Plano de Emergência Nuclear de Tarragona (PENTA), no qual toda a comunidade participa periodicamente, intencionando a preparação e a gestão de possíveis situações emergenciais.

Destaca-se que dois pais de estudantes matriculados na escola rural visitada exerciam funções de gestão no setor energético – um em uma central nuclear e outro em um parque eólico da região. A diretora intermediou a realização de uma entrevista com o gestor da usina nuclear. Durante a visita, também participei de duas palestras voltadas ao tema da energia eólica ministradas por um gestor de um parque eólico para duas turmas multiníveis (3º e 4º anos; e 5º e 6º anos). No

entanto, por questões de confidencialidade contratual com a empresa na qual atua, ele não autorizou a gravação de entrevistas.

6.1.1 *“É bom que exista um mix energético”: conversa com um gestor de usina nuclear*

O interlocutor relatou sua trajetória profissional na central nuclear, destacando a progressiva especialização e ascensão dentro da estrutura da instalação. Atuou na reorganização de processos internos, na coordenação de visitas educativas para grupos do ensino médio e no desempenho de funções como responsável pela comunicação e supervisor da instalação. Posteriormente, foi nomeado responsável técnico da usina e, a partir de 2019, passou a exercer o cargo de subdiretor, denominado internamente “chefe de latência”.

Segundo Juan (nome fictício), a escolha do local para a instalação de usinas nucleares leva em conta aspectos como a disponibilidade de água em abundância para garantir o resfriamento dos sistemas e a direção dos ventos predominantes, que devem soprar em direção a áreas desabitadas. No caso da usina onde trabalha, ambos os requisitos são atendidos.

Além disso, ressaltou os impactos econômicos da presença das centrais nucleares no território. Por exemplo, mencionou que a Central Nuclear Vandellòs II atualmente em operação em Hospitalet de l'Infant, Vandellòs, Tarragona, contribui com uma média anual de 12 a 15 milhões de euros em impostos, enquanto a central na qual trabalha, embora em processo de desmantelamento, ainda repassa aproximadamente 6 milhões de euros por ano ao município - recursos considerados fundamentais para o orçamento local.

Vamos a ver, yo creo que, en el caso de las centrales nucleares, ellas están dispuestas en una zona donde los vientos predominantes, y cuando hablamos de vientos predominantes hablamos de más del 90% de los días, o sea, el principal motivo de que las centrales estén donde están es porque el mistral sólo lleva todo el polvo al aire. O sea, las primeras cosas que se hacen cuando se plantea una central nuclear, hay que tener en cuenta dos factores. Primero, si tienes agua para refrigerar todos los sistemas, agua abundante, y segundo, que los vientos predominantes siempre soplen hacia zonas no pobladas. Entonces aquí lo cumplimos. Cumplimos esto y además nos da unos ingresos al municipio que no tendríamos de ninguna otra manera. Por ejemplo, Vandellòs II está aportando de media entre 12 y 15 millones de euros anuales en impuestos, y la que trabajo (...) está aportando 6 millones de euros anuales al municipio (Juan, 2024).

O entrevistado também explicitou que a usina nuclear onde atua está desativada desde o final da década de 1980, após um grave acidente causado pela interrupção do sistema de resfriamento, provocando um incêndio que comprometeu significativamente suas instalações. Tal acontecimento levou à decisão de paralisar a central de forma permanente e, posteriormente, iniciar seu desmantelamento completo, previsto para ocorrer entre 2030 e 2045 (Juan, 2024).

Atualmente, a usina nuclear encontra-se em fase de latência, etapa em que o reator é mantido em condições de segurança e confinamento estático até que os níveis de radiação atinjam patamares seguros para a realização de trabalhos humanos no interior da instalação, como ressaltou Juan (2024): *“Y es que yo siempre digo lo mismo, los desmantelamientos los hacemos personas y hay que protegernos de los riesgos inherentes a este tipo de trabajos”*. Sobre a fase de latência, ainda ressaltou que:

Tenemos que pasar por esta fase de latencia durante 25 años, para que las estructuras internas del reactor se desactiven lo suficiente como para poder empezar su desmantelamiento. Esto sería en cuanto a las centrales nucleares. Además, también contamos con instalaciones auxiliares para la gestión de residuos radiactivos de alta actividad (Juan, 2024).

Explicou que trabalha em uma empresa pública criada no início da década de 1980 com o objetivo de atender a duas necessidades fundamentais do país, as quais permanecem atuais:

(...) gestionar integralmente todos los residuos radioactivos que genera España, todos, desde lo que genera un hospital, un centro de investigación, una central nuclear, y somos los encargados de gestionarlo integralmente. O sea, vamos a recoger el residuo, lo transportamos, lo acondicionamos y lo almacenamos (Juan, 2024).

No que se refere às centrais nucleares, Juan (2024) evidenciou que a referida empresa assume a titularidade das atividades durante todo o período de desmantelamento: *“Nosotros aquí somos titulares de actividad hasta que acabe el desmantelamiento”*. Após essa etapa, os terrenos são devolvidos às empresas elétricas proprietárias: *“Cuando acabe el desmantelamiento entregaremos los terrenos a la empresa eléctrica y nosotros a otra cosa, iremos a otro sitio”*. Elucida que, embora a propriedade dos locais onde funcionam as usinas nucleares pertença

às empresas elétricas, a titularidade das atividades passa para a empresa pública durante o processo de desmantelamento.

Ainda segundo o interlocutor, o risco associado a uma usina nuclear persiste após sua desativação, mas é eliminado com o desmantelamento completo. Ademais, Juan (2024) destacou a importância do planejamento em todo o processo: *“siempre utilizo el término desorden (...) para mí el riesgo es la consecuencia del orden. Si tú lo tienes todo bien ordenado, es difícil, difícil que el riesgo lo suba exponencialmente respecto a lo que has planteado”*.

Consoante ao relato de Juan (2024), a Espanha está comprometida com o *Plan Nacional Integrado de Energía y Clima 2023-2030*, que, entre suas diretrizes de políticas energéticas e climáticas, “prevê o fechamento ordenado das centrais nucleares espanholas no horizonte temporal de 2027 a 2035” (PNIEC, 2024, p. 721). De acordo com o marco regulatório da União Europeia, o Plano também estabelece metas para a transição energética com a finalidade de alcançar a neutralidade climática antes de 2050.

Dentre os principais objetivos do PNIEC (2024), destacam-se: a) redução de 32% nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação aos níveis de 1990; b) participação das energias renováveis em 48% do consumo final de energia e em 81% da geração elétrica; c) melhoria da eficiência energética em 43%, considerando o uso final de energia; d) disponibilidade de 19 GW para autoconsumo e 22,5 GW para armazenamento; e, e) redução da dependência energética externa para 50%.

Em relação à expansão das energias renováveis, a narrativa de Juan (2024) aponta disputas em torno do que tem sido considerado como energia renovável, ao mesmo tempo em que destaca a importância de manter um *mix* energético: *“siempre creo que es bueno que haya un mix energético. El mix energético se compone de renovables, no renovables y nuclear”*. Para ele, nenhuma tecnologia é absoluta – se uma fosse muito superior, as demais já teriam sido descartadas: *“siempre he pensado que si una tecnología fuera mucho mejor que las otras, las otras no existirían. Y si una tecnología fuera mucho peor que las otras, ésta no existiría”*.

Ressaltou ainda que, na Espanha, a energia nuclear opera com fator de capacidade fixo, fornecendo sempre o total de sua potência instalada na rede elétrica, contrastando com países como a França, onde todas as fontes (renováveis ou não) são moduladas conforme a demanda, isto é, a geração de energia é ajustada continuamente de acordo com as necessidades de consumo.

Com o fechamento gradual das centrais nucleares, previsto no *Plan Nacional Integrado de Energía y Clima*, e em conformidade com a Agenda 2030, a Espanha se comprometeu a não utilizar mais combustíveis fósseis nem construir novas usinas desse tipo, o que exige que a potência instalada das fontes renováveis supere a das que estão sendo desativadas, conforme elucida Juan (2024).

En España, por ley, es siempre el 100%. O sea, si el parque nuclear español es capaz de meter 7.000 megavatios hora dentro de lo que sería la red eléctrica, meterá 7.000 megavatios hora. En Francia, por ejemplo, allí modulan todas, tanto las renovables como no renovables, o lo que serían las nucleares. Es verdad que, en España, cuando hay el apagón nuclear, este 20% se tiene que sustituir. ¿Por qué? Por renovables. Es que tiene que ser el 100% renovables, porque ya nos comprometimos en la Agenda 2030. (...) ¿Qué significa esto? Que la potencia instalada tiene que ser mucho mayor a la que tú estás apagando (Juan, 2024).

Ele também destacou que, na Catalunha, a expansão das energias renováveis, como a eólica, enfrenta entraves significativos devido à resistência local. Apesar do “consenso” em torno da necessidade de ampliar a capacidade instalada, os projetos são frequentemente barrados por prefeituras, grupos comunitários/locais e movimentos sociais.

¿Por qué en Cataluña vamos tan atrasados? Porque somos la única comunidad autónoma que pone problemas donde no los hay. Todos estamos de acuerdo en que hay que instalar unos 1.500 molinos, vale, pero es que nadie los quiere. Entonces, cuando se plantea un parque eólico nuevo con una potencia considerable, quienes acaban parando el proyecto son los propios ayuntamientos, agrupaciones vecinales, movimientos sociales, etc. Los mismos que reclaman más energía renovable. Entonces, claro, queremos más energía renovable, pero nadie la quiere al lado de su casa. (...) Ese es el gran problema que tenemos ahora: los grandes proyectos son frenados por eso, por un rechazo social a los proyectos (Juan, 2024).

Conforme exposto por Juan (2024), a problemática atual da efetivação dos projetos energéticos no contexto catalão reside no fato de que os mesmos grupos que reivindicam “mais energia renovável” se opõem à instalação de grandes projetos em suas comunidades, resultando em uma rejeição social que impede sua implementação.

No tópico seguinte, apresentam-se algumas notas sobre a energia renovável a partir da perspectiva de um responsável por um parque eólico em operação na província de Tarragona/Espanha.

6.1.2 Palestras realizadas por um gestor de um parque eólico junto a turmas escolares

Durante minha visita à Escola Rural, a direção organizou duas palestras com o gestor de um parque eólico situado em Tarragona, direcionadas a turmas multiníveis – 3º e 4º ano; 5 e 6º ano – com aproximadamente 20 estudantes cada. Ambas as palestras abordaram os mesmos conteúdos sobre energia eólica e tiveram duração entre 40 e 50 minutos.

O palestrante iniciou com uma breve apresentação pessoal, mencionando sua atuação na chefia de um parque eólico da região, onde integra um grupo responsável pela operação e manutenção, há mais de um ano e meio, após ter iniciado sua trajetória como técnico há 16 anos.

Em seguida, situou o tema da energia eólica no contexto mais amplo das mudanças climáticas e da transição para fontes de energia renováveis, destacando a crescente preocupação com o aquecimento global e a atuação de comitês especializados – como o Comitê Europeu de Energia –, que têm elaborado regulamentações sobre o uso das diferentes fontes de energia.

Nesse cenário, introduziu as energias renováveis – provenientes do sol, da água, da biomassa e do vento – como alternativas naturais e inesgotáveis. A partir disso, enfatizou a relevância da atuação profissional com a energia eólica, apresentando-a como uma resposta viável e necessária aos desafios energéticos e ambientais contemporâneos.

Também explicou o processo de formação do vento a partir das movimentações das massas de ar quente, que sobem, e de ar frio, que descem – ou seja, o vento como ar em movimento. Nesse contexto, a energia eólica foi destacada como aquela obtida a partir da força do vento, por meio do aproveitamento da energia cinética gerada pelos deslocamentos das massas de ar, ilustrando, ainda, que a região de Tarragona, situada entre o mar e as montanhas, possui condições específicas que favorecem a ocorrência de ventos constantes, sem variações bruscas, tornando-a especialmente propícia para a geração de energia eólica.

Foram apresentados os principais componentes dos aerogeradores e seu funcionamento, tais como: a) as pás, responsáveis por captar a força do vento e iniciar o movimento rotacional; b) o sistema de engrenagens, que multiplica a rotação para alcançar a velocidade necessária à geração de energia; c) o gerador,

onde a energia cinética é convertida em eletricidade; além da d) torre, que sustenta as pás; e, e) a gôndola, onde estão os componentes internos, como o sistema de engrenagens e o gerador.

Além da presença de sensores e mecanismos automáticos que regulam a direção das pás e controlam o funcionamento da turbina, o palestrante ressaltou que o aerogerador gira sempre em sentido horário e funciona “como um robô”, com “conhecimentos” e um “sistema informático de controle”, buscando sempre a maneira mais eficiente para trabalhar, e desse modo, funciona de forma autônoma.

Ainda foi destacado que, no gerador, a eletricidade produzida encontra-se em baixa tensão, sendo conduzida até um transformador, que eleva a sua tensão, para ser enviada às subestações elétricas, de onde é distribuída para residências, escolas, indústrias, dentre outros usuários. Tais subestações contam com uma sala de controle informatizada, que permite o monitoramento remoto do funcionamento dos aerogeradores.

Ao mencionar as dimensões dos aerogeradores, o palestrante destacou que o parque eólico onde trabalha possui pás de 45 metros, mas que já existem modelos com pás de até 65 metros e torres que podem alcançar 200 metros de altura. Diante disso, um dos estudantes exclamou: *“é uma pá maior do que toda a escola!”*.

De modo geral, o palestrante destacou que a composição dos aerogeradores é baseada em três materiais principais: aço, fibra de vidro e determinados tipos de ligas metálicas, que garantem resistência e durabilidade. Mencionou diferentes tipos de aerogeradores: os terrestres (*onshore*), os marítimos (*offshore*) e o modelo vertical, que gira em torno de um eixo vertical e pode ser instalado em áreas urbanas, telhados, residências e zonas mais isoladas, por exemplo.

Ressaltou também a sua atuação profissional por mais de uma década como técnico na fabricação de aerogeradores e no suporte a projetos internacionais de montagem de parques, enfatizando a importância da aprendizagem contínua, do trabalho em equipe e da comunicação constante entre os profissionais envolvidos.

Diante da indagação de uma estudante sobre os animais, o palestrante destacou que o barulho constante e o movimento das pás costumam espantá-los. Explicou que, diante de sons que interferem no ambiente, as aves, por exemplo, se assustam e tendem a fugir, tanto em áreas terrestres como marítimas, o que “ajuda” a evitar que sejam atingidas pelo funcionamento das turbinas eólicas.

Ademais, alertou para os riscos aéreos, explicando que, assim como nas áreas nucleares, é proibido sobrevoar parques eólicos com aeronaves, como aviões leves e helicópteros, pois, apesar da sinalização obrigatória, a visibilidade limitada aumenta significativamente o risco de colisões.

Enfatizou ainda a importância da segurança no trabalho em parques eólicos, destacando o uso obrigatório de equipamentos de proteção individual (EPIs), como capacete, óculos específicos, arnês, roupas adequadas e botas de segurança, e que apenas pessoas com a certificação adequada podem acessar essas áreas. Todos os trabalhadores que atuam nas turbinas passam por treinamentos específicos para trabalho em altura e resgate, já que, em emergências, muitas vezes não se pode contar com bombeiros locais.

No decorrer da apresentação, o palestrante recorreu a recursos visuais, como vídeos produzidos pela empresa, que abordaram: a) a importância da energia renovável, com ênfase na energia eólica; b) o processo de montagem de um aerogerador, cujas semelhanças com projetos de robótica foram posteriormente destacadas pelo palestrante; e c) as atribuições do seu trabalho e rotina na empresa. Nesse último vídeo, embora fosse protagonizado por uma mulher, o representante do parque eólico comentou brevemente que a equipe profissional é majoritariamente composta por homens, mas que há esforços para transformar esse cenário.

Após as exposições, a diretora compartilhou que a escola havia participado de um evento de robótica em um dos anos anteriores, cujo tema foi a energia eólica. Nesse processo, apresentou o material que serviu como base para a construção das maquetes pelos grupos de estudantes envolvidos, conforme exposto na Figura 21.

Figura 21 – Material para a elaboração das maquetes



Fonte: cortesia da direção da escola visitada. Dados da Pesquisa, 2024.

O material elaborado pela *FIRST LEGO League España* (2022) está organizado em doze sessões temáticas, que têm como objetivo, por meio das peças e da programação do *kit LEGO*:

- Explorar o tema da energia e suas “fases de viagem”, desde a fonte, passando pela distribuição, armazenamento e consumo (Figura 21);
- Montar a turbina eólica e discutir como a energia é gerada a partir dela;
- Montar o modelo de armazenamento de energia e analisar como ele representa a energia armazenada e disponível para distribuição conforme a demanda;
- Montar o carrossel – parte da maquete motorizada que gira ao ser acionada por energia armazenada – e discutir como essa energia se converte em movimento;
- Fazer com que o modelo funcione em uma direção diferente da programada previamente;
- Programar o modelo para reproduzir um som diferente ou acender uma luz. (Figura 21);
- Programar o robô e modificar sua estrutura para que represente um automóvel elétrico;
- Desenhar a maquete em equipe, nomeando suas diferentes partes;
- Montar a maquete em grupo;

- Realizar uma “chuva de ideias” para elaborar o pôster de apresentação do projeto;
- Elaborar o pôster em equipe;
- Apresentar o trabalho realizado, compartilhando os aprendizados com os demais grupos.

Diante disso, o modelo proposto pelo material tem como finalidade exemplificar “a viagem ou o ciclo da energia”, enfatizando desde a sua fonte - neste caso, a energia eólica – até os modos de armazenamento e a distribuição para o consumo em diferentes contextos, como veículos elétricos, residências e fábricas (Figura 21).

Conforme mencionado pela diretora, as maquetes construídas pelos estudantes da escola visitada foram apresentadas durante um evento de robótica realizado na cidade de Barcelona. Esse processo encontra ressonância nas exposições técnicas realizadas pelo gestor do parque eólico, descritas acima, especialmente no que se refere à montagem dos aerogeradores e ao seu funcionamento (que busca continuamente a maneira mais eficiente de captar a energia do vento), à sinalização obrigatória dos parques e ao trabalho em equipe.

6.2 Transição ou especulação energética? Ciência e territórios em disputa

Este tópico discorre sobre participação em dois eventos relacionados às dinâmicas de transição energética em comunidades rurais na Espanha: as *Jornadas de Escucha a la Ciencia y al Territorio* e a oficina sobre *Comunidades Energéticas en Entornos Rurales*. Ambos propiciaram espaços de debate e formação sobre a expansão desordenada das chamadas energias renováveis e sobre alternativas elaboradas a partir dos territórios espanhóis. Nessas ocasiões, destacaram-se as mobilizações em defesa dos territórios e o fortalecimento de propostas baseadas na participação comunitária.

6.2.1 Jornadas de Escucha a la Ciencia y al Territorio

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2024, ocorreram, na *Universidad Pablo de Olavide* (UPO), em Sevilha, Espanha, as *Jornadas de Escucha a la Ciencia y al*

Territorio: ¿Transición Ecológica o Especulación Energética? Hagamos las cosas bien. O evento foi organizado pela ALIENTE – *Alianza Energía y Territorio*, em parceria com a mencionada universidade, por meio do *Plan Complementario de Biodiversidad de CEI-CamBio* e o *Proyecto CoNECT1*.

O principal objetivo das jornadas foi analisar o processo atual de transição energética e a expansão das energias renováveis na Espanha, destacando seus impactos nas áreas rurais e na biodiversidade, além de propor soluções para uma transição mais justa e democrática, com base nas vozes da ciência e dos diferentes territórios⁴² (Figura 22).

Figura 22 – Banner do evento na UPO, 2024



Fonte: acervo da autora. Dados da Pesquisa, 2024.

Foram promovidas seis mesas de debate, que reuniram 35 apresentações de pesquisadoras, pesquisadores, especialistas e representantes de associações. As sessões foram abertas ao diálogo com o público, com possibilidade de envio de perguntas *online* por meio da transmissão ao vivo no canal da ALIENTE⁴³ no *YouTube*. Os temas abordados incluíram: a) especulações em torno da expansão das energias renováveis; b) impactos sociais; c) meio ambiente e biodiversidade; d) desafios relacionados à soberania alimentar, agricultura e paisagem; e) “Renováveis

⁴² Disponível em: <<https://aliente.org/jornadas-de-escucha-a-la-ciencia-y-territorio>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

⁴³ Gravação do evento: <<https://www.youtube.com/watch?v=6sYU8dobILQ&t=7348s>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

assim, sim” – com destaque para casos de sucesso; e f) geração de energia distribuída (ALIENTE, 2024, *online*).

Considerando que as jornadas foram gravadas e disponibilizadas no *YouTube*, destaco, com base na minha experiência e atravessamentos, os seguintes aspectos: as resistências locais e as mobilizações sociais frente à instalação de megaprojetos energéticos; a problematização do uso do termo NIMBY no contexto dessas lutas; e a exibição do documentário *Vidas Irrenovables (naturaleza o miseria)*, além dos principais pontos do manifesto *Renovables Así Sí*, resultante do evento.

No que se refere às resistências locais e mobilizações sociais, destaca-se a atuação da *Alianza Energía y Territorio* – ALIENTE, um coletivo nacional/espanhol que reúne atualmente mais de duzentas organizações – entre associações, cooperativas, coletivos, institutos, plataformas, observatórios e sociedades. A ALIENTE propõe um modelo baseado na geração distribuída de energia renovável, na economia energética e no autoconsumo, com ênfase na defesa dos territórios e de sua biodiversidade⁴⁴.

Durante as jornadas, destacou-se que as mobilizações contra a instalação de megaprojetos energéticos em áreas rurais espanholas têm desempenhado um papel fundamental na denúncia dos diversos impactos negativos gerados, bem como na contenção de sua expansão em determinadas comunidades. No entanto, essas formas de resistências são frequentemente rotuladas de forma pejorativa como NIMBY (Not In My Backyard – “não no meu quintal”), expressão comumente utilizada para deslegitimar as reivindicações sociais diante da imposição de grandes projetos energéticos.

Segundo Oriol Nel·lo (2003), o termo NIMBY sugere que os opositores agem por interesse “egoísta”, rejeitando a instalação de projetos apenas em suas comunidades, mas aceitando sua implementação desde que seja realizada em qualquer outro lugar. Por exemplo, rejeitam um parque eólico em seu território, mas não recusariam a sua instalação em territórios distantes, como em outras regiões da Europa ou países do Sul Global.

Contudo, no contexto das jornadas, diversos participantes contestaram essa interpretação, afirmando que “não se trata apenas do meu quintal, mas do nosso

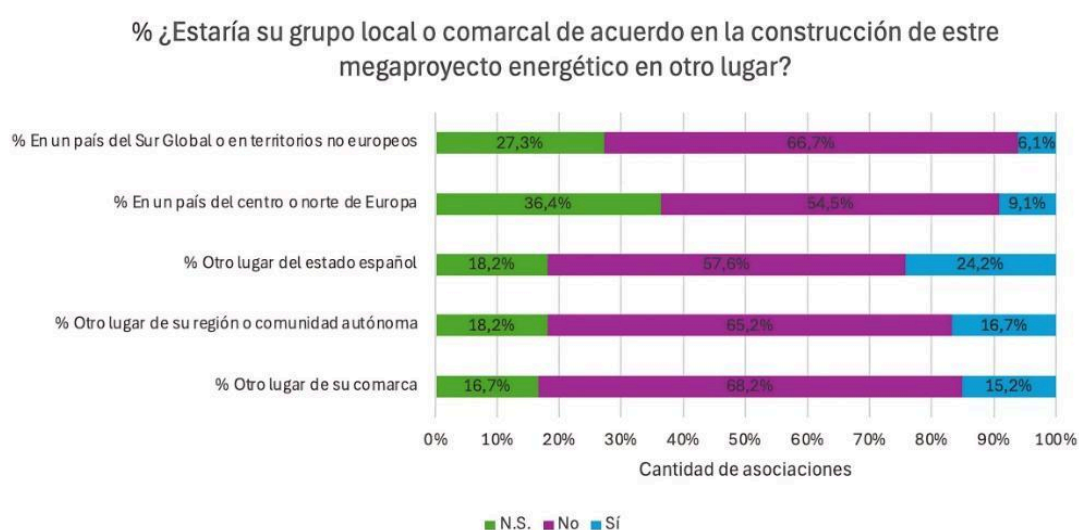
⁴⁴ Ver, por exemplo: <<https://aliente.org/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

território. A biodiversidade é patrimônio de todos, e sua destruição afeta a todos”. Argumentou-se ainda que estigmatizar as preocupações e as mobilizações como NIMBY é reducionista e inadequado, uma vez que as resistências sociais se encontram fundamentadas em estudos científicos e vozes dos territórios que denunciam as violações socioambientais (biodiversidade, solos, água), as injustiças socioeconômicas (expropriações, especulação, ausência de benefícios locais) e a ausência de democracia energética (decisões centralizadas, sem participação local).

Na apresentação intitulada *Transición energética corporativa, megaproyectos de energías renovables y conflictos socio territoriales en los espacios agrarios*, o Professor Doutor Alberto Matarán Ruiz (2024) destacou que a maioria dos coletivos que defendem os seus territórios também se posiciona contra a construção de megaprojetos energéticos em outras regiões.

Com base nas informações apresentadas pelo professor Ruiz (2024) durante as jornadas e na figura de referência (Figura 23), mais de 60% dos coletivos que defendem os territórios não se enquadram no perfil NIMBY – ou seja, não se opõem aos megaprojetos apenas por afetarem seus territórios, mas rejeitam a implementação desse modelo em qualquer outro lugar, incluindo países do Sul Global e outras regiões não europeias. Ainda assim, chama a atenção o percentual dos que concordam ou declaram “não saber” a respeito da questão.

Figura 23 – Percentual de NIMBY entre coletivos em defesa do território



Fonte: apresentado pelo Professor Doutor Alberto Matarán Ruiz durante o evento, em 2024⁴⁵.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WYB_6r_lYoU&t=7029s>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Além disso, o evento contou com a exibição do documentário “*Vidas Irrenovables – Naturaleza o Miséria*”, dirigido por Francisco Vaquero e produzido pela equipe Metáfora Visual⁴⁶. A produção retrata os impactos da expansão dos megaprojetos de energia renovável em comunidades rurais espanholas, evidenciando desmatamento crescente, morte de aves provocadas pelo funcionamento dos aerogeradores, perda de biodiversidade, expropriação territorial, alta rotatividade empresarial e dificuldade de responsabilização, descumprimento da legislação ambiental, além de posicionamentos diversos e mobilizações sociais contrárias.

Nesse contexto, o Manifesto “Renovables Así Sí”, resultante das jornadas realizadas em Sevilha, apresenta críticas ao *Plan Nacional Integrado de Energía y Clima* (PNIEC), destacando diretrizes fundamentais para a política energética e ambiental espanhola, bem como princípios necessários à transição energética em curso. Segundo a ALIENTE (2024), o PNIEC repete erros em um contexto de queda da demanda por energia, promovendo megaprojetos insustentáveis e a formação de “bolhas especulativas”, que desconsideram problemas ambientais como o empobrecimento do solo, a crise hídrica, a desertificação, a perda de biodiversidade e o esgotamento de recursos decorrente da exploração desenfreada.

Em seguida, são elencadas dez diretrizes para a política energética e ambiental no intuito de realizar uma mudança radical, conforme a ALIENTE (2024): moratória a projetos de alto impacto; suspensão de implantações em áreas rurais até estudos científicos completos; planejamento baseado na ciência, no respeito à biodiversidade e às populações rurais; monitoramento e restauração ambiental; dimensionamento das instalações de megaprojetos conforme demanda energética real; uso de áreas já antropizadas para instalações solares (e.g., telhados, estradas, minas desativadas); análise do ciclo de vida das instalações; evitar desigualdades territoriais; promoção e incentivo ao autoconsumo e às comunidades energéticas; transparência com participação pública e combate a expropriações territoriais.

Por fim, o manifesto enfatiza que a transição energética deve ser guiada pelos princípios da eficiência, sobriedade, solidariedade, sustentabilidade e participação democrática (ALIENTE, 2024). Na sequência, discute-se uma proposta

⁴⁶ Para mais informações: <<https://metaforavisual.com/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

de geração de energia comunitária em contextos rurais da Espanha, com base na participação em uma oficina dedicada ao tema.

6.2.2 Oficina sobre comunidades energéticas em entornos rurais

Em outubro de 2024, as visitas às escolas rurais na região da Catalunha, vinculadas à Zona Escolar Rural (ZER) Moianès Llevant, possibilitaram o acompanhamento de atividades pedagógicas e a interação com professoras/es, estudantes e colaboradores locais envolvidos com iniciativas ligadas à transição energética na comunidade rural do entorno.

A partir dessa rede escolar e comunitária, estabeleceu-se o contato para a participação na oficina intitulada *Explorando el potencial transformador de las Comunidades Energéticas en Entornos Rurales*, organizada por um grupo de pesquisa do *Instituto de Ciencia y Tecnología Ambientales* da *Universidad Autònoma de Barcelona* (ICTA-UAB).

A oficina reuniu representantes de comunidades energéticas rurais, integrantes de entidades de apoio e pesquisa, provenientes de diferentes territórios da Espanha e também do Brasil. O encontro teve como objetivo “tecer redes e refletir sobre o potencial transformador das Comunidades Energéticas Locais (CELs) no meio rural, além de compreender a diversidade de condições que influenciam seu desenvolvimento no contexto espanhol” (Sánchez, 2025, p. 3, *tradução própria*).

Conforme ressaltado no evento e na devolutiva, apresentada por Cristina Pérez Sánchez *et al.* (2025), as comunidades energéticas são iniciativas coletivas voltadas para a geração, consumo e compartilhamento de energia em nível local, de maneira colaborativa e participativa. Além disso, em áreas rurais, muitas vezes tratadas como “zonas de sacrifício”, essas iniciativas têm se apresentado como alternativas aos megaprojetos energéticos corporativos, desempenhando ainda um papel fundamental na revitalização de territórios vulnerabilizados, no fortalecimento dos vínculos comunitários, na promoção da autonomia energética e no fomento à resiliência e transformação econômica e socioambiental (Sánchez, 2025).

Os resultados da oficina, elencados por Sánchez *et al.* (2025), indicam que as Comunidades Energéticas Locais (CELs) têm promovido efeitos transformadores em áreas rurais, como maior coesão social, solidariedade, dinamização da vida comunitária, combate à pobreza energética e redução de custos com eletricidade.

Também contribuem para a economia social e solidária, a consciência ambiental e a redução de emissões de gases de efeito estufa (Sánchez *et al.*, 2025).

Na devolutiva, evidenciam-se os padrões espaciais de comunidades de energia locais na Espanha, seus potenciais de transformação nos contextos rurais, as barreiras e oportunidades, bem como a importância das redes colaborativas. Destaca-se ainda a existência de iniciativas que se autodenominam “comunidades energéticas”, mas que não atendem aos princípios estabelecidos pelas normativas europeias. Trata-se das chamadas “falsas CELs” – projetos de autoconsumo compartilhado promovidos por empresas do oligopólio energético, por exemplo, marcados pela ausência de participação cidadã, dinamização social e adaptação às necessidades locais, conforme exposto por Sánchez *et al.* (2025).

No tópico seguinte, destacam-se outros modos de sonhar, viver e se relacionar com a natureza em diálogo com os povos indígenas amazônicos de diferentes países da América do Sul (e.g., Brasil, Equador, Venezuela, Colômbia, Peru).

6.3 O futuro é ancestral: vozes de mulheres indígenas e múltiplos modos de habitar o mundo

(...) *El sol, mediante la luna,
mediante la estrella,
mediante el agua,
mediante la tierra
– el alimento que comemos,
los sueños que nos hablan...
Todos estamos conectados.*

(Alice Lepetit e Yanda Montahuano
To make your dream – Amazonas, 2024)

Em 13 de novembro de 2024, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona abriu as suas portas para a exposição “Amazonias – El Futuro Ancestral”, que proporcionou um olhar amplo e plural sobre a cultura amazônica, a partir de vozes autóctones que, por meio *da arte, do pensamento, da ciência e do ativismo*, propõem outros modos de vida e de relações com a natureza⁴⁷. Na Figura 24,

⁴⁷ Ver, por exemplo: <<https://www.cccb.org/es/exposiciones/ficha/amazonias/243781>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

encontra-se uma das obras exibidas intitulada *La cosmovisión Shipibo Konibo* da artista Cordelia Sánchez.

De modo geral, a mostra foi organizada nas principais áreas temáticas: a) a mensagem das raízes – destacou as cosmovisões ancestrais dos povos amazônicos, vozes e lutas das mulheres indígenas contra o patriarcado; b) uma árvore feita de água – evidenciou a potência da produção artístico-cultural e a diversidade linguística amazônica; c) bonanças vorazes – abordou a história colonial da Amazônia e o extrativismo predatório (e.g., mineração, petróleo, agricultura extensiva, pecuária, hidrelétricas) como fundamentos do “progresso” ocidental, marcados por racismo, violência e exploração; e d) somos um tecido – ressaltou a importância dos sonhos e interconexões entre todos os seres e seus múltiplos modos de existência (Carreras, 2024).

Figura 24 – *La cosmovisión Shipibo Konibo* – Cordelia Sánchez



Fonte: exposição “Amazonias - El Futuro Ancestral”. Acervo da Autora. Dados da Pesquisa, 2024.

Como parte da programação, participei de duas conversas com duas lideranças indígenas: Ehuana Yaira Yanomami, artista, pesquisadora e líder yanomami (Brasil), e Patricia Gualinga, representante do povo *kichwa* de *Sarayaku* (Equador), ativista climática e defensora dos direitos das mulheres, da natureza e dos povos indígenas. Em diálogo com a jornalista Eliane Brum e com o público, ambas compartilharam suas experiências e reflexões sobre a resistência de seus

povos diante das ameaças socioambientais impostas pelo extrativismo – mineração, petrolíferas, desmatamento, e sobre os corpos das meninas e mulheres.

Nesse “encontro entre mundos”, como descreveu Eliane Brum, Ehuana falou em língua yanomami – com tradução para o português realizada pela antropóloga Ana Maria A. Machado – sobre a invasão dos garimpeiros e as ameaças genocidas nas terras indígenas yanomami, que provocam contaminação dos rios, propagação de doenças (como malária e diarreia), violência sexual contra mulheres, estupro de meninas pequenas, além do aliciamento de jovens para o trabalho no garimpo.

Ressaltou também a particularidade do parto entre as mulheres yanomami, que contam com o apoio de uma árvore para dar à luz – evidenciando, assim, a violência obstétrica da medicina ocidental, que as obriga a parir deitadas. Entre os yanomami, as crianças nascem na floresta. Conforme relatou Ehuana, mãe de quatro filhos, no primeiro parto sempre há ajuda; nos seguintes, é comum que a mulher dê à luz sozinha. No nascimento de sua filha, pariu de cócoras, cortou o próprio cordão umbilical e depositou a placenta no alto de uma árvore onde havia um ninho de formigas venenosas – para que a criança crescesse valente.

A primeira fala de Ehuana não foi traduzida. Como destacou Eliane Brum, foi “um convite a escutar além das palavras, o que todo o corpo de Ehuana está nos dizendo. (...) Para lembrarmos que há algo que não seremos capazes de alcançar”. Ao final, Ehuana reafirmou a importância de se somar à luta: “Vocês me olharam nos olhos. Vocês me escutaram. Então quero que vocês continuem pensando sobre o meu povo e se juntem à nossa luta”. Na sequência de sua fala, foi exibido o filme “A Queda do Céu”, inspirado no livro homônimo de Davi Kopenawa – xamã e liderança yanomami – em parceria com o antropólogo Bruce Albert, no Festival de Cinema Independente de Barcelona.

Por sua vez, Patricia Gualinga, compartilhou diversas ameaças do extrativismo e do desmatamento enfrentadas pelo seu povo *Kichwa* de *Sarayaku*, que conseguiu impedir o avanço de uma empresa petroleira em seu território. Em um cenário em que todos acreditavam ser impossível, Patricia Gualinga destacou elementos fundamentais para “ganhar a luta”, tais como a importância da unidade local, a mobilização de todos os conhecimentos disponíveis, o posicionamento e radicalidade das mulheres frente a seus maridos e familiares, a construção de alianças e o respaldo em direitos garantidos por lei.

Ressaltou ainda que Sarayaku – “pueblo del mediodía”, a terra do centro que conecta o céu e a terra – está situada em plena selva, e que os Gualinga descendem de mulheres e homens jaguares. Entre as questões decididas e consideradas inegociáveis, enfatizou que o seu povo não quer exploração petrolífera, mineração ou estradas em seus territórios – e, portanto, não há necessidade de consultas sobre esse assunto. O grande objetivo, segundo ela, é que a Amazônia continue existindo. E, para isso, é urgente romper paradigmas e começar a sentir a natureza, independentemente do lugar onde estejamos, pois trata-se de uma luta pela vida – estamos interconectados.

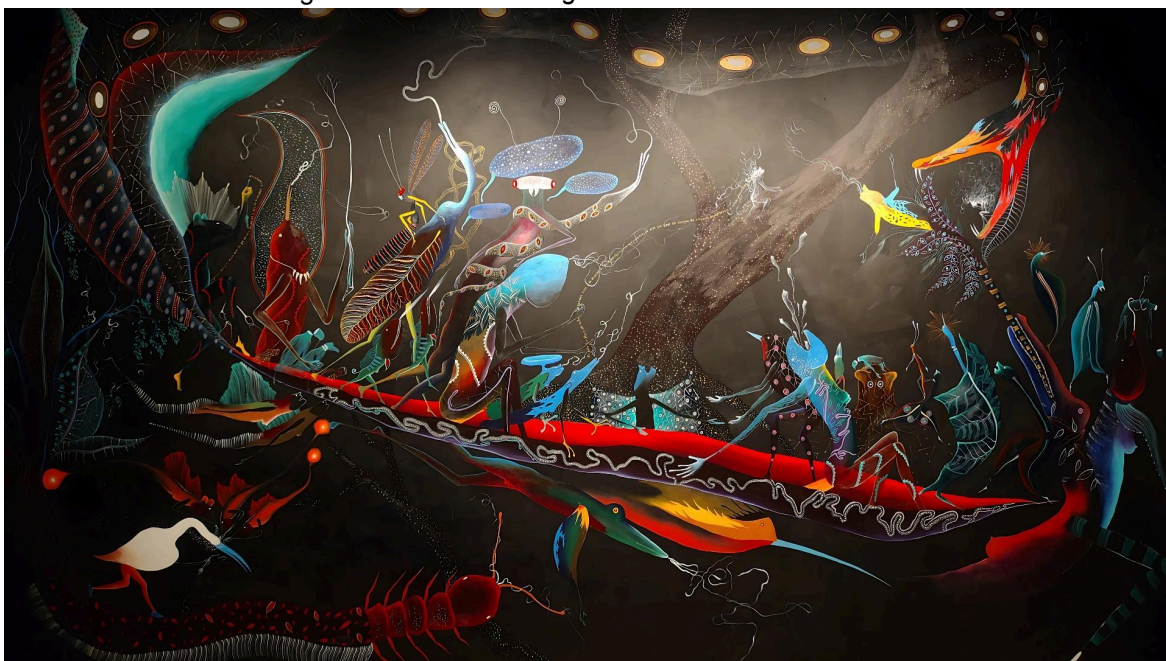
Além disso, conforme mencionado por Patrícia Gualinga, os Sarayaku concebem a selva como ser vivo, inteligente e consciente – *Kawsak Sacha*, sendo o Equador, o primeiro país no mundo a reconhecer os direitos de seres não humanos – os direitos da natureza, assegurados no capítulo sétimo da *Constitución de Ecuador – Derechos de la Naturaleza* (2008).

Sobre o futuro da Amazônia, Claudi Carreras (2024) destacou, no catálogo da exposição, a resposta de Vanda Ortega Witoto, pertencente ao povo indígena Witoto, professora e ativista pelos direitos dos povos indígenas no Brasil, que afirma:

Nuestra generación está haciendo un camino de regreso, queremos volver a nuestros territorios, tener condiciones para estar en nuestro pueblo, escuchar a nuestros ancianos, a nuestros abuelos, registrar la memoria que en algún momento mi pueblo perdió. Hoy se habla mucho de futuro ancestral, pero me angustia pensar en ese futuro. Estamos trabajando para provocar que las personas se conecten con su pasado, con su historia, con la memoria de sus comunidades, para que se conecten con la naturaleza. (...) Nosotros creemos que toda la naturaleza tiene vida y precisa ser protegida porque, finalmente, es nuestra propia vida (Witoto, 2024).

Como destaca Rember Yahuarcani, artista e ativista da nação Uitoto, norte da Amazônia Peruana, através de inscrições na obra *Sueños Indígenas* (Figura 25), “a arte indígena contemporânea chega em tempos de extrema polarização e crise planetária”, e, nesse contexto, “a pintura indígena é um ato de fé, um ato de fé em nossos ancestrais”.

Figura 25 – *Sueños Indígenas* – Rember Yahuarcani



Fonte: exposição “Amazonias - El Futuro Ancestral”. Acervo da Autora. Dados da Pesquisa, 2024.

Diante disso, a exposição “Amazonias – El Futuro Ancestral” convidou a adentrar em um universo de conflitos e resistências, mas também a uma imersão em encantamentos e com seres encantados, em seus diversos mundos sensíveis e possíveis, que, através dos sons, cheiros, cores, rituais e histórias, nos mostram conhecimentos profundos da natureza e ancestralidade, evidenciando a importância dos sonhos e de aprender a sonhar como potência de vida.

6.4 Aproximações e contrastes com a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia

Diante do exposto, observa-se que, tanto nos movimentos sociais e coletivos espanhóis como nas falas de lideranças indígenas e nas pautas da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA), destaca-se a defesa do território como espaço de vida, memória, ancestralidade e identidade. Evidencia-se, ainda, a relevância da auto-organização comunitária, da atuação dos movimentos sociais e do protagonismo das mulheres na construção de estratégias coletivas de resistência à lógica extrativista e de enfrentamento ao colonialismo energético.

No caso das comunidades rurais espanholas, os movimentos sociais articulados à ALIENTE questionam o modelo corporativo de transição energética

respaldado pelo *Plan Nacional Integrado de Energía y Clima* (PNIEC), denunciando expropriações de terras, desmatamento, perda de biodiversidade, descumprimento de legislações ambientais e ausência de participação local. Em contraponto, propõem modelos alternativos, como as Comunidades Energéticas Locais (CELs), com base no autoconsumo, autonomia comunitária, geração distribuída e gestão comunitária.

A MVMA, por sua vez, defende um território agroecológico e feminista, legislações específicas e salvaguardas socioambientais frente a expansão de megaprojetos energéticos, denunciando contratos abusivos, expropriações territoriais, apagamento comunitário, intensificação das violências contra as mulheres e das desigualdades de gênero, impactos socioambientais, danos à saúde e racismo ambiental. As mulheres agricultoras da MVMA ressignificam a própria noção de energia, propondo modelos comunitários de geração de energia eólica solar e articulações com programas como Um Milhão de Telhados Solares.

Em paralelo, as lideranças indígenas – como Ehuana Yaira Yanomami e Patricia Gualinga – inserem a luta pela Amazônia no mesmo campo da defesa territorial, evidenciando as ameaças socioambientais impostas pelo extrativismo (mineração, petrolíferas, desmatamento) e seus impactos sobre os corpos das meninas, mulheres e povos originários.

Nessa perspectiva, a floresta, os rios e os territórios não são apenas recursos, mas entes vivos e de direitos – o que se aproxima da noção de “território corpo-terra”, proposta por Lorena Cabnal (2010), que evidencia a indissociabilidade entre o corpo das mulheres e o território como espaços em disputa, historicamente marcados por violências coloniais, racistas, capitalistas e patriarcais.

Com base na noção de colonialismo energético proposta por Ruiz e Contreras (2023), evidenciam-se as disputas em torno da transição energética e a persistência de relações coloniais históricas que atravessam os territórios do Sul Global, como no caso do semiárido brasileiro, e que também se manifestam, ainda que em menor grau, nas periferias do Norte Global, como no caso espanhol.

Nos contextos supracitados – comunidades rurais espanholas, lideranças indígenas amazônicas e mobilizações de mulheres agricultoras da MVMA –, observa-se, a partir da lente do colonialismo energético, a reprodução da lógica extrativista por meio de megaprojetos eólicos, solares, de mineração e de petróleo que transformam esses territórios em espaços de sacrifício. Nessa dinâmica, os

impactos ambientais, sociais e culturais recaem de forma desproporcional sobre quem vive, trabalha e produz localmente, enquanto os benefícios econômicos e energéticos são direcionados a centros distantes de poder e consumo.

Essa lógica, sustentada por discursos neoliberais, racistas, patriarcais e ecofascistas, evidencia as profundas assimetrias de poder entre Estados, corporações transnacionais e comunidades locais, como destacam Ruiz e Contreras (2023). Contudo, nesses territórios também emergem potentes resistências, expressas nas propostas da MVMA, que defendem um território agroecológico e feminista, além de reivindicar uma transição energética justa, democrática e popular; nas ações das lideranças indígenas na Amazônia em defesa do “território corpo-terra” e da preservação de modos de vida ancestrais; e na atuação de movimentos sociais e coletivos espanhóis, que propõem modelos alternativos, participativos e comunitários de geração e gestão energética.

Ressaltam-se, por fim, as especificidades dos contextos geopolíticos e territoriais da América Latina, onde diferentes vertentes feministas, desde os processos de colonização, denunciam o extrativismo como um processo estruturante das desigualdades de gênero, raça e classe (Ulloa, 2020). Nesse cenário, evidencia-se o caráter revolucionário dos movimentos de mulheres – como a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) – que, ao enfrentarem a lógica colonial, racista, patriarcal e capitalista, afirmam-se como forças principais de transformação social. Essa perspectiva dialoga com Silvia Federici (2022), para quem tais mobilizações desempenham papel fundamental na construção de alternativas coletivas e emancipatórias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo compreender as mobilizações e propostas das mulheres agricultoras articuladas na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA), diante da expansão dos megaprojetos de “energia renovável” no semiárido paraibano, com ênfase no território do Polo da Borborema, e suas implicações políticas, socioambientais e educacionais.

Inicialmente, buscou-se contextualizar a emergência da MVMA, identificando os fatores que impulsionaram a participação das mulheres agricultoras desde sua idealização até os dias atuais. Nesse percurso, foram assinaladas suas principais demandas, reivindicações e conquistas, com o propósito de apresentar um panorama histórico do movimento e mostrar a continuidade e aprofundamento das lutas, especialmente nas edições mais recentes da Marcha (13^a a 16^a), relacionadas ao enfrentamento aos projetos de energia corporativa no Polo da Borborema.

A Marcha mantém uma relação estreita com o movimento sindical no território da Borborema, destacando-se o legado de Margarida Maria Alves e, a partir da década de 1990, a inserção das mulheres agricultoras – como as interlocutoras desta pesquisa – nos Sindicatos de Trabalhadoras(es) Rurais da Paraíba. A chegada da AS-PTA, em 1993, e sua articulação com o Polo da Borborema, contribuiu para o fortalecimento das práticas agroecológicas e para a ampliação da participação política das mulheres em diferentes esferas da sociedade.

Ao ocuparem espaços de liderança, as interlocutoras relataram que passaram a incorporar ao cotidiano sindical – historicamente marcado por estruturas patriarcais, hierarquias de gênero e exclusões – temas antes silenciados, como as violências de gênero, a valorização do trabalho das mulheres, o cuidado com a saúde das famílias e a defesa da agroecologia como projeto político de vida, sobretudo por meio da atuação da Comissão de Saúde e Alimentação do Polo.

Foi nesse contexto que emergiu a proposta de realização da I Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, como forma de protesto público diante das múltiplas violências sofridas pelas mulheres e da invisibilização de seus trabalhos na agricultura familiar. A iniciativa partiu do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Remígio/PB e foi prontamente acolhida pelos demais municípios que compõem o Polo da Borborema.

A MVMA vai além do ato público de ocupar as ruas, constitui um processo formativo contínuo de (trans)formação individual, coletiva, socioambiental e política. Envolve, por exemplo, a escolha dos temas de cada edição – construídos a partir da escuta das comunidades, com especial atenção às vivências das mulheres –, as reuniões preparatórias, que promovem momentos de diálogo, sensibilização e formação política, e a continuidade das lutas, com a ampliação das articulações, incorporação de novas pautas e fortalecimento comunitário e sociopolítico. Ao longo dos anos, a Marcha tem reunido um número crescente de participantes em defesa da vida das mulheres e da construção de um território agroecológico feminista.

Em seus dezesseis anos de existência, com edições realizadas em diferentes municípios paraibanos, a MVMA tem pautado reivindicações pelo fim das violências de gênero, da cultura do estupro, dos feminicídios e da impunidade diante dos crimes cometidos contra as mulheres. Também tem denunciado as desigualdades de gênero, incluindo a desvalorização e invisibilização do trabalho das mulheres na agricultura familiar, sua exclusão dos espaços de poder e sua sobrecarga de trabalho, além de incorporar lutas contra o racismo, a LGBT+fobia e a cultura patriarcal. Em seu horizonte político, destaca-se a defesa da democracia como condição fundamental para a prática da agroecologia.

Desde a sua primeira edição, as Cartas Políticas da MVMA e as narrativas das interlocutoras evidenciam que o trabalho articulado com o Polo da Borborema tem promovido a visibilidade das mulheres na produção agroecológica, na segurança alimentar, na economia solidária, no bem-estar comunitário e na afirmação cultural. A inserção e o fortalecimento da participação das agricultoras em espaços públicos como sindicatos, associações, fundos rotativos solidários, mercados e feiras agroecológicas têm contribuído para o reconhecimento de seus papéis sociopolíticos e de seu trabalho, fortalecendo sua autoestima e promovendo maior autonomia econômica e política.

Além disso, há cerca de três décadas, o território da Borborema vem construindo, de forma contínua, um processo agroecológico que resultou na recuperação de matas, corpos d'água e solos; no resgate, preservação e multiplicação das sementes da paixão/crioulas; na diversificação da produção agrícola; e no fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica. Esse percurso tem sido marcado por intensa auto-organização das famílias, em especial das mulheres agricultoras, por meio de iniciativas como os Fundos Rotativos

Solidários e a gestão da água viabilizada por políticas públicas, as quais contribuíram para o avanço da soberania alimentar e a superação de contextos históricos de pobreza e desnutrição na região.

Em 2018, durante visitas e diálogos com famílias agricultoras, as mulheres da Borborema identificaram a presença de representantes de empresas de *energia renovável* que circulavam pelo território, instalando anemômetros em propriedades e realizando estudos preliminares para a implantação de parques eólicos e usinas solares. Com o apoio da AS-PTA e a articulação da CPT, iniciaram uma investigação mais aprofundada sobre o tema. Nesse processo, foram realizados estudos técnicos por assessorias e promovidas visitas de intercâmbio entre lideranças sindicais e comunidades rurais que conviviam com os megaprojetos energéticos, como nos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Durante os intercâmbios, as lideranças se depararam com uma realidade marcada por promessas não cumpridas, desestruturação do modo de vida no campo, conflitos comunitários, múltiplas formas de violência e diversos impactos socioambientais negativos. A partir dessas experiências, as mulheres agricultoras compreenderam que esse modelo energético não se alinhava aos modos de vida nem ao projeto agroecológico das famílias da Borborema. Diante de situações de conflitos comunitários, da inércia ou hesitação de alguns companheiros e da urgência percebida, decidiram assumir a condução da resistência, dos enfrentamentos e da articulação política, incorporando a pauta à MVMA, conforme suas narrativas.

É nesse contexto que, nas quatro edições mais recentes da Marcha (13^a a 16^a), as mulheres agricultoras têm se mobilizado em defesa da Borborema Agroecológica e contra a implantação de megaprojetos de energia eólica e solar. Reafirmam, nesse processo, a importância da Caatinga viva para a convivência com o semiárido e o enfrentamento das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que denunciam os impactos negativos desses empreendimentos e apresentam propostas baseadas nas demandas e realidades locais.

Dentre os impactos evidenciados nas mobilizações públicas da MVMA, nas Cartas Políticas e nas narrativas de mulheres líderes da Marcha e de comunidades atingidas pelo modelo industrial de “energia renovável”, destacam-se: a) contratos abusivos e processos de apropriação territorial; b) intensificação da violência contra as mulheres e aprofundamento das desigualdades de gênero; c) impactos

socioambientais e violações de direitos; d) danos à saúde das populações locais; e) expropriação territorial e apagamento das formas comunitárias de vida; e f) racismo ambiental e transformação da Caatinga em zona de sacrifício.

Nesse sentido, as narrativas das mulheres evidenciam que os megaprojetos energéticos constituem mais uma forma de violência sobre seus corpos-territórios, revelando dimensões políticas, culturais, econômicas, corporais e ecológicas da (re)patriarcalização dos territórios. Trata-se de um processo que promove reconfigurações patriarcais, aprofundando desigualdades de gênero, violências contra as mulheres, expropriações e destruição ambiental, reproduzido por um modelo extrativista capitalista.

Além disso, as mulheres denunciaram o racismo ambiental que transforma a Caatinga em território de sacrifício, a fim de justificar a instalação dos megaprojetos energéticos na região, (re)produzindo dinâmicas coloniais em sua forma mais atual, ou, ainda, aquilo que tem sido denominado de colonialismo energético, exercido por corporações, governos e acordos internacionais.

As interlocutoras evidenciaram a necessidade de repensar e ampliar o debate sobre o que se compreende por “energia”, frequentemente reduzida à produção e ao consumo de eletricidade. A partir de suas experiências, apontam diferentes sentidos e dimensões associados ao termo: energia como sinônimo de vida; energias, no plural, que circulam nos corpos, nos espaços e na natureza; energia como elemento fundamental no cotidiano das famílias agricultoras, necessária para garantir luz elétrica, acesso a eletrodomésticos, comunicação e produção agrícola; e energia para além da eletricidade, diretamente vinculada à qualidade de vida no campo, ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica e à continuidade das famílias nos seus territórios.

Em seus relatos, as mulheres da Borborema reconhecem a importância das fontes renováveis. No entanto, alertam que, quando implantadas de forma desordenada e sem diálogo com as comunidades, essas iniciativas podem desestruturar territórios, destruir biomas e comprometer a produção de alimentos, ameaçando o bem viver, a autonomia e os modos de vida rurais, especialmente de agricultoras/es, comunidades quilombolas e povos indígenas.

Nesse contexto, defendem um projeto de geração de energia descentralizado, popular e democrático. Como contraponto ao modelo corporativo, destaca-se o programa *Um Milhão de Tetos Solares*, articulado às práticas de construção

agroecológica e à defesa de um semiárido vivo, conforme expressado pelas mulheres da Borborema e pela Articulação Semiárido Brasileiro.

Em Marcha, por meio de suas narrativas e Cartas Políticas, defendem a participação ativa das comunidades rurais – em especial, das mulheres – nos espaços de gestão e decisão sobre projetos energéticos, bem como a criação e a reformulação de normativas que assegurem a proteção dos territórios de produção alimentar.

A atuação das mulheres agricultoras organizadas pelo Polo da Borborema tem sido incisiva e decisiva na resistência aos avanços corporativos. Por meio da articulação sindical e do fortalecimento da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ampliaram a projeção de suas denúncias e pautas. As mobilizações regionais ganharam alcance nacional, resultando na abertura de uma mesa de negociações com ministérios e na visita de comitivas governamentais aos territórios agroecológicos da região.

Além disso, a partir da afirmação e defesa de um território agroecológico e feminista, a Marcha constitui-se como um *lócus* de produção de alternativas epistêmicas e pedagógicas contra-hegemônicas, atuando como catalisadora de transformações sociais e oferecendo subsídios fundamentais para uma educação ambiental feminista.

Dentre suas principais contribuições, destacam-se:

a) a necessidade de um conhecimento situado, antipatriarcal, antirracista e contracolonial, articulado às lutas e movimentos de mulheres. Daí a urgência de uma insurgência político-epistêmica que desafie as estruturas hegemônicas e afirme outras formas de conhecer, existir e produzir conhecimentos;

b) a incorporação político-educacional da dimensão do corpo-território, que reconhece a articulação entre o território e o corpo das mulheres como espaços em disputa, historicamente marcados por violências coloniais, racistas, capitalistas e patriarcais;

c) promoção do cuidado, da regeneração e do retorno à Terra, com a agroecologia como prática de autonomia, exercício democrático e transformação das relações de poder, além do cuidado com corpos-territórios; e garantia de alimentos saudáveis, direitos e futuros possíveis para as populações do campo e da cidade.

Essas reflexões ganham ainda mais relevo a partir das experiências vivenciadas durante o estágio doutoral sanduíche realizado na *Facultat d'Educació*

da *Universitat de Barcelona* (Espanha). Por meio das articulações entre universidade, escolas rurais e comunidades locais, foi possível vislumbrar algumas dinâmicas da transição energética no contexto espanhol, tanto a partir da perspectiva de gestores de empresas do setor (nuclear e eólico) como de iniciativas comunitárias.

Por um lado, no âmbito empresarial, destacou-se na narrativa do interlocutor e nas palestras assistidas na escola, o compromisso com o *Plan Nacional Integrado de Energía y Clima* e com a Agenda 2030, que respaldam a transição da matriz energética, com vistas à redução das emissões de gases de efeito estufa, sobretudo aquelas provenientes do uso de combustíveis fósseis. Nesse contexto, a expansão das energias renováveis é apresentada como estratégia fundamental para suprir a demanda deixada pela desativação de fontes energéticas, como as usinas nucleares. As energias eólica e solar são posicionadas também como respostas viáveis e urgentes aos desafios energéticos e climáticos da contemporaneidade.

Por outro, evidenciam-se as resistências locais, das organizações e movimentos sociais contrários à instalação de megaprojetos energéticos em áreas rurais espanholas. As *Jornadas de Escucha a la Ciencia y al Territorio*, realizadas na Universidade Pablo de Olavide (UPO), trouxeram à tona os impactos desses megaprojetos nas comunidades rurais e na biodiversidade local, ao mesmo tempo em que apresentaram soluções para uma transição mais justa e democrática – geração distribuída, economia de energia e autoconsumo, por exemplo.

A maioria dos coletivos que defendem os seus territórios na Espanha também se posiciona contra a implantação de megaprojetos energéticos em outras regiões e países. Nesse contexto, destaca-se a proposta de Comunidades Energéticas Locais (CELs), concebidas como iniciativas coletivas voltadas à geração, consumo e compartilhamento de energia em escala local, de maneira colaborativa, solidária e participativa, considerando as especificidades e necessidades dos diferentes territórios.

Em contraste, a arte, pensamento, ciência e vozes dos povos amazônicos, sobretudo das mulheres indígenas, enunciam múltiplos modos de habitar o mundo, como ressaltado na exposição *Amazonias – El Futuro Ancestral*. As falas de Ehuana Yaira Yanomami (Brasil) e Patricia Gualinga (Equador) evidenciaram as resistências de seus povos diante das ameaças socioambientais impostas pelo modelo extrativista de acumulação capitalista – através de atividades de mineração e

petrolíferas, por exemplo, que intensificam o desmatamento, a destruição ambiental e impactam de modo desproporcional e violento os corpos das meninas e mulheres.

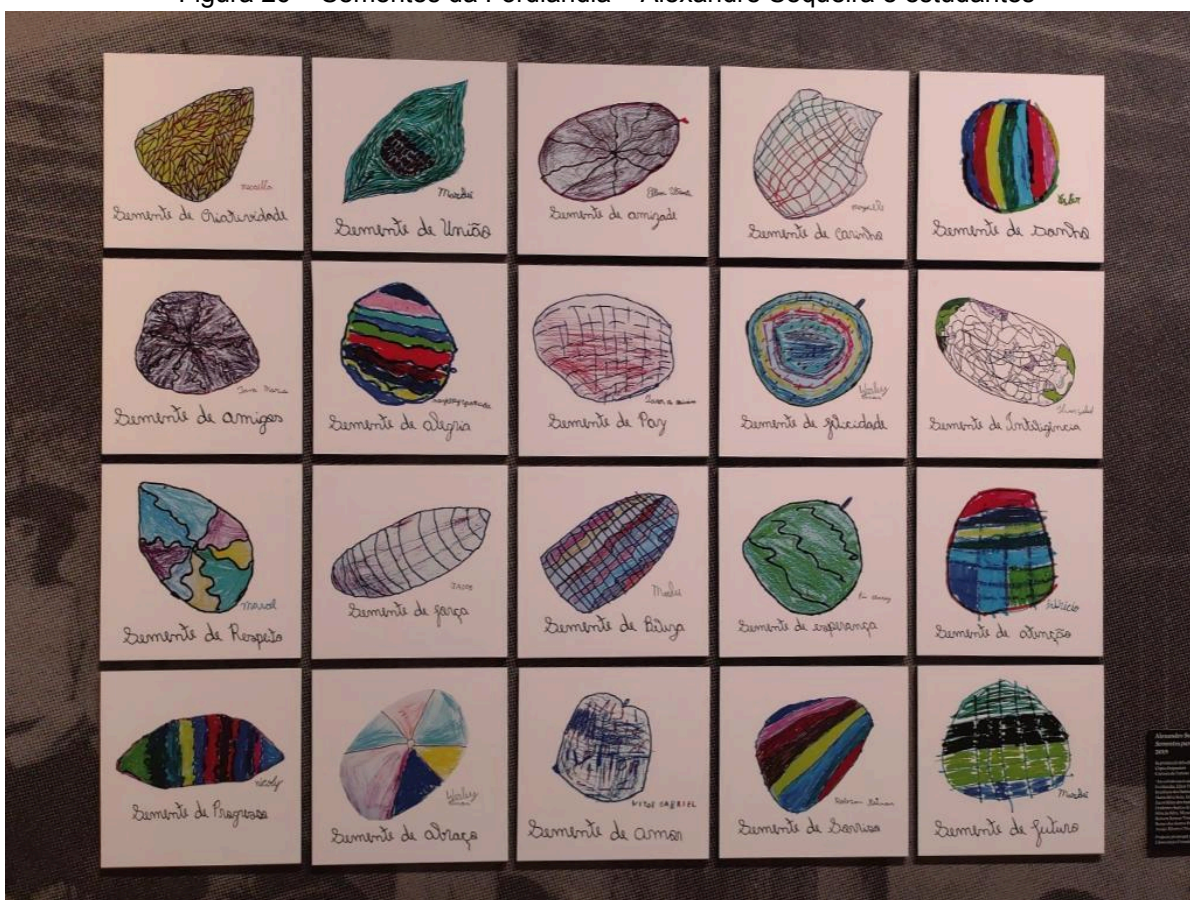
As mulheres indígenas também estão na liderança em defesa de seus corpos-territórios. Ehuana, por meio de sua arte, pesquisa e ativismo, denuncia as violências da mineração, sensibiliza e convoca todas e todos a se somarem à luta. Patricia, por sua vez, ativista e defensora dos direitos dos povos indígenas, relata que seu povo expulsou uma petroleira de seu território, reafirmando a urgência de romper paradigmas, reconhecer a interdependência entre todos os seres e garantir que a Amazônia continue viva.

A arte indígena reflete a vida pulsante, a ancestralidade, os encantamentos, os seres em suas diversas formas e modos de coexistência; os mundos que escapam aos olhares apressados e condicionados, que estão além da superfície e da forma; assim como os saberes e sonhos que resistem e subvertem as imposições coloniais de apagamento e destruição.

Ao refletir sobre *educação e futuro*, penso com Ailton Krenak (2022, p. 32) no desafio de “imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisam entrar em conflito ao evocar diferentes histórias”. Krenak convida a uma educação construída a partir de experiências reais, aberta à inventividade e conectada à ancestralidade, cujo ponto de partida e de chegada é o *aqui e agora* – pois, como afirma, “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Krenak, 2022, p. 11).

Penso, assim, na importância de resgatar, preservar e multiplicar sementes apaixonadamente subversivas na pesquisa em educação ambiental, na docência, nas práticas cotidianas, nas relações interpessoais e no exercício da autocrítica – mesmo que possam levar décadas para dar frutos, como o cultivo de uma semente de jabuticabeira. Ou como as sementes abertas à *criatividade, sonhos, respeito, alegria e esperança*, propostas por Alexandre Sequeira em colaboração com estudantes de uma escola municipal de Fordlândia (PA), dispostas na Figura 26.

Figura 26 – Sementes da Fordlândia – Alexandre Sequeira e estudantes



Fonte: exposição “Amazonias - El Futuro Ancestral”. Acervo da Autora. Dados da Pesquisa, 2024.

Diante disso, esta pesquisa contribui para compreender como a participação das mulheres na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA) evidencia processos complexos de enfrentamento às violências e de ressignificação de suas vidas, territórios e relações sociais. Ao resistirem aos projetos corporativos de transição energética que impõem impactos desproporcionais sobre seus corpos, trabalhos e modos de vida, as mulheres da Borborema denunciam a violência patriarcal presente em múltiplas escalas – no espaço doméstico, nas relações comunitárias, nas disputas com empresas e instituições estatais.

A partir da articulação entre agroecologia, feminismo e defesa do território, produzem novas compreensões sobre energia e constroem propostas alternativas de gestão coletiva dos bens comuns, ao mesmo tempo em que fortalecem a noção de territórios agroecológicos como espaços de vida, memória e resistência. Nesse processo, emergem como sujeitas políticas centrais, trabalhadoras, cuidadoras e defensoras da terra, desestabilizando hierarquias coloniais, raciais, patriarcais e capitalistas que historicamente as subalternizaram.

A tese versa sobre transição energética, no entanto, ao longo da trajetória da MVMA, outros temas emergentes foram incorporados, articulando a defesa da vida, do território e de outras formas de energia. Ao mobilizarem suas experiências de luta contra os megaprojetos energéticos, as mulheres da MVMA reorganizam e ressignificam dimensões de seus territórios e de suas próprias existências, redefinindo seus lugares e papéis na família, na comunidade e na sociedade. Desse modo, a MVMA insere-se em um movimento mais amplo que conecta a luta pela vida, pela autonomia energética e pela preservação dos territórios à transformação das relações de poder e à construção de alternativas emancipatórias para o semiárido paraibano e para outros contextos atravessados pelas mesmas disputas.

Reconheço como uma das limitações desta pesquisa a ausência de atividades de caráter aplicado diretamente vinculadas ao campo da educação, em especial da educação ambiental, em diálogo com as mulheres da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (MVMA). O estudo concentrou-se na análise de fontes como as Cartas Políticas, entrevistas narrativas, entre outros materiais, evidenciando processos de formação, aprendizagem e construção cultural de mulheres agricultoras que se tornam líderes na luta contra o capitalismo, o colonialismo, o heteropatriarcado, o racismo e o racismo ambiental, e a favor da agroecologia e do bem viver.

Daí a importância de que futuras investigações e projetos de extensão avancem no sentido de articular, de maneira mais direta, as pautas, lutas e práticas das mulheres agricultoras da Borborema com ações pedagógicas e (trans)formativas no campo da educação ambiental, alcançando crianças, jovens e pessoas idosas, dentro e fora da escola, da universidade ou de outras instituições de ensino-aprendizagem, propiciando o diálogo intergeracional.

Espero que esta pesquisa contribua para o fortalecimento dos movimentos das mulheres, especialmente do Polo da Borborema; para a formulação e aprimoramento de políticas públicas que reconheçam as especificidades dos territórios, os direitos das mulheres e populações rurais, considerando os desafios relacionados ao tema aqui abordado; bem como para a construção de práticas pedagógicas e epistemológicas feministas no campo da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

ALIENTE – Alianza Energía y Territorio. **Renovables Así Sí** – Manifiesto de Sevilla 2024. In: Jornadas de escucha a la Ciencia y al Territorio ¿Transición ecológica o especulación energética? Hagamos las cosas bien. 2024. Disponível em: <<https://aliente.org/renovables-asi-si-manifiesto-de-sevilla-2024>>. Acesso em: 10 abr 2025.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo Camponês e Popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.) **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p.75-85.

ALVES, Luciene Andrade. Transformações no espaço agrário paraibano: práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações de Geração da ANEEL - SIGA. 2024. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2liwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

_____. Recorde na expansão da geração: matriz elétrica teve aumento de 10,3 GW em 2023. 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/recorde-na-expansao-da-geracao-matriz-eletrica-brasileira-teve-aumento-de-10-3-gw-em-2023>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. Energia solar: usinas centralizadas ultrapassam os 5% na matriz elétrica brasileira, com 10,4 GW instalados. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2023/energia-solar-usinas-centralizadas-ultrapassam-os-5-na-matriz-eletrica-brasileira-com-10-4-gw-instalados>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022.

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro. Semiárido Vivo: por justiça socioambiental e democracia participativa. Carta Política X ENCONASA. 2024. Disponível em: <<https://asabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Carta-Politica-X-EnconASA.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Carta Política – 1ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2010a.

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. I Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2010b. Disponível em: <<https://aspta.org.br/2010/03/01/agricultoras-celebram-o-dia-internacional-da-mulher/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Mulheres agricultoras em busca de sua autonomia. 2010c. Disponível em: <<https://aspta.org.br/2010/05/25/mulheres-agricultoras-em-busca-de-sua-autonomia/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. Carta Política – 2ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2011.

_____. Carta Política – 3ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2012.

_____. Carta Política – 4ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2013.

_____. Carta Política – 5ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2014.

_____. Carta Política – 6ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2015.

_____. Carta Política – 7ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2016.

_____. Carta Política – 8ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2017.

_____. Carta Política – 9ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2018a.

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Mulheres Agricultoras do Polo da Borborema debatem gênero e sexualidade durante encontro de formação. 2018b. Disponível em: <<https://aspta.org.br/2018/03/04/mulheres-agricultoras-do-polo-da-borborema-debatem-genero-e-sexualidade-durante-encontro-de-formacao/>>. Acesso: 11 abr. 2025.

_____. Carta Política – 10ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2019.

_____. Carta Política – 11ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2020.

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. 12ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2021. Disponível em: <<https://aspta.org.br/2021/02/21/em-2021-a-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-vai-ser-diferente-porque-nao-podemos-nos-calar/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. Carta Política – 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2022. Disponível em: <<https://aspta.org.br/files/2022/05/Carta-politica-Final.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

_____. Carta Política – 14ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2023. Disponível em: <<https://aspta.org.br/files/2023/03/Carta-politica-14a-Marcha-pela-Vida-das-Mulheres-e-pela-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

_____. Carta Política – 15ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2024. Disponível em: <<https://aspta.org.br/files/2024/03/Carta-politica-15a.-Marcha-pela-Vida-das-Mulheres-e-pela-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. 16ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2025a. Disponível em: <<https://aspta.org.br/2025/03/07/16a-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-ocupa-as-ruas-de-esperanca-pb-na-proxima-quinta-13/>>. Acesso em: 06 abr. 2025.

_____. Carta Política – 16ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. 2025b. Disponível em: <<https://aspta.org.br/files/2025/03/Carta-Politica-16a-Marcha-pela-Vida-das-Mulheres-e-pela-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. “Nenhum passo a mais para dentro do nosso território”. 2025c. Disponível em: <<https://aspta.org.br/2025/03/13/nenhum-passo-a-mais-para-dentro-do-nosso-territorio-mulheres-da-borborema-pb-ecoam-luta-do-nordeste-contra-megaprojetos-eolicos-na-regiao/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ARAÚJO, Júlio César Holanda; SOUZA, Wallason Farias de; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; BRANNSTROM, Christian. Challenges of Wind Power Deployment in Coastal Ceará State, Brazil. **Sustainability**, v. 12, p. 5562, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12145562>.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-314.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora – PISEAGRAMA, 2023. 112p.

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Por que Estudos Culturais? **Educação & Realidade**, v. 45, n.2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236100356>

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. ACSUR, Las Segovias, 2010.

CARRERAS, Claudi. Amazonias – El Futuro Ancestral. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. Cortez Editora, 2016. 256p.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. (Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. **Ecología Política**, p. 65-69, 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução: Bruna Barros; Jess Oliveira; Elaini Cristina Gonzaga da Silva. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. **Intersecções letais – raça, gênero e violência**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONTRERAS, Josefa Sánchez; RUIZ, Alberto Matarán. ¿Qué es el colonialismo energético? In: CONTRERAS, Josefa Sánchez; RUIZ, Alberto Matarán. **Colonialismo energético**. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2023. p.31-44.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200004>.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

_____. Kimberlé Crenshaw on Intersectionality, More than Two Decades Later. Interview. Columbia Law School, 2017. Disponível em: <<https://www.law.columbia.edu/news/archive/kimberle-crenshaw-intersectionality-more-two-decades-later>>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. Incluye las reformas aprobadas en el Referéndum y Consulta Popular de 7 de mayo de 2011. Publicada en el Registro Oficial No. 449 20 de octubre de 2008. Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2025.

CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli Welter. Divisão sexual do trabalho. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.) **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 123-132.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução Lídia Maria de Abreu Generoso. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 231–245, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. Livro eletrônico. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVAULT, Marjorie L. Feminist qualitative research: Emerging lines of inquiry. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Fifth Edition. Sage Publications, 2018. p.317-348.

FEDERICI, Sílvia. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. In: FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2023. p.117-240.

_____. A luta das mulheres pelo bem comum na América Latina. In: FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022. p.199-209.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como o nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. Tradução: Aline Scatola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. 200p.

FREIRE, Adriana Galvão. Pela vida das mulheres e pela agroecologia: agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. **Revista Agriculturas**, v.12, n. 4, p. 5 - 14, dez. 2015.

_____. “Margarida vive na gente”: o legado de Margarida Maria Alves às mulheres do Polo da Borborema. In: Queiroz, Luciano (Org.) 40 anos sem Margarida Alves – Histórias de Luta pela Terra no Brasil (1983-2023). João Pessoa: Editora do CCTA, 2023. p.121-137.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Fabrina; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe. Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas—conflitos, resistências e (re) existências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st01.

FURTADO, Fabrina; PAIM, Elisângela. Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, p. 1-28, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202416pt>.

GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 197-223, 2011.

GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁZQUEZ, Eva; HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Extractivismo y (re) patriarcalización de los territorios. **Cuerpos, territorios y feminismos**. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas, p. 23-43, 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 64-89.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 55-69.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p.67-83. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>> Acesso em 24 mai. 2025.

_____. A lei facilita a violência. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p.298-299.

_____. Democracia racial? Nada disso! In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 183-185. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>> Acesso em: 24 mai. 2025.

GOUGH, Annette. The power and the promise of feminist research in environmental education. **Southern African Journal of Environmental Education**, n. 19, 1999.

GROSSBERG, Lawrence. El Corazón de los Estudios Culturales: contextualidad, construccionismo y complejidad. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia, n. 10, p. 13-48, jan./jun. 2009.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>> Acesso em: 10 de mar. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. IN: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.95-118.

_____. Introduction: Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (Ed.) **Feminism and Methodology**. Bloomington, IN: Indiana University Press, p.1-14, 1987a.

_____. The method question. **Hypatia**, v. 2, n. 3, p. 19-35, 1987b.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental**: o que é isso? Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

_____. Entre uma cultura e outra: etnografia e estudos culturais como intervenção crítica. In: hooks, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019. p.244-263.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **AR6 Synthesis Report**: Climate Change 2023. IPCC, 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>>. Acesso em 30 jan. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. 2025. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2025.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista Narrativa. BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, Daniela (Org.) **Ecofeminismos**: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku Editora, 2019. 232p.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak encerra 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) ecoando a urgência da agroecologia para o mundo**. On-line, 27 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://cba.aba-agroecologia.org.br/ailton-krenak-encerra-12o-congresso-brasileiro-de-agroecologia-cba-ecoando-a-urgencia-da-agroecologia-para-o-mundo/>> Acesso em: 09 mar. 2025.

_____. **Futuro Ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. Sonhar a Terra. In: KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano (orgs.) **Desnaturada**: cultura e natureza. Fortaleza: Secult/Ce, 2022, p.17-28.

LADANTA LASCANTA. De la teología al antiextractivismo: ecofeminismos en Abya Yala. **Ecología Política**: Cuadernos de Debate Internacional, p. 37-43, 2018. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/de-la-teologia-al-antiextractivismo-ecofeminismos-en-abya-yala/>>. Acesso em: 30 set. 2025.

LEGO, Education. Cuaderno de ingeniería. First Lego League España. 2022.

LIRA, Geison Vasconcelos. A narrativa na pesquisa social em saúde: perspectiva e método. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 16, n. 1, p. 59-66, 2003.

LORENZONI, Carmem; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Enfrentamento à violência contra a mulher. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.) **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 145-157.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.) **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 13-31.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 357-377.

LUNARDI, Diana Gonçalves; SOUSA, Júlio César Rodrigues. Racionalidade colonial, transição energética e a conservação da biodiversidade no semiárido. In: NUNES, Matheus Simões (Org.). **Estudos em Direito Ambiental: Territórios, racionalidade e decolonialidade**. Campina Grande: Editora Licuri, 2022, p. 157-167.

MACIEL, Nadine Gabryella Pontes; LEITE, Régia Maria Batista; SANTOS, Emilia de Barros; JUNIOR NASCIMENTO, Adelson Alves do; COSTA, André Monteiro. Processos de vulnerabilização de empreendimentos eólicos em comunidade camponesa no Agreste Meridional de Pernambuco. **Saúde em Debate**, v. 48, p. e8570, 2024.

MARTINO, Luis Mauro Sá. A área dos Estudos Culturais: consenso genealógico e indefinição epistemológica. **Comunicação & Sociedade**, Ano 33, n. 57, p. 79-101, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p79-101>.

MCHUGH, Maureen C. Feminist qualitative research: Toward transformation of science and society. **The Oxford handbook of qualitative research**, 2014. p. 137-164.

MIES, Maria. Pesquisa feminista: ciência, violência e responsabilidade. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021. p. 98-122.

_____. **Patriarcado e acumulação em escala mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. Livro eletrônico. 1. ed. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco de Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. e329402, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MOORE, Niamh. Eco/feminist genealogies: renewing promises and new possibilities. In: PHILLIPS, Mary; RUMENS, Nick (org.). **Contemporary perspectives on ecofeminism**. Abingdon; New York: Routledge, 2016. p. 19–37.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, p. 117-128, 2006.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 9, p. 191-211, 2003.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto Leite Rolim; REIS, Alberto Olavo Advíncula. Entrevistas narrativas: um importante recurso na pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. Esp2, p. 193-199, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>

NEVES, Laís de Oliveira. “Então, menina, a marcha é libertadora”: pela vida das mulheres e pela agroecologia–PB. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

NEL·LO, Oriol. **Aquí, no!** Els conflicts territorials a Catalunya. Barcelona: Editorial Empúries, 2003.

OLESEN, Virginia. Feminist Qualitative Research in the Millennium’s First Decade: Developments, Challenges, Prospects. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. Fifth Edition. Sage Publications, 2018. p. 264-316.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: wanderson flor do nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324p.

PACHÁ, Patrícia; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. *Synesis*, v. 14, n. 1, p. 157-168, jan/jul 2022. Disponível em: <<https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2127/3261>> Acesso em 10 ago. 2022.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: Porto, Marcelo Firpo (Org.) **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 73-114. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/468vp/pdf/porto-9788575415764.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PIERPONT, Nina. **Wind turbine syndrome: A report on a natural experiment**. Santa Fe, NM: K-Selected Books, 2009.

PNIEC – Plan Nacional Integrado de Energía y Clima. Actualización 2023-2030. Ministério para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico. Madrid: 2024.

PNP – Plano Nordeste Potência. Salvaguardas socioambientais para energia renovável. 2024. Disponível em: <<https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf>>. Acesso em: 31 de jan. 2024.

PRIOR, Lindsay. **Using documents in social research**. London: Sage. 2003.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.367-382.

RANGEL, Néstor Eliécer Moreno; FRANCISCO Camila Rodrigues; SANTOS, Bruno Vieira dos. Antropologia da dominação, lesbianidade feminista decolonial e a re-direitização da sociedade: uma entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos Pagu**, v. 64, p.1-11. <https://doi.org/10.1590/18094449202200640006>.

RAVAGNOLI, N. C. S. R. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **The Specialist**, v. 39, n. 3, p.1-14, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2018v39i3a2>. Acesso em: 10 ago. 2022.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RODRÍGUEZ, Marta Pascual; LÓPEZ, Yayo Herrero. Ecofeminismo: una propuesta para repensar el presente y construir el futuro. **Boletín ECOS: CIP-Ecosocial**, n. 10, ene./mar. 2010. Disponível em: <<https://www.fuhem.es/ecosocial/publicacion/boletin-ecos-n-10/>> Acesso em 29 jun. 2025.

RUIZ, Alberto Matarán. **Transición energética corporativa, megaproyectos de energías renovables y conflictos socio territoriales en los espacios agrarios**.

[apresentação] In: Jornadas de escucha a la Ciencia y al Territorio ¿Transición ecológica o especulación energética? Hagamos las cosas bien. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WYB_6r_lYoU&t=7029s> Acesso em: 25 jan. 2025.

RUIZ, Alberto Matarán; CONTRERAS, Josefa Sánchez. El origen de la categoría de colonialismo energético. In: CONTRERAS, Josefa Sánchez; RUIZ, Alberto Matarán. **Colonialismo energético**. 1. ed. Barcelona: Icaria, 2023. p.27-29.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.135-156. Disponível em: <https://nenp.ufms.br/files/2024/09/Heloisa-Buarque-de-Hollanda-Pensamento-feminista-brasileiro_-formacao-e-contexto-Bazar-do-Tempo-_201.pdf> Acesso em: 25 jan. 2025.

SÁNCHEZ, Cristina Pérez; LUCAS, Paula Ugarte; AGUDELO, Luisa Maria Sanjuan; TOMAS, Sergio Villamayor; LÓPEZ, Cristina Madrid. **Explorando el potencial transformador de las comunidades energéticas en entornos rurales**. Informe de devolución de un taller de co-creación. Instituto de Ciencia y Tecnología Ambientales, Universitat Autònoma de Barcelona, 2025. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/15018381>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SANTOS, Rosa Maria Dias da Costa. A marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia: um diálogo interseccional com as mulheres negras. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2024.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Paraná, v. 20, p.56 - 96, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28014/1/Caleidoscópios%20de%20Gênero.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

_____. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? Repositório Institucional da UFBA, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Versão%20Final%20Da%20Crítica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.49-80.

SEGATO, Rita. A estrutura de gênero e o mandato do estupro. In: SEGATO, Rita. **As estruturas elementares da violência**. Tradução de Danú Gontijo, Livia Vitenti e Marianna Holanda. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. p. 19-53.

SERANTES-PAZOS, Araceli; SORRENTINO, Marcos. Diálogos em Educação Ambiental e Clima. **Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 1–20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v27i2.14870>.

SERRANO, Julia Scaglioni. Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2014.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Janaína Vicente da. As mulheres vão à luta: experiência e resistência da paraibana Maria da Penha Nascimento Silva (1970-1991). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SILVA, Karla Jarlita de Moura. Mulheres na transição energética: o papel e as implicações socioambientais da participação feminina em parques eólicos e usinas solares de geração centralizada. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2025.

SILVA, Mayara Gomes da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, Clima e Educação: relato a partir da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8634/6344>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVEIRA, Luciano Marçal da; FREIRE, Adriana Galvão; DINIZ, Paulo César O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2019. Disponível em: <<https://aspta.org.br/article/polo-da-borborema-ator-contemporaneo-das-lutas-camponesas-pelo-territorio/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SHIVA, Vandana. La mirada del ecofeminismo. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 9, p. 7, 2004. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/7270>>. Acesso em: 28 jan. 2024

_____. **El retorno a la Tierra** – Regeneración del cuidado. Traductor: Ezequiel Martínez Kolodens. 1. ed. España: Icaria editorial, 2024.

SOBREIRA, Dayane Nascimento.. “Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das

Margaridas. 2022. 217f. il. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

TRALDI, Mariana; RODRIGUES, Arlete Moysés. A institucionalização da questão ambiental. As saídas energéticas para crises. A energia eólica. IN: TRALDI, Mariana; RODRIGUES, Arlete Moysés. **Acumulação por despossessão a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022. p. 45-59.

TRALDI, Mariana. Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: [s.n.], 2019, recurso online. 378 p.

TOITIO, Rafael Dias. **A realidade da população LGBT+ no meio rural do Nordeste brasileiro: uma pesquisa quantitativa**. Recife: Centro Sabiá/IFRN/CETRA, 2024.

ULLOA, Astrid. Transformaciones radicales socioambientales frente a la destrucción renovada y verde, La Guajira, Colombia. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 80, p. 13-34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rgeong/n80/0718-3402-rgeong-80-13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. Ecología Política Feminista Latinoamericana. **Feminismo socioambiental – Revitalizando el debate desde América Latina**, p. 75-104, 2020. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/711398/Ulloa-Astrid-2020-ECOLOGIA-POLITICA-FEMINISTA-LATINOAMERICANA.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **Nómadas**, n. 45, p. 123-139, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n45/n45a09.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.37-69.

VIANA, Suenia. Saber local, luta e encantamento na marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula rasa**, n. 9, p. 131-152, 2008.

_____. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **UMSA Revista (entre palabras)**, v. 3, n. 30, p. 1-29, 2009. Disponível em: <<https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1802/561>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. IN: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.83-92.

WOLFF, Stephan. Analysis of documents and records. **A companion to qualitative research**, 2004. p. 284-289.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Sobre a Emergência e a Expansão dos Estudos Culturais em Educação no Brasil. **Educação**, Porto Alegre v. 38, n. 1, p. 32-48, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.1.18441>.

ZULETA, Mara Karidy Polanco. Educación Ambiental crítica y feminismos del sur: un diálogo ineludible. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 26, n. 2, p. 216-245, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/ambeduc.v26i2.12654>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento para participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A presente pesquisa intitulada “**Transição Energética e Estudos Culturais em Educação Ambiental a partir de lentes Ecofeministas: o protagonismo de mulheres em Marcha pela Vida e pela Agroecologia**”, está sendo desenvolvida pela pesquisadora **MAYARA GOMES DA SILVA**, discente do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **Profa. Dra. MARIA EULINA PESSOA DE CARVALHO**.

Seu objetivo principal é *compreender o protagonismo das mulheres em movimento de marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia (Paraíba/Brasil) no atual cenário de crise climática, com foco em suas reivindicações por uma transição energética justa em comunidades rurais do semiárido nordestino*.

Solicitamos a sua colaboração para a realização de Entrevistas Narrativas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em periódicos científicos. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. As entrevistas estão previstas para ter duração de 1h (uma hora), e podem ser realizadas presencialmente ou *on-line* pelo *Google Meet*, a depender da sua disponibilidade. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

Durante a entrevista, caso se sinta desconfortável com alguma pergunta ou detalhamento de algum acontecimento que possa lhe trazer lembranças ruins, o(a) senhor(a) poderá fazer pausas, não responder ao questionamento ou até mesmo poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. Sua recusa,

desistência ou retirada de consentimento não acarretará nenhum prejuízo ou penalidade.

Como benefício direto em participar desta pesquisa destaca-se o recebimento dos resultados deste estudo, que poderão ser compartilhados e socializados. Dentre os benefícios indiretos, a contribuição para o conhecimento científico, o fornecimento de informações relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas às pautas abordadas, bem como para a formação de pesquisadoras/es, demais profissionais e pessoas interessadas no tema.

Salientamos que a sua participação é voluntária, de modo que não implicará em qualquer custo ou remuneração financeira. Os dados obtidos através desta pesquisa serão mantidos confidenciais e não serão divulgados de forma que identifique indivíduos, garantindo assim a confidencialidade da sua participação.

Vale destacar ainda que em todas as etapas da pesquisa observam-se os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

A pesquisadora responsável estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Estou ciente do recebimento de uma cópia deste documento.

Assinatura do/a participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Contato da pesquisadora responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com **Mayara Gomes da Silva**

Telefone: xx (xx) xxxxx-xxxx / E-mail: mayaragomesec@gmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS/UFPB)

Campus I - Cidade Universitária - 1o Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791 / E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO B – Carta de Anuência



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que acolho o projeto de pesquisa **“Transição Energética e Estudos Culturais em Educação Ambiental a partir de lentes Ecofeministas: o protagonismo de mulheres em Marcha pela Vida e pela Agroecologia”**, desenvolvido pela discente de doutorado **MAYARA GOMES DA SILVA**, sob a coordenação/orientação da Profa. Dra. **MARIA EULINA PESSOA DE CARVALHO**.

Seu principal objetivo é *compreender o protagonismo das mulheres em movimento de marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia (Paraíba/Brasil) no atual cenário de crise climática, com foco em suas reivindicações por uma transição energética justa em comunidades rurais do semiárido nordestino*.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento dos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados coletados através de entrevistas com os sujeitos da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, Data, Mês e Ano

ASSINATURA

ANEXO C – Termo de Consentimento para participante da pesquisa (em espanhol)



UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARAÍBA
CENTRO DE EDUCACIÓN
PROGRAMA DE POSGRADO EN EDUCACIÓN



TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E INFORMADO

Estimado(a) PARTICIPANTE DE INVESTIGACIÓN,

La presente investigación titulada **“Transición Energética y Estudios Culturales en Educación Ambiental desde lentes Ecofeministas: el protagonismo de las mujeres en la Marcha por la Vida y la Agroecología”**, está siendo desarrollada por la investigadora **MAYARA GOMES DA SILVA**, doctoranda del Programa de Doctorado en Educación de la **Universidade Federal da Paraíba**, bajo la dirección de la **Prof. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho**, con una estancia doctoral en la **Facultat d'Educació - Universitat de Barcelona**, bajo la orientación de la **Prof. Dra. Roser Boix Tomàs**.

Su principal objetivo es *comprender el protagonismo de las mujeres en el movimiento de marcha por la vida de las mujeres y por la agroecología (Paraíba/Brasil) en el actual escenario de crisis climática, centrándose en sus demandas por una transición energética justa en comunidades rurales del semiárido nordestino*.

Le solicitamos su colaboración para la realización de entrevistas, así como su autorización para presentar los resultados de este estudio en eventos científicos o publicarlos en revistas científicas. Le informamos que esta investigación no conlleva riesgos previsibles para su salud. Las entrevistas están previstas para tener una duración de 1 hora, y pueden realizarse de forma presencial o en línea a través de *Google Meet*, según su disponibilidad. Cualquier dato que pueda identificarlo será omitido en la divulgación de los resultados de la investigación, y el material será almacenado en un lugar seguro.

Durante la entrevista, en caso de que se sienta incómodo con alguna pregunta o con el detalle de algún acontecimiento que pueda traerle recuerdos

desagradables, podrá hacer pausas, optar por no responder a la pregunta o incluso desistir de participar en la investigación y retirar su consentimiento. Su negativa, desistimiento o retiro del consentimiento no le generará ningún perjuicio ni penalización.

Como beneficio directo de su participación en esta investigación, se destaca la posibilidad de recibir los resultados del estudio, los cuales podrán ser compartidos y socializados. Entre los beneficios indirectos, se encuentra la contribución al conocimiento científico, la provisión de información relevante para la formulación e implementación de políticas públicas relacionadas con las cuestiones climáticas, así como para la formación de investigadores/as, otros profesionales y personas interesadas en el tema.

Cabe resaltar que su participación es voluntaria, por lo que no implicará ningún costo ni remuneración económica. Los datos obtenidos a través de esta investigación serán mantenidos en estricta confidencialidad y no serán divulgados de manera que puedan identificar a los individuos, garantizando así la privacidad de su participación.

Además, en todas las etapas de la investigación se observan los criterios éticos en investigaciones con seres humanos, conforme a la Resolución 466/2012 del Consejo Nacional de Salud, que orienta las investigaciones que involucran seres humanos en Brasil.

La investigadora responsable estará a su disposición para cualquier aclaración que considere necesaria en cualquier etapa de la investigación.

En virtud de lo expuesto, declaro que he sido debidamente informado(a) y doy mi consentimiento para participar en la investigación y para la publicación de los resultados.

Asimismo, confirmo la recepción de una copia de este documento.

Firma del participante de la investigación

Firma de la investigadora responsable

Contacto de la investigadora responsable

En caso de necesitar más información sobre el presente estudio, favor de contactar a

Mayara Gomes da Silva

Teléfono: **xx (xx) xxxxx-xxxx** / Correo electrónico: mayaragomesec@gmail.com

O bien, contactar al:

Comité de Ética en Investigación del Centro de Ciencias de la Salud de la Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS/UFPB)

Campus I - Ciudad Universitaria - 1er Piso – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

Teléfono: **+55 (83) 3216-7791** / Correo electrónico: comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO D – Carta de Anuência (em espanhol)



UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARAÍBA
CENTRO DE EDUCACIÓN
PROGRAMA DE POSGRADO EN EDUCACIÓN



CARTA DE CONFORMIDAD

Declaro que acepto el proyecto de investigación **“Transición Energética y Estudios Culturales en Educación Ambiental desde lentes Ecofeministas: el protagonismo de las mujeres en la Marcha por la Vida y la Agroecología”**, desarrollado por la doctoranda MAYARA GOMES DA SILVA, bajo la coordinación/dirección de la Prof. Dra. MARIA EULINA PESSOA DE CARVALHO, con una estancia doctoral en la Facultat d'Educació - Universitat de Barcelona, bajo la dirección de la Prof. Dra. Roser Boix Tomàs.

Su principal objetivo es *comprender el protagonismo de las mujeres en el movimiento de marcha por la vida de las mujeres y por la agroecología (Paraíba/Brasil) en el actual escenario de crisis climática, con un enfoque en sus reivindicaciones por una transición energética justa en comunidades rurales del semiárido nordestino.*

Esta autorización está condicionada al cumplimiento de los requisitos de la Resolución 466/12 CNS y sus complementarias, comprometiéndose a utilizar los datos recopilados a través de entrevistas con los sujetos de la investigación exclusivamente con fines científicos, manteniendo la confidencialidad y garantizando que la información no se utilizará en perjuicio de las personas y/o comunidades.

Antes de iniciar la recolección de datos, la investigadora deberá presentar a esta Institución el Dictamen Consolidado debidamente aprobado, emitido por un Comité de Ética en Investigación con Seres Humanos, acreditado ante el Sistema CEP/CONEP.

Lugar, Fecha, Mes y Año

FIRMA DE LA INSTITUCIÓN